



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARCO ANTONIO LOPES MENEZES

GEOGRAFIA DO NEOLIBERALISMO NAS METRÓPOLES BELÉM E MANAUS:
A ESPACIALIDADE DA REDE DE FARMÁCIAS RAIA DROGASIL

BRASÍLIA-DF

2023

MARCO ANTONIO LOPES MENEZES

**GEOGRAFIA DO NEOLIBERALISMO NAS METRÓPOLES BELÉM E MANAUS: A
ESPACIALIDADE DA REDE DE FARMÁCIAS RAIA DROGASIL**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade de Brasília (UnB), como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos
Anjos.**

**Área de Concentração: Produção do Espaço
Urbano, Rural e Regional.**

BRASÍLIA-DF

2023

**FICHA CATALOGRÁFICA. OBTER NA BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO.
COLOCAR NO VERSO DA FOLHA DE ROSTO, NA PARTE INFERIOR. É
CONTADA COMO PÁGINA.**

**GEOGRAFIA DO NEOLIBERALISMO NAS METRÓPOLES BELÉM E
MANAUS: A ESPACIALIDADE DA REDE DE FARMÁCIAS RAIA DROGASIL**

por

MARCO ANTONIO LOPES MENEZES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (Orientador \ Presidente da Banca)
PÓS-AFRO/CEAO/UFBA – PROJETO
GEOAFRO/CIGA/GEA/UnB – DF

Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja (Examinador Externo)
IFPA

Prof. Dr. Regina Souza Maniçoba (Examinador Interno)
GEA-UnB

Prof. Dr. José Sobreiro Filho (Suplente)
GEA/ UnB

Conceito: _____

Brasília, ___ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todas as energias positivas emanadas nesse plano que das formas mais inusitadas me guiaram nessa trajetória.

Meus agradecimentos eternos a toda minha família, em especial a minha mãe Sandra, meu pai Antonio, aos meus irmãos Kelly e Julio, e a minha sobrinha Akira (pet) pelos incentivos, suporte emocional, apoio financeiro, a infraestrutura e, sem dúvida, pelo ambiente harmonioso e ao amigo Júnior Soares pela ajuda na revisão do texto.

Agradeço aos amigos mais próximos pelas companhias e os momentos de descontração o que também fortaleceu em muito essa caminhada.

Agradeço especialmente ao meu orientador professor Rafael, pelas críticas pontuais e pela sua atenciosidade neste processo.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB que por intermédio de suas aulas ajudaram em grande medida para realização desta pesquisa.

Meus agradecimentos a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que certamente foi imprescindível para a execução deste trabalho.

Meu muito obrigado a todos os professores que tive contato desde da Educação Básica, a Graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Mestrado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Pós-Graduação da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), aos colegas professores e aos meus alunos da Secretária de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) que certamente contribuíram diretamente não só na minha formação acadêmica, mas também na minha constituição como cidadão.

E por fim dedico esse trabalho também a todas as pessoas que cruzaram a minha vida e que de alguma forma colaboraram, direta ou indiretamente, para minha formação.

“Nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir o mundo da dignidade humana, apenas essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso”.

Milton Santos

“Existem apenas duas classes sociais, a dos que não comem e a dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem”.

Milton Santos

“Um passo para trás, para depois dar dois à frente”

Lenin

RESUMO

O contexto capitalista global é marcado pela ascensão nas últimas décadas do capitalismo financeiro, em detrimento ao capitalismo industrial que tem acarretado nova reestruturação produtiva e conseqüentemente do espaço geográfico. Essa nova reestruturação produtiva, permeada pelo Neoliberalismo, tem consolidado ainda mais o processo de metropolização que assinala o novo patamar da urbanização. No Brasil, com profundas disparidades regionais, esse fenômeno ocorre com graus de intensidades distintos, como na região amazônica que tem dois importantes centros metropolitanos Belém e Manaus, os quais têm peculiaridades diferenciadas, se comparadas com os países desenvolvidos e até mesmo com as outras metrópoles brasileiras. Diante disso, este trabalho teve por objetivo realizar uma análise geográfica das interseções do Neoliberalismo a partir das espacialidades atuais desenhadas pela Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus. Nesse sentido, considerando que um dos principais motores da economia brasileira é o setor dos serviços avançados, esta pesquisa teve como estudo de caso a Rede de farmácias Raia Drogasil, considerada uma das maiores redes varejistas do país, visto que por meio da apreensão de sua espacialidade, possibilita compreender a configuração espacial dessas metrópoles estudadas. A metodologia utilizada foi realizada através de Revisão bibliográfica e Estado da Arte; Pesquisa de campo; Constituição da base informacional do estudo; Análises espaciais; Resultados obtidos. As principais conclusões para este estudo foram: a metrópole Belém, devido a sua configuração metropolitana atual e por manifestar a distribuição espacial das farmácias da Rede Raia Drogasil mais consolidada, apresentou um grau de intensidade maior em relação aos processos de influência neoliberal. No caso da metrópole Manaus, devido também a sua configuração metropolitana atual e ter a distribuição espacial de farmácias da Rede Raia Drogasil em um grau menos avançado, esta expressou um estágio menor de intensidade de implicações neoliberais se comparado com Belém. Por fim, é fato que a interseção do Neoliberalismo tanto em Belém quanto em Manaus aprofundou o processo metropolização precarizada, revelando a era financeira/metropolitana, permeada pela financeirização do espaço metropolitano, a precarização das relações de trabalho e a ampliação das desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Metropolização. Metrópole Belém. Metrópole Manaus. Espacialidade. Rede de farmácias Raia Drogasil.

ABSTRACT

The global capitalist context is marked by the rise in recent decades of financial capitalism, to the detriment of industrial capitalism, which has led to a new restructuring of production and, consequently, of geographic space. This new productive restructuring, permeated by Neoliberalism, has further consolidated the metropolization process that marks the new level of urbanization. In Brazil, with deep regional disparities, this phenomenon occurs with different degrees of intensity, as in the Amazon region, which has two important metropolitan centers, Belém and Manaus, which have different peculiarities, when compared with developed countries and even with other Brazilian metropolises. Therefore, this work aimed to carry out a geographical analysis of the intersections of Neoliberalism from the current spatialities designed by the Raia Drogasil Pharmacy Network in the metropolises of Belém and Manaus. In this sense, considering that one of the main engines of the Brazilian economy is the advanced services sector, this research had as a case study the Raia Drogasil pharmacy chain, considered one of the largest retail chains in the country, since through the apprehension of its spatiality, it makes it possible to understand the spatial configuration of these metropolises studied. The methodology used was performed through Bibliographic Review and State of the Art; Field research; Constitution of the study's information base; Spatial analysis; Results obtained. The main conclusions for this study were: the metropolis Belém, due to its current metropolitan configuration and because it manifests the spatial distribution of the pharmacies of the more consolidated Raia Drogasil Network, presented a greater degree of intensity in relation to the processes of neoliberal influence. In the case of the metropolis Manaus, also due to its current metropolitan configuration and having the spatial distribution of pharmacies in the Raia Drogasil Network at a less advanced degree, it expressed a lower stage of intensity of neoliberal implications compared to Belém. Finally, it is a fact that the intersection of Neoliberalism in both Belém and Manaus deepened the precarious metropolization process, revealing the financial/metropolitan era, permeated by the financialization of the metropolitan space, the precariousness of labor relations and the expansion of socio-spatial inequalities.

Key-words: Neoliberalism. Metropolization. Metropolis of Belém. Metropolis of Manaus. Spatiality. Drugstore chain Raia Drogasil.

LISTAS

Figuras

Figura 1	Negociações por país na Bolsa de Nova York.....	68
Figura 2	Sede de Agentes autônomos de investimentos- pessoas jurídicas.....	72
Figura 3	Sede de empresas listadas na Bolsa de valores por município no Brasil -2014.....	73
Figura 4	Acesso à internet por <i>smartphone</i> no mundo.....	104
Figura 5	Topografia- Região Metropolitana de Belém.....	166
Figura 6	Topografia- Manaus.....	167
Figura 7	Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU-Local) Região Metropolitana de Belém.....	175
Figura 8	Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU-Local) Região Metropolitana de Manaus.....	177
Figura 9	Empreendimentos construídos em Belém por incorporação de acordo como os ciclos imobiliários.....	203
Figura 10	Empreendimentos em Manaus acima de quatro pavimentos por décadas.....	208
Figura 11	Aglomerados Subnormais- Região Metropolitana de Belém.....	215
Figura 12	Aglomerados Subnormais – Manaus.....	216

Fotos

Foto 1	Forte do castelo.....	116
Foto 2	Palácio Lauro Sodré.....	118
Foto 3	Centro histórico de Manaus.....	120
Foto 4	Teatro Amazonas.....	121
Foto 5	Cidade de Ananindeua.	147
Foto 6	Distrito de Icoaraci e Outeiro.	151
Foto 7	Habitações precárias em Belém.....	152
Foto 8	Verticalização de Belém.....	153
Foto 9	Ponte rio Negro.....	155
Foto 10	Cidade do Careiro.....	156
Foto 11	Orla sul de Manaus.....	161
Foto 12	Verticalização de Manaus	162
Foto 13	Farmácia Raia Drogasil.....	187
Foto 14	Edifícios na orla de Belém.....	200
Foto 15	Rodovia Augusto Montenegro.....	202
Foto 16	Orla da Ponta Negra.....	206
Foto 17	Trama financeira/metropolitana- Capital imobiliário/serviços avançados.....	210
Foto 18	Trabalho informal em Belém.....	223
Foto 19	Trabalho informal em Manaus.....	224
Foto 20	Trama financeira/metropolitana- Capital x Trabalho.....	226

Gráficos

Gráfico 1	Total de área queimada na Amazônia Legal de 1985 a 2020.....	76
Gráfico 2	Área utilizada para agropecuária na Amazônia Legal de 1985 a 2020.....	77
Gráfico 3	Área de Mineração Amazônia Legal de 1985 a 2020.....	78
Gráfico 4	Área urbanizada da Amazônia Legal de 1985 a 2020.....	79
Gráfico 5	Percentual do Produto Interno Bruto de Belém de 2000 a 2022- Setor da Indústria.....	169
Gráfico 6	Percentual do Produto Interno Bruto de Belém de 2000 a 2022- Setor de Serviços.....	170
Gráfico 7	Percentual do Produto Interno Bruto de Manaus de 2000 a 2022- Setor da Indústria.....	171
Gráfico 8	Percentual do Produto Interno Bruto de Manaus de 2000 a 2022- Setor de Serviços.....	172
Gráfico 9	Preço do M ² em Belém no período de 2000 a 2019.....	193

Mapas

Mapa 1	Expansão da Rede de farmácias Raia Drogasil.....	28
Mapa 2	Localização das metrópoles Belém e Manaus no Brasil.....	40
Mapa 3	Área de estudo Belém.....	41
Mapa 4	Área de estudo Manaus.....	42
Mapa 5	Grandes projetos e infraestrutura construída na Amazônia Legal no período de 1989 a 2017.....	80
Mapa 6	As Amazônia: Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental.....	124
Mapa 7	Grandes projetos e infraestrutura construída na Amazônia Legal no período de 1960 a 1985.....	127
Mapa 8	Localização dos municípios da Região Metropolitana de Belém	146
Mapa 9	Expansão urbana do Município de Belém no período de 1985 a 2020.....	149
Mapa 10	Distritos Administrativos de Belém.....	150
Mapa 11	Região Metropolitana de Belém.....	157
Mapa 12	Expansão Urbana do Município de Manaus no período de 1985 a 2020.....	159
Mapa 13	Zonas Administrativas de Manaus.....	160
Mapa 14	Farmácias Raia Drogasil Belém.....	191
Mapa 15	Farmácias Raia Drogasil Manaus	192
Mapa 16	Índice de Valorização Territorial Metropolitana – Belém.....	212
Mapa 17	Índice de Valorização Territorial Metropolitana – Manaus.....	213

Quadros

Quadro 1	Maiores exportadores mundiais em 2021.....	87
Quadro 2	Exportações brasileiras em 2020.....	88

Tabelas

Tabela 1	População residente brasileira, Urbana e Rural, e proporção da população urbana 1940-2022.....	25
Tabela 2	Revisão bibliográfica.....	53
Tabela 3	Principais locais de estudo.....	54
Tabela 4	Divisões das rendas regionais em 2021.....	66
Tabela 5	População nos censos demográficos de Belém e Manaus no período de 1872 a 2021.....	164
Tabela 6	Indicadores socioespaciais de Belém e de Manaus.....	165
Tabela 7	Ranking do índice de Bem-Estar Urbano por suas dimensões, segundo Regiões Metropolitana selecionadas.....	174
Tabela 8	Dados Socioespaciais de Belém e Manaus.....	181
Tabela 9	<i>Ranking</i> das empresas de capital aberto de maior receita líquida em 2021 em Bilhões.....	183
Tabela 10	Salário dos funcionários da Raia Drogasil.....	219
Tabela 11	Famílias endividadas no Brasil por Faixa de renda de 2020 e 2021.....	221
Tabela 12	Tipos de endividamento no Brasil de 2020 e 2021.....	221

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 OS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	16
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	17
1.2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO.....	32
1.3 CONCEITOS PRINCIPAIS DA PESQUISA.....	44
1.3.1 Neoliberalismo.....	44
1.3.2 Metropolização.....	45
1.3.3 Espacialidades.....	48
1.4 A PERSPECTIVA TEÓRICO /METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	51
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
CAPÍTULO 2 A HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SEUS REBATIMENTOS NO ESPAÇO METROPOLITANO.....	60
2.1 NEOLIBERALISMO, CONCEITO E PRECEITOS.....	61
2.1.1 A hegemonia da era neoliberal na escala global.....	61
2.1.2 O Neoliberalismo no Brasil.....	70
2.1.3 O Neoliberalismo na Amazônia.....	74
2.2 O NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS.....	84
2.2.1 A consolidação do modo de vida metropolitano.....	84
2.2.2 A noção das espacialidades com forma de apreensão do espaço metropolitano.....	94
2.2.3 A produção das desigualdades socioespaciais.....	100
2.2.4 A perspectiva multiescalar de análise dos processos espaciais.....	106
CAPÍTULO 3 METROPOLIZAÇÃO PRECARIZADA: as metrópoles de Belém e de Manaus.....	114
3.1 A FORMAÇÃO DAS CIDADES DE BELÉM E DE MANAUS: uma breve análise histórico-geográfica.....	115
3.1.1 A constituição dos núcleos urbanos de Belém e de Manaus.....	115
3.1.2 A reinserção de Belém e de Manaus na dinâmica capitalista de acumulação.....	122
3.2 AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM E DE MANAUS.....	130
3.2.1 A metropolização na Amazônia.....	130
3.2.2 O caso de Belém.....	134
3.2.3 O caso de Manaus.....	139
3.2.4 A configuração espacial da metrópole Belém.....	144

3.2.5	A configuração espacial da metrópole Manaus.....	154
3.2.6	Diferenças e semelhanças das metrópoles de Belém e de Manaus.....	162
CAPÍTULO 4 A ESPACIALIDADE DA REDE DE FARMÁCIAS RAIA DROGASIL NAS METRÓPOLES DE BELÉM E DE MANAUS.....		180
4.1	A REDE DE FARMÁCIAS RAIA DROGASIL.....	181
4.1.1	A formação da Rede de farmácias Raia Drogasil.....	181
4.1.2	A distribuição espacial das farmácias da Rede Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus.....	188
4.2	A FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM E DE MANAUS: o caso da Rede de farmácias Raia Drogasil.....	195
4.2.1	A produção do espaço metropolitano contemporâneo.....	195
4.2.2	O caso de Belém.....	197
4.2.3	O caso de Manaus.....	204
4.2.4	A Rede de farmácias Raia Drogasil como agente de financeirização do espaço metropolitano.....	209
4.2.5	A relação capital/trabalho.....	218
CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO.....		228
5.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO.....	229
5.2	RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO.....	240
REFERÊNCIAS.....		245

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista no mundo contemporâneo é caracterizado pela ascensão nas últimas décadas do capitalismo financeiro que tem acarretado em grandes transformações na economia global e conseqüentemente no espaço geográfico. Tais transformações, permeadas por preceitos neoliberais, têm consolidado ainda mais o modo de vida urbano, com destaque para o processo de metropolização que assinala um novo patamar do processo de urbanização.

O processo de urbanização esteve ligado até 1970, principalmente, com a industrialização – atividade tipicamente urbana – que contribuiu, muitíssimo, para enormes deslocamentos da população em direção aos centros urbanos. Nota-se, no entanto, que a partir de 1970 vem ocorrendo no globo uma nova reestruturação produtiva, marcada pela transição da hegemonia do capitalismo industrial (produtivo) para a hegemonia do capitalismo financeiro (improdutivo), pautada no modelo financeiro/metropolitano. (LEOPOLDO, 2017).

Essa nova reestruturação produtiva vem acontecendo, por meio de uma série de políticas econômicas dos países, como: a abertura do mercado, as políticas de austeridade fiscal, as privatizações de empresas estatais e bancos, a contração de empréstimos via Fundo Monetário Internacional e as desregulamentações financeiras. Essa crise do modelo Fordista-Keynesiano e a transição para o modelo pós-fordista marca o início da era neoliberal.

A era neoliberal tem acarretado transformações da economia mundial que tem alterado drasticamente as espacialidades no globo, aprofundando desigualdades sociais, levando à desindustrialização de regiões, acentuando os problemas do desemprego estrutural, diminuindo a renda das populações mais pobres e impulsionando, cada vez mais, as populações do planeta a viverem em centros urbanos, com destaque para as metrópoles, que no contexto brasileiro, têm se tornado mais dependente do setor terciário que acaba não conseguindo suprir a demanda, apelando para atividades informais.

Devido a isso, nota-se uma maior distância dos mais pobres em relação aos mais ricos, especialmente nos países periféricos da economia global. Diante desse cenário e com o contexto neoliberal da era capitalista contemporânea – que tem como marco de implementação no Brasil a redemocratização (1985) e com a eleição do presidente da República Fernando Collor de Mello (1990) – provocou uma ruptura no modelo desenvolvimentista para inserção de políticas de cunho neoliberal.

Pensando na configuração do território brasileiro, permeado por profundas disparidades regionais, destaca-se a região amazônica que vem passando nas últimas décadas por um

processo de urbanização mais intensa e acelerada que fomenta a consolidação de um tipo de metropolização precarizada, com destaque para as duas metrópoles: Belém e Manaus, caracterizadas por apresentarem políticas públicas deficitárias em setores essenciais, como: infraestrutura, habitação, saneamento básico, transportes e comunicações e, principalmente, em políticas socioeconômicas, justamente, porque grande parte de sua população tem baixa renda e altos índices de desemprego.

Nesse contexto, esta pesquisa pretende estabelecer uma Geografia que faça uma leitura do desenvolvimento da era neoliberal nas metrópoles de Belém e de Manaus, por meio da análise das espacialidades produzidas nessas duas metrópoles, além de procurar compreender os percursos e os movimentos do capital, a partir de uma realidade de fenômenos que ocorrem em uma escala global para ajudar na compreensão de processos que manifestam-se em escala metropolitana, tendo como ponto de partida as contradições do capitalismo atual, pautadas pelo Neoliberalismo que resulta em uma complexa desigualdade socioespacial, ainda mais quando trata-se da periferia do sul global.

Dessa maneira, considera-se o contexto atual da era neoliberal metropolitana/financeira que tem como uma de suas principais características a ascensão do setor de serviços em detrimento às atividades industriais como um dos principais setores da economia urbana contemporânea, marcado pela valorização e especulação do território urbano e pela financeirização da economia com um dos principais pilares de expansão do capital, culminando na ampliação das desigualdades socioespaciais.

Desse modo, destaca-se, neste trabalho, pensar a atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles Belém e Manaus como estudo de caso para análise das espacialidades metropolitanas, haja vista que essa Rede está entre as trinta maiores de capital aberto que tiveram os maiores lucros em 2021 e que têm, se comparadas com as demais grandes redes do setor de serviços avançados, o maior número de empreendimentos, situados nesses centros urbanos.

As grandes empresas das redes varejistas de capital aberto, como o caso da Raia Drogasil, desempenham importante papel no espaço metropolitano, permeadas por uma nova lógica de atuação, pautada, não apenas na venda de mercadorias ou na prestação de serviços, e sim imbricadas diretamente na valorização de suas ações no mercado financeiro, tendo vínculo no território diferenciada se comparado com uma empresa não financeirizada, o que contribui para o processo de financeirização do espaço metropolitano.

Por isso, esta pesquisa tem por objetivo central realizar uma análise geográfica das interseções do Neoliberalismo a partir das espacialidades atuais, desenhadas pela Rede de

farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus.

Assim, a fim de atender uma convenção acadêmica e facilitar a sua consulta, esta Dissertação estrutura-se em cinco capítulos:

O primeiro capítulo, intitulado “Os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa”, teve como objetivo delimitar a temática estudada, o recorte espaço-temporal pretendido, as justificativas, o objetivo, apresentar os conceitos chave da pesquisa, a perspectiva teórico-metodológica adotada e os procedimentos metodológicos realizados.

No segundo capítulo, intitulado “A hegemonia do Neoliberalismo no capitalismo contemporâneo e seus rebatimentos no espaço metropolitano”, objetivou-se conceituar o Neoliberalismo, discutir as implicações desse período, como a produção do espaço metropolitano. Dessa forma, utilizou-se como ferramenta teórico-metodológica, a perspectiva do desenvolvimento geográfico e desigual, cujo intuito foi o de discutir a interseção da era neoliberal por meio de uma apreensão multiescalar de análise que considerasse as desigualdades da espacialidade do desenvolvimento capitalista, dos fenômenos espaciais no recorte espacial estudado.

Já o terceiro capítulo, “Metropolização precarizada: a formação das metrópoles Belém e Manaus uma breve análise histórico-geográfica” na primeira parte pretendeu-se estabelecer, a partir de uma breve discussão histórico-geográfica, o processo de formação dos centros urbanos de Belém e de Manaus. E na segunda parte, buscou-se analisar as especificidades do processo de metropolização de Belém e de Manaus.

No quarto capítulo, intitulado “A espacialidade da Rede farmácias Raia Drogasil nas metrópoles Belém e Manaus”, na primeira parte objetivou-se realizar uma análise geográfica, mediante o exame da espacialidade da Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus, almejando investigar a lógica de atuação dessa Rede; e na segunda parte buscou-se discutir os desdobramentos da atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil por meio do seu reconhecimento como um importante agente econômico também responsável pelas transformações do período financeiro/metropolitano e das alterações da relação capital/trabalho como forma de analisar as configurações metropolitanas dos recortes espaciais investigados.

CAPÍTULO 1 OS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2021).

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Na planície amazônica, em sua parte oriental nas proximidades da foz do rio Amazonas, vislumbra-se um caótico aglomerado urbano, fundado a mais de 400 anos, que no passado serviu de entreposto comercial por onde escoavam as drogas do sertão e posteriormente saía a produção gomífera para o exterior. Hoje, no emaranhado de arranha-céus que se impõe na paisagem do arquipélago guajarinó – em meio ao caos de suas avenidas, tomadas por automóveis, ambulantes e transeuntes que contrastam com suas áreas mais baixas estampando a contradição e as desigualdades marcadas pela precariedade das habitações, das ruas, e as insuficientes políticas públicas – configura-se a metrópole paraense Belém do Pará.

Do outro lado da planície amazônica na sua parte ocidental no encontro do rio Amazonas com o rio Negro destaca-se Manaus, fundada em meados do século XVII, este centro urbano também vivenciou o apogeu do ciclo da borracha, mas no início do século XX ‘sofreu’ grave crise econômica. Posteriormente, no final da década de 1960 metamorfoseou-se com a instalação do polo industrial, passando a crescer vertiginosamente no sentido sul-norte, do igarapé dos educandos à reserva Ducke, no sentido oeste –leste do rio Tarumã ao Puraquequara.

O maior ecúmeno da Amazônia ocidental também destaca-se pela caótica condição de vida de grande parte dos seus habitantes que contrastam na paisagem com a ocupação precária dos seus igarapés e de suas vertentes íngremes com a proliferação de *shopping centers*, edifícios e condomínios fechados que conformam a metrópole amazonense.

Assim, esta pesquisa tem como ponto de partida pensar nas espacialidades materializadas nas últimas décadas nas metrópoles de Belém e de Manaus que têm sido caracterizadas pela consolidação do processo de metropolização, que assinala a era neoliberal financeira/metropolitana com bem apontou Leopoldo (2017). Desse modo, parte-se da seguinte questão: qual a configuração espacial desenhada na espacialidade da era neoliberal financeira/metropolitana nas metrópoles Belém e Manaus?

Para procurar responder essa questão considerou-se as transformações da economia mundial que têm alterado drasticamente, as configurações espaciais do globo terrestre. Vivencia-se, atualmente, a consolidação do capitalismo financeiro como o hegemônico na criação de mais valor em detrimento ao capitalismo industrial, fundamentado na produção de mercadorias. Essa nova configuração espacial tem culminado com o aumento do desemprego estrutural, na diminuição da renda das populações mais pobres e pelo aumento na distância entre os mais ricos.

O capitalismo financeiro, permeado pela era neoliberal, tem impulsionado, cada vez

mais, as populações do planeta a viverem em centros urbanos que, no caso da região amazônica, periferia do sul global, esse processo tem ocorrido de maneira ainda mais desigual, caracterizado pelo exponencial crescimento do tecido metropolitano, mais dependente do comércio, da oferta de diversos serviços urbanos e do trabalho informal, que não conseguem suprir a demanda dos trabalhadores, o que contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais pelo mundo, principalmente nos países periféricos da economia global.

O capitalismo, a partir da década de 1970, tem sido guiado pelo modelo neoliberal que, segundo Dardot e Laval (2017), dita práticas econômicas e ações políticas de Estado, o que altera a concepção subjetiva do sujeito, transformando práticas que antes eram empresariais para dentro da subjetividade humana, destituindo perspectivas políticas coletivas, pregando um Estado mínimo que apenas deve seguir aos anseios do livre mercado e incorporar práticas empresariais na ação estatal. Concomitantemente a isso, como premissa do capitalismo, a busca de novos mercados, sobretudo novas regiões, faz o duplo papel de mercado consumidor e produtor de insumos básicos à produção, além da ampliação do processo de urbanização que no contexto atual distingue-se pela consolidação do processo de metropolização.

No mundo globalizado, os diversos setores da economia têm atuado cada vez mais articulados, ampliando a sua produção, por meio de uma maior conexão entre os consumidores, favorecendo as transações comerciais e a viabilizando a circulação do capital, sendo que uma das principais características do período contemporâneo no Brasil é o crescimento do setor de serviços no PIB brasileiro. No ano 2000, a participação do setor de serviços no PIB era de 67,7% e em 2020 chegou a 72,86%, em contrapartida o setor industrial que tinha, em 2000, 26,78 %, apresentou queda em 2020, caindo para 20,4 % a participação no PIB nacional o que representa maior dependência da economia nacional para o setor terciário (DATA SEBRAE, 2020).

Das Subcategorias do setor de serviços que mais têm se expandido no país, destaca-se o comércio: atacadistas e varejistas que desempenham um importante papel na configuração do espaço metropolitano, tanto na sua produção quanto na sua reprodução, ocupando grande importância para o desenvolvimento urbano, visto que a cidade passa a configurar-se como o espaço do consumo que, no contexto atual, moderniza-se cada vez mais, por meio do surgimento de novas tecnologias e informações, gerando novas estruturas de consumo.

A partir principalmente da década de 1990, segundo Dotto (2006), passam a disseminar-se pelo território nacional, redes de associações entre várias empresas de varejo de pequeno e médio porte, que procuram vantagens em negociações de produtos, além do domínio do mercado em determinadas regiões. A formação dessas grandes redes do setor de serviços é

caracterizada também pela abertura dessas empresas no mercado de ações, com intuito de obter mais capital para ampliação de lucros e ainda possibilitar maior capilaridade para que possam expandir-se pelo território, configurando, assim, na formação do **setor de serviços avançados**.

Diante desse contexto, a perspectiva adotada nesta pesquisa parte da ideia de que a difusão de grandes redes varejistas, no espaço metropolitano, permite perceber as espacialidades, contidas na reprodução da metrópole, ou seja, o processo de metropolização. Isso que tem resultado na produção de Regiões Metropolitanas, pautadas pela tríade do metropolitano, imobiliário e financeiro, apontadas por Leopoldo (2017) e, ainda, pelo cerne deste trabalho, o setor de serviços avançados que tem contribuído também para o processo de financeirização do espaço metropolitano.

A partir disso, destaca-se a maior Rede de farmácias do setor varejista farmacêutico do país, a Raia Drogasil que, nas últimas décadas expandiu-se, amplamente, pelo território nacional, principalmente devido à fusão com outras redes. Em 2021, a Raia Drogasil apresentou um alto nível de faturamento entre as empresas de capital aberto, ocupando a 30^o posição no *ranking*. Devido ser uma grande Rede do setor de serviços que apresenta uma grande expansão nos últimos anos e uma rápida instalação nas metrópoles de Belém e de Manaus, hoje, apresenta um número considerável de farmácias, impactando, dessa maneira, como outras grandes redes desse setor na configuração do espaço metropolitano. Diante disso, essa Dissertação parte da seguinte indagação: Quais as consequências espaciais da interserção do Neoliberalismo a partir das espacialidades atuais desenhadas pela Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus?

Desse modo, este trabalho pretende realizar um estudo a partir das transformações, vivenciadas pela fase do capitalismo financeiro que tem resultado em novos desdobramentos das relações sociedade/espaço, tornando-se um grande desafio interpretá-las no que tange o período de hegemonia do Neoliberalismo, a consolidação do processo de metropolização e a disseminação do processo financeirização do espaço metropolitano, por intermédio da noção de metropolização do espaço, proposta por Lencioni (2008) que marca a expansão metropolitana pelo território nacional, por meio da financeirização de atividades tipicamente urbanas, como a imobiliária, por exemplo, mas que, neste trabalho, pretende-se ampliar a discussão desse processo para o setor de serviços avançados, em especial para Rede de farmácias Raia Drogasil como estudo de caso, a partir de suas espacialidades materializadas nas metrópoles de Belém e de Manaus.

Antes de dissertar sobre a metropolização do espaço e conseqüentemente da era neoliberal financeira/metropolitana é importante ter em mente como desencadeou-se esse

processo. Dessa forma, a resposta para isso está no entendimento do processo de urbanização que é um fenômeno que tem diferentes acepções que estão inerentes às diversas áreas do conhecimento; é um termo também que já foi apropriado pela sociedade no senso comum, fato que pode comprometer o conteúdo conceitual do termo.

Os profissionais da área de engenharia entendem a urbanização como a implantação de infraestrutura urbana, pois, para eles, as ações que transformam espaços não urbanos em espaços urbanos são consideradas urbanização; já para os demógrafos, a urbanização é explicada pelo aumento das populações das cidades, associando o conceito ao aumento da população urbana em detrimento ao campo. Os arquitetos e os urbanistas analisam a urbanização pela configuração espacial dos conjuntos arquitetônicos, pautados no entendimento das formas e funções urbanas.

A noção de urbanização, pensada na contemporaneidade pelos geógrafos, parte do processo de origem e evolução histórica das cidades, em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com a divisão social do trabalho. Nesse sentido, a urbanização pode ser entendida como processo de movimento e transformação, tendo como perspectiva conceitual, a compreensão da cidade pela noção espaço-tempo e a dialética entre o rural e o urbano, relacionadas com as transformações da divisão social e territorial do trabalho.

A perspectiva que trabalha a urbanização enquanto processo social, permeado em seu cerne pelo seu desenvolvimento capitalista, é a forma pela qual este trabalho pretende seguir no sentido de perceber as transformações dos meios de produção que têm reverberado na produção do espaço metropolitano. Os estudos urbanos, nas últimas décadas, têm apresentado importantes discussões e diferentes correntes do pensamento, onde podemos destacar, de acordo com L'Huillier (2021), o urbanismo funcionalista, escola de Chicago e a Sociologia urbana crítica.

O urbanismo funcionalista é permeado por um raciocínio modernista que enxerga o espaço urbano como elemento neutro, mas não livre de desordem e difusão, propício a ser reconfigurado e reordenado pela intervenção tecnocrática. Já a escola de Chicago, pautada no funcionalismo e no pragmatismo filosófico, percebe o espaço urbano por meio de fenômenos tanto bióticos quanto culturais dos indivíduos que podem ser alterados a partir dessas relações sociais (L'HUILLIER, 2021).

Por fim, a sociologia urbana crítica trabalha o espaço urbano a partir da corrente marxista, visualizando o espaço urbano como eminentemente social, produto das relações sociais e ao mesmo tempo é o que garante a reprodução das relações estruturais do modo de produção capitalista, permeado pela dimensão econômica, política e ideológica (L'HUILLIER,

2021).

No que tange a perspectiva urbana crítica, é possível destacar os trabalhos de dois importantes autores Henry Lefebvre (1968) e Manuel Castells (1983). O filósofo francês Lefebvre (1968) tem como ponto de partida examinar a problemática urbana a partir da industrialização, pois, para ele, esse processo caracteriza a sociedade moderna que pode ser definida também como uma sociedade urbana que tem diferenças no que diz respeito ao funcionamento da cidade “a cidade e realidade urbana depende do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, a subordina-las a si” (LEFEBVRE, 1968, p.14).

Desse modo, Lefebvre (1968) faz uma distinção entre a realidade urbana e a realidade industrial que implicou na produção de empresas, fábricas, estabelecimentos, centros bancários e financeiros, técnico e político que alteraram, grandemente, a noção do urbano.

Assim, com o advento da industrialização ocorre um processo induzido o que Lefebvre (1968) denomina de implosão-explosão da cidade que seria o espraiamento do fenômeno urbano para uma grande parte do território, onde esses territórios passam a serem permeados pelo tecido urbano que são malhas desiguais com grandes diferenciações regionais, pautadas pela lógica da divisão técnica e social do trabalho, ou seja, ele não limita-se apenas a morfologia urbana.

Lefebvre (1968) distingue três períodos que marcam a ampliação da sociedade urbana: o primeiro período é caracterizado pelo processo de industrialização que destruiu a realidade urbana pela política e a ideologia conduzida por uma estratégia de classe, onde o social urbano é negado pela economia industrial. No segundo período, a urbanização amplia-se e ocorre a generalização da sociedade urbana e produz uma nova cidade e centralidade. Já no terceiro período ocorre a substituição das centralidades antigas pelo centro de decisão, marcado por uma centralidade burguesa.

As contribuições de Lefebvre (1968) são imprescindíveis aos estudos urbanos no que diz respeito a elaboração de uma perspectiva metodológica científica, oriunda do materialismo histórico e dialético que apreende a realidade urbana a partir do cotidiano, analisando a modernidade, o papel do Estado, a consciência humana por meio de dois conceitos basilares da teoria marxista: a *práxis* e a alienação como elementos-chave da percepção de processos sociais, obtida por meio do exame histórico e espacial, pois é no espaço que está materializado o modo de vida, a ideologia que com o desenvolvimento capitalista instaurou-se um novo sentido de espaço que necessita ainda ser melhor decifrado.

Já o sociólogo espanhol Manuel Castells (1983) propõe a definição do urbano em termos de reprodução coletiva da força de trabalho e da cidade, em termos da unidade do processo de reprodução, pois, para esse autor, o reconhecimento da problemática urbana está relacionado com a existência da ideologia urbana que dificulta o entendimento da realidade em 'prol' de interesses da classe dominante, propondo identificar esses problemas a partir de uma noção empírica para posteriormente os tratar teoricamente, visto que, para Castells (1983), qualquer um que deseje estudar a cidade, deve estudar o capital, a produção, a distribuição, a política, a ideologia e as classes sociais.

A problemática urbana, para Castells (1983), está relacionada em saber qual é a especificidade do trabalho e quais são as relações da reprodução coletiva da força de trabalho? Dessa maneira, tentar responder tal questão, parte da noção do espaço enquanto conjuntura da articulação de práticas históricas concretas, por isso, torna-se fundamental a simplificação social das diferentes formas e tipos de espaço que estão relacionados com os modos de produção e formação sociais, pois, cada estágio de um modo de produção, implica em uma divisão distinta do espaço sob o domínio do modo de produção capitalista, existindo uma organização específica para cada um dos elementos do processo de produção imediata: força de trabalho, meios de produção e reprodução, a gestão dos processos de trabalho e o espaço do processo de circulação de capital.

Portanto, o cerne da problemática urbana, em Castells (1983), está relacionado com a especificidade espacial dos processos de reprodução da força de trabalho e dos processos de reprodução dos meios de produção, isso leva a pensar que a organização do espaço em unidade específica e articulada estão de acordo com a lógica dos arranjos e dos ritmos parciais de produção, imbricados com as diferenciações regionais, isto é, com o desenvolvimento desigual dos setores econômicos da exploração desigual dos recursos naturais, concentração dos meios de produção em condições favoráveis, o que é denominado de disparidades regionais.

Assim, a realidade geográfica-social está diretamente relacionada com a organização espacial da reprodução da força de trabalho, pois, para Castells (1983), existem peculiaridades ideológicas regionais que apontam as especificidades espaciais da organização dos meios de produção, ou seja, a unidade urbana não seria isso para ele, em termos de produção, visto que apresenta outra característica específica, de acordo com o espaço cotidiano de uma fração delimitada pela força trabalho.

A noção do urbano para este autor parte da apreensão dos processos enquanto unidades de reprodução coletiva da força de trabalho no modo de produção capitalista, onde a cidade configura-se com a conotação genérica de unidades urbanas, logo, os espaços de produção e

consumo no capitalismo monopolista estão permeados por uma organização e desenvolvimento desigual dos meios de produção e dos meios de consumo, não se fixando enquanto espaços definidos, e sim pautados pela divisão social e técnica do trabalho.

Portanto, as contribuições de Castells (1983) sobre o fenômeno urbano, estão em perceber as particularidades regionais, visto que o modo de produção capitalista acarreta disparidades regionais, gerando especificidades espaciais que implicam em organizações diferenciadas dos meios de produção e, conseqüentemente, causa a reprodução coletiva da força de trabalho diferenciada em determinadas regiões.

Um dos cerne da questão urbana da obra de Castells (1983) está em compreender a dimensão ideológica desse processo que implica em mascarar a realidade em ‘prol’ dos interesses da classe burguesa que conduz suas ações, mediante a lógica do capital; por isso, pensar os processos urbanos a partir dessa lógica pode ser um importante caminho para desvendar a complexa e contraditória realidade urbana.

Contudo, por intermédio da perspectiva crítica dos estudos urbanos, esta pesquisa pretende apreender o fenômeno de metropolização a partir de uma metodologia que examine historicamente a organização espacial dos meios de produção, de consumo e como ocorre a reprodução coletiva da força de trabalho, considerando as especificidades do processo, inerentes ao modo de produção capitalista.

Para analisar o processo de metropolização de Belém e de Manaus sob a ótica neoliberal torna-se necessário fazer primeiramente uma breve reflexão de como iniciou esse processo no Brasil, para posteriormente relacioná-lo com o tema central deste trabalho.

O processo de urbanização brasileira está marcado pela modernização do campo que repeliu os trabalhadores da agricultura na direção das cidades. Concomitantemente a isso, desenvolveu-se uma indústria incipiente que não conseguiu absorver essa mão de obra, oriunda do campo, resultando em uma hipertrofia do setor terciário, marcado por formas modernas e primitivas, que não remuneram bem e não dão conta da demanda de oferta de empregos.

Até o fim da segunda guerra mundial, segundo Santos (1993), a economia das capitais dos estados brasileiros estava ligada à agricultura, realizada nas zonas de influência, nas funções administrativas públicas e privadas, com características ainda de um arquipélago, constituído por subespaços dispersos, com algumas relações com o mundo exterior.

A partir de meados do século XX, como bem apontou Santos (1993), o Brasil passa a entrar na lógica da industrialização que não pode ser entendida apenas como a criação de atividades industriais nos lugares, e sim como processo social complexo que necessita da formação de um mercado nacional, assim como a construção de equipamentos no território para

torná-lo integrado.

A industrialização brasileira impactou diretamente, influenciando em mudanças estruturais no espaço interno das cidades, na produção social das formas espaciais e na consolidação do capitalismo, pois o espaço configura-se na concretização e na materialização do modo de produção, e a cidade como a manifestação dessa concretização.

Além disso, a industrialização modificou também a estrutura do campo, visto que a cidade passou a ser o lugar que concentra a força de trabalho, os meios de produção e, principalmente, o lugar da gestão das decisões que orienta os modos de produção e comanda a divisão territorial do trabalho, determinando o papel do campo na economia capitalista, onde destaca-se a eliminação da produção de subsistência, pela especialização das unidades produtivas.

Por isso, a industrialização do campo ocorreu devido ao aumento da produtividade, pela ampliação da capacidade de produção agrícola, mediante o uso de formas de produção da indústria pelo campo, destacando a especialização da produção e da mecanização. O campo tornou-se altamente dependente do urbano, ampliando o número de cidades e formando grandes áreas metropolitanas, onde estão acentuadas as relações do capital, principalmente a divisão social do trabalho.

Nesse sentido, Santos (1993) aponta três aspectos importantes para consolidação desse processo:

- a configuração territorial que é o conjunto de sistemas de engenharia que permite a criação de condições de trabalho de acordo com os anseios da época, principalmente ligados ao sistema de transporte de telecomunicações e de energia;
- o desenvolvimento da produção material tanto industrial quanto agrícola, a estrutura de circulação e distribuição, e sua disseminação pelo território; por último, mas não menos importante
- a expansão das formas não materiais, como saúde, educação, lazer e informação.

A urbanização também contribuiu para a diminuição da taxa de natalidade, redução da mortalidade devido aos progressos sanitários, possibilitando o aumento populacional e a participação dos mais pobres no consumo por meio de sistemas de créditos que contribuíram para a expansão industrial.

Tabela 1 – População residente brasileira, Urbana e Rural, e proporção da população urbana 1940-2022

Ano	População Rural Residente, em milhões de habitantes	População Urbana Residente, em milhões de habitantes	População Urbana (%)
1940	28.356	12.880	31,2
1950	33.162	18.783	36,2
1960	38.767	31.303	44,7
1970	41.054	52.085	55,9
1980	38.566	80.436	67,6
1991	37.500	112.500	75,0
2000	32.300	137.700	81,0
2010	31.200	163.800	84,0
2015	31.400	173.550	84,7
2022	29.370	173.730	85,5

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE, censos demográficos 1940 a 2022.

A Tabela 1 mostra o crescimento da população urbana que foi principalmente mais acelerado a partir de 1950, período em que a população nacional deixou de ser predominantemente rural para tornar-se a maioria urbana. Em 2022, a população urbana chegou a 85,5 %, tendo mais de 173 milhões de habitantes, vivendo em áreas urbanas.

A partir de 1970 como reforça a Tabela 1, a urbanização ganha outra dimensão tanto quantitativa quanto qualitativa, com a expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda, a difusão da rede de transportes e a divisão social do trabalho mais acentuada, exigindo que a função de centro regional determine maiores níveis de concentração demográfica e de atividades, o que culminou com o processo de metropolização.

Para além disso, Santos (1993) propõe a construção de uma metodologia para análise urbana que deve se ater à leitura da compreensão escalar da dimensão urbana da realidade

contemporânea não podendo ir adiante, sem o entendimento das escalas das cidades que permitem por meio da materialização do processo a apreensão das especificidades e generalidades que estão imbricadas com a dimensão do global e do local. Assim, a cidade expressa a articulação entre o local e o global e essas diferentes escalas espaço-temporais emergem como condição para construção metodológica da análise urbana. Como reforça o trecho a seguir:

É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo. Dadas suas especificidades. Não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção voltada para as diferenciações e geografização das variáveis inerentes à nova maneira de produzir. Hoje a região, o regional e a regionalização têm de ser assim entendidas. (SANTOS, 1988, p.47-48).

Todavia, a cidade como materialização da urbanização sintetiza suas condições de lugar, das manifestações, do global e do local, constituindo-se enquanto espacialização que expressa à temporalização prática, tendo o tempo cotidiano, que pode ser visto também como o lugar do acontecer, coexistindo confiantemente, pois de um lado, o espaço local, que é o da vida; e de outro, um espaço global “habitado”, sendo um processo racionalizador que tem estratégias e ações de origem distante, implementados por meio de objetos e normas.

Uma das características mais latentes observadas por Milton Santos sobre a urbanização nos países subdesenvolvidos foi a formação dos dois circuitos da economia urbana publicado em sua obra: *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1979), possuindo uma proposta teórica mais ajustada a realidade dos países subdesenvolvidos, tentando ir além de formulações e teorias formuladas nos países desenvolvidos. Como corrobora o trecho abaixo:

O espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. (SANTOS, 1979, p. 15).

O circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas; já o circuito inferior é constituído por formas de fabricação não- capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos a

varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão. A existência desses circuitos é de consequência denominada pelo autor de modernização tecnológica. (SANTOS,1979).

O circuito inferior compreende para Santos (1979) em um circuito não moderno formado pela pequena produção manufatureira, artesanal, o pequeno comércio contendo uma multiplicidade de serviços, tudo isso altamente dependente do circuito superior, pois sua existência e sua manutenção são decorrentes das desigualdades produzidas pela modernização excludente.

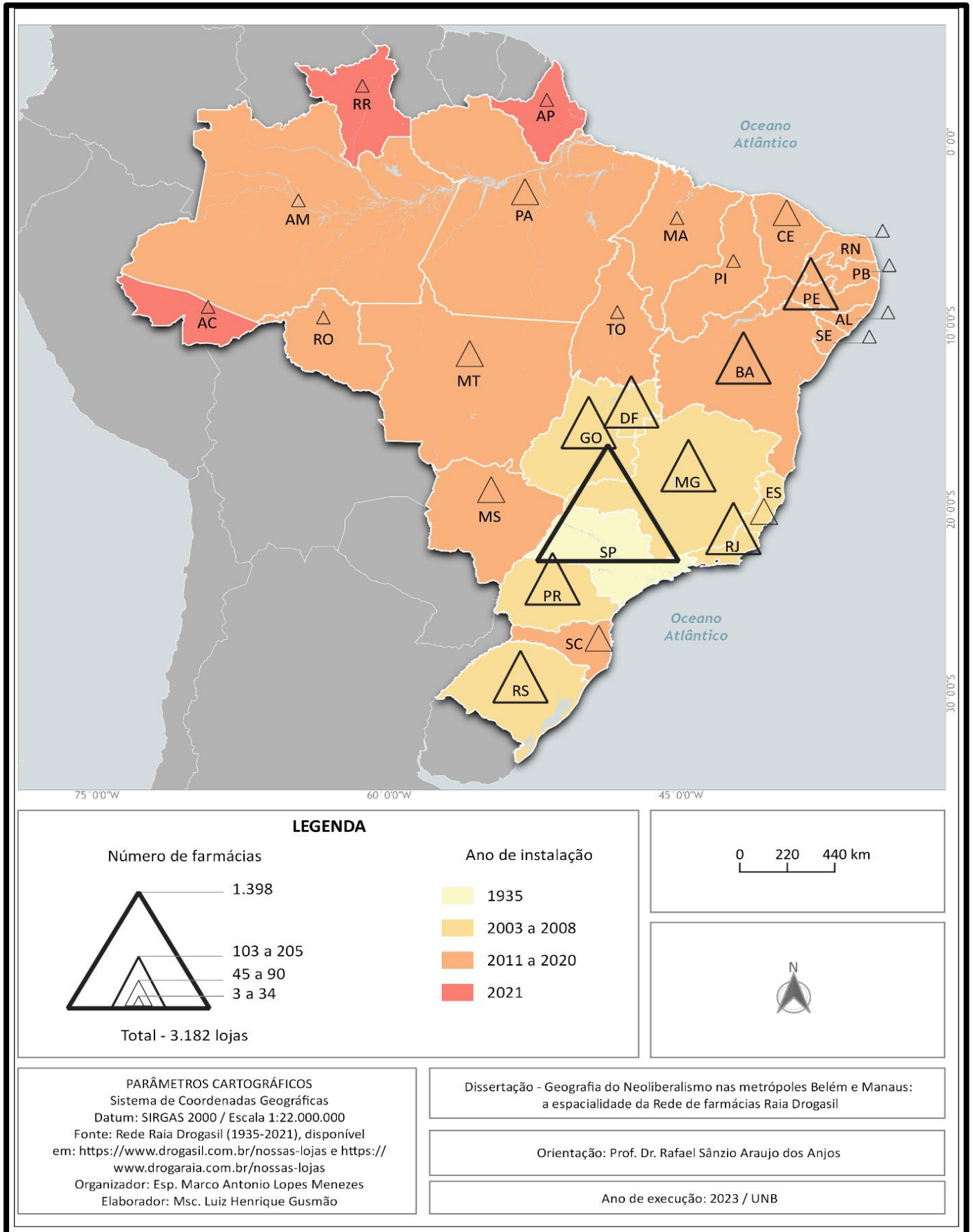
Santos (1979), propõe alternativa para superar as desigualdades produzidas pela modernização tecnológica, ligadas a uma organização do espaço mais capaz de favorecer a redistribuição dos recursos nacionais, ou seja, que promova uma distribuição mais equitativa dos recursos dos homens no espaço, substituindo assim a noção de produtividade econômica para a idéia de produtividade social.

Dessa maneira, esta pesquisa tem por motivação refletir acerca do período atual, considerando as transformações do modo de produção capitalista no sul global que tem reverberado em escala global, nacional, regional e metropolitana, caracterizada pelo espraiamento do processo de metropolização no território, embora com graus de intensidades distintos, ainda mais ao tratar-se da realidade brasileira, caracterizada por grandes disparidades regionais. Para investigar esse contexto, optou-se na realização do estudo de caso sobre a Rede de farmácias Raia Drogasil, pois acredita-se que este estudo possibilitará compreender melhor essas transformações espaciais que tem se manifestado nos últimos anos, especialmente nas metrópoles de Belém e de Manaus.

A partir desse preâmbulo para situar a era neoliberal financeira/metropolitana, o Mapa 1 apresenta a expansão da Rede de farmácias Raia Drogasil no território nacional a partir de 1935 ano que a Rede Drogasil foi criada até 2021. Constata-se que a Rede, fundada no estado de São Paulo passa a expandir-se pelo país a partir de 2003, em direção aos estados da região Sudeste e Sul e parte do Centro-Oeste, e a partir de 2011 espraia-se para a região Nordeste e Norte, instalando-se em todos os estados brasileiros em 2021.

A expansão da Rede de farmácias Raia Drogasil ajuda a pensar na disseminação da lógica neoliberal metropolitana/financeira no território brasileiro, consolidada a partir da nova divisão regional do trabalho. Nesse sentido, Santos (1994) argumenta que haveria uma nova divisão metropolitana do trabalho no Brasil, que passou a contar com ascensão de Brasília e que juntamente com São Paulo e o Rio de Janeiro centralizaram sua primazia em escala nacional.

Mapa 1 – Expansão da Rede de farmácias Raia Drogasil no Brasil (1935-2021)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Assim, Santos (1994) destaca que a cidade de São Paulo passou a ter a primazia no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, devido a sua produção material e intelectual, tendo hegemonia em todo território nacional; e é onde são mais intensas as relações internacionais. A nova divisão internacional do trabalho para esse geógrafo tem a necessidade de artificializar, ainda mais, o meio de vida e do trabalho a partir da tecnosfera que é a base científica e uma psicosfera também artificializada, por isso, os sistemas objetos respondem como infraestruturas e adotam, como lógica central, o processo de produção capitalista, mas, para isso, torna-se fundamental a conformação das mentes, pautadas pela imersão do consumo (psicosfera).

A mundialização dos lugares permite, segundo Santos (1994), a criação de lugares especializados que têm uma tipologia limitada de atividades exigentes de infraestruturas precisas e também a especialização de lugares complexos que são as metrópoles e as grandes cidades, onde o meio humano permite a multiplicidade de atividades, localmente complementares nos diversos subespaços metropolitanos que no caso das grandes cidades do terceiro mundo, têm sua modernização incompleta, pois, devido a divisão internacional do trabalho, dependem das condições inerentes a cada Estado-nação que, no caso brasileiro, a região mais privilegiada nesse processo é a sudeste, tendo as suas metrópoles, os lugares mais privilegiados e também algumas cidades médias, formadas com o desenvolvimento agrícola e industrial mais avançado.

Por isso, Santos (1994) salienta o grau de concentração de atividades econômicas e de população conhecida como a região concentrada, localizada no entorno das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte na região sudeste do país, revelando, dessa maneira, uma concentração altamente desigual do território brasileiro, onde a metrópole paulista, nas últimas décadas do século XX, despontou como o principal centro urbano, não somente do país, mas também da América Latina.

Santos (1994) analisa os três principais centros urbanos do país: a capital federal Brasília, que ascendeu como capital política do país; Rio de Janeiro que, mesmo com a transferência da capital federal para o Centro-Oeste e com o desenvolvimento de São Paulo, ainda, tem configurado-se como a capital cultural do país, com a instalação de importantes veículos de comunicação, jornais, redes de televisão, empresas de publicidades etc.; e São Paulo que configura-se como a principal metrópole brasileira, devido a maior concentração de empresas, serviços, centros financeiros, produção científica e acadêmica.

Desse modo, Leopoldo (2017) amplia a concepção da divisão metropolitana de Santos (1994), incorporando outras importantes metrópoles, como : Fortaleza, Salvador ,Recife,

Belém, Manaus, Goiânia, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, que têm se tornado, cada vez mais, nacionais no território brasileiro e também no plano regional, uma vez que vem ocorrendo uma divisão metropolitana do trabalho entre as centralidades, os espaços produtivos, os subúrbios metropolitanos, na produção de Regiões Metropolitanas, da metrópole – região e da megalópole, visto que para esse autor também tem acarretado em uma nova divisão metropolitana do trabalho entre os espaços da vida privada, do trabalho e do lazer.

A geógrafa Sandra Lencioni (2008) advoga que a compreensão da era neoliberal contemporânea está centrada no processo de metropolização, visto que a metrópole contemporânea permite perceber a consolidação de uma nova época que possibilita novos arranjos e espacialidades para reprodução do capital e ainda configura-se como produto do capital, onde sua determinação está pautada no capital imobiliário e financeiro, entretanto, essa autora propõe pensar a regionalização a partir da metrópole paulistana por meio da perspectiva de metropolização do espaço.

Essa noção parte da ideia de que a cidade desenvolveu-se e tornou-se metrópole, expandindo-se o que Lefebvre (1968) denominou de implosão-explosão da cidade, a partir de então, a cidade passou a ser superada pela metrópole e suas transformações metropolitanas que espalham-se para além das áreas metropolitanas. Porém, de acordo com Leopoldo (2017), a cidade configura-se, ainda, enquanto condição de centralidade e possibilidade, mas agora marcada pela policentralidades, configurando, assim, a forma da metrópole e sua Região Metropolitana fragmentada e dispersa.

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa partiu da ideia de compreender a era neoliberal a partir de suas espacialidades que expressam o espaço enquanto produto social, embasado na perspectiva de Lefebvre (1968) que considera o espaço uma totalidade e contradição máxima, sendo que, no período atual, inaugura um segundo nível de transição do espaço abstrato (Industrial/urbano) ao espaço negativo (financeiro/metropolitano).

Para Lencioni (2008), as Regiões Metropolitanas constituem-se como polos de desenvolvimento com a finalidade de organizar políticas estruturadoras do ordenamento territorial, denominada, por essa autora, de regionalização metropolitana que passou a ganhar mais força a partir da década de 1990. Já para Leopoldo (2017), o desenvolvimento metropolitano ou o movimento de regionalizar o espaço, a partir da metropolização, não significa uma ação apenas de cunho político-administrativo, e sim concomitantemente social, econômico e cultural, reestruturando o espaço de formas diferenciadas, configurando-se como a nova regionalização brasileira que passa estar assentada ao movimento de reprodução da metrópole.

Assim, o contexto contemporâneo nacional, para Leopoldo (2017), é marcado pela metropolização regional que seria a simultaneidade entre a concentração e a difusão das formas e conteúdos metropolitanos, permeados pelo desenvolvimento regional e desigual, estruturados por um conjunto de Regiões Metropolitanas dissipadas pelo território com graus de intensidade econômica e política distintas.

Essa nova regionalização do país, para Leopoldo (2017), é baseada na metropolização regional e na globalização financeira, marcada por limites contínuos e descontínuos em constante redefinições do território nacional, além da homogeneização, hierarquização e fragmentação da sociedade. Por isso, a era neoliberal assinala a reprodução da metrópole no sentido de tornar visível o processo de metropolização, marcado pela formação metropolitana para além das suas Regiões Metropolitanas estabelecendo, dessa maneira, complexas espacialidades, centralidades, atividade econômicas, modelos políticos, produtos imobiliários e os serviços avançados, sendo que, toda essa **trama financeira/metropolitana** e as configurações das metrópoles processadas nas diversas escalas geográficas expressam reprodução desigual de sua forma e conteúdo.

O movimento de transformação capitalista é o que pauta o desenvolvimento deste projeto teórico e empírico a partir da percepção da era neoliberal que assinala a transição do capitalismo financeiro, período que Leopoldo (2017) chama de metropolitano/financeiro em detrimento ao capitalismo industrial, no sentido de compreender o espaço-tempo capitalista contemporâneo a partir da noção de continuidade, de não ruptura, de desdobramento crítico para além da economia urbano-industrial.

Leopoldo (2017) aponta também para a transição de uma economia urbano/industrial para uma economia metropolitana/ financeira, pois, para ele, a condição necessária para o capitalismo financeiro é o espaço metropolitano, assim como no capitalismo industrial esteve assentado no modelo urbano/industrial.

Além disso, uma das características acentuadas na era neoliberal é que assim como existem arranjos econômicos, sociais e espaciais mais desenvolvidos, o período metropolitano/financeiro é marcado pela diferenciações entre as diversas regiões do globo, coexistindo economias com características do período agrário-comercial e também da economia urbano-industrial, por isso, o desenvolvimento do capitalismo deve ser levado em consideração as discontinuidades tanto espaciais quanto históricas, assim como a homogeneização, onde são difundidos diferentes graus de complexidade e de intensidade em escala global .

No que tange à escala nacional, a era neoliberal também manifestou-se com intensidades

distintas, a partir de 1990, mas que de acordo com Leopoldo (2017), as necessidades políticas econômicas começaram a moldarem-se desde de 1970 com a criação de Regiões Metropolitanas que passaram a proliferarem-se pelo país com os processos de globalização e de regionalização.

Portanto, pensar as espacialidades da Rede de farmácias Raia Drogasil em Belém e em Manaus é analisar sobre a era neoliberal (metropolitana/financeira), a partir da noção de Lencioni (2008) que pensa a produção do espaço no século XXI por meio da regionalização, metropolização e financeirização, mediante uma perspectiva multiescalar, visto que implica em pensar no global, nacional, regional, da metrópole ao metropolitano, da cidade ao urbano, e suas espacialidades.

Compreender as implicações, a partir das espacialidades da era neoliberal nas metrópoles de Belém e de Manaus, é pensar no que Harvey (2004) chamou da produção de uma rede financeira global nucleada por centros financeiros hierarquizados, formados pela dispersão de empresas transnacionais, de bancos, centros financeiros o que tem gerado a produção do espaço metropolitano, derivado da metamorfose de uma empresa, de um ativo financeiro, de um ativo imobiliário em um ativo financeiro.

Por fim , analisar as espacialidades, produzidas a partir do estabelecimento da era neoliberal nas metrópoles de Belém e de Manaus, é considerar uma Geografia com perspectiva multiescalar que considere desde a escala global à escala nacional, à escala regional e a escala metropolitana, ou seja, uma perspectiva que reflita sobre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, guiado pela era neoliberal que, nas últimas décadas, espalhou-se pelo globo terrestre, não apenas em sua perspectiva econômica, mas também no que diz respeito a sua **reverberação espacial**.

1.2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO

Esta pesquisa tem por temática norteadora pensar a **relação do Neoliberalismo com o processo de metropolização**, tendo como recorte espacial as metrópoles de Belém e de Manaus. Para isso, buscou-se analisar as publicações acadêmicas acerca desse assunto por intermédio do levantamento bibliográfico e Estado da Arte (ver TABELA 2). Situação que permitiu constatar uma diversidade de pesquisas por se tratar de um tema abrangente. Logo, verificou-se a necessidade de classificar 08 eixos temáticos distintos: 1) Planejamento urbano/Governança metropolitana; 2) Expansão Metropolitana; 3) Expansão Imobiliária; 4) Expansão do Setor de Serviços; 5) Teórico-metodológico; 6) Transportes metropolitanos; 7) Resistência de Grupos sociais; e 8) Capital/Trabalho.

O eixo temático de Planejamento Urbano/ Governança Metropolitana tem trabalhos que

abordam o planejamento e a gestão metropolitana a partir de análises de documentos oficiais como os planos diretores municipais e também analisam a construção de grandes obras de infraestrutura metropolitana com o intuito de compreender as ações do Estado, frente à expansão capitalista, que marcam a era neoliberal contemporânea.

A maioria dos trabalhos encontrados corroboram que a experiência metropolitana tem privilegiado um planejamento estratégico, direcionado para atender as demandas do capital por meio de necessidades espaciais, voltadas para a criação de infraestruturas de grandes empresas internacionais e nacionais, evidenciando a produção de espacialidades urbanas que apontam as contradições entre os investimentos públicos em infraestrutura urbana.

Essas pesquisas têm apontado que a partir de 1970 tem ocorrido a intensificação do processo de metropolização e concomitantemente um fracasso no planejamento e na governança metropolitana, expressa na ampliação da pobreza, na precarização de infraestrutura e nos equipamentos urbanos, na fragmentação do espaço metropolitano e na precariedade dos serviços urbanos em detrimento a valorização da terra urbana o que tem resultado na ampliação dos conflitos sociais, ligados à apropriação do território pelos agentes sociais hegemônicos.

A era neoliberal, para maioria dos autores pesquisados, tem contribuído para que o Estado privilegie o interesse de ser o financiador de infraestrutura por intermédio de grandes obras e projetos de intervenção urbana, em parceria público-privada, com intuito de conter a queda da taxa de lucro por meio de investimentos, principalmente em infraestrutura, transportes e comunicações que assinalam a crise da economia urbana da metrópole fordista-keynesiana.

Esses estudos apontam que com a crise do modelo fordista-keynesiano ocorreu um enfraquecimento do planejamento regional que passou apenas a se limitar a cumprir a lógica de produção e reprodução do capital, permeada pelo desenvolvimento do capitalismo financeiro, cuja principal característica é a contradição entre o Estado e o capital, o que culmina na formação do espaço metropolitano cada vez mais homogeneizado, fragmentado e segregado.

Essas transformações espaciais, de acordo com essas pesquisas, permitem perceber a reestruturação produtiva do capital por meio da desindustrialização das metrópoles, a decadência de áreas centrais urbanas e a ascensão do setor de serviços avançados, pautados na gestão e finanças e em grandes empresas de capital aberto que se dispersam pelo território, conformando, assim, novas centralidades por meio de grandes superfícies comerciais e de megaempreendimentos na periferia, organizada pela ideologia neoliberal de planejamento e governança metropolitana.

O eixo temático Expansão Metropolitana consiste em estudos urbanos que discutem o crescimento metropolitano nas décadas nos principais centros urbanos brasileiros. As pesquisas

sobre essa temática têm apontado para a difusão do processo de metropolização do espaço no território brasileiro, inclusive em espaços não metropolitanos e em espaços rurais.

É discutido a produção de espacialidades urbanos-rurais, onde o urbano cada vez mais torna-se hegemônico, sobretudo na sua dimensão ideológica, esse processo, cada vez mais, tem se intensificado a partir da disseminação da especulação imobiliária pelo território, amparado por interesses privatistas, seja pela ação ou mesmo pela omissão do poder público, o que tem gerado um tecido urbano, cada vez mais disperso, fragmentado e segregado socialmente.

Essas produções acadêmicas apontam também para uma grande dependência do sistema rodoviário regional, ligado diretamente à produção corporativa e especulativa do espaço metropolitano que tem apresentando a ausência de critérios nas ações de planejamento e gestão urbana para a promoção do ordenamento espacial mais adequado.

O desenvolvimento do capital financeiro, juntamente com a valorização do espaço, tem resultado na constituição de centros financeiros em áreas degradadas, na remoção das populações mais pobres e na formação de novas áreas de habitação precárias, constituindo novos centros de serviços e conseqüentemente novas centralidades metropolitanas.

A maioria desses estudos apontam a relação entre o urbano–rural, cada vez mais, entrelaçada, onde a metrópole expande-se para além dos seus limites, conformando, assim, em um espaço metropolitano cada vez mais desigual e fragmentado.

Já o eixo temático de Expansão Imobiliária tem publicações que avaliam a proliferação imobiliária, pois a maioria dessas pesquisas salientam o controle das principais áreas metropolitanas nas últimas décadas pelo capital imobiliário por meio da construção de empreendimentos residenciais, comerciais, industriais, de alto padrão e de habitações populares.

A produção imobiliária ocorre na ação dos proprietários fundiários, donos de grandes áreas metropolitanas que buscam atrair investimentos do capital financeiro global por meio da comercialização de papéis financeiros no mercado financeiro, mediante uma série de mecanismos especulativos, como: Fundos de investimentos imobiliários, letras de crédito imobiliária, certificados imobiliários, securitização etc.

As intervenções urbanísticas e os grandes projetos de infraestrutura nas metrópoles têm sido guiadas pela ação das grandes incorporadoras e construtoras que drenam grande parte do capital de investidores e da esfera pública que investem na produção do espaço metropolitano com intuito da liberalização de capital fixo e ampliação da acumulação capitalista, em resposta a crise do modelo fordista keynesiano.

A literatura acadêmica aponta também para financeirização do Estado, principalmente

na esfera municipal por meio da criação de empresas de gestão de ativos do patrimônio imobiliário público, a privatização de espaços públicos. A ação do Estado tem culminado na gentrificação de espaços, na dispersão metropolitana, na expansão do tecido metropolitano sob áreas rurais e em territórios de populações tradicionais e o alto endividamento das famílias tanto da classe média e especialmente das populações mais pobres no que diz respeito ao consumo de habitações populares, vinculados aos programas habitacionais, fomentados pelo Estado brasileiro em parcerias público –privadas.

Essas pesquisas corroboram que, no Brasil, notadamente, a partir de 1990, ocorreram mudanças na legislação no que tange às leis de zoneamento do uso e da ocupação do solo urbano que favoreceu particularmente na financeirização do espaço metropolitano, por meio da especulação imobiliária o que tem contribuído para uma maior expropriação da classe trabalhadora, pautada na disseminação da perspectiva de empreendedorismo urbano e gestão urbana, baseado em uma corrente de pensamento neoliberal, onde a produção espacial é altamente controlada pelo setor privado, contribuindo, desse modo, nas últimas décadas no espraiamento metropolitano, altamente fragmentado e segregado, adotando como estilo de vida uma perspectiva privatista e, cada vez mais, esvaziada do debate político acerca do direito à cidade.

O eixo temático da Expansão do Setor de Serviços discute a reverberação da expansão de grandes redes de empresas no território nacional, sobretudo as que atuam no atacado e no varejo e também a outros empreendimentos comerciais, como *shopping centers* que também têm impactado na dinâmica metropolitana contemporânea.

A literatura aponta para ampliação do capital comercial varejistas que, em muitos casos, está subordinado à lógica global de investimentos, marcado pela inovação técnica, reestruturação, expansão, modernização e concentração financeira. As políticas de liberalização e desregulamentação, nas últimas décadas, tem buscado uma maior rentabilidade dos países centrais de economia capitalista global o que tem acarretado em investimentos em empresas de capital aberto, na aquisição e na fusão de grandes redes varejistas que, devido possuem uma grande gama de capital, conseguem proliferar mais rapidamente no território nacional.

A expansão do setor de serviços, como apontam as principais pesquisas, têm contribuído para o surgimento de novas centralidades no espaço metropolitano que concomitantemente está interligado com a produção imobiliária, alterando a dinâmica de consumo para outras áreas, denotando a perspectiva de planejamento estratégico, pautado no empresariamento urbano que segue a lógica do capital de transformar o espaço em distintos pedaços e em diferentes empreendimentos, levando a formação de uma metrópole de serviços difusa, policêntrica e

fragmentada.

Outra característica importante, apontada por esses estudos, é que o setor de serviços tem por característica atrair pessoas com baixo nível de qualificação profissional, gerando, assim, alto nível de subemprego, marginalização e precarização do trabalho.

O eixo temático Teórico-Metodológico discute teorias e perspectivas sobre o fenômeno urbano contemporâneo, bem como as novas abordagens metodológicas acerca dessa temática, sendo que as principais pesquisas apontam que a era neoliberal tem consolidado o processo de metropolização que passa a estar intimamente ligado a concentração do poder econômico em atividades, como: o comércio regional, a indústria, o sistema financeiro, o surgimento de novas tecnologias de informação e a comunicação controladas por grandes corporações globais.

Assim, a lógica capitalista neoliberal está baseada na acumulação de bens de formas diferenciadas de extração de renda por meio da metropolização do espaço que torna-se, cada vez mais, mercadorizado, caracterizado por um tecido urbano difuso e espreado o que acaba dificultando, em grande medida, o planejamento metropolitano, gerando um mosaico de espacialidades que expressam as desigualdades ligadas ao acesso a técnicas de segurança, comunicação, urbanismo, informação e transportes.

O Eixo temático Transportes Metropolitano analisa os grandes projetos e obras de infraestrutura nos transportes metropolitanos que tem contribuído para grandes transformações do eixo viário de importantes centros metropolitanos do país. Esses estudos têm destacado que a reestruturação dos transportes metropolitanos está intimamente ligada com os processos de dispersão e com o surgimento de novas centralidades, impactadas pelas grandes obras de infraestrutura que têm alterado os fluxos urbanos e possibilitam compreender os diversos circuitos presentes na economia metropolitana.

As pesquisas sobre os transportes metropolitanos têm permitido perceber a metropolização enquanto expansão assimétrica e segregada do desenvolvimento desigual dos núcleos metropolitanos, caracterizada por uma forma dispersa e fragmentada, onde é defendida a tese da urbanização planetária, marcada pela descentralização das áreas metropolitanas e na formação de policentralidades, devido a instalação principalmente dos serviços avançados, contribuindo para fragmentação do tecido urbano.

O tecido metropolitano torna-se cada vez mais esgarçado, mas, ao mesmo tempo, não acompanha a expansão de sistema de transportes e de uma rede de infraestrutura de serviços básicos. O Estado passa a adotar a perspectiva hegemônica neoliberal que não enxerga os cidadãos como cidadãos, e sim como consumidores, contribuindo para o esvaziamento político e também para perda da noção de espaço público.

O processo de neoliberalização desestrutura e reestrutura as coerências espaciais anteriores, marcadas pelo surgimento de novas alianças de poder e guiadas por formas financeirizadas de acumulação e estratégias competitivas de empreendedorismo urbano, por meio da busca de novos espaços de reprodução em diferentes escalas geográficas.

Os estudos dos transportes metropolitanos têm destacado a hegemonia de grupos econômicos, em detrimento a perda de influência do Estado em sua capacidade de decisão, trocando o modelo patrimonialista anterior pela auto regulação de mercado, onde empresas globais buscam uma acumulação mais flexível no espaço metropolitano por meio da construção de infraestrutura viárias e estruturas logísticas, permeadas por uma perspectiva de reestruturação territorial, do planejamento e da gestão que atenda às necessidades do capital e do mercado, ampliando, assim, as desigualdades nas metrópoles, ligadas com a produção, o consumo e na negação do direito à cidade.

O eixo temático Resistência de Grupos Sociais salienta como determinados grupos sociais resistem aos desdobramentos da era neoliberal, como exemplo, os processos de gentrificação, segregação espacial e espoliação que excluem grande parte das populações que habitam as principais metrópoles nacionais.

Essas pesquisas têm destacado a atuação da esfera pública e privada como os principais responsáveis pela dinâmica urbana que estão cada vez mais afastadas da justiça social e apenas estão servindo de base para a circulação e reprodução da capital.

As populações metropolitanas, diante da perspectiva neoliberal contemporânea, são tratadas apenas como investidores e consumidores, pautadas em uma lógica empresarial especulativa que tem como consequência a gentrificação e a segregação das populações mais pobres, resultando em inúmeros movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade e a reforma urbana.

As principais publicações, desse eixo temático, são as que expressam muito bem a resistência de grupos sociais, refletidas nas ocupações urbanas, nos movimentos sociais que lutam pelo direito de habitar a cidade e discutem novas formas de afirmação política em resposta à mercantilização do espaço metropolitano.

E por fim, o eixo temático do Capital/Trabalho avalia principalmente as relações de trabalho no contexto da era neoliberal que tem sido marcada em sua maioria pela precarização das relações entre o Capital/ Trabalho, por meio da retirada de direitos trabalhistas, piores condições de trabalho, formação de novas subjetividades, aumento do trabalho informal, entre outras.

A maioria dos estudos desse eixo revelam que o período contemporâneo é marcado pela

perda de direito dos trabalhadores, no desaparecimento de profissões e no surgimento de novas profissões, mediadas por recursos tecnológicos. Desse modo, essas pesquisas reforçam que o entendimento da mobilidade do trabalho ajuda a entender as novas formas de acumulação de capital por meio da produção do espaço, de suas contradições e das articulações econômicas.

Uma das principais características da era neoliberal, apontada nesses estudos, é a atividade do setor de serviços, configurando-se com principal absorção de empregos formais, mas que oferecem empregos com baixa remuneração, além de não suprirem, a demanda contribuem para um alto grau de desemprego, trabalhos cada vez mais precarizados, maior vulnerabilidade das populações excluídas, gerando a segregação de gênero, da étnica e das populações oriundas de áreas rurais e no aumento exponencial do trabalho informal.

Além disso, as pesquisas que abordam essa temática corroboram que a precarização do trabalho seria uma resposta do capital em superar as crises cíclicas do capitalismo por meio da implementação de novas tecnologias de informação que visam a diminuição de vínculos trabalhistas com os trabalhadores, almejando austeridade fiscal.

A reestruturação produtiva, marcada pela abertura comercial e, conseqüentemente, a desestruturação da esfera produtiva que, no caso brasileiro, tem gerado maior dependência do setor de serviços no espaço metropolitano e no dismantelamento político da classe trabalhadora, resultando no enfraquecimento de sindicatos e em reformas na legislação trabalhista.

Todavia, a maioria dos estudos sobre a relação do Neoliberalismo com o processo de metropolização estão concentrados nas metrópoles São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte e Porto Alegre. Com relação às metrópoles de Belém e de Manaus foram encontrados apenas 07 e 05 trabalhos, respectivamente, o que denota ainda uma carência dos estudos metropolitanos em ambos estes centros urbanos, mostrando uma temática ampla e fértil para produção acadêmica (ver TABELA 3).

No que tange ao eixo temático central, desta pesquisa, na Expansão do Setor de Serviços foram encontrados apenas 22 trabalhos que discutem essa temática, o que reforça ainda mais a importância de dissertar sobre esse tema, o qual acredita-se que tem grande possibilidade de retratar a realidade a partir da análise sobre as espacialidades que assinalam a era financeira/metropolitana.

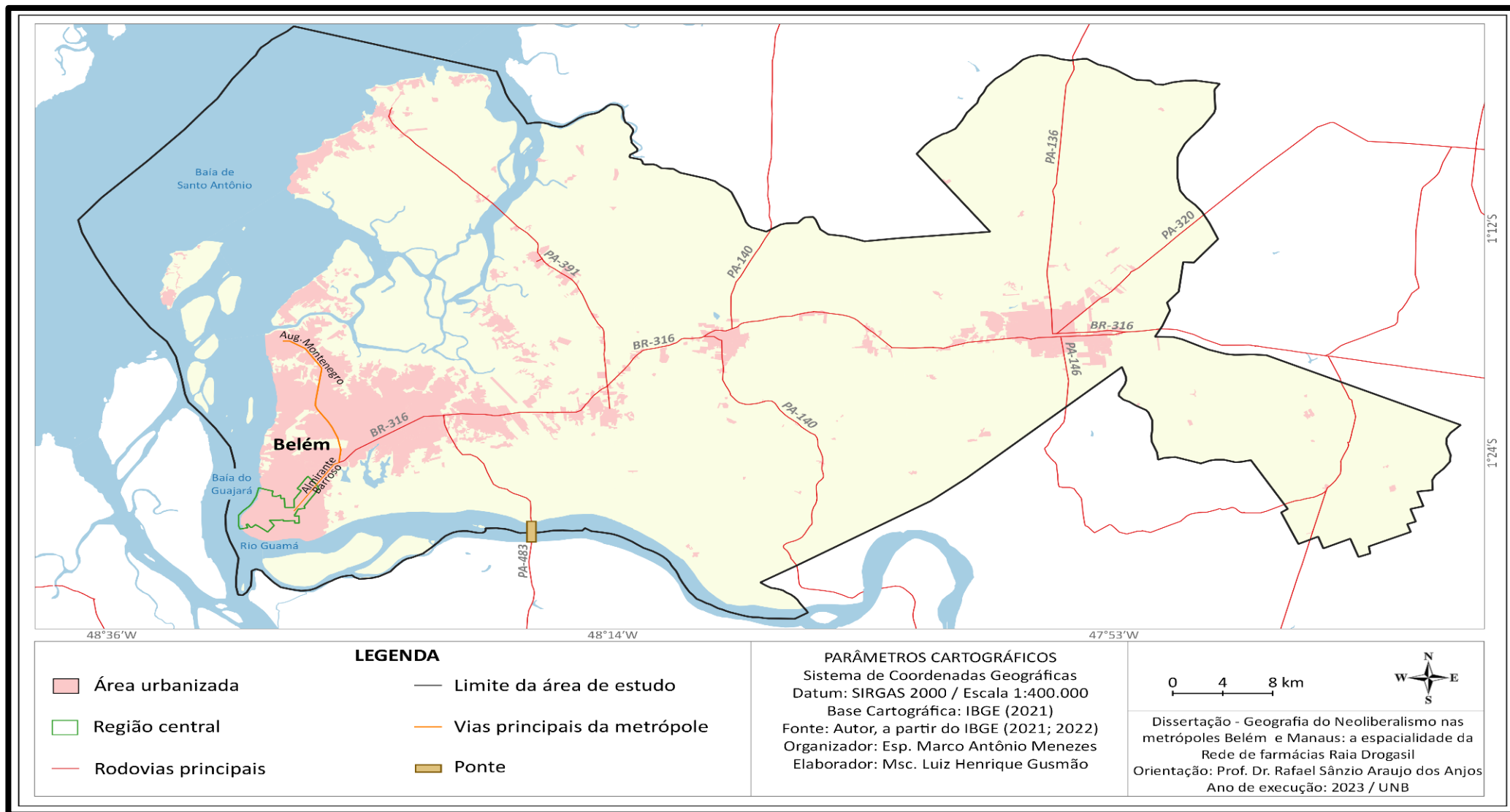
Portanto, justifica-se a realização de uma pesquisa que vise ajudar compreender o processo de metropolização de Belém e Manaus, relacionado com o contexto do capitalismo contemporâneo imerso no Neoliberalismo que tem alterado no mundo a dinâmica produtiva de mercadorias, em detrimento ao mercado das ações, altamente especulativo e volátil, em

destaque o estudo da Rede de farmácias Raia Drogasil que representa a expansão do setor de serviços avançados que, conjuntamente com outras atividades econômicas, tem contribuído para o processo de financeirização do tecido metropolitano, contrastando com aumento das desigualdades socioespaciais, permeadas por um elevado grau de urbanização precarizada.

Para além disso, essa pesquisa teve como motivação a percepção nos últimos anos das transformações vivenciadas no cotidiano das metrópoles de Belém e de Manaus, ligadas a rápida instalação de grandes empresas do setor de serviço nestes centros urbanos, em detrimento a redes locais, onde algumas faliram, outras foram vendidas, abrindo seu capital, alterando a lógica que perdurou durante muitos anos de empresas locais de origem familiar controlarem o mercado local, o que motivou a realização desta pesquisa, tendo em vista um melhor entendimento deste período.

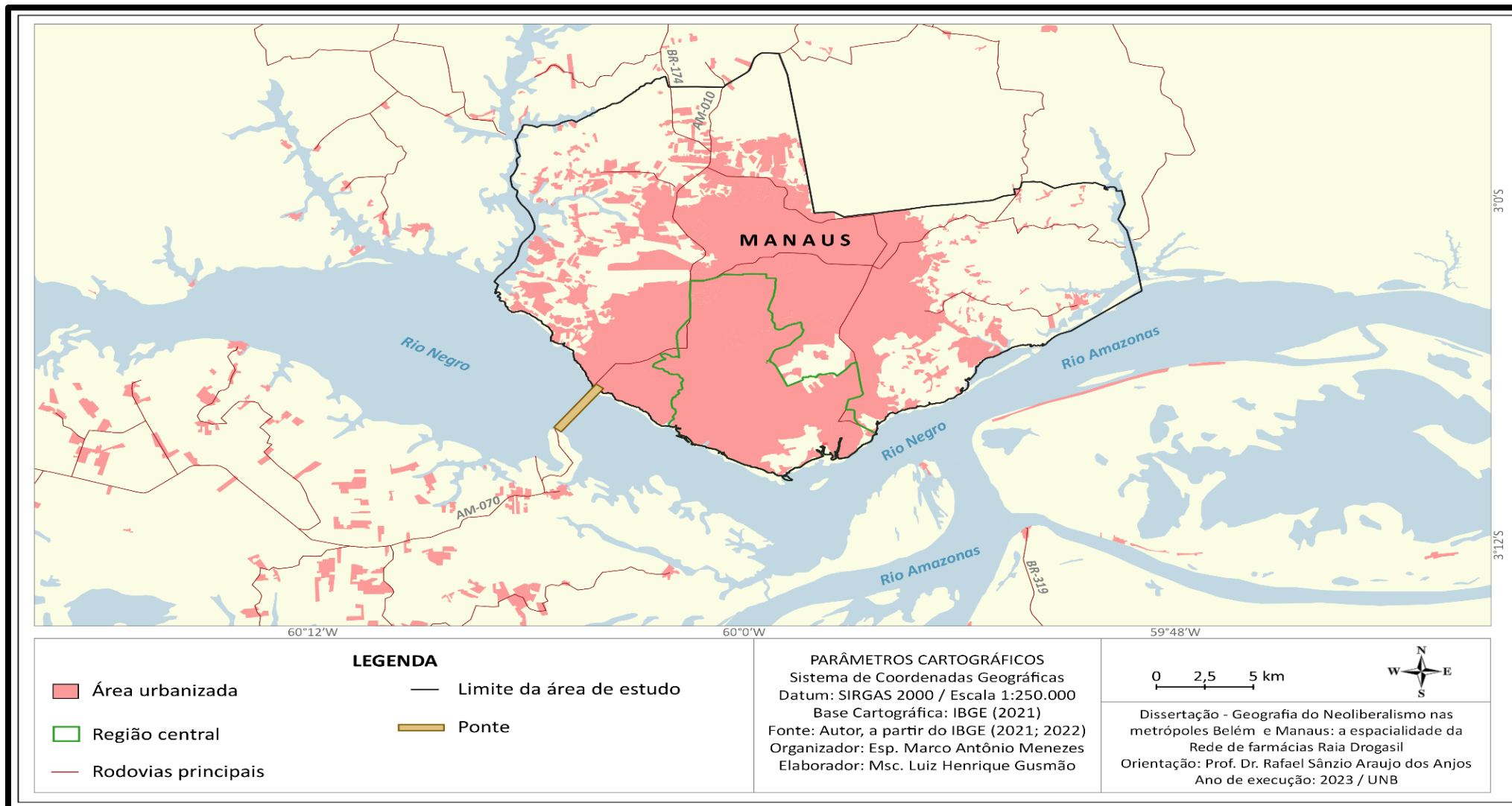
Como destacam os Mapas 02, 03 e 04 a seguir, esta Dissertação adotou como recorte espacial o estudo das metrópoles de Belém e de Manaus e a área de atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil e como recorte temporal o período de consolidação do Neoliberalismo no Brasil a partir de 1990 até 2023.

Mapa 3 – Delimitação da área de estudo- metrópole – Belém



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Mapa 4 – Delimitação da área de estudo - metrópole – Manaus



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

No caso da metrópole Belém que tem fluxos, já consolidados com os municípios de sua Região Metropolitana e já existindo conurbação entre alguns deles e também por algumas farmácias da Rede Raia Drogasil estarem localizadas para além de Belém, buscou-se discutir o seu espaço metropolitano, embora a capital paraense por ter os fluxos mais intensos, mais consolidados e ter a maioria dos empreendimentos da Raia Drogasil, conseqüentemente terá uma maior destaque nesta pesquisa, entretanto, não pode ser estudada isoladamente das áreas em seu entorno imediato.

Já a metrópole Manaus, por não ter grandes fluxos com os municípios de sua Região Metropolitana, não apresenta ainda uma conurbação consolidada e tem apenas a instalação das farmácias da Rede Raia Drogasil em Manaus, adotou-se, como área de estudo, os limites metropolitanos da capital amazonense.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo central realizar uma análise geográfica das interseções do Neoliberalismo a partir das espacialidades atuais desenhadas pela Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus.

Estabelecer uma análise geográfica do período financeiro/metropolitano em Belém e Manaus é levar em consideração a dimensão geográfica do neoliberalismo, ou seja, adotar uma perspectiva multiescalar de apreensão, que considere a análise das espacialidades – resultantes das drásticas alterações das dinâmicas espaciais – derivadas de um complexo desenvolvimento geográfico e desigual que precisa ser estudado, principalmente, no que diz respeito à produção do espaço metropolitano das áreas pesquisadas que diferentemente dos países desenvolvidos e mesmo dos demais centros metropolitanos brasileiros, possui arranjos históricos, graus de intensidade e conseqüências distintas.

É bom que fique claro que este trabalho não trata-se de um estudo comparativo das metrópoles de Belém e de Manaus, e sim uma resposta a necessidade da realização de estudos voltados para essas aglomerações metropolitanas que ainda têm um número restrito de publicações acadêmicas, referentes ao período atual metropolitano/financeiro, o processo de metropolização relacionado com a difusão de grandes redes do setor de serviços avançados que, nas últimas décadas, tem espreado-se pelo território nacional, sendo que os núcleos urbanos da região amazônica têm passado por transformações mais intensas se comparadas com as demais regiões do país.

As metrópoles de Belém e de Manaus possibilitam pensar em grande medida sob o contexto atual de metropolização do espaço, com especificidades que as diferenciam desse processo a nível global, nacional, regional e metropolitano o que deve ser considerado no desenvolvimento desta pesquisa, visto que o desenvolvimento capitalista não ocorre de maneira

homogênea no espaço geográfico.

1.3 CONCEITOS PRINCIPAIS DA PESQUISA

A perspectiva teórico-metodológica adotada para esta Dissertação foi estruturada, a partir da noção de três conceitos considerados fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa: neoliberalismo, metropolização e espacialidades que, de forma sucinta, serão apresentados a seguir na perspectiva de como cada um deles serão discutidos ao longo deste trabalho. A partir desses conceitos foi articulada a noção teórica-metodológica do desenvolvimento geográfico e desigual e de uma proposta multiescalar de análise como proposta de compreensão da realidade estudada que serão também brevemente apresentadas a seguir.

1.3.1 Neoliberalismo

A era neoliberal, iniciada a partir de 1970, marca uma nova reestruturação do capitalismo, assinalado pela crise do modelo fordista-keynesiano e do Estado de bem-estar social que, além de garantir o provimento de serviços públicos básicos, garantia a representação sindical dos trabalhadores. No contexto brasileiro, o Neoliberalismo passou a ser implementado posteriormente aos governos militares, precisamente no governo Collor (1990), o que culminou com uma série de transformações, tais como: a desestruturação do modelo industrial, os montantes elevados de capital financeiro especulativo, a liberalização comercial, a flexibilização do mercado de trabalho, as reformas econômicas e de Estado, as privatizações e a diminuição de gastos públicos.

Esta pesquisa entende o Neoliberalismo a partir da perspectiva de Dardot e Laval (2017) que o apontam como um conjunto de ferramentas políticas, jurídicas e institucionais que – por meio de uma lógica normativa, conduzida por políticas que não visam apenas a ampliação do mercado, e sim um modelo intervencionista governamental – afeta, não somente a esfera econômica, mas, além disso, tem afetado a subjetividade dos sujeitos.

A era neoliberal pode ser entendida como um conjunto de políticas de Estado, estabelecidas no capitalismo contemporâneo, iniciada a partir das redefinições que ocorreram no globo com a crise do modelo fordista-keynesiano. O padrão neoliberal parte da premissa de que o livre mercado seria responsável na garantia de bem-estar social, mas para isso torna-se necessário a livre atuação dos agentes econômicos privados, garantindo os direitos de livre mercado e propriedade privada, acima de políticas públicas de cunho social e o desmantelamento do debate político.

A noção do conceito de Neoliberalismo, discutida ao longo deste trabalho, tem por premissa ajudar a entender as transformações do capitalismo contemporâneo, além de situar os períodos de sua implementação em âmbito global, nacional, regional e metropolitano, objetivando discutir as implicações dessas transformações com a produção do espaço metropolitano, tendo como premissa a reestruturação produtiva da economia global, marcada por uma ruptura do capitalismo produtivo (industrial) para o capitalismo improdutivo (financeiro), onde a transformação da cidade em mercadoria e a consolidação do modo de vida metropolitano torna-se o cerne desta discussão.

1.3.2 Metropolização

A partir da perspectiva de Santos (1993), é possível pensar que, com a nova reestruturação produtiva do capitalismo, ocorreu uma mudança significativa das discussões acerca da urbanização, tendo, nesse período, outro conceito ganhado relevância que é o da metropolização que, para Lencioni (2020), esteve relacionada no âmbito das discussões sobre a globalização, ligada ao exponencial crescimento metropolitano, ficando restritas as transformações, ocorridas em áreas metropolitanas e ao desenvolvimento de policentralidades, a crescente extensão territorial e a intensificação de conurbações urbanas.

Para Ascher (1995), a noção de metropolização extrapola a uma metrópole ou a uma grande cidade, ou seja, não se limita a questão da escala e ao tamanho das cidades e não restringe-se aos espaços metropolitanos, pois integram-se às outras áreas, inclusive, não urbanas, dissipando, dessa maneira, hábitos e valores sociais que até então eram características do modo de vida metropolitano.

Como bem assinalou Lencioni (2020), a discussão da metropolização emergiu no final do século XX, devido à intensificação do processo de globalização, de acordo com a consolidação da era neoliberal, marcada pela desregulamentação do Estado nacional e a dominância do capital financeiro sobre a acumulação do capital produtivo, culminando com a renovação do setor imobiliário, a transformação do setor de serviços e a flexibilização do mercado de trabalho.

Em suma, Lencioni (2020) assevera que a metropolização é permeada pela transição de uma economia fordista, para uma economia pós-fordista que tem alterado a forma, a função e a estrutura da produção do espaço, remodelando antigas hierarquias urbanas, por meio da interconectividade social sobre as relações de proximidade física.

As metrópoles abrigam também o local da inovação produtiva, pois concentram instituições de ensino, pesquisa, ciência, tecnologia e, por último, os grandes fluxos de

informações e comunicação; culturais, de turismo, lazer e consumo de mercadorias o que, portanto, caracteriza a metrópole como um centro político de gestão da reprodução de capital.

Pensar a metropolização implica não limitar sua compreensão somente como expansão de áreas metropolitanas ou a urbanização de novas áreas, mas perceber que esse processo está imbricado na transformação da sociedade. Assim, a reestruturação produtiva e a globalização são condições essenciais desse processo.

A dinâmica do processo de metropolização está diretamente relacionada com o avanço do mercado imobiliário: de acordo com a lógica de reprodução do capital, o solo urbano torna-se uma das mais importantes mercadorias, levando as áreas urbanas a um intenso espraiamento, incorporando, cada vez mais, novos espaços, inclusive de áreas, antes não urbanas e de outras cidades menores, escancarando o processo de segregação espacial como um processo inerente das cidades contemporâneas, onde as populações mais pobres são empurradas para áreas mais distantes dos serviços e equipamentos urbanos essenciais para a vida urbana.

Nesse contexto, a ação do Estado em fomentar a urbanização tem se restringido a promover a reprodução capitalista em ‘prol’ de um desenvolvimento que não tem atendido, de fato, aos interesses da população local, o que tem sido expresso na dinâmica espacial que foi drasticamente alterada, seja na regulamentação jurídica de imóveis, construção e financiamento de empreendimentos imobiliários e implantação de serviços. Essa nova reestruturação reforça a tendência das cidades contemporâneas imersas no capitalismo financeiro, alterando as configurações no espaço metropolitano

O conceito de metropolização trabalhado, nesta pesquisa, está baseado nos estudos de Lencioni (2020) que o define como um conjunto de processos sociais e espaciais, imbricados com a reestruturação do capital e do espaço, que revolucionou o urbano e tem garantido sobrevivência ao capitalismo, mediante novas dinâmicas de sua reprodução, assim como a renovação de práticas passadas, como: a expropriação, a espoliação, a extensão territorial, a integração de espaços descontínuos, a garantia de fluidez no deslocamento de pessoas e as mercadorias e os fluxos materiais que assinalam a era neoliberal contemporânea.

Pensar na metropolização do período atual é levar em consideração a regionalização do processo de metropolização do espaço, onde vem estabelecendo-se a produção de grandes áreas metropolitanas por todo o território nacional. Apoiado nos estudos de Lencioni (2006), a metropolização, no contexto atual, tem regionalizado o espaço, recriando, assim, novas simultaneidades e convergências por meio do desenvolvimento de infraestruturas como de comunicação e de transportes.

A consolidação do processo de metropolização, no contexto contemporâneo, está

permeada pela transição de uma economia fordista, para uma economia pós-fordista que tem alterado a forma, a função e a estrutura da produção do espaço, remodelando antigas hierarquias urbanas por meio da interconectividade social sobre as relações de proximidade física. Por isso, esta pesquisa pretende estabelecer uma Geografia que considere a dimensão particular do processo de valorização do capital por meio da análise das espacialidades, inerentes aos processos de expansão desigual do capitalismo sob a égide do Neoliberalismo nas metrópoles de Belém e de Manaus.

A tendência das metrópoles brasileiras na contemporaneidade – em décadas passadas, a industrialização tinha a hegemonia no capitalismo –, o que têm se notado é que o mercado imobiliário e os serviços avançados, em diversos setores, ganharam mais força na economia e, principalmente, o processo de financeirização do espaço metropolitano ganha cada vez mais força, caracterizando a era do **capital improdutivo**, discutida por Dowbor (2017), haja vista que o país vive, a partir dos anos de 1980, um processo de desindustrialização que tem contribuído para o aumento significativo do desemprego e conseqüentemente, o aumento no número de trabalhadores informais precarizados.

No que tange o processo de metropolização de Belém e de Manaus, esta pesquisa baseia-se nos estudos de Trindade Jr. (1998) e Lima (2014) que apontam a importância de pensar sobre as especificidades que os processos espaciais manifestados, pois, para esses autores, a metropolização desses centros urbanos ocorreu com peculiaridades que os diferem fortemente, não somente de modelos de países avançados da economia capitalista, mas também das outras metrópoles brasileiras.

Para Trindade Jr.(1998), a metropolização de Belém ocorreu a partir da sua integração com as demais regiões brasileiras com a implantação da Rodovia Belém-Brasília em 1960, o que contribuiu para aumentar sua dependência à industrialização do sudeste do país, além da implantação de grandes projetos no interior do estado do Pará, ligados principalmente a mineração e a agropecuária que alteraram, consideravelmente, o espaço agrário local, culminando com o deslocamento das populações em direção aos centros urbanos mais próximos e para a capital do estado, o que gerou na formação da metrópole dispersa e fragmentada.

No caso de Manaus, Lima (2014) propõe pensar na formação da metrópole Induzida que seria o resultado também da ação do Estado brasileiro de ocupar e desenvolver a Amazônia ocidental a partir da implantação da Zona Franca de Manaus em 1967, o que contribuiu diretamente no seu processo de metropolização que, nesse caso, foi altamente concentrado na capital, não tendo grandes fluxos e nem existindo conurbação entre os

municípios em seu entorno, resultado de um tipo de urbanização concentrada, mas que, ao mesmo tempo, formou uma metrópole também dispersa.

Tanto Belém quanto Manaus têm como características, em comum, uma grande precariedade com relação a sua infraestrutura, a qualidade de vida de grande parte de sua população, as políticas deficitárias do Estado e, principalmente, as questões essenciais, como: saneamento básico, habitação e renda o que denota grande disparidade regional no território brasileiro. A respeito disso, esta pesquisa propõe analisar o processo denominado de **metropolização precarizada**, manifestada em Belém e Manaus a partir da espacialidade da Rede de farmácias Raia Drogasil, mas para isso torna-se fundamental pensar para além de modelos e teorias dos centros hegemônicos a nível global e a nível nacional que, embora influenciam, não são suficientes para compreender as especificidades dos processos espaciais que o modo produção capitalista implica.

1.3.3 Espacialidades

A forma física do espaço metropolitano pode ser desnudada pela leitura das espacialidades, a sua noção pode contribuir para a percepção dos conflitos existentes na apropriação do espaço pelos diferentes agentes, o que permite uma análise para além de sua estrutura concreta, mas também em seu conteúdo social. Assim, destaca-se que o conceito de espacialidade traduz a forma singular pela qual o espaço geográfico é apropriado e transformado, possibilitando compreender espacialmente as manifestações das relações de produção e as diferentes formas de uso dos recursos naturais.

Apoiado na perspectiva de Ramos (1982), entende-se a noção de espacialidade como um processo permanente, um movimento dialético do espaço social, dotados de conflitos nos distintos momentos históricos, ou seja, deve ser considerado o momento específico da atuação social no espaço e o movimento da sociedade, manifestados em um mosaico de distintas formas de produção do espaço.

Este trabalho considera que, por meio da noção das espacialidades, é possível analisar as transformações da era neoliberal financeira/metropolitana nas metrópoles de Belém e de Manaus, pois expressam a ação dos diferentes agentes sociais, da nova divisão social do trabalho, da nova divisão territorial do trabalho e dos novos arranjos espaciais, inerentes ao desenvolvimento capitalista contemporâneo.

Pensar o desenvolvimento capitalista na era neoliberal é entender que está permeado por inúmeras contradições e que as regiões do planeta têm diferentes formas de espacialidades que, no contexto atual, estão imbricadas com a hegemonia do capitalismo financeiro.

A hegemonia do capitalismo financeiro ocorreu a partir de 1970, devido à dificuldade que o capital encontrou para valorizar-se na esfera produtiva, por isso, teve que procurar novas formas na obtenção da valorização, encontrando por meio da especulação financeira sua expansão de uma maneira alienada da riqueza produtiva, o que Marx (2017) chamou de capital fictício.

A expansão do capitalismo financeiro, pelo globo terrestre, implicou no aparelhamento do Estado, no sentido de garantir condições políticas necessárias para o seu desenvolvimento, não precisando necessariamente está combinado ao capital produtivo e nem mesmo as políticas de bem-estar social, pois, na verdade, os benefícios a esse modelo ficaram restritos a uma pequena fração de uma burguesia, cada vez mais financeirizada, em detrimento a redução de programas sociais e a profusão de reformas previdenciárias, trabalhistas, entre outras.

É interessante pensar nas diferenças do capitalismo industrial com o capitalismo financeiro, pois, como bem frisou Lencioni (2020), o capital financeiro pode expandir-se, não apenas pelos mecanismos especulativos, de capitalização, mas também pelas atividades produtivas por meio dos fundos de rentabilidade, transformando parte dos ativos das empresas em ativos financeiros, fundos de pensões, fundos previdenciários etc. Portanto, a passagem da hegemonia do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro é assinalada também pela passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, sem implicar em pensar que no setor industrial não tem mais relevância, e sim passou a ser controlado, em grande medida, para o mercado de ações.

Analisar a perda da hegemonia do setor industrial para hegemonia do setor financeiro da economia implica em perceber também uma mudança significativa da relação da indústria com o espaço que, devido a desregulamentação das economias nacionais, tem alterado as espacialidades no que tange à compressão espaço/tempo que modifica as noções de distância e de descontinuidade espacial.

Assim, Lencioni (2020) faz um exame dessa relação, distinguindo um grupo econômico financeirizado (empresas de capital aberto que especula suas ações na bolsa de valores) de um grupo econômica não financeirizado, em que ambos têm relação com o espaço de maneira diferenciada, pois, para essa autora, para um grupo econômico financeirizado, o território conta muito pouco, visto que o cerne dessas empresas está direcionado diretamente com o rendimento de suas ações, imperando os capitais voláteis sobre o capital produtivo, onde suas empresas representam para eles mais como portadora de títulos negociáveis do que como produtoras de bens, tornando-as cada vez mais distantes da produção e de sua permanência ou não em uma determinada região.

Isso perpassa pela lógica de competitividade industrial e da rentabilidade do setor produtivo, tendo sua fixação menos rígida configurando-se como uma âncora, não estando presa ao território, implicando que sua organização é menos dependente do lugar em que está localizada. Um dos exemplos disso, é por meio da terceirização das atividades produtivas que possibilita menores vínculos e maior facilidade de sua saída de determinadas regiões.

Já as empresas de grupos econômicos não-financeirizados, de acordo com Lencioni (2020), já tem um maior vínculo preso ao território, pois está direcionada a produção de bens industrial que estão ligados aos custos de produção, capacidade de concorrência, alcance de mercados consumidores, disponibilidade de trabalhadores, profissionais qualificados, encontrados mais próximo de universidades e centros de pesquisa. Isso os torna mais dependente de sua instalação em regiões específicas e, ainda, têm unidades fabris segmentadas, cujo objetivo é o de garantir que os diversos processos de valorização realizem-se por meio do controle das atividades produtivas, haja vista que essas empresas fazem parte do capital produtivo e necessitam de uma fixação mais consolidada na região, onde estão localizadas.

Além disso, as diferenças, entre os grupos econômicos não financeirizado dos grupos econômicos financeiros, residem que o primeiro não tem maiores vínculos com a região em que estão inseridos, pois está muito mais ligado ao mercado de ações; já o segundo grupo que está ligado ao setor produtivo da economia depende diretamente de sua localização, tendo, assim, um forte vínculo com o espaço.

Uma outra dimensão da era neoliberal apontadas por Fix e Paulani (2019), é a participação do mercado imobiliário no processo de financeirização da acumulação de capital, pois esse mercado é entendido como a frente permanente de valorização, no contexto atual, pela produção de capital em excesso, em relação às possibilidades de aplicação produtiva.

Para essas autoras, a singularidade desse processo está contida em reunir as três formas sob as quais a mais valia aparece o lucro (valor excedente no canteiro de obras), os juros (parcela do valor excedente que fornece os recursos monetários para a produção) e a renda (que é o sobrevalor futuro capitalizado embutido no preço da terra).

Por isso, Fix e Paulani (2019) afirmam que a produção do espaço exhibe uma relação imediata com o mercado financeiro por meio da necessidade de financiar a produção para financiar o consumo, visto que a terra, elemento fundamental do setor imobiliário, tem seu preço determinado com ativos financeiros, ou seja, pelo valor das rendas futuras esperadas.

Portanto, Fix e Paulani (2019) destacam que tratar a terra como puro ativo financeiro torna-se uma tendência inexorável, ainda mais quando o sistema está comandado pela financeirização, o que tem aprofundado as desigualdades socioeconômicas que refletem na

configuração do espaço urbano e pela extrema vulnerabilidade do próprio processo de acumulação, como exemplo, a crise do mercado imobiliário norte-americano.

A era neoliberal, portanto, tem como principal característica a hegemonia do capitalismo financeiro o que tem alterado a Geografia atual, mediante a nova reestruturação produtiva, permeada pelas alterações na divisão territorial do trabalho, pela organização de empresas que passaram a financeirizar-se, alterando, substancialmente, sua relação com o espaço, além da consolidação do processo de metropolização que, diferente do período do capitalismo industrial controlado pela indústria, hoje, percebe-se um processo mais complexo de difusão do modo de vida metropolitano, marcado, cada vez mais, pela mercadorização do espaço e da ampliação do setor de serviços avançados, foco desta pesquisa, que disseminam **distintas espacialidades** o que têm configurado-se como um importante motor de expansão do capital, mas que, logicamente, esse processo ocorre de maneira diferenciada e desigual sob as diversas regiões do globo terrestre.

1.4 A PERSPECTIVA TEÓRICO /METODOLÓGICA DA PESQUISA

Para ajudar a refletir sobre o contexto capitalista atual, destaca-se a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2000), como imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que para esse autor, essa teoria possibilita a percepção dos movimentos do capital, almejando sua reprodução que tem como premissa a busca de novas áreas, que tem gerado transformações desiguais no processo de expansão capitalista.

Para Lencioni (2020), corrobora que essa teoria constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a **espacialidade** do desenvolvimento desigual, e tem uma natureza geográfica da desigualdade socioeconômica entre região e países, ou seja, consiste na Geografia do desenvolvimento desigual estritamente capitalista.

O desenvolvimento geográfico e desigual exprime a ideia de processo que contém a dimensão do tempo e do espaço, sendo que Harvey (2006) destaca, que tratar o espaço de maneira relacional e relativa, permitiu perceber as maneiras pelas quais a acumulação de capital cria não só o espaço, mas também diferentes formas de espacialidades. Essas espacialidades estão diretamente relacionadas com as relações sociais de produção, como o desenvolvimento das forças produtivas e com o processo de acumulação de capital.

Segundo Lencioni (2020), o segredo do desvendamento das diferenças nas espacialidades produzidas não está no que é produzido e nem onde é produzido, mas reside em como é produzido, ou seja, sustenta o argumento de que é na produção de diferentes

espacialidades produzidas pelo capital que pode ser encontrada a chave para a compreensão do desenvolvimento geográfico e desigual.

A coexistência de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, é o resultado do desenvolvimento geográfico e desigual que pode ser considerado condição para valorização do capital, haja vista que o processo de expansão é algo inerente à sua reprodução, tendo a valorização do capital e conseqüentemente de novas áreas, sendo o desenvolvimento geográfico desigual tanto produto quanto premissa geográfica do desenvolvimento capitalista.

A teoria do desenvolvimento geográfico e desigual é importante para perceber os movimentos do capital em busca de sua reprodução, mas que, para isso, necessita como condição inerente à sua expansão a busca de novas áreas, o que tem gerado transformações espaciais desiguais no processo de expansão capitalista. Desse modo, é possível pensar, a partir do recorte empírico desta pesquisa, as especificidades da expansão capitalista por intermédio da análise de fenômenos que ocorrem globalmente como a metropolização, mas que têm peculiaridades metropolitanas ligadas ao seu desenvolvimento desigual no espaço, tendo com enfoque, nesta pesquisa, as duas metrópoles da Amazônia brasileira.

Contudo, para analisar o desenvolvimento desigual capitalista que resultou na era financeira/metropolitana, torna-se necessário estabelecer uma perspectiva multiescalar com intuito de compreender melhor sobre as espacialidades manifestadas no recorte espacial estudado. Apoiado nos estudos de Castro (2008), Sposito (2012) e Corrêa (2012) torna-se essencial a noção da escala geográfica como perspectiva metodológica que avalie a abrangência dos fenômenos que manifestam-se em diferentes dimensões espaciais, configurando-se como distintas formas de conceber a realidade estudada.

Mediante um conjunto de representações coerentes e lógicas, a escala geográfica diferencia-se da escala cartográfica que está restrita a medidas de proporção, mas possibilita maior visibilidade dos fenômenos, para melhor observá-los, considerando as dinâmicas dos processos espaciais que estão interligados por um conjunto de interesses e conflitos que não ocorrem apenas em uma fração do espaço.

Contudo, compreender o período do Neoliberalismo é considerar também uma gama de conflitos entre os agentes sociais que no contexto atual não são mais os mesmos do capitalismo industrial e que manifestam-se em diferentes escalas geográficas, visto que os interesses das escalas mais amplas, muitas vezes, chocam-se com os interesses do espaço metropolitano, daí a necessidade de se estabelecer uma perspectiva de estudo multiescalar para esta pesquisa.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os Procedimentos metodológicos adotados foram:

a) **Revisão bibliográfica e Estado da Arte**

Foi realizada uma pesquisa teórica, onde foi feito levantamento bibliográfico das principais referências, obras, periódicos especializados, dissertações, teses e demais artigos considerados relevantes e concernentes ao tema e que serviram como suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa.

A metodologia adotada consistiu na utilização da ferramenta *Google Acadêmico*, onde adotou-se como temática norteadora a relação entre o Neoliberalismo e o processo de metropolização e, para isso, foram escolhidas como palavras-chave: **neoliberalismo e metropolização**, sendo encontrados 278 trabalhos acadêmicos.

Como mostra a Tabela 2 dos 278 trabalhos encontrados foram divididos em 08 eixos temáticos: Planejamento Urbano/Governança Metropolitana, Expansão Metropolitana, Expansão Imobiliária, Expansão do Setor de Serviços, Teórico-Metodológico, Resistências de Grupos Sociais, Transportes Metropolitanos e Capital/Trabalho.

Tabela 2- Revisão bibliográfica

Eixo temático	Quantidade de trabalhos
Planejamento Urbano/Governança Metropolitana	97
Expansão Metropolitana	53
Expansão Imobiliária	45
Expansão do Setor de Serviços	22
Teórico- Metodológico	21
Resistência de Grupos Sociais	16
Transportes Metropolitanos	14
Capital /Trabalho	10
Total	278

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações da ferramenta *Google acadêmico*.

O eixo temático em em que mais foram encontradas publicações foi o de Planejamento urbano/ Governança Metropolitana com 97 trabalhos encontrados, em seguida com 53 trabalhos publicados foi o da Expansão Metropolitana. Já no eixo temático da Expansão do Setor de Serviços foram encontradas 22 publicações.

Os demais eixos temáticos foram o Teórico-Metodológico com 21 trabalhos, o da Resistência de Grupos Sociais com 16 trabalhos, o dos Transportes Metropolitanos com 14 trabalhos e, por fim, com 10 trabalhos localizados, o eixo temático do Capital/Trabalho.

A Tabela 3 mostra os 16 principais locais de estudo que apresentaram mais de uma publicação encontrada, destacando-se São Paulo com 33 trabalhos, Rio de Janeiro com 21, Fortaleza com 17 e Belo Horizonte com 15 publicações. As metrópoles de Belém e de Manaus apresentaram 7 e 5 publicações, respectivamente.

Tabela 3 - Principais locais dos estudos

	Local do Estudo	Quantidade de trabalhos
1	São Paulo	33
2	Rio de Janeiro	21
3	Fortaleza	17
4	Belo Horizonte	15
5	Porto Alegre	12
6	Goiânia	11
7	Natal	09
8	Salvador	08
9	Belém	07
10	Manaus	05
11	Campinas	05
12	Recife	04
13	Brasília	03
14	Florianópolis	03
15	São José dos Campos	03
16	Curitiba	02

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações da ferramenta *Google* acadêmico.

Em Belém foram encontrados 02 artigos do eixo temático Planejamento Urbano/Governança Metropolitana, 02 artigos do eixo temático Expansão Metropolitana ,01 artigos do eixo temático Expansão Imobiliária, 01 artigos da Expansão do Setor de Serviços ,01 artigo do eixo temático Resistência dos Grupos Sociais e 01 artigo do Eixo temático Transportes Metropolitanos. Em Manaus, os 05 trabalhos encontrados são pesquisas do Eixo temático Planejamento Urbano/Governança Metropolitana.

A partir da Revisão Bibliográfica, foi possível perceber a relevância da temática proposta para este estudo, contribuindo na elaboração das justificativas que foram desenvolvidas no capítulo 1 desta Dissertação, pois verificou-se que existem ainda grande carência da realização de pesquisas, principalmente nas metrópoles de Belém e de Manaus, uma vez que a maioria dos estudos concentram-se nas metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza, cujo principal eixo temático está centrado no Planejamento urbano/Governança Metropolitana, enquanto que o eixo Expansão do Setor de Serviços foco desta pesquisa, ainda apresenta grande potencial para desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

Foram analisados também os limites das publicações que abordam a metropolização de Belém e de Manaus, as formas de suas abordagens teórico-metodológicas aplicadas o que possibilitou que esta pesquisa pudesse contribuir ainda mais a partir das lacunas percebidas acerca da temática proposta.

A partir da revisão bibliográfica e do estado da arte também foram coletados dados dos seguintes segmentos: divisão de renda regionais; Exportações mundiais; População urbana brasileira; População da região amazônica; População de Belém e de Manaus; Desflorestamento na Amazônia Legal; Área urbanizada na Amazônia Legal; Setores Econômicos do Brasil de Belém e de Manaus; Indicadores Socioeconômicos; Famílias endividadas no Brasil por faixas de rendas e os tipos de endividamentos por meio da utilização de documentos e de dados obtidos na World Inequality Database, Trademap, IBGE, do Map Biomas; Plataforma Economatica; Data Sebrae; Observatório das metrópoles; Embrapa; INDEED e informações da Rede de Farmácias Raia Drogasil ,obtidos pelo *site* oficial da empresa, ligadas ao seu histórico de criação, faturamento no ano de 2021, perfil do mercado consumidor e a média de salário dos funcionários.

b) Pesquisa de Campo

Foram também realizados pesquisa de campo tanto em Belém quanto em Manaus, onde foram feitos registros fotográficos com intuito de ajudar na elaboração das análises espaciais e facilitar a compreensão das espacialidades no recorte espacial pesquisado. O trabalho de campo, realizado em Manaus, ocorreu nos dias 15, 16 e 17 de janeiro de 2022 e o trabalho de campo, realizado em Belém, foi feito nos dias 17,18 e 19 de março de 2022, 29, 30, 31 de março de 2023.

Os dados coletados nas pesquisas de campo serviram para a constituição da base informacional do estudo, onde elaborou-se a produção estatística, a produção cartográfica, a produção fotográfica e a utilização de Figuras que serviram como base teórica e empírica para comprovações, mensurações, análises espaciais que embasaram e validaram os resultados obtidos ao longo desta pesquisa.

c) Constituição da base informacional do estudo

A partir dos dados coletados e dos documentos pesquisados foi realizada a manipulação para a elaboração da produção estatística e da produção cartográfica. A produção estatística consistiu na elaboração de Gráficos de colunas do desflorestamento que revelaram as áreas utilizadas para agropecuária, para mineração e as áreas que estão urbanizadas na Amazônia Legal. Também foram elaborados Gráficos de colunas que mostram o percentual dos setores econômicos de Belém e Manaus.

Os Gráficos de colunas sobre desflorestamento da Amazônia serão discutidos no Capítulo 2 que possibilitaram analisar e mensurar as transformações ‘sofridas’ nas últimas décadas na região o que contribuiu, fortemente, para o processo de metropolização de Belém e de Manaus e ainda possibilitou ter um panorama da divisão territorial do trabalho, por meio das principais atividades econômicas, realizadas nos últimos anos, que assinalam o período de reestruturação produtiva, vivenciado nos últimos anos.

Já os Gráficos de colunas sobre os setores econômicos de Belém e Manaus foram discutidos no capítulo 3 desta Dissertação, que proporcionaram um panorama da economia de ambas as metrópoles e ajudaram na escolha do estudo de caso a Rede de farmácias Raia Drogasil, visto que o setor de serviços tem consolidado-se como o principal setor tanto em número de empresas quanto na geração de empregos, corroboram com as principais literaturas consultadas que apontam o setor de serviços como um dos principais pilares da era financeira/metropolitana.

Foram elaboradas também Tabelas e Quadros sobre a desigualdade de renda no planeta e as exportações dos maiores exportadores do mundo e do Brasil, indicadores socioespaciais de Belém e de Manaus, das maiores empresas de capital aberto do Brasil, da participação do PIB nacional, da urbanização brasileira e do crescimento populacional das metrópoles de Belém e de Manaus, dados referentes à atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil.

Os Quadros, referentes à desigualdade de renda e das exportações mundiais foram discutidos no capítulo 2 e permitiram ter uma noção da divisão territorial do trabalho no mundo e das desigualdades regionais, relacionadas com a concentração de renda, facilitando a percepção das transformações da economia mundial que, sob a égide do Neoliberalismo, que tem aprofundado as desigualdades socioeconômicas, redesenhando, no globo, as funções dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, perante a nova reestruturação produtiva da economia capitalista.

Já as Tabelas sobre a urbanização brasileira e do crescimento populacional de Belém e de Manaus foram utilizadas nos capítulos 1 e 3 e serviram como comprovação empírica dos fenômenos de urbanização e metropolização, permitindo a elaboração de análises qualitativas acerca do tema proposto, assim como as Tabelas sobre os indicadores socioespaciais, também utilizadas no capítulo 3, propiciaram ter um panorama do perfil metropolitano de Belém e de Manaus, caracterizadas por um tipo de metropolização precarizada. As Tabelas sobre as principais empresas de capital aberto, de dados do setor de serviços, dos salários dos funcionários da Rede Raia Drogasil e do Endividamento das famílias brasileiras serão discutidos no capítulo 4 com intuito de cumprir com o objetivo central deste trabalho.

A produção cartográfica foi realizada a partir da construção de Mapas de localização da área estudada e também da formulação de mapas de espacialização dos fenômenos e objetos espaciais analisados. Os Mapas de localização foram utilizados no capítulo 1 da pesquisa para apresentar o recorte espacial da pesquisa.

Os Mapas da espacialização dos fenômenos e objetos espaciais foram discutidos ao longo de toda a Dissertação e trabalharam com as seguintes temáticas: a expansão da Rede farmácias Raia Drogasil no território nacional, as principais infraestruturas, construídas na região amazônica nos governos militares e no período atual, a expansão urbana de Belém e de Manaus, a divisão política administrativa de Belém e Manaus, a espacialização das farmácias da Rede Raia Drogasil em Belém e Manaus, a elaboração do Índice de Valorização Territorial Metropolitana.

A produção cartográfica objetivou ajudar nas análises geográficas acerca das transformações espaciais no recorte temporal proposto, possibilitando constatar as principais características das novas espacialidades materializadas nas metrópoles de Belém e de Manaus.

Contudo, tanto a produção estatística quanto à produção cartográfica serviu como base de sustentação teórica e empírica para comprovar as argumentações desenvolvidas ao longo desta pesquisa e facilitaram no cumprimento do objetivo central da pesquisa que é a de realizar a análise geográfica do desenvolvimento do Neoliberalismo a partir das espacialidades da Rede de farmácias Raia Drogasil, configuradas no recorte espacial estudado.

d) **Análises espaciais**

Consistiu na realização de análises espaciais com destaque para a espacialidade da Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus, discutidas no capítulo 4 com intuito de visualizar a interseção da era neoliberal, mediante o entendimento da sua lógica de atuação e suas implicações espaciais no recorte espacial das duas metrópoles estudadas.

Esse procedimento metodológico inicialmente foi realizado a partir da localização das farmácias da Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus com a utilização do *software Qgis* versão 3.14.16 e *Google Maps*, que possibilitaram fazer uma relação entre a localização desses empreendimentos com as concentrações e centralidades urbanas, entendidas como locais específicos do espaço metropolitano que centralizam atividades e impulsionam a concentração de fluxos ligados a serviços públicos, empresas privadas, comércio varejistas especializados e demais serviços urbanos.

A partir disso foi elaborada uma técnica definida com Índice de Valorização Territorial Metropolitana (IVTM). Para elaborar o IVTM, inicialmente foram coletados os dados estatísticos de Belém e de Manaus sobre as seguintes variáveis no *site* do censo Demográfico

do IBGE (2010):

- a) porcentagem de domicílios do tipo apartamento (IBGE, 2010).
- b) porcentagem dos habitantes que ganham acima de 1 salário-mínimo (IBGE, 2010).

Esses dados foram dispostos em uma planilha *Excel* e foram atribuídos pesos, para cada bairro, conforme os seguintes intervalos:

- Peso 5 - bairros com % de domicílios do tipo apartamento acima de 80%.
- Peso 4 - bairros com % de domicílios do tipo apartamento entre 60% e 80%.
- Peso 3 - bairros com % de domicílios do tipo apartamento entre 40% e 60%.
- Peso 2 - bairros com % de domicílios do tipo apartamento entre 20% e 40%.
- Peso 1 - bairros com % de domicílios do tipo apartamento entre 0% e 20%.
- Peso 5 - bairros com % de domicílios com ganho de até 1 salário-mínimo entre 0% e 20%.
- Peso 4 - bairros com % de domicílios com ganho de até 1 salário-mínimo entre 20% e 40%..
- Peso 3 - bairros com % de domicílios com ganho de até 1 salário-mínimo entre 40% e 60%.
- Peso 2 - bairros com % de domicílios com ganho de até 1 salário-mínimo entre 60% e 80%.
- Peso 1 - bairros com % de domicílios com ganho de até 1 salário-mínimo acima de 80%.

Posteriormente, os dados da extensão de aglomerado subnormal do ano de 2019, também foram acessados na plataforma do IBGE. Com o uso da ferramenta *Clip*, esses dados foram cortados individualmente para cada bairro, a fim de calcular a área em hectares de aglomerado subnormal. Os resultados dos cálculos foram dispostos em planilha *Excel*. A área de cada bairro também foi calculada em hectares, com base no limite fornecido pela base cartográfica do IBGE do ano de 2010.

Foi calculado o percentual de cada bairro ocupado com aglomerado subnormal, a partir da fórmula: $AglBairro = [(Ar.ag100)/Ar. bairro]$.

- Em seguida foram atribuídos pesos, conforme os seguintes intervalos:
- Peso 5 - bairros com % de aglomerado subnormal entre 0% e 20%.
 - Peso 4 - bairros com % de aglomerado subnormal entre 20% e 40%.
 - Peso 3 - bairros com % de aglomerado subnormal entre 40% e 60%.
 - Peso 2 - bairros com % de aglomerado subnormal entre 60% e 80%.
 - Peso 1 - bairros com % de aglomerado subnormal acima de 80%.

Para gerar o Índice de Valorização Territorial Metropolitana (IVTM), foram somados os pesos das três variáveis (apartamento, renda e aglomerado subnormal) escolhidas, a partir da seguinte fórmula: $IVTM = [(Peso da variável apartamento + Peso da variável renda + Peso da$

variável aglomerado subnormal)/15].

Os resultados finais variaram de 0,2 a 1,0, ao ponto que quanto mais próximo de 1, mais valorizado é o bairro. De forma contrária, quanto mais próximo de 0,2, menos valorizado é o bairro. Os bairros foram agrupados da seguinte maneira: IVTM muito baixo (até 0,2), IVTM baixo (0,3 e 0,4), IVTM médio (0,5 e 0,6), IVTM alto (0,7 e 0,8) e IVTM muito alto (0,9 e 1,0).

Desse modo, a partir localização das farmácias da Raia Drogasil também possibilitou fazer relações com outros processos espaciais, como: a valorização e especulação imobiliária, a gentrificação, a segregação espacial e a financeirização do espaço metropolitano como forma de articular a percepção dos fenômenos urbanos em diferentes escalas por meio do estudo de caso proposto, considerado fundamental para a parte empírica deste estudo o que ajudou a comprovar as análises geográficas que cumpriram o objetivo proposto, sendo o que norteou esta Dissertação.

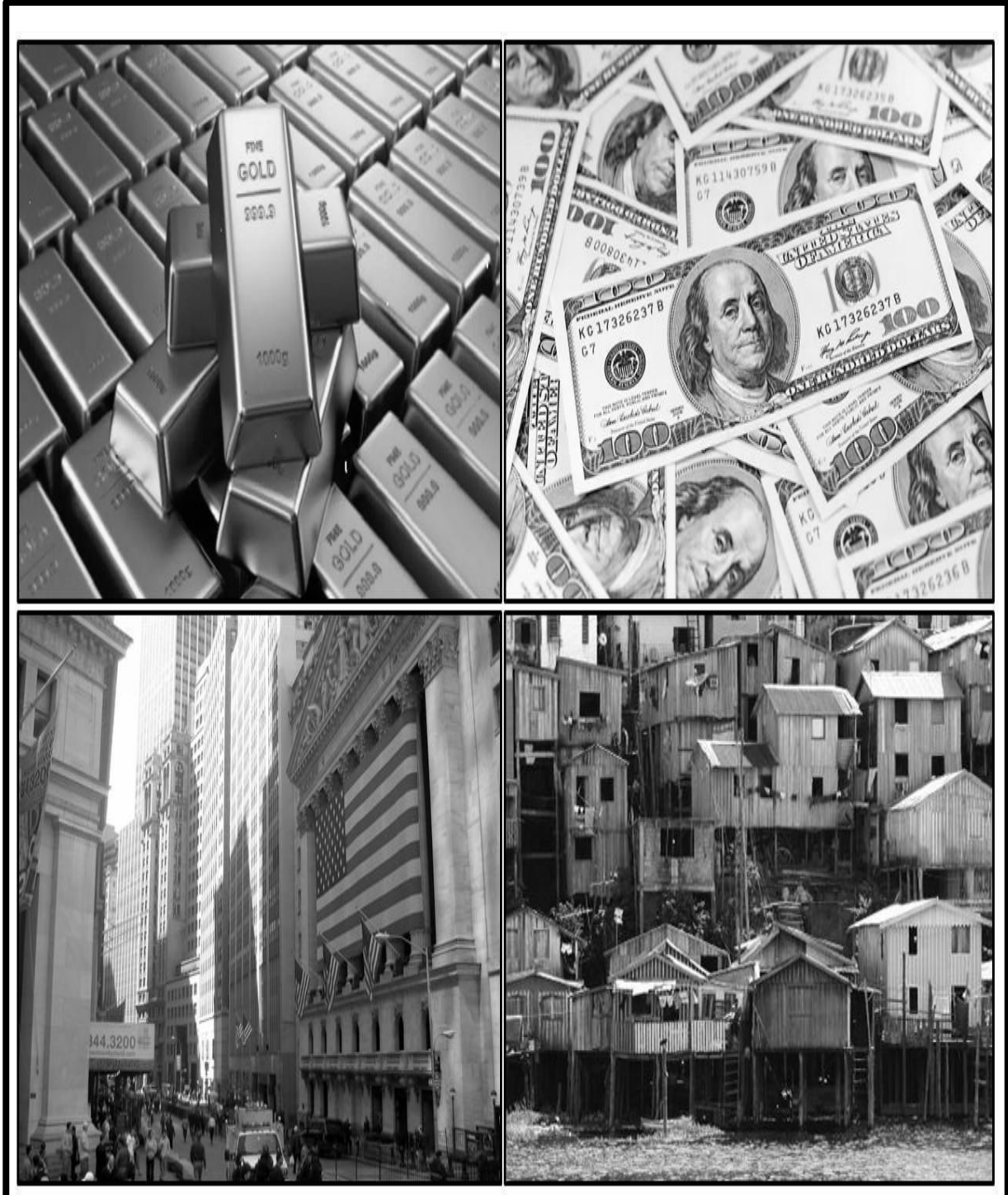
e) **Resultados obtidos**

Por fim, este procedimento metodológico consistiu na apresentação dos resultados obtidos ao longo do período pesquisado, os argumentos que apoiam a sua conclusão, as suas limitações e as recomendações da utilização deste trabalho.

Todos os procedimentos metodológicos desta pesquisa estão diretamente relacionados com o objetivo que pretendeu-se realizar. A cada passo metodológico realizado buscou-se sempre seguir esse horizonte para não perder o foco central deste trabalho e cumprir de maneira lógica e estruturada o objetivo proposto.

No próximo capítulo desta Dissertação será conceituado no primeiro momento o Neoliberalismo, o seu contexto histórico - geográfico de implementação tanto a nível global, quanto a nível nacional e regional, a sua dimensão geográfica em especial a influência no espaço metropolitano, e posteriormente será discutido a perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa baseado na análise das espacialidades atuais, nas desigualdades socioespaciais manifestadas e no desenvolvimento de uma Geografia que leve em consideração as análises multiescalares dos fenômenos geográficos.

CAPÍTULO 2 A HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SEUS REBATIMENTOS NO ESPAÇO METROPOLITANO



Fonte: elaborado pelo autor¹ (2022).

¹ Montagem a partir de imagens coletadas nos *sites*: rocketcdn.me, imguol.com.br, upload.wikimedia.org, cdn.domtotal.com.

A nova roupagem do liberalismo clássico, conhecida como Neoliberalismo, passou a ganhar força no planeta a partir dos anos de 1970, marcado pela transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro. Essa transição é também caracterizada por uma nova reestruturação produtiva que conseqüentemente tem provocado uma reestruturação espacial, do globo terrestre. Na primeira parte desse capítulo, realizou-se a conceituação do Neoliberalismo, os seus preceitos e sua consolidação no cenário capitalista global, nacional e regional. Já na segunda parte, discutiu-se a dimensão espacial que a era neoliberal tem acarretado em destaque a consolidação do modo de vida metropolitano que tem espreado-se para outras regiões, a partir de uma perspectiva de análise multiescalar que considere as espacialidades atuais que o desenvolvimento capitalista desigual tem imprimido nas últimas décadas.

2.1 NEOLIBERALISMO, CONCEITO E PRECEITOS

2.1.1 A hegemonia da era neoliberal na escala global

As mudanças, na ordem da economia global, têm alterado, de maneira significativa, os arranjos espaciais. Desse modo, torna-se de suma importância para a ciência geográfica analisar os movimentos do capital e suas redefinições que, no caso da era neoliberal, tem tido significativas alterações. Assim, fez-se uma tentativa de contextualizar o que seria de fato o Neoliberalismo e sua ascensão, enquanto hegemonia do capitalismo atual.

Com a crise de 1929 e, posteriormente, a segunda guerra mundial, o liberalismo econômico, principal doutrina capitalista da época, perdeu força no mundo para as políticas de bem-estar social, voltadas à intervenção do Estado na economia, como o *New Deal*² nos Estados Unidos e o Plano Marshall³ na Europa. Esses planos tentavam amenizar crises passadas e ainda dar respostas aos movimentos contrários aos preceitos liberais que marcaram posteriormente por décadas à época da Guerra Fria.

As políticas keynesianas, segundo Harvey (2005), suplantaram um modelo de desenvolvimento que permitia ao Estado participar diretamente na economia por meio de investimentos em diversos setores, com intuito da geração de empregos e renda para a população. Esse período ficou conhecido nos Estados Unidos como os anos dourados, marcados pelo pleno emprego, alto consumo das famílias, conquista de direitos dos trabalhadores, fortalecimento de sindicatos etc.

² Política de intervenção econômica e social do governo estadunidense realizada durante o governo Roosevelt, para fazer sair os EUA da depressão, iniciada na sequência da grande crise de 1929.

³ Foi um projeto de empréstimos e doações financeiras, realizado pelos EUA e seus capitalistas aos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial.

A partir principalmente da década de 1970, com a crise do petróleo, a mundialização da economia e a retirada do lastro ouro da moeda norte-americana, ocorreu a retomada da doutrina de livre mercado que propõe a mínima intervenção estatal na economia e prega a liberdade econômica, a desregulamentação da força de trabalho e a flexibilização do processo produtivo. Essa retomada da doutrina econômica de livre mercado passou a ser conhecida como Neoliberalismo.

No final do século XIX, o liberalismo econômico esteve marcado por tensões: de um lado os defensores de reformas sociais; e do outro lado, os favoráveis à liberdade individual, tensões essas que foram aprofundadas com a crise de 1929, que culminou com a proliferação do ideário de reformas sociais (DARDOT; LAVAL, 2017).

Dardot e Laval (2017) apontam o que está em xeque nesse período: a necessidade da intervenção governamental como resposta às transformações organizacionais do capitalismo, aos conflitos de classes que ameaçavam a propriedade privada e novas relações internacionais que iam de encontro ao liberalismo dogmático.

Esse período, nos Estados Unidos, estava marcado pela economia ortodoxa que enxergava agentes econômicos isolados, direcionados por uma perspectiva empresarial que visava apenas seus interesses ligados a uma oligarquia que controla setores da economia, como: o ferroviário, o petróleo, o bancário, o aço e o químico.

Diante desse cenário, tensionado da crise de 1929, Dardot e Laval (2017) asseveram que, no pós-guerra, foram adotadas, por parte do governo, uma série de medidas intervencionistas que almejavam sanar as crises econômicas e sociais por intermédio de investimentos públicos com o intuito de aquecer a economia, mediante linhas de crédito a baixo custo para recuperação do setor privado.

A recuperação da economia, nas décadas seguintes, gerou empregos e conseqüentemente o aumento significativo do consumo das famílias norte-americanas, além de melhorias para o trabalhador, como o aumento do salário, o fortalecimento dos sindicatos etc. No final dos anos 1960, como salienta Harvey (2005), o desemprego e a inflação espalhavam-se pelo globo, propiciando uma fase global de "estagflação"⁴, estendendo-se por boa parte dos anos 1970, o que desencadeou graves crises fiscais, onde o sistema de taxas de câmbio, baseado em reservas de ouro, passou a ser repensado, pois grande parte dos dólares tinham escapado para os bancos europeus, culminando com a retirada do lastro ouro da moeda internacional e, com isso, as taxas de juros passaram a ser flutuantes.

⁴ Acontece quando um país passa por uma recessão (ou seja, queda da atividade econômica) simultaneamente a uma forte disparada dos preços (inflação).

O modelo capitalista, implementado no pós-guerra, não estava dando mais resultados favoráveis à economia, provocando a necessidade de encontrar alternativas para superação de tamanhas dificuldades. Diante disso, um novo padrão foi implantado, no contexto em que os fundos excedentes, reciclados pelos bancos de investimento de Nova York dispersaram-se pelo globo. Por isso,

Antes de 1973, a maioria dos investimentos externos dos Estados Unidos era do tipo direto, voltada principalmente para a exploração de recursos básicos (petróleo, minérios, matérias-primas, produtos agrícolas) ou para o cultivo de mercados específicos (telecomunicações, automóveis etc.) na Europa e na América Latina. Esses bancos sempre tinham sido ativos no plano internacional, mas depois de 1973 isso se acentuou, ainda que se concentrasse fornecimento de recursos financeiros a governos estrangeiros. Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacional, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar ativamente essa estratégia no nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York. (HARVEY, 2005, p. 28).

Os empréstimos de capital, aos países subdesenvolvidos, geraram grande dependência destes às instituições financeiras e o endividamento em massa contribuiu, assim, para o desmantelamento de empresas estatais, quando muitas foram vendidas a preços irrisórios sem maiores preocupações com bem-estar da população local. Esses fatores permitiram a restauração de lucros exorbitantes às classes detentoras do capital, além da restauração do poder a uma elite econômica nos Estados Unidos no Reino Unido e em outros países capitalistas avançados, à custa da ampliação de fluxos internacionais.

Portanto, a década de 1970, impulsionada pela crise do petróleo e a retirada no lastro ouro do dólar no governo Nixon – que proporcionou aos EUA e no Reino Unido no governo de Margaret Thatcher uma quebra no modelo keynesiano, mediante a desregulamentação financeira e as políticas de austeridade fiscal – é o momento que aponta para a retomada da economia de livre mercado no globo, mas, necessariamente, **a nova roupagem do Liberalismo clássico: o Neoliberalismo.**

O Neoliberalismo passou a transformar a sociedade por meio de uma dimensão revolucionária, composta de ferramentas políticas, jurídicas e institucionais, transformando, assim, a subjetividade e produzindo um “homem novo”. Essa nova roupagem liberal é preciso ser entendida diferentemente da naturalização das relações do capital que o liberalismo clássico pregava, pois, como apontam Dardot e Laval (2017), ele tem um caráter profundamente construtivista e intervencionista, ou seja, o Neoliberalismo deve ser visto como uma lógica normativa conduzida por políticas, não somente da perspectiva de ampliação de mercado, mas também como um modelo intervencionista governamental, onde as políticas

implantadas não afetam apenas a esfera econômica, mas afetam também outras esferas da sociedade.

Essa mudança na racionalidade capitalista tem duas características essenciais. A primeira considera que todas as relações sociais devem ser regidas pelos princípios da concorrência, imposta a todos os indivíduos e a todas as instituições. A segunda é o modelo empresarial que implica na subjetividade dos sujeitos, perpassando a dimensão econômica, onde os indivíduos, dessa maneira, tornam-se empreendedores de si mesmos (DARDOT; LAVAL, 2017).

Assim, como bem salientaram Dardot e Laval (2017), os governos passaram a realizar políticas que buscam a eficiência e a produção de valor, sendo que essa perspectiva empresarial leva os indivíduos a almejem sua autovalorização, transformando-se, desse modo, em um sujeito capitalista. O Neoliberalismo é uma racionalidade que associa aspectos particulares, visto que – o fato de ser conduzido pelo Estado, em função da concorrência e o espírito da empresa que é difundido por meio de gestão pública – imita modelos empresariais do setor privado.

A consolidação do Neoliberalismo foi muito importante para a hegemonia estadunidense, permitindo a flexibilização do capitalismo global ao livre empreendimento das grandes corporações, embora tenha em sua matriz ideológica a não participação do Estado na economia. Harvey (2005) salienta a ideia de que o Estado, na prática, trabalhe em ‘prol’ do mercado e do grande capital internacional. De acordo com citação a seguir, o Neoliberalismo:

[...] é em primeiro lugar uma teoria de práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. De também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (HARVEY, 2005, p. 2).

Dessa maneira, o Estado neoliberal deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o livre comércio, tendo, portanto, a legitimidade de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades. Desse modo, a premissa primordial da sociedade deve ser a competição entre empresa privada e os empreendedores, pois esses são essenciais para a inovação e criação de riqueza.

As privatizações e a desregulação, combinadas com a competição, sob a ótica

neoliberal, para Harvey (2005), eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos; tanto os custos diretos ao consumidor, como os indiretos, mediante a redução da carga de impostos. O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global.

Fica nítido que a premissa neoliberal corrobora com a transformação do Estado enquanto instrumento garantidor da lógica de mercado que busca a competição e a eficiência empresarial como condição essencial ao funcionamento da sociedade, que afeta a subjetividade dos indivíduos na medida que esses são julgados responsáveis por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar e que, portanto, o seu sucesso ou fracasso depende exclusivamente de suas ações individuais, como explicita o excerto a seguir:

[...] O intervencionismo neoliberal não visa a corrigir sistematicamente os “fracassos do mercado” em função dos objetivos políticos considerados desejáveis para o bem-estar da população. Ele visa em primeiro lugar, a criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais “aptos” e os mais fortes e adaptar os indivíduos à competição, considerada a fonte de todos os benefícios. Não que o mercado em si seja sempre preferível à gestão pública, o fato é que se supõe que os “fracassos do Estado” são mais prejudiciais que os do mercado. É também porque se considera que as tecnologias do management privado são remédios mais eficazes contra os problemas causados pela gestão administrativa do que as regras do direito público. (DARDOT; LAVAL, 2017, p, 180).

Portanto, a disseminação do modelo empresarial que prega a eficiência e a competição é entendida pelo Estado que deve funcionar apenas como gestor que privilegia indivíduos mais aptos e mais fortes, não os reconhecendo enquanto sujeitos sociais, políticos, que se articulam em ‘prol’ de um bem-estar comum, mas meramente indivíduos atomizados que competem entre si como empresas privadas.

A respeito do comportamento estatal frente ao Neoliberalismo, Dowbor (2017) salienta que a economia globalizou-se, com corporações transnacionais e gigantes financeiros, operando em escala mundial, enquanto os governos continuam sendo, em grande parte, nacionais e impotentes, frente aos fluxos econômicos dominantes. Nos últimos anos, a desigualdade, em termos de riqueza, tem aumentado radicalmente, pois quem recebe salário médio ou baixo paga comida e transporte, quem tem alta renda compra casas para alugar, ações e outras aplicações financeiras, período que foi denominado de a era do capital improdutivo. (DOWBOR,2017).

Esse processo tem gerado uma grande acumulação de fortuna, tornando-se mais

rentável para os mais ricos fazer aplicações no sistema financeiro do que fazer investimentos no setor produtivo da economia.

Dowbor (2017) afirma que os adultos que têm mais de um milhão de dólares são 33 milhões de pessoas, o equivalente a 0,7% do total de adultos no planeta. Somando a riqueza de que dispõem, são 116,6 trilhões de dólares, o que representa 45,6% dos 256 trilhões da riqueza avaliada. Os mais ricos do planeta têm fortunas oriundas não do setor produtivo da economia, e sim do rentismo, que lidam com papéis financeiros, fluxos de informação ou intermediação de *commodities*.

Ainda, Dowbor (2017) salienta que desde 2015, os 1% mais ricos detinham mais riqueza que o resto do planeta. Ultimamente, oito indivíduos detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo e, ao longo dos próximos 20 anos, 500 pessoas passarão mais de US \$2,1 trilhões para seus herdeiros, uma soma mais alta que o PIB da Índia, que tem 1,2 bilhão de habitantes.

Tabela 4 – Divisões das rendas regionais em 2021

Regiões	50% mais pobres	40% do meio	10% mais ricos
Europa	19 %	45%	36%
Rússia e Ásia central	15 %	39%	47 %
Ásia Leste	14 %	43%	43%
América do Norte	13 %	41%	46 %
Sul e Sudeste asiático	12 %	33%	55%
América Latina	10 %	34%	55%
África subsaariana	9 %	35%	56 %
Oriente Médio	9 %	33 %	58 %

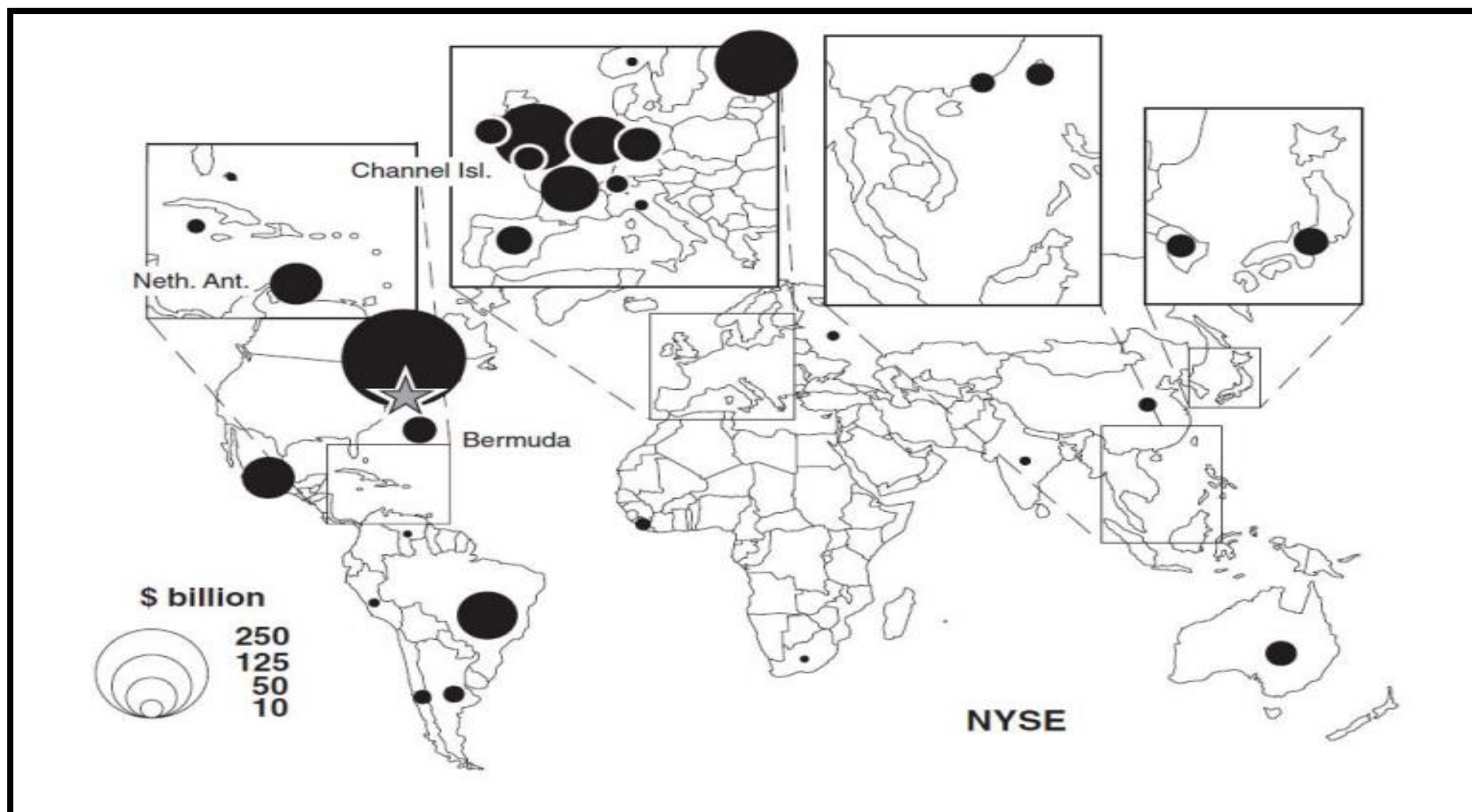
Fonte: adaptado pelo autor a partir de informações em World Inequality Database El País (2021)⁵.

⁵ É um banco de dados aberto que aborda a evolução histórica da distribuição de renda e riqueza no mundo; é mantido e atualizado por mais de 100 pesquisadores de cinco continentes associados. Disponível em: <https://wid.world/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

A Tabela 4 demonstra a grande concentração de renda pelo mundo. As regiões do Oriente Médio, África subsaariana, América Latina, o Sul e o Sudeste asiático têm mais de 50% da renda concentrada nas mãos dos 10 % mais ricos. Segundo os dados do World Inequality Database (2021), nos Estados Unidos, os 10% mais ricos captam 45% da renda total, e na China essa mesma parcela da população leva 42% da renda; no Brasil, a desigualdade é ainda maior, sendo um dos países mais desiguais do mundo: os 10% mais ricos concentram 59% da renda nacional total, enquanto a metade inferior da população fica com apenas cerca de 10%. Ainda, no Brasil, a renda média nacional do adulto é de 43.680 reais. Enquanto a base de 50% ganha 8.800 reais por ano, os 10% mais ricos ganham quase 30 vezes mais (R\$255.760 reais).

A Figura 1 ajuda a observar os valores negociados em ações pertencentes a cada país na Bolsa de Nova York (NYSE) no ano 2000, demonstrando o grau de internacionalização do mercado global, sobretudo o controle dos vários ativos nacionais principalmente dos países da América Latina e da Europa Ocidental.

Figura 1- Negociações por país na Bolsa de Nova York (2000)



Fonte: Laulajainem (2015, p.209).

O geógrafo Wagner Nabarro (2016) destaca o caráter competitivo das bolsas de valores de Nova York (NYSE) de Londres (LSE) e Tóquio (TSE) que dominam os mercados internacionais de ações em suas respectivas zonas temporais, sendo que suas articulações controlam todo o mercado global, visto que muito dos títulos estadunidenses e asiáticos encontram-se na bolsa de Londres e muito títulos ingleses e alemães e norte-americanos são encontrados na bolsa de Tóquio, o que salienta a intensa troca entre esses principais centros financeiros.

Desse modo, a expansão geográfica dessas operações, segundo Langdale (1985) é baseada nas ações de instituições financeiras em adquirir informações sobre as oportunidades de investimentos em outras áreas, sendo necessário o controle de redes de escritórios nos principais centros internacionais, tendo em vista o controle dos fluxos de informação dos serviços financeiros de caráter global, encontrados nas grandes metrópoles.

Assim, Harvey (2005) abaliza que a neoliberalização da economia global ocorreu de acordo com desenvolvimentos geográficos e desiguais, onde regiões, principalmente, os Estados Unidos e o Reino Unido impuseram, nas últimas décadas, aos demais países, práticas de governança econômica, baseadas na abertura da economia para os fluxos voláteis de capital.

Embora a adesão de países ao Neoliberalismo tenha ocorrido em períodos distintos e, em muitos casos, por tensões políticas, o desenvolvimento geográfico e desigual foi marcado pela competição controlada pelos Estados Unidos, onde países tentaram superar as crises por meio da abertura do mercado, políticas de austeridade fiscal, privatizações de empresas estatais e bancos, contração de empréstimos via Fundo Monetário Internacional, que só contribuíram para o desemprego estrutural, aumento de dívidas externas e internas, recessões econômicas, ampliação em grande escala da desigualdade social em ‘prol’ do enriquecimento de uma classe financeira.

O Neoliberalismo tem mostrado-se um modelo de produção de profundas desigualdades, onde o processo produtivo da economia – que são os investimentos na indústria, em tecnologia, em obras de infraestrutura, setores que geram grande parte dos empregos no planeta – tem sido drenado e apropriado por corporações financeiras que fazem uso desse processo para especular em vez de investir, gerando, assim, uma massa de desempregados, vivendo nos principais centros urbanos sobretudo no sul global, na informalidade, caracterizando a intensificação da precarização do trabalho, enquanto poucos milionários no mundo aumentam seus lucros e dividendos por meio de um modelo econômico que endivida os Estados-nações e grande parte da população mundial, culminando com crises inerentes ao

sistema capitalista, o que tem aprofundado radicalmente as desigualdades socioespaciais no globo terrestre como será visto a seguir ao longo desta pesquisa.

2.1.2 O Neoliberalismo no Brasil

O Brasil foi um dos últimos países a implementar o projeto neoliberal, de acordo com Filgueiras (2006), devido à dificuldade de construir um discurso que aglutinasse as diversas frações do capital, pautadas, ainda, no modelo desenvolvimentista e pela força da classe dos trabalhadores na década de 1980. Mas a partir da eleição do presidente Fernando Collor de Mello em 1989, deu início à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal.

Devido ao fracasso do plano cruzado e a crise do modelo desenvolvimentista, o projeto neoliberal deixa de ser meramente doutrinária para se estabelecer como um plano político que redefiniu um novo modelo econômico e as relações de classes que constituíam a sociedade brasileira que, de acordo com Filgueiras (2006), estimulou o processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos, fortalecendo-os enquanto classe dominante, estampando a fragilidade financeira do Estado e a subordinação da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais.

Essa nova configuração do modelo econômico estabeleceu como bloco dominante, segundo Filgueiras (2006), o capital financeiro internacional expresso na movimentação dos fundos de pensão e dos grandes bancos dos países desenvolvidos. A outra parte do bloco dominante é formada por grupos que passaram a financerizar-se como o agronegócio, a indústria, o comércio e os serviços.

A consolidação desses blocos econômicos permite perceber as mudanças do paradigma do capitalismo industrial que tinha a burguesia industrial como hegemônica, mas que a partir de então passa a ter como hegemônico o bloco ligado às finanças, caracterizando o capitalismo financeiro. A implantação inicial do Neoliberalismo, no Brasil, de maneira concreta, passou por dois momentos distintos, desde início da década de 1990 como aponta Filgueiras (2006):

- O primeiro foi o governo Collor, caracterizado pelas primeiras ações concretas de cunho neoliberal.
- A segunda foi à fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômica no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e, por último, a fase de aperfeiçoamento e ajuste do modelo, que tem a consolidação da hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e no governo Lula, marcado pela consolidação do tripé macroeconômico: as altas taxas de juros, câmbio flutuante

e superávits fiscais, acima de 4,25% do PIB nacional.

Desse modo, o modelo neoliberal passou a inserir-se como política dominante nos governos, com quatro dimensões estruturais, apontadas por Filgueiras (2006):

- a relação capital-trabalho;
- a relação entre distintas frações do capital;
- a inserção internacional (econômico financeira) do país; e
- a estrutura e o funcionamento do Estado.

A relação capital trabalho está ligada ao enfraquecimento da capacidade política da classe trabalhadora, em novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, o que resultou no aumento das taxas de desemprego no início do governo Collor (1990), a precarização do trabalho e o aumento na jornada de trabalho, a flexibilização de direitos trabalhistas e a ampliação da informalidade (FILGUEIRAS, 2006).

Outro ponto importante foi à redução da participação do rendimento total do trabalho da renda nacional em detrimento ao aumento do rendimento do capital financeiro, principalmente, os juros do capital financeiro e das receitas fiscais do Estado, além do aumento da carga tributária e a consolidação da política de superávits fiscais primários com o intuito de pagamento da dívida pública, aumento dos juros e das amortizações de dívidas com credores internacionais.

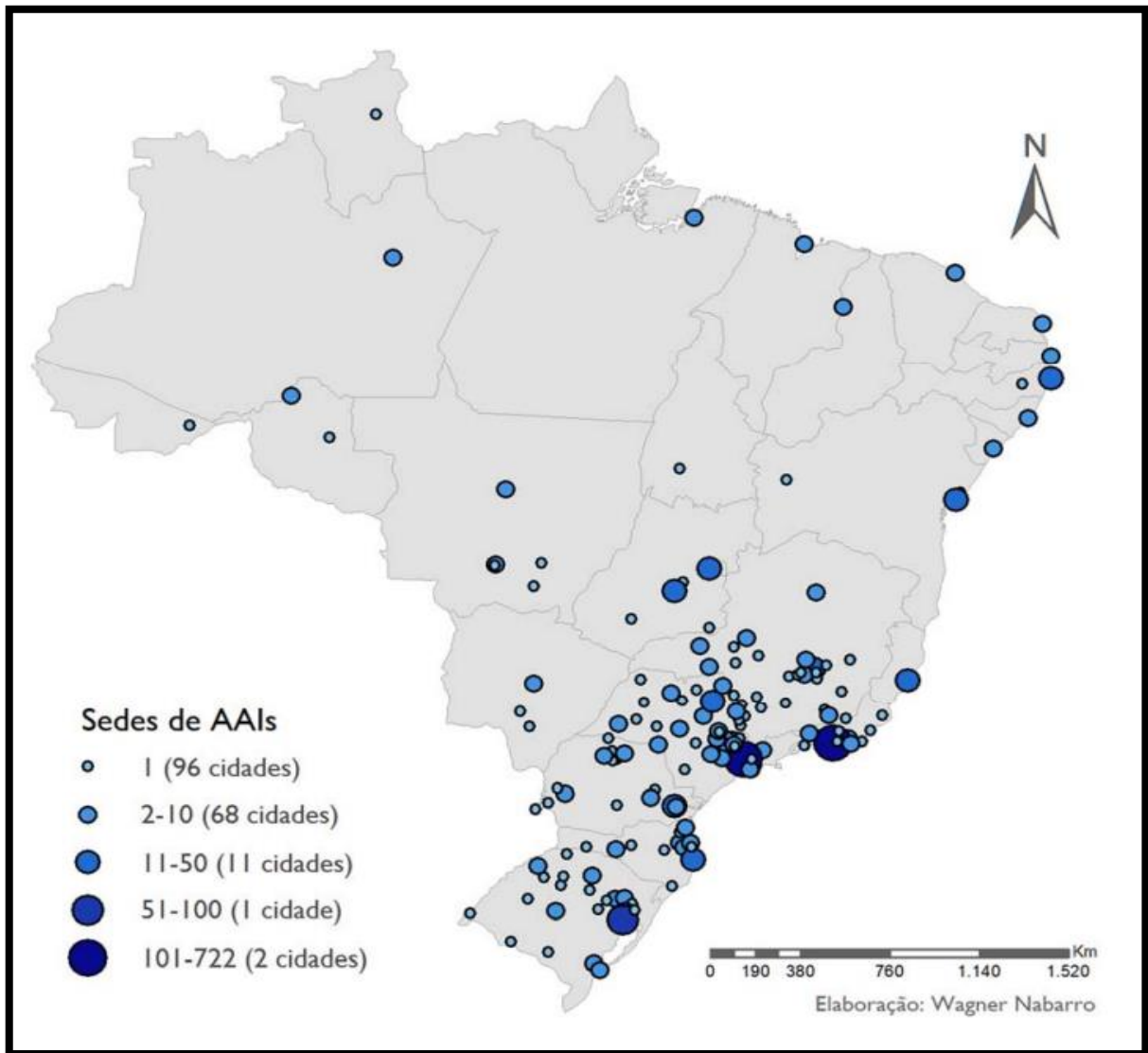
Além da implementação da política cambial de sobrevalorização do real, o que culminou em uma grande centralização de capitais acompanhadas de fusões, aquisições, incorporações, gerando, assim, uma internacionalização da economia brasileira. Já as mudanças na inserção internacional estão ligadas, como bem apontou Filgueiras (2006), a queda das alíquotas de importação e da desregulamentação financeira que contribuíram para integração do mercado internacional, onde o Brasil passou a ser importador líquido de bens de serviços, levando o país a um saldo negativo na balança de pagamentos que passaram a ser pagos com as privatizações de empresas estatais e aquisição de empresas nacionais pelos capitais internacionais, intensificando o processo de desindustrialização no país.

As mudanças na estrutura e no funcionamento do Estado estão permeadas pelo processo de desregulamentação com a quebra de monopólios estatais em vários setores da economia, mediante as privatizações das empresas públicas, reduzindo a presença do Estado nas atividades produtivas, o que contribuiu para o fortalecimento de grupos privados nacionais, internacionais e oligopólios privados, enfraquecendo grupos políticos regionais, tradicionais e os sindicatos.

No que concerne às mudanças nas relações intercapitalistas, essas foram marcadas pela abertura e desregulamentação dos mercados financeiros, o que levou a financeirização da

economia nacional, fundamentada na dívida pública, e o fortalecimento econômico e político dos grandes grupos financeiros e internacionais, quando até mesmo grupos não financeiros criaram suas próprias instituições financeiras.

Figura 2 – Sedes de Agentes autônomos de investimentos- pessoas jurídicas - 2015



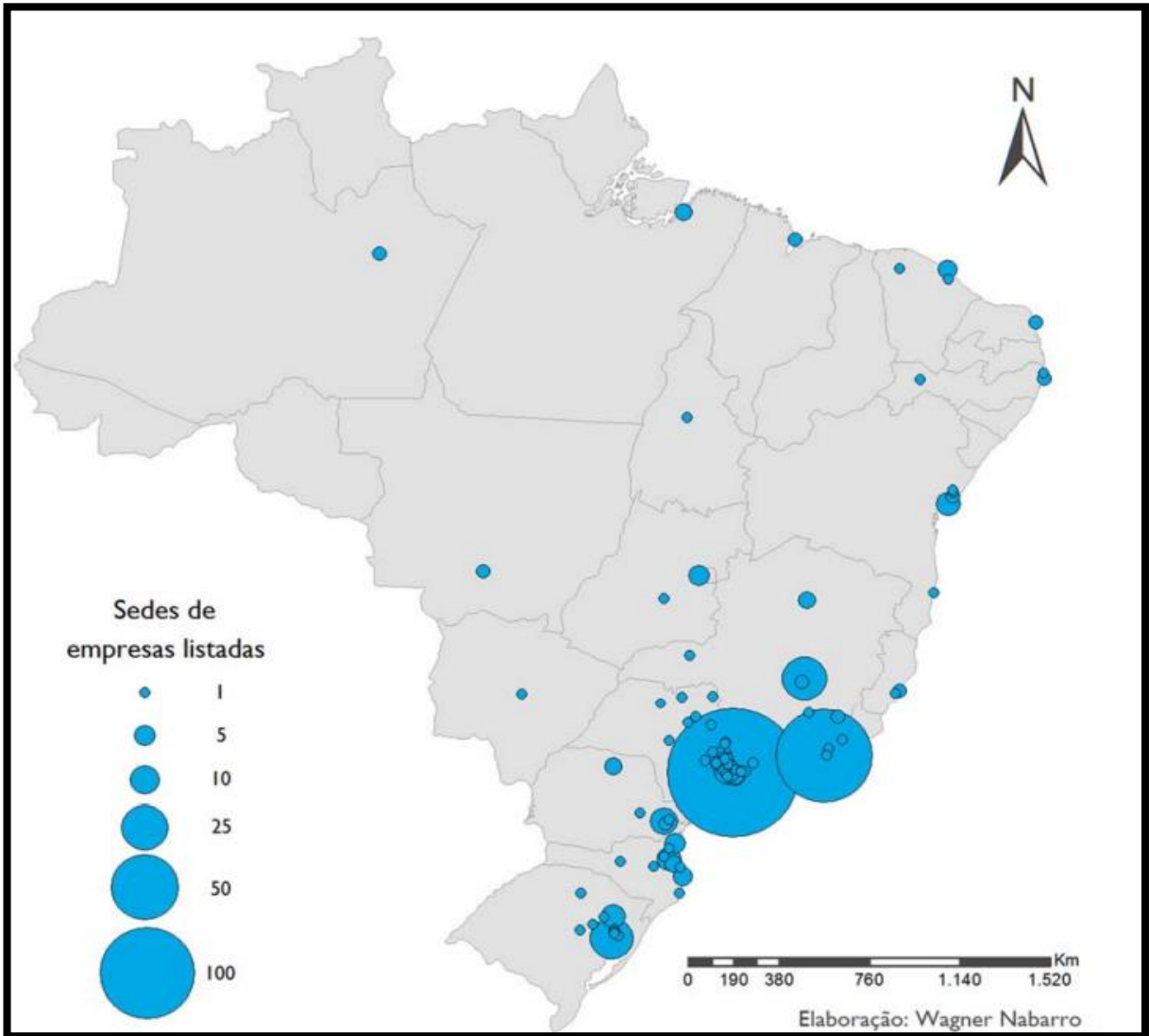
Fonte: elaborado por Nabarro (2016) a partir de dados obtidos na CVM (2015).

A Figura 2 apresenta a dispersão geográfica no Brasil no ano de 2014 dos agentes autônomos de investimentos ⁶, onde nota-se uma maior dispersão dos agentes relacionados com o mercado de capitais, situando-se em quase todos os estados, com exceção do Amapá, embora a grande maioria da concentração bem como toda a estrutura de mercados de capitais está localizada principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. A maior dispersão dos agentes

⁶ Os agentes autônomos de investimentos estão na forma de pessoa jurídica, pois os dados disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários não disponibilizam dados na forma de pessoa física.

autônomos, como bem apontou Nabarro (2016), permitiu a formação de uma rede de captação das corretoras de valores, facilitando maiores proximidades entre os investidores.

Figura 3 – Sede de empresas listadas na Bolsa de valores por município no Brasil - 2014



Fonte: elaborado por Nabarro (2016) a partir de informações obtidas em BM&FBovespa (2014).

A Figura 3 exhibe a grande concentração das sedes empresariais de companhias abertas listadas na bolsa de valores em São Paulo no ano de 2014, a nível secundário na metrópole carioca e com menor grau de intensidade em Porto Alegre, no litoral catarinense e em algumas capitais estaduais.

Embora com intenso grau de concentração de empresas de capital aberto na metrópole paulistana, nota-se o espraiamento das transações do mercado de finanças pelo território nacional. De acordo com Nabarro (2016), mesmo que a maioria das sedes das empresas de capital aberto estejam localizadas no eixo de São Paulo e Rio de Janeiro, isso não significa que não

atuam em outras áreas do país, mas sim optam em instalarem-se nessas cidades, devido terem principalmente toda infraestrutura necessária, como os escritórios das principais corretoras, além das sedes das principais empresas que atuam no país.

As proximidades com os grandes centros de negócios, torna-se essencial para que as corretoras desenvolvam suas relações de proximidades físicas com o centro de decisões São Paulo, visto que é onde são decididos e serão realocados o capital no país, o que tem gerado grandes impactos nas demais regiões.

Assim, esta pesquisa pretende analisar a seguir as implicações do Neoliberalismo nas metrópoles de Belém e de Manaus, mas para isso é importante ter um panorama das transformações que esse modelo tem difundido na região amazônica e mesmo pensar no grau de intensidade que vem desenvolvendo e os seus desdobramentos.

2.1.3 O Neoliberalismo na Amazônia

No contexto da região amazônica, é possível pensar sua inserção na era neoliberal também a partir da redemocratização com governo Collor (1990) e a transição do modelo desenvolvimentista e de uma geopolítica ligada à integração dessa região, as demais regiões do país.

Os autores Da Silva e Bampi (2020) , salientam que ocorreu um recuo do planejamento estratégico e da doutrina de segurança nacional, com o fim dos governos militares e com a inserção da Amazônia na divisão inter-regional do país e na divisão internacional do trabalho, empresas multinacionais e estatais, como exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, foram privatizadas, o que pode ser considerado a transição do modelo de acumulação fordista-keynesiano para o projeto neoliberal financeiro de acumulação capitalista, pautado nos avanços tecnológicos, especialmente nos setores da informática, comunicações, robótica, neurociência, nanotecnologia, biotecnologia, além da intensificação da pressão, frente aos recursos naturais disponíveis à reprodução social de capital.

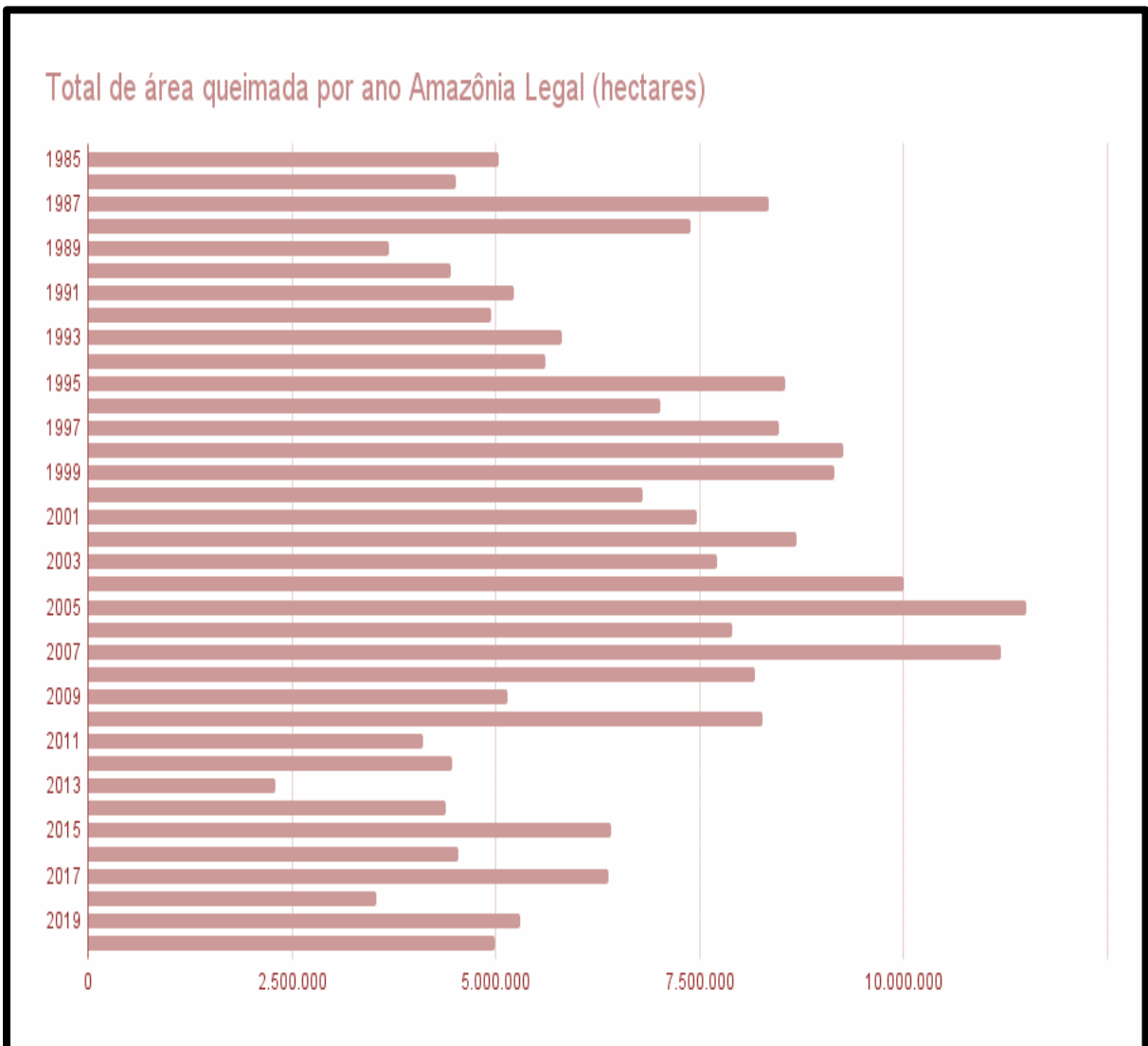
Com a transformação estrutural do capitalismo internacional, redefiniram-se as estratégias de apropriação dos recursos naturais da Amazônia, seja dos atores locais, seja dos atores internacionais, o que acarretou na intensificação de conflitos fundiários. Por isso, Becker (2005) assinala o choque entre os dois vetores de acumulação de capital: o vetor technoindustrial, pautado na exploração de recursos naturais; e o vetor tecnoecológico, ligado ao desenvolvimento sustentável e a manutenção das territorialidades tradicionais, possibilitando a criação de projetos de proteção ambiental, a criação de unidades de conservação, as demarcações de terras indígenas e o mercado de carbono.

A região amazônica passa a viver uma nova geopolítica, caracterizada por conflitos ligados à acumulação capitalista internacional, não apenas pelos conflitos agrários, mas também por demandas externas relacionadas à preservação ambiental, como acordos internacionais (Protocolo de Kyoto, Acordo de Paris) o que tem contribuído para uma série de conflitos externos e internos, ligados à disputa pela terra e recursos naturais.

O agronegócio da cadeia de grãos, carnes e a mineração são os setores que mais têm expandido a fronteira amazônica nos últimos anos. Para Da Silva e Bampi (2020), a geopolítica do governo Lula (2003-2010) seguiu o modelo do planejamento estatal do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por meio das diretrizes dos programas Brasil em Ação (1996-1999) e o Avança Brasil (2000-2003).

O programa Brasil em Ação estava ligado à recuperação das rodovias, a implementação de hidrovias e as conexões do sistema hidrelétrico de energia. Por sua vez, o programa Avança Brasil tinha o objetivo de fazer a ligação de multimodais de transporte (rodoviário, hidroviário e ferroviário); ambos os projetos reforçam que o planejamento territorial amazônico estava voltado para inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho a partir da produção de *commodities* (DA SILVA; BAMPI, 2020).

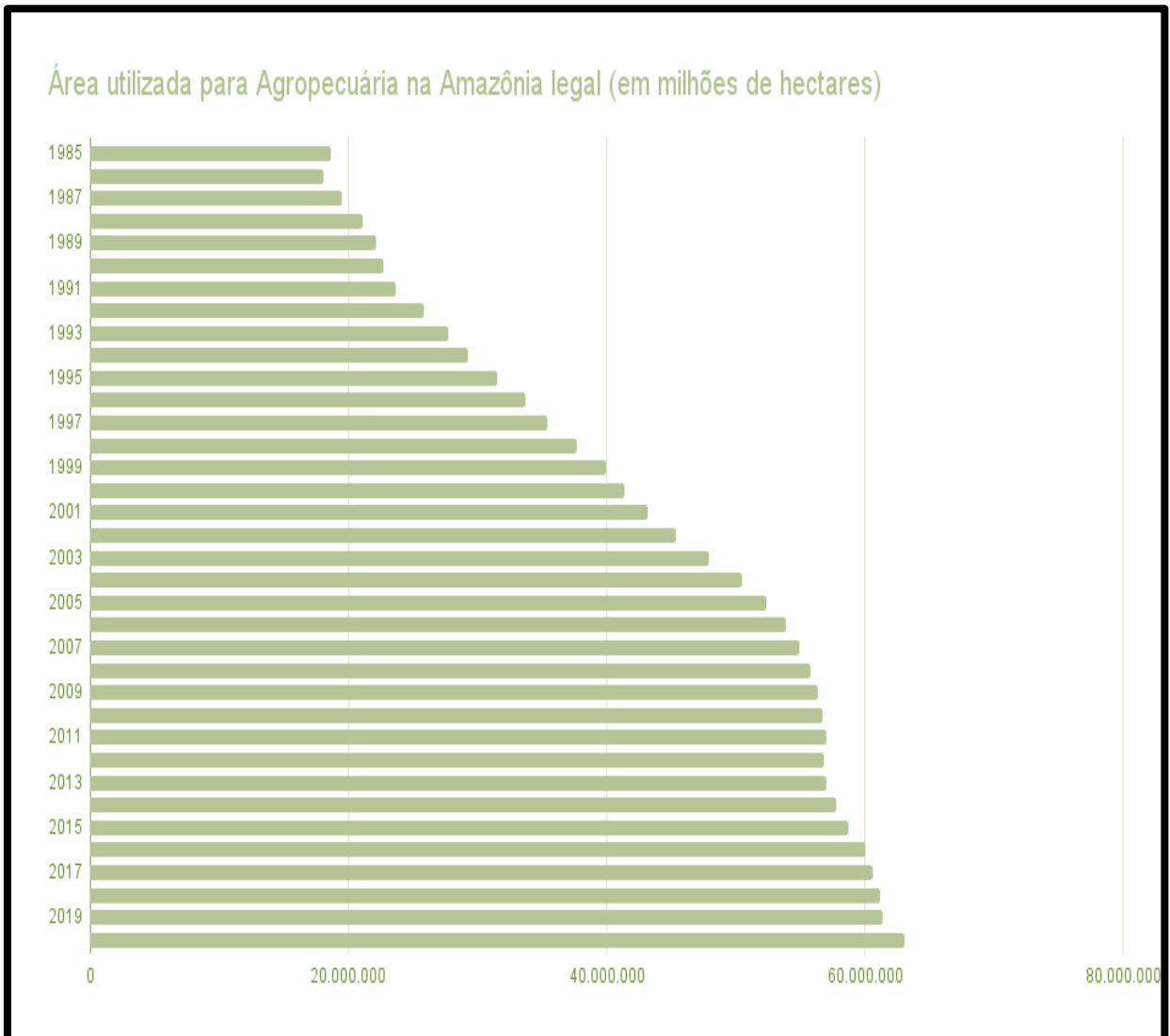
Gráfico 1 – Total de área queimada por ano na Amazônia Legal de 1985 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em *Map Biomass* (2020).

O Gráfico 1 destaca o desflorestamento da Amazônia Legal, ligado às queimadas, desde 1985 até 2020, onde é possível perceber que os anos de 2005 e 2007, foram os anos que apresentaram as maiores áreas queimadas (apresentando mais de 10 milhões de hectares). As principais atividades econômicas que têm gerado as queimadas na região são as ligadas a agropecuária e a mineração.

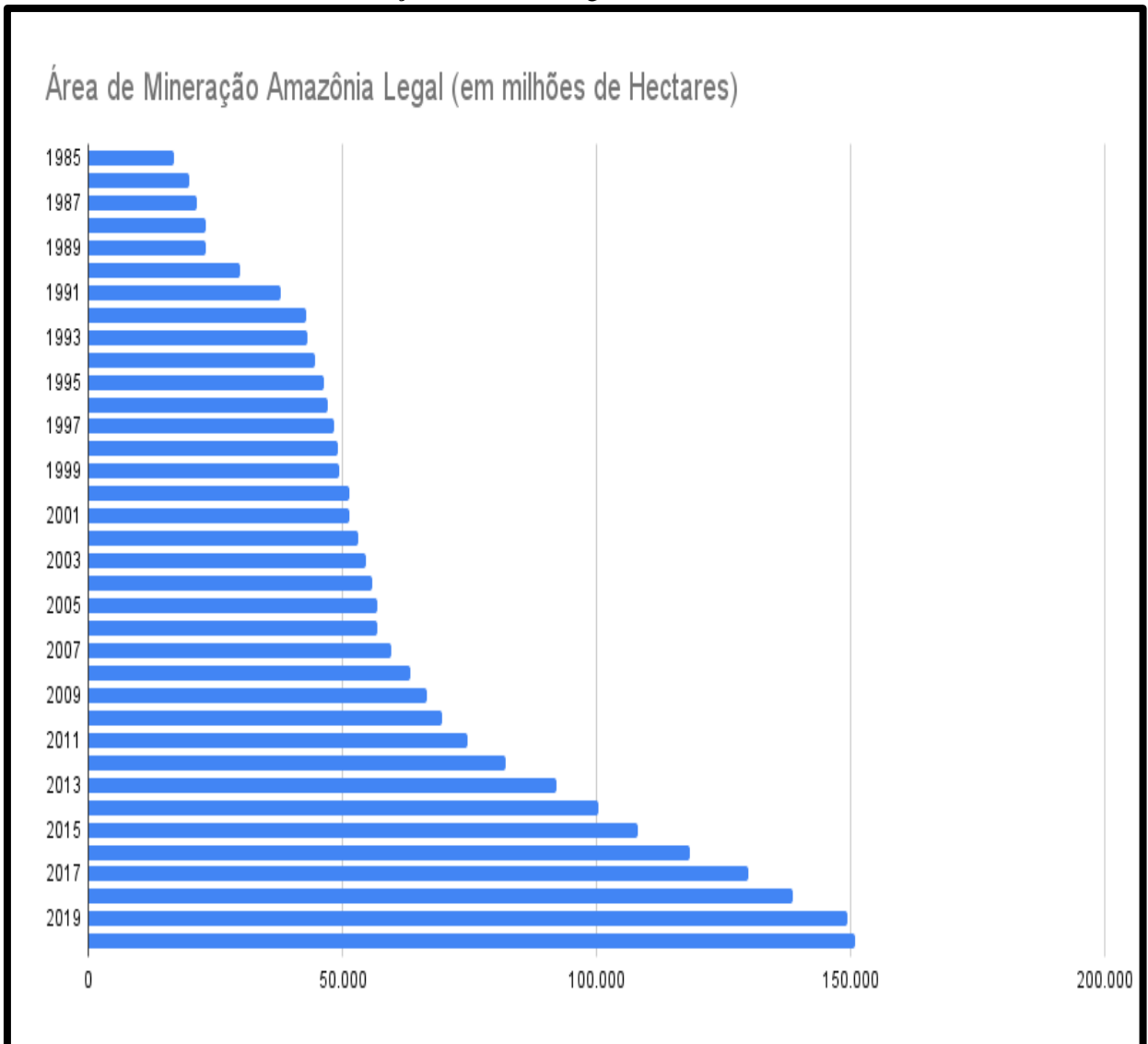
Gráfico 2 – Área utilizada para agropecuária na Amazônia Legal de 1985 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em *Map Biomass* (2020).

O Gráfico 2 apresenta a evolução da agropecuária na Amazônia Legal, que obteve grande crescimento nas últimas décadas. Em 1985, tinha menos de 20.000.000 de hectares, destinados a essa atividade, triplicando para mais de 60.000.000 de hectares em 2020. De 100% das áreas destinadas à agropecuária, em 2020, 89,8 % correspondem a pastagens e 10,2 % é destinada à agricultura (MAP BIOMAS, 2020).

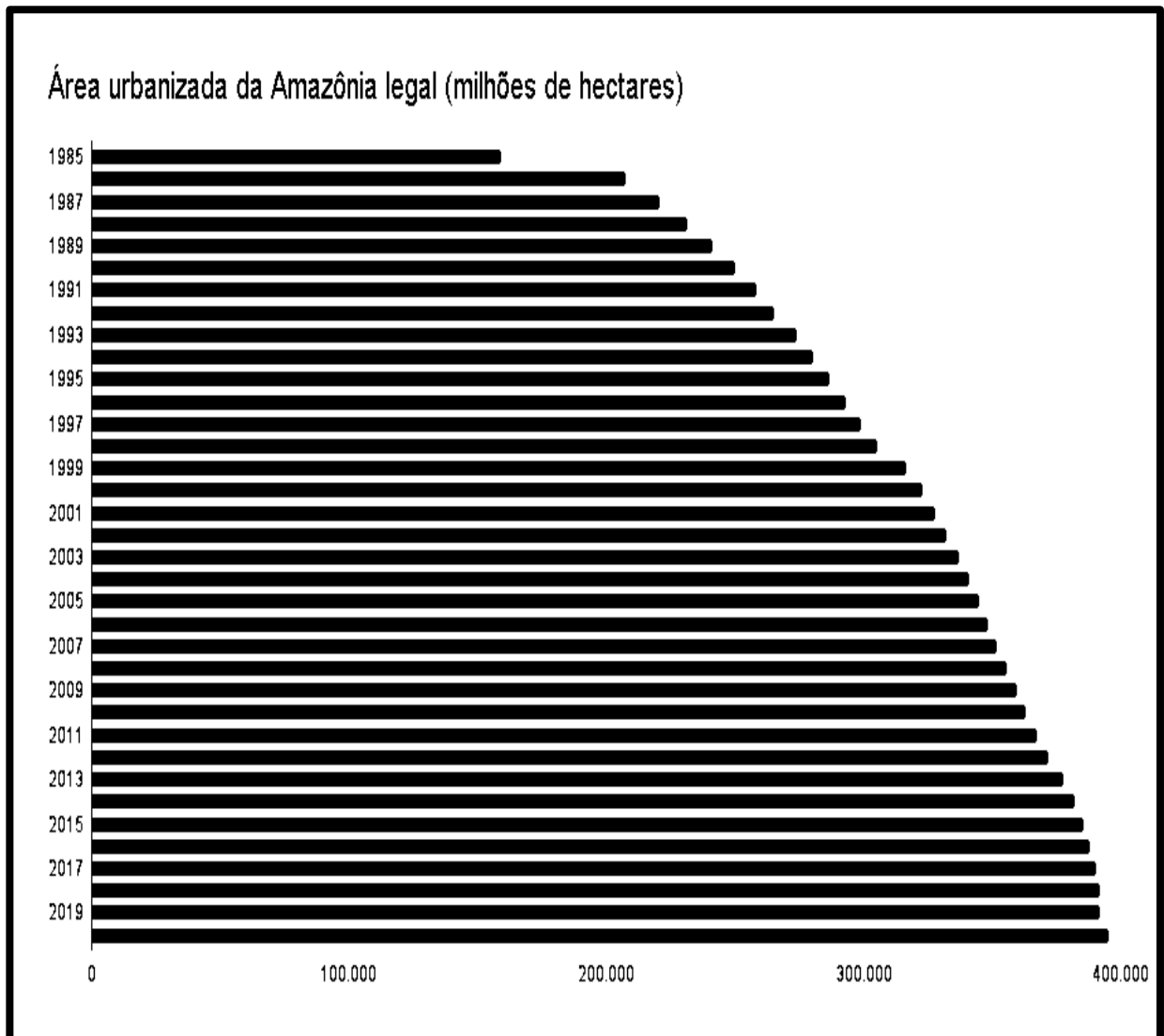
Gráfico 3 – Área de Mineração Amazônia Legal de 1985 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em *Map Biomass* (2020).

O Gráfico 3 mostra o crescimento da atividade de mineração, onde também é possível perceber grande crescimento nos últimos 35 anos, saltando de 16.869 hectares em 1985 para 150.854 em 2020, denotando a consolidação dessa atividade mesmo depois do período militar. Contudo, as consequências dos grandes projetos, implementados pelo Governo Federal, a partir da década de 1960, pautados pela exploração de recursos naturais, impactaram diretamente no deslocamento de grande parte da população em direção aos centros urbanos, onde, hoje, a maior parte da população da região vive em cidades, que aumentaram sua população em uma velocidade maior que a média nacional. Os centros urbanos, que até então estavam constituídos nos principais rios da região, passaram a se formar ao longo das rodovias, construídos para a integração com as demais regiões do país.

Gráfico 4 – Área urbanizada da Amazônia Legal de 1985 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em Map Biomas (2020).

No Gráfico 4 é possível notar o elevado crescimento da área urbanizada na região amazônica, aumentando de 159.402 hectares de área urbana em 1985 para 395.330 hectares em 2020. É admissível perceber que, no final da década de 1980, o ritmo do crescimento foi acelerado e continuou aumentando nas décadas seguintes, onde pode-se constatar a consolidação do processo de urbanização nos últimos 35 anos, mostrados no gráfico.

Mapa 5- Grandes projetos e infraestrutura construída na Amazônia Legal no período de 1989 a 2017



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

O Mapa 5 apresenta os grandes projetos e a infraestrutura, construídos na Amazônia Legal no período de 1989 até 2017, onde é possível notar o grande número de hidrelétricas construídas nesse período. A hidrelétrica de Balbina, edificada no rio Uatumã, estado do Amazonas, foi inaugurada em 1989 é considerada um dos maiores desastres ambientais do país.

Os seus principais impactos ambientais estão relacionados com a sua baixa geração de energia com relação ao tamanho da área alagada, além disso, foi apontado a grande emissão de gases do efeito estufa, pois com alagamento das áreas em seu entorno, ocorreu apodrecimento das árvores o que gerou a liberação de gases poluentes na atmosfera.

Uma das mais emblemáticas usinas hidrelétricas construídas nesse período foi Belo Monte, localizada no rio Xingu, estado do Pará. Inaugurada em 2016, a usina tem uma potência de 11.233 *megawatt* tornando-se a maior usina inteiramente brasileira. A construção dessa hidrelétrica foi marcada por inúmeras críticas por parte dos ambientalistas, acadêmicos e das populações locais que questionavam os inúmeros impactos socioambientais, ligados à alteração do regime de escoamento do rio, com redução do fluxo de água que afetaram a flora e a fauna local, além da inundação de grandes hectares de áreas, onde viviam os ribeirinhos e povos indígenas, dificultando a subsistência e o deslocamento dessas populações.

Uma das críticas, apontada sobre Belo Monte, é da dependência da sazonalidade das chuvas, pois a usina foi construída sem reservatório, onde em época de cheias opera com metade de sua capacidade, mas em tempo de seca, a produção de energia pode chegar a menos de 4,5 mil *megawatts* e que somadas aos impactos socioambientais contribuiu para críticas sobre a inviabilidade ambiental e econômica do projeto.

Outra importante obra foi a usina hidrelétrica, construída nesse período foi a de Santo Antônio, localizada no rio Madeira, estado de Rondônia, inaugurada em 2012 que é considerada a 5º maior usina do país em potência instalada, gerando cerca de 3.568,3 *megawatts*.

A usina hidrelétrica de Jirau também localizada no rio Madeira, distante 120 Km da capital do estado de Rondônia, foi inaugurada no final de 2016. A energia, produzida em Jirau, é distribuída ao Sistema Interligado Nacional pelo o linhão de corrente contínua ligando a subestação de Porto Velho à cidade de Araraquara no estado de São Paulo.

A construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau geraram grande impactos para a cidade de Porto Velho, principalmente ao um incremento populacional de 25 % de acordo com as estimativas do IBGE (2017), muitos trabalhadores de diversos lugares do país chegaram na cidade para trabalhar na construção dessas usinas.

Além disso, a construção dessas usinas hidrelétricas acarretou grandes impactos socioambientais, relacionados com a inundação de áreas dos povos tradicionais, além da

proliferação de malária no período de construção das barragens, o que desencadeou um motim dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho, pois muitos estavam adoecendo no canteiro de obras.

Outras usinas hidrelétricas foram edificadas no estado de Rondônia; a mais antiga foi a de Samuel, inaugurada em 1989 no município de Candeias do Jamari no rio Jamari. A hidrelétrica de Rondon II foi inaugurada em 2011, localizada no município de Pimenta Bueno no rio Comemoração.

O estado da Amazônia Legal que mais teve usinas hidrelétricas, construídas nesse período, foi o Mato Grosso com 08 usinas implementadas: Juba I e II, inauguradas em 1995 nos municípios de Barra dos Bugres e Tangará da Serra no rio Juba; Itiquira, inaugurada em 2002, no município de Itiquira no rio Itiquira; Guaporé, inaugurada em 2003, nos municípios de Pontes e Lacerda e Vale de São Domingos no rio Guaporé; a de Jauru, inaugurada em 2003, nos municípios de Indiavaí e Jauru no rio Jauru; Dardanelos, inaugurada em 2011, no município de Aripuanã no rio Aripuanã; Teles Pires, inaugurada em 2015, nos municípios de Paranaíta e Jacareacanga (PA) no rio Teles Pires; e por último São Manoel, inaugurada em 2017, também nos municípios de Paranaíta e Jacareacanga (PA) no rio Teles Pires.

No estado de Tocantins foram construídas 04 usinas hidrelétricas nesse período: Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), inaugurada em 2001, no municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado no rio Tocantins; Peixe Angical em 2006, nos municípios de Peixe e São Salvador do Tocantins no rio Tocantins; São Salvador, inaugurada em 2009, nos municípios de Paranã e São Salvador do Tocantins no rio Tocantins; e a de Estreito, inaugurada em 2011, na divisa dos estados de Tocantins e do Maranhão, nos municípios de Palmeiras do Tocantins e Estreito (MA).

No estado do Amapá foram construídas 02 usinas hidrelétricas: a de Santo Antônio do Jari, inaugurada em 2014, localizada entres os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim (PA) no rio Jari, e a usina Cachoeira Caldeirão, inaugurada em 2016, no município de Ferreira Gomes no rio Araguari.

Outra importante obra de infraestrutura construída, nessa época, foram as eclusas de Tucuruí, no estado do Pará, inauguradas em 2010, cujo objetivo foi o de permitir que embarcações subissem ou descessem o rio, onde há desníveis funcionando como uma espécie de degraus ou elevadores, possibilitando, desse modo, a navegação.

Essas obras ficaram paradas por cerca de 30 anos, época da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, no entanto, mesmo com a conclusão das eclusas, a navegação na região continua comprometida, pois ainda existe a necessidade da execução de uma outra importante

obra: o deslocamento do Pedral do Lourenço que seria desobstrução das rochas em 43 km de extensão no rio Tocantins que impede a navegação na maior parte do ano, mas devido as dificuldades técnicas do projeto e os impactos ambientais, as obras ainda não foram executadas.

O objetivo é tornar o rio Tocantins navegável o ano todo e chegar na região de Belém por meio de barcaças e realizar o transbordo para grandes navios de exportação com intuito de escoar a produção de grãos do agronegócio brasileiro.

O gasoduto Urucu-Coari foi uma importante obra realizada pelo Governo Federal, inaugurado em 2011, teve por objetivo abastecer com gás natural sete usinas termelétricas em 07 municípios do estado do Amazonas: Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba ligando o polo Arara em Urucu, município de Coari (AM) até a refinaria Isaac Sabbá em Manaus, totalizando 663,2 Km de extensão.

Nesse período, destaca-se também a instalação do Projeto mineralógico de Juruti no oeste do Pará em 2004. Esse projeto consistiu na extração da bauxita pela empresa estadunidense Alcoa que extrai o minério das minas de Juruti – velho, distrito do município de Juruti, sendo transportada por via ferroviária até o porto de Juruti, onde é transportado via fluvial até o porto de Barcarena no Pará, passando pelo processo de beneficiamento até ser exportada para o mercado externo. O projeto foi alvo de conflitos entre as populações locais que reivindicavam compensações frente aos impactos socioambientais causados, a cidade de Juruti ‘sofreu’ grandes transformações, especialmente com o elevado aumento populacional e crescimento urbano.

Outra importante obra, construída nesse período na Amazônia, foi a Rodovia Br-317 também conhecida como Estrada do Pacífico ou Rodovia Interoceânica; sua construção foi iniciada em 2002, mas foi somente inaugurada em 2007, após a criação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), cujo objetivo foi de realizar a integração física do Brasil com o litoral peruano.

A ligação ocorreu por intermédio da Br-364 em Limeira, estado de São Paulo, ligando-se com a Br- 317 no estado do Acre, passando pelo capital Rio Branco e interligando-se com a tríplice fronteira Brasil- Bolívia – Peru, passando pela cidade de Cobija na Bolívia, cortando a cidade brasileira de Assis Brasil no estado do Acre, interligando a cidade boliviana Bolpebra e a cidade peruana de Iñapari, permitido, desse modo, a ligação do Brasil com o oceano Pacífico no território peruano. Do lado brasileiro, a Rodovia Br- 317 chega até o município de Boca do Acre no sudoeste do estado do Amazonas.

Portanto, o atual contexto de expansão do Neoliberalismo, na região amazônica, está marcado pela expansão da fronteira do agronegócio e da mineração, além da implementação de

inúmeras usinas hidrelétricas o que tem culminado em graves impactos socioambientais, além de conflitos fundiários e tensões, ligadas à biopirataria, ao narcotráfico e aos garimpos ilegais.

A expansão do capital pelo território amazônico, ligada, ainda, particularmente, a exploração dos recursos naturais, tem resultado em um aumento significativo da população urbana, gerando o surgimento de várias cidades, além do aumento de conflitos fundiários que resultaram na morte de diversas pessoas unidas em luta pela terra, provocando a desterritorialização de povos tradicionais que foram impactados com a implantação dos grandes projetos na região. As mortes no sertão amazônico, além dos inúmeros impactos ambientais, impulsionaram grande parte da população a seguir em direção aos núcleos urbanos que cresceram em uma velocidade desenfreada.

A partir da contextualização aqui discutida sobre o desenvolvimento da era neoliberal, sua hegemonia no capitalismo contemporâneo e seu espraiamento pelo globo terrestre, torna-se também fundamental analisar essa temática a partir de análises que considerem a sua dimensão escalar, os seus desdobramentos no espaço metropolitano e as espacialidades atuais que o movimento do capital tem contribuído muitíssimo para alterações significativas na Geografia contemporânea que serão discutidas a seguir.

2.2 O NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS

2.2.1 A consolidação do modo de vida metropolitano

A fim de considerar a consolidação do capitalismo financeiro e conseqüentemente a nova reestruturação produtiva da economia global, pautado em preceitos neoliberais, é necessário fazer um contraponto com relação a reestruturação espacial, ocorrida nas últimas décadas, uma vez que essas transformações estão intimamente imbricadas com o deslocamento do capital tanto para outros setores da economia quanto para outras regiões do planeta, carecendo, dessa maneira, desenvolver uma Geografia a respeito desses movimentos que o capital realiza.

De acordo com Harvey (2018), quando uma mercadoria, portadora de valor, é consumida, ela sai da circulação, mas sua saída está intimamente relacionada com a transformação prévia do valor da mercadoria na forma-dinheiro, mas como salienta esse autor, no mundo do capital e da produção de mais-valor, a finalidade desse processo é o enriquecimento. Desse modo, o dinheiro como medida de riqueza se estabelece como um processo infundável de expansão para além de seu limite quantitativo.

Portanto, pensando no movimento do capital que almeja sua expansão, Harvey (2018) salienta que a produção de regimes de valor está relacionada com as leis do movimento do

capital, pois para ele toda concorrência espacial é monopólica, visto que as empresas assumem monopólio sobre o espaço particular que ocupam e ‘sofrem’ concorrência, apenas de um número limitado de empresas uma/ou de nenhuma, em determinada extensão geográfica.

Nesse sentido, por exemplo, produtores de bens perecíveis básicos estavam protegidos da concorrência até mesmo de produtores localizados em cidades vizinhas; já os produtores de insumos pesados fugiram da concorrência instalando-se próximos as fontes de matérias-primas que, até então regulavam, significativamente, a localização de indústrias, mas que atualmente a orientação do mercado é o fator mais importante na escolha da localização.

Assim, Harvey (2018) faz um esforço para compreender a dimensão espacial do capital, a partir da teoria de Marx que chama atenção para as variações geográficas que estão intimamente ligadas com a intensidade, produtividade e porosidade das jornadas de trabalho, valor da força de trabalho que varia nos países e a produtividade no trabalho, que modificam-se, conforme as diferenças naturais (terras férteis, climas favoráveis), às diferentes definições de vontades, necessidades e desejos, de acordo com características naturais e culturais e dinâmicas de lutas de classes, como corrobora o excerto a seguir:

Quando crescemos a tais transferências de valor as maneiras pelas quais a Geografia da valorização e da produção de valor diferem da Geografia da valorização e da produção, a Geografia fluida dos fluxos de capital que atravessam e permeiam as paisagens diferenciais da circulação de capital aparece como a expressão material da natureza de capital. No interior desses fluxos, emergem configurações regionais em torno das quais se formam, ao menos por certo tempo, arranjos relativamente estáveis e geograficamente fixos de mobilização de mão de obra, divisões do trabalho e investimentos em infraestruturas sociais e físicas, produção, realização e distribuição de valor. (HARVEY, 2018, p.156).

A era neoliberal tem como uma de suas consequências a reestruturação produtiva e consequentemente espacial, haja vista que o movimento do capital ocorre e se manifesta no espaço, sendo que a lógica de organização espacial está permeada pelo deslocamento das atividades produtivas para outras regiões, pelos fluxos de capital e de pessoas, pelas divisões do trabalho e pelas etapas fundamentais do desenvolvimento capitalista, como bem frisou o excerto apresentado sobre a produção, a realização e a distribuição de valor.

A esse respeito, a partir da década de 1970, Harvey (2018) chama atenção para a retirada do padrão-ouro que alterou significativamente a economia global, pois as formas monetárias não têm mais base material em mercadoria alguma e que, portanto, essas formas estão sujeitas a partir de então à manipulação humana, como exemplo, as flexibilizações quantitativas dos bancos centrais.

Logo, a produção de regimes de valor que em princípio eram altamente localizadas e

tenham uma incipiente integração passam a se proliferar pelo globo terrestre, a partir da eliminação gradual dos obstáculos ao comércio, com a queda dos custos de transporte, a redução gradual de políticas como as tarifas alfandegárias por meio da formação de blocos econômicos e a criação, por exemplo, em 1995 da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por conseguinte, Harvey (2018) destaca que a concorrência monopólica diminuiu tanto material quanto politicamente, para outras formas de monopólios, visto que o desmonte gradual de barreiras espaciais significou a alteração da perspectiva nacional para uma perspectiva global, pois empresas que antes tinham um caráter nacional, ligado a regulação de Estados-nações, migraram para outras áreas do planeta.

A partir dos anos de 1970 passa a ocorrer o deslocamento dessas empresas para outros países, dessa maneira, a nova reestruturação produtiva do capital está relacionada com a consolidação de empresas transnacionais, deslocando-se para outras regiões do globo, mesmo sabendo que as sedes dessas multinacionais permanecem em seus países de origem, além do desenvolvimento de outras cadeias de negócio, como o das telecomunicações, surgindo arrivistas monopolistas, como o *Google*, a *Amazon*, o *Facebook* e também as apropriações do conhecimento comum, expressas em patentes, licenças e formas jurídicas, assim como a consolidação de monopólios em setores mais tradicionais no agronegócio (Monsanto e Cargill), no setor energético (as sete irmãs no setor petrolífero) e na indústria farmacêutica (Bayer e Pfizer) (HARVEY, 2018).

O Quadro 1 salienta que os 10 países, que mais lucram com exportações no mundo, têm uma economia diversificada, tendo alguns a exportação de *commodities* e dispendo de um parque industrial, voltado à fabricação de produtos de maior valor tecnológico agregado, como: automóveis, aviões, produtos farmacêuticos, circuitos integrados, computadores e produtos de telecomunicações

Nesse contexto, muitas empresas têm deslocado-se do seu país de origem, deixando lá apenas seus escritórios e indo em direção a países que disponibilizam melhores condições (regime de valor), como é o caso da China, que tem atraído grandes empresas, sendo a maior responsável no planeta tanto nas exportações quanto nas importações de *commodities*, para dar suporte ao seu crescimento, principalmente no setor da construção civil, configurado como o grande motor do capitalismo produtivo.

Quadro 1 – Maiores exportadores mundiais em 2021

PAÍSES	VALOR DAS EXPORTAÇÕES	PRODUTOS MAIS EXPORTADOS
1° China	US\$ 2,664 Trilhões	Fabricação de produtos de tecnologia.
2° Estados Unidos	US\$ 1,803 Trilhões	Bens de consumo, bens de capital, bebidas, alimentos para animais, automóveis, autopeças.
3° Alemanha	US\$ 1,432 Trilhões	Produtos eletrônicos, veículos automotores, produtos químicos, máquinas.
4° Japão	US\$ 788,3 Bilhões	Centro de fabricação de produtos de tecnologia, automóveis.
5° Coreia do Sul	US\$ 720,6 Bilhões	Equipamentos de telecomunicação sem fio, semicondutores, computadores, veículos automotores, petroquímicos e navios.
6° Holanda	US\$ 601,1 Bilhões	Produtos químicos, máquinas, equipamentos e produtos alimentícios.
7° Hong Kong	US\$ 591,9 Bilhões	Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó, Aparelhos eletrônicos, circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos.
8° Itália	US\$ 586,2 Bilhões	Produtos têxteis, vestuário, produtos de engenharia, alimentos químicos.
9° França	US\$ 577,8 Bilhões	Máquinas, equipamentos de transporte, aviões, plásticos, produtos químicos, aço e produtos farmacêuticos.
10° Reino Unido	US\$ 499,3 Bilhões	Suprimentos, manufaturados, tabacos, produtos químicos, alimentos e bebidas.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da *Trademap*⁷ (2021).

De acordo com Harvey (2018), entre 1900 e 1999, os Estados Unidos consumiram 4,5 milhões de toneladas de cimento, a China consumiu 6,5 milhões entre os anos de 2011 e 2013, ou seja, em apenas dois anos, os chineses consumiram mais cimento do que os Estados Unidos gastaram em 100 anos, esse intenso consumo chinês está relacionado com o grande investimento na criação de ambientes construídos, urbanização e na construção de infraestrutura físicas, necessitando a importação de *commodities* (Ferro), de outros países do mundo como o Brasil e a Austrália.

⁷ É uma plataforma que apresenta estatísticas do comércio, do desempenho de exportações, do desenvolvimento internacional de empresas, os valores de importação e exportação, as taxas de crescimento e as cotas de mercado.

Quadro 2 – Exportações brasileiras em 2021

Produtos mais exportados	Valor das exportações
Soja	US\$ 28,6 Bilhões
Minério de Ferro	US\$ 25,8 Bilhões
Óleo brutos de petróleo ou minerais betuminosos	US\$ 19,6 Bilhões
Açucares e melações	US\$ 8,8 Bilhões
Carne bovina	US\$ 901 Milhões
Total	US\$ 213.350 Bilhões

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da *Trademap* (2021).

O Quadro 2 destaca as exportações brasileiras em 2021, reforça a grande dependência do Brasil com relação às exportações de *commodities* que, antes da crise de 2008, geraram relativo crescimento à economia brasileira. A dependência da exportação de *commodities* reforça a condição do Brasil em um país em desenvolvimento que, nas últimas décadas, a partir da implantação de políticas de cunho neoliberal, tem acarretado a desindustrialização de sua economia, pautada nas exportações de matérias-primas que têm menor valor agregado, situando o país na divisão territorial do trabalho como mero exportador de alimentos e minérios, o que aliás tem sido seu papel habitual/tradicional ao longo de sua história.

Harvey (2018) chama atenção para setores da economia capitalista que têm ganhado mais fôlego e até mesmo garantido sobrevida ao capitalismo no mundo que são os proprietários fundiários e imobiliários que, mediante os mecanismos de contração de dívidas, alimentam a especulação por intermédio de longos financiamentos de imóveis, pois comerciantes, indústrias, Estados e qualquer indivíduo que consiga poupar dinheiro, depositam fundo excedentes em instituições financeiras, com o intuito de obter uma boa taxa de retorno. Essas práticas têm acarretado no mundo a intensificação do processo de urbanização, mas de uma maneira diferenciada se comparado com a urbanização do capitalismo industrial.

Assim, para entender esses processos é importante ressaltar o começo da formação das cidades que emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Tal excedente é extraído de algum lugar e de alguém e seu controle está baseado na sua distribuição

desigual, onde poucos os controlam, como ressaltado aqui:

Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 74).

De acordo com o excerto apresentado, afirma-se que a urbanização está pautada na lógica capitalista na acumulação de excedentes, sendo que isso, ao longo da história, tem ampliado o processo de urbanização em uma escala global, mas que essa não é uma tarefa tão simples, pois existe uma grande necessidade de encontrar novas formas produtivas para a produção e absorção de excedente de capital, sendo uma problemática para a sua expansão.

A urbanização pode ser entendida, dessa maneira, como um processo de movimento e transformação, tendo como perspectiva conceitual a compreensão da cidade pela noção espaço-tempo e a dialética entre o rural e o urbano, relacionadas com as transformações da divisão social e territorial do trabalho.

Assim, fica nítida a relação entre o capitalismo e a urbanização que é produto da acumulação de capital e produção de excedentes. Por isso, a urbanização expressa a ideia de processo de origem e evolução histórica das cidades em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com a divisão social do trabalho.

Portanto, a urbanização tem desempenhado papel decisivo na absorção de capitais excedentes, na escala geográfica, mas, sobretudo, no inerente processo de destruição e desapropriação. A absorção de excedente, por meio da transformação urbana, tem um aspecto contraditório e acarreta repetidas disputas sobre a reestruturação urbana que, quase sempre, tem uma dimensão de classe, em que os mais pobres são desprivilegiados e marginalizados do poder político, sendo os primeiros que sofrem com o processo de negação de qualquer direito à cidade.

Logo, os capitalistas devem tentar encontrar novos meios de produção e recursos naturais que aumentem a necessidade de exploração sobre o ambiente natural para encontrar matéria-prima, indispensável para absorver e acumular capital; daí a necessidade em explorar lugares cada vez mais distantes, fato evidenciado nas investidas imperialistas e neocoloniais das grandes potências europeias no continente americano, asiático e africano a partir do século XV. Situação ressaltada pelo fragmento a seguir:

As inovações definem novas carências e necessidades, reduzem o tempo de retorno do capital e diminuem a fricção da distância, que limita a extensão geográfica no interior. O direito à cidade da qual os capitalistas podem procurar por fornecimento ampliado de trabalho, matéria prima etc. Se não há suficiente poder de compra no mercado, então novos mercados devem ser encontrados pela expansão do comércio exterior, promoção de novos produtos e estilos de vida, criação de novos instrumentos de crédito e financiamento estatal de dívida e gastos privados. (HARVEY, 2013, p.75).

A escassez de mercado e carência por recursos naturais levou a expansão do capitalismo por diversas áreas do globo terrestre, mas quando não é encontrada uma maneira de expandir o mercado e, conseqüentemente, gerar mais capital, isso pode suscitar uma crise, onde a acumulação de capital estará bloqueada, levando ao enfrentamento de uma desvalorização de mercadorias excedentes que podem perder valor ou que será destruída, perdendo, assim, a capacidade produtiva e desvalorização do dinheiro pela inflação e, por conseguinte, o desemprego em massa.

Para Harvey (2013), o capitalismo é movido para a expansão e a acumulação, por isso, a necessidade de as empresas capitalistas estarem sempre em busca de novos mercados, modificando os espaços e as formas de relação com a natureza, visando tornar cada vez mais eficiente o controle do capital sobre a produção do valor, o que gera a **compressão da noção de tempo-espaço**, isto é, onde o capital move-se cada vez mais rápido e as distâncias são encurtadas, geram como conseqüências o desenvolvimento geográfico desigual.

Harvey (2013) tenta explicar o fluxo do capital que cada vez mais mundializa-se, para isso, analisa a crise econômica de 2008 para demonstrar que as crises são intrínsecas e inerentes ao modo de produção capitalista. As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo, onde por meio delas, realimenta, sempre com novos arranjos temporais e espaciais, sua expansão e acumulação.

Para Harvey (2013), a taxa mínima de crescimento aceitável para uma economia capitalista saudável é de 3% ano. No entanto, tem ficado cada vez mais difícil sustentar esse crescimento, o que leva a crises em função da ascensão do **capital fictício**⁸. O autor afirma, ainda, que, em 2009, um terço do equipamento de capital nos Estados Unidos estava parado, enquanto 17% da força de trabalho estavam desempregados ou inativos.

É possível perceber que o capitalismo consiste em um modo de produção, voltado para a acumulação e o lucro, sendo que para isso é necessária a sua contínua expansão e inovação. Dessa maneira, o capital não seria uma coisa, e sim um processo em que o dinheiro é sempre

⁸ São os direitos contratuais transacionáveis sobre um fluxo de renda futuro, destacando-se três atributos que perfazem sua constituição: a renda futura, os mercados secundários e a inexistência real.

investido em busca da obtenção de mais dinheiro.

O capitalismo é um sistema pautado na contradição e que evolui de maneira aparentemente incontrolável, assim, torna-se imprescindível entender o fluxo do capital e a sua dinâmica evolutiva de acumulação capitalista, fundamentalmente, a partir da segunda metade do século XVIII, quando ocorreu a Primeira Revolução Industrial e passa a ser predominante o capital industrial de produção. Assim, Harvey (2013) executa um rigoroso estudo de como o capital movimenta-se em busca do lucro por diferentes esferas de atividades que estão inter-relacionadas como demonstra o trecho a seguir:

As esferas de atividade são: 1) tecnologias e formas de organização; 2) relações sociais; 3) arranjos institucionais e administrativos; 4) processos de produção e de trabalho; 5) relações com a natureza; 6) reprodução da vida cotidiana e da espécie e 7) concepções mentais do mundo. Destaca que, ao mesmo tempo em que estão interligadas, as esferas de atividade possuem uma lógica própria, evoluindo e se transformando em uma totalidade "socioecológica" complexa e dialética. O fato de as esferas estarem interligadas, mas cada uma possuindo uma lógica própria no processo evolutivo humano é o que produz tensões e contradições no capitalismo. "É o que leva, em determinado tempo e lugar, uma esfera a se sobrepor à outra, assumindo o papel de vanguarda." (HARVEY, 2013, p.108, grifos do autor).

Portanto, é possível perceber existência de uma inter-relação entre as esferas, onde as tecnologias e formas organizacionais são cruciais para os processos capitalistas, mas quando ocorrem situações em que a escassez de oferta de trabalho ou de matéria-prima leva à busca desenfreada por novas tecnologias e formas organizacionais que modificam drasticamente a sociedade e, conseqüentemente, têm gerado diversas crises de ordem global.

A busca incessante pela acumulação de capital produz crises que podem ser consideradas inerentes ao sistema capitalista, argumento que tem conduzido a processos, como o de urbanização e da metropolização, considerada o novo patamar do fenômeno urbano que vem desempenhando um papel particularmente decisivo na absorção do excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro.

Contudo, a crise capitalista está afetando milhões, em detrimento a isso, o capital financeiro vem atendendo as necessidades dos investidores e financistas os quais têm financiado e lucrado com a metropolização em uma escala global, onde a expansão do processo urbano trouxe incríveis transformações no estilo de vida, sendo que a qualidade da vida urbana tornou-se mercadoria e a própria vida, onde o consumismo, o turismo, a indústria da cultura e do conhecimento tornaram-se os principais aspectos da economia política urbana. Logo,

A produção de vontades, necessidades e desejos, constitui um aspecto crucial da história do capital, sem o qual ela teria desaparecido. A natureza e natureza humana oferecem toda sorte de dádivas gratuitas à acumulação de capital, não são dadas “pela natureza” nem são fruto de uma “natureza humana” imutável. Tampouco são distribuídas uniformes pelo mundo. Elas são produzidas eternamente mutáveis, e o próprio capital tem um papel muito importante em sua produção. O resultado não é uma homogeneidade global, e sim uma diversificação regional. (HARVEY, 2018, p.163).

A experiência metropolitana contemporânea da era neoliberal tem estimulado novos desejos, como exemplo, o consumo em centros comerciais, galerias, pequenos comércios, *fast-food*, mercados locais de artesanato, mas essas escolhas só podem ser usufruídas desde que se tenham recursos financeiros. A metropolização atual tem mobilizado o consumo dos estilos de vida para satisfazer os fetiches urbanos, pautada em um paradigma de sociedade que intensifica o individualismo e renúncia à política, onde as formas de ação coletiva têm sido ameaçadas na era do Neoliberalismo contemporâneo.

Salienta-se, portanto, que enquanto no período do capitalismo industrial engendrou a população em direção às cidades, o período neoliberal tem consolidado o urbano enquanto *locus* da produção e reprodução do capital, embora de maneira diferente do período anterior.

Diante disso, Vainer (2000) defende que tem difundido-se, no Brasil e na América Latina, o planejamento estratégico que corresponde à ação combinada de diferentes agências multilaterais e de consultores internacionais, sobretudo de catalães que, inspirados em conceitos e técnicas, oriundas do planejamento empresarial que estão sendo adotados pelos governos locais, têm condições em comum com empresas e que devido à mundialização da economia tem se produzido uma crescente competição entre os territórios.

Para Vainer (2000), anteriormente, o debate da questão urbana estava relacionado com o crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, mas a nova questão urbana tem como cerne, no contexto atual, a competitividade urbana, pautada na competição pelo investimento do capital e tecnologia, na atração de novas indústrias e negócios, e a competitividade na qualidade de serviços. Nesse sentido, Vainer (2000) mostra três analogias das cidades contemporâneas que caracterizam o planejamento urbano: a cidade como mercadoria, a cidade como uma empresa e a cidade como pátria.

A cidade enquanto mercadoria é traçada a partir de inúmeros tipos de mercados em que pode ser vendida, como: insumos valorizados pelo capital transnacional, espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação, comércio e segurança.

Para Vainer (2000), a cidade é uma mercadoria a ser vendida em um mercado extremamente competitivo, onde o governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem centrada na oferta de infraestrutura e de serviços (comunicação, serviços econômicos, oferta de cultura, segurança), acenando com vantagens para atrair investimentos.

Já a cidade empresa está imbricada na competição em aumentar o poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação, saindo de uma forma inativa de objeto para uma forma ativa de sujeito, tendo uma nova identidade de empresa. A cidade empresa está diretamente relacionada com o planejamento estratégico que deixa de estar meramente em corporações privada para penetrar nas instituições públicas, onde são assimiladas características tipicamente empresariais, como a produtividade, a eficiência e a competitividade, acarretando o empresariamento da gestão urbana (VAINER, 2000).

A cidade vista como empresa consiste em concebê-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado que dita suas ações. Entretanto, Vainer (2000) afirma que a cidade empresa não limita-se em apenas uma proposta administrativa, mas também a transformação do conjunto da cidade e do poder local, imbricada diretamente em novos significados, pautados na cidade enquanto sujeito/ator econômico, tendo, em seu esteio, a lógica mercantil empresarial onde ocorre a apropriação do poder público por grupos empresariais privados.

A concepção da cidade como empresa está relacionada com uma negação da cidade enquanto espaço político. Por isso, ocorre a instauração de um plano político e ideológico da cidade estruturada, segundo Vainer (2000), em dois elementos essenciais: a consciência da crise e o patriotismo da cidade.

A consciência de crise está relacionada à degradação urbana, a debilidade da infraestrutura, com intuito de gerar grande insatisfação dos moradores da cidade que clamam por transformações urbanas. A disseminação da ideia de crise urbana, assimilada pela população, influenciou os governos locais sanarem a crise por meio de obras e de serviços visíveis, tendo um caráter monumental e simbólico para garantir a melhoria de espaços públicos e o bem-estar da população, mediante a propagação de um discurso que prega o patriotismo da cidade (VAINER, 2000).

A beleza plástica dos espaços públicos tem por objetivo, segundo Vainer (2000), o resgate da identidade e o patriotismo cívico, em resposta ao sentimento forjado de crise urbana para a reprodução de condições favoráveis à implementação de projetos urbanísticos, em 'prol' das grandes corporações. Desse modo, a criação da consciência ou patriotismo da cidade são elementos essenciais para a difusão do planejamento estratégico entre os agentes

econômicos e sociais da cidade.

A respeito disso, para Magalhães (2016), o Estado é uma das esferas responsáveis pela gênese do capitalismo e por sua reprodução histórico-geográfica ligada a uma teia de nós interligados e formados pela autoridade violenta do aparato estatal, o direito da propriedade privada, a garantia de contrato, as leis, a polícia e as prisões, a moeda, a infraestrutura física e institucional, as fronteiras.

No Estado neoliberal, Magalhães (2016) aborda que após o enfraquecimento fordista-keynesiano ficou a impressão de ser um Estado ausente, ainda mais no contexto latino-americano, onde a propriedade privada é fruto de uma modernidade incompleta e seletiva em que são negligenciadas grandes porções de metrópole. É nesse sentido que o Neoliberalismo urbano tem se assentado enquanto projeto transformador na metrópole que, no caso específico latino-americano, tem seguida a lógica do jogo mercado, pautado em parcerias públicos-privados.

Portanto, a consolidação do modo de vida metropolitano tem desempenhado um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica, mas também tem gerado processo de destruição e exclusão de pessoas de qualquer direito à cidade. O planeta tem vivenciado revoltas, em resposta às contradições do capitalismo que tem engendrado na sociedade o consumismo exacerbado que produz graves consequências à humanidade, sobretudo tem resultado em uma crise ambiental.

Contudo, para ajudar a compreender melhor as transformações espaciais da era neoliberal com destaque para as transformações metropolitanas, destaca-se a noção de espacialidade como caminho teórico-metodológico para apreensão da realidade que será discutida em seguida.

2.2.2 A noção das espacialidades com forma de apreensão do espaço metropolitano

O espaço geográfico pensado, neste trabalho, não configura naquele concebido como palco da sociedade, mas sim com uma de suas dimensões que compõem uma unidade dialética que materializa-se enquanto forma e conteúdo, pois traduz-se em uma relação intrínseca e, ao mesmo tempo, conflitante, visto que os conteúdos superam as formas mesmo que a forma só faça sentido a partir dos conteúdos o que denota uma relação contraditória de sua produção com bem apontou Lefebvre (1991).

Dessa maneira, analisar o espaço social é compreender seu conteúdo, a sociedade e seus processos sociais, mas, ao mesmo tempo, é refletir sobre as formas espaciais, ou seja, sua espacialidade. Para Santos (1993), não existe dialética possível entre formas enquanto formas,

uma vez que a sociedade geografiza-se por intermédio dessas formas, atribuindo uma função que na história altera-se.

O espaço é a síntese provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais que tem como principal contradição, segundo esse geógrafo, a relação sociedade/ espaço, visto que o presente que é localizado não realiza-se completamente, mas, ao mesmo tempo, é passado, objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas, pois a sociedade sendo territorialmente organizada é exteriorizada por meio de suas formas espaciais que manifestam-se por intermédio de objetos ou arranjos ordenados de objetos, distribuídos no território.

Para Colucci e Souto (2011), as espacialidades aparecem como formas singulares de apropriação e utilização de recursos em um determinado espaço geográfico, delimitado territorialmente, gerando novas relações de produção, ou seja, para esses autores, a noção de espacialidade não se restringe-se há apenas elementos físicos-sociais, mas sim representa a implantação de novas relações de produção que podem interferir sobre as instituições nacionais no que concerne à regulamentação de funções socioeconômicas, na realização de atividades produtivas em escala local e nas relações econômicas, comerciais, financeira e internacionais a nível global.

Desse modo, Colucci e Souto (2011) afirmam que as espacialidades devem ser entendidas como contrastes específicos, das diversas maneiras de reconstrução da existência, de novos padrões culturais, novas tradições políticas sociais, novas formas de uso dos recursos naturais, novas relações de produção de bens de mercadorias, novas dinâmicas de distribuição de riquezas e de mobilidade social.

Pensar no conceito de espacialidade, nesta pesquisa, é refletir historicamente em um conjunto de possibilidades humanas de construção de seus modos de vida e produção, mas que estão imbricados com o controle dessas possibilidades por determinados grupos sociais que, no caso, hoje, frente à hegemonia do capitalismo global, segue a lógica do crescimento econômico, dos ideários de livre mercado, mas que a todo tempo são confrontados pela luta de classes. Assim, a noção de espacialidade pode configurar-se também enquanto quebra de paradigma, mediante a reformulação das relações sociais entre os recursos disponíveis, padrões culturais, novos modos de vida, novos projetos políticos, novos aparatos administrativos.

Ramos (1982) salienta que no estágio atual, marcado pelo processo de metropolização, percebe-se um modo de vida bastante diferente tanto nas cidades pré-industriais quanto no modo de vida rural, pois embora esses modos de vida possam inserir-se na sociedade urbana apenas como resíduos de relações espaço/tempo anteriores, para compreensão do modo de vida atual, torna-se fundamental para análise a percepção da existência de diversas espacialidades

/temporalidades/sociabilidade sobrepostas.

Assim, para Ramos (1982), as espacialidades diversas são:

Formas de organização espacial do espaço social datadas de outros momentos. Assim, a espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e diferenciam historicamente das outras [...] além disso, a noção de espacialidade traz consigo a idéia (sic) de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si [...], mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço a priori, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade. (RAMOS, 1982, p.68).

Essa perspectiva permite pensar que não existe espaço sem sociedade, ou mesmo sociedade sem espaço e tampouco pensar o espaço sem o tempo, pois, assim como não existe sociedade atemporal, não existe sociedade a espacial, visto que a história manifesta-se no espaço com implicações específicas, portanto, refletir sobre o espaço é pensar sobre distintas espacialidades em um espaço-tempo e não apenas uma projeção de uma estrutura social em um espaço desconexo com a realidade.

Diante disso, Santos (1994) esclarece que cada processo de produção do espaço ocorre de acordo as diferentes atuações da sociedade, para ele, é por meio das espacializações que seriam definidas com o momento da inserção territorial dos processos sociais, visto que a sociedade tem responsabilidade decisiva na produção das formas que compõem a paisagem e que, cada uma dessas formas, representa um momento específico de atuação social no espaço. Por conseguinte, avaliar a espacialização é refletir sobre cada momento de produção com único e singular, pois cada forma na paisagem revela a cristalização de um momento diferente e particular do movimento da sociedade.

Sposito (2010), aponta que diferentes autores têm chamado atenção para mudanças significativas nas formas dos assentamentos humanos, ligados com o surgimento de novas periferias, permeados pelas renovações tecnológicos, transformações no caráter econômico e social, tendo como resultado uma ruptura no que diz respeito à localização nos elementos que compõem as aglomerações urbanas.

Para Sposito (2010), tais mudanças correspondem a uma multiplicidade de novas formas de produção do espaço urbano, ou seja, distintas espacialidades relacionadas com as novas localizações industriais, novas formas de habitação, das novas escolhas locacionais das empresas comerciais e de serviços, a incorporação de terras rurais no tecido urbano, constituindo, assim, novos ambientes da vida urbana o que caracteriza e condicionam as novas

formas de expansão da malha urbana e novas prática socioespaciais.

Segundo Sposito (2010), essas novas espacialidades produzidas têm uma importante característica que seria a da tendência de descontinuidades dos tecidos urbanos, devido principalmente ao parcelamento de terras rurais com finalidades urbanas, rompendo, desse modo, a unidade territorial das cidades.

A perspectiva, adotada por Sposito (2010), faz um esforço em articular as novas formas espaciais com os novos papéis urbanos, pois, para ela, a morfologia urbana é também forma e conteúdo. Para essa geógrafa, as alterações nas formas urbanas são universais, embora tenham se desenvolvido, primeiramente, nos países avançados de economia capitalista e nos espaços metropolitanos não se restringem a esses lugares, apenas têm níveis de complexidade diferenciadas.

Pensando na complexidade das espacialidades e papéis urbanos, Sposito (2010) faz um esforço para caracterizar o que de fato há de singular no período atual, que mesmo que não seja necessariamente novo, mas ganhou posição central nas formas de produção do espaço urbano contemporâneo.

Sposito (2010), corrobora que as franjas urbanas ou os espaços periurbanos são caracterizados como espaços de transição que seriam marcados pela retração dos usos do solo rural e ampliação dos usos do solo urbano que assinalam o esgotamento das formas fordistas de produção, que se traduzem na realocização das atividades produtivas, gerando, assim, certa centralização industrial no plano econômico e espacial, e de desconcentração espacial no plano produtivo.

Para Sposito (2010), os espaços de transição trazem de novidades as transformações da era neoliberal, que não seria apenas as mudanças nos diferentes interesses econômicos, das diferentes práticas socioculturais, e as diferentes formas de uso do tempo, seria também a velocidade com que essas transformações acontecem, ligadas principalmente com as inovações técnicas relacionadas com às condições de circulação (transporte e comunicação), isso implica em um número maior de pessoas de diferentes classes sociais, decidem se afastar das “cidades contínuas”, ou mesmo quando não tem escolha e são impostas a deslocarem-se de acordo com a nova divisão social do trabalho.

A expressão “cidade contínua” seria, para Sposito (2010), uma alusão aquele espaço urbano produzido, pautado por uma lógica de expansão territorial, marcada pela justaposição de novas áreas loteadas ao tecido urbano existente, produzindo, assim, uma morfologia urbana mais definida e integrada, mas que no contexto atual ocorre por meio da aceleração das mudanças promovidas pelos interesses fundiários, imobiliários e financeiros o que é atribuído

como uma situação de transitoriedade que seria a antecipação do parcelamento do uso de terras urbanas e rurais pelos incorporadores imobiliários que rapidamente comercializam essas áreas no mercado, alterando, dessa maneira, a lógica de produção do espaço urbano, no que diz respeito na composição e na distribuição espacial da população, nos perfis e hábitos de consumo da sociedade.

Sposito (2010) , propõe que, para realizar a apreensão das múltiplas combinações entre quantidade e qualidade dos fenômenos urbanos, deve-se considerar como as transformações ocorrem em diferentes cidades, pois tais mudanças estão relacionadas com o fato de que no passado a produção do espaço urbano estava ligada com a soma de pequenas iniciativas individuais de pequenas empreiteiras, pequenas construtoras, os proprietários de lotes, mas que, no contexto atual.

Essa produção ocorre agora em uma escala mais ampla, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista espacial, por meio da ação da iniciativa privada e do poder público, destacando a elaboração de megaprojetos que acentuam diferenças socioespaciais significativas no espaço metropolitano, visto que atendem aos interesses fundiários, indústrias, imobiliários e financeiros.

Dessa maneira, Sposito (2010) destaca o caso brasileiro da hipervalorização do transporte automotivo individual, em detrimento, principalmente, pelos incipientes sistemas de transporte público o que acaba sobrecarregando os sistemas viários e contribui para essas novas espacialidades alterarem o conteúdo do que é público e do que é central, pois o que há de novo nessa lógica é a conformação de espaços públicos de uso coletivo, cujo caráter público não realiza-se, gerando, assim, a formação de policentralidades para determinados grupos sociais.

Sposito (2010), contudo, aponta para as discontinuidades da cidade e discontinuidades urbanos, pois, para a autora, a contemporaneidade é marcada pela prevalência de tecidos urbanos descontínuos o que, para ela, seria a ruptura do longo processo de urbanização que vem desde a antiguidade que seria resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista que, desde de sua fase primitiva, vem promovendo a intensificação das relações entre o urbano e o rural, avançando mais no período atual, por meio de articulações ligadas com a ampliação de valores, práticas e formas do uso da terra, pautadas no modo de vida urbano.

Essa geógrafa advoga para o conceito de urbanização difusa, pois possibilita analisar a atual divisão social e territorial do trabalho mais especializadas, segmentada e mais articuladas em múltiplas escalas o que torna essas combinações entre qualidade e quantidade – que estão relacionadas com a perceptiva de extensão e intensidade o que tem gerado discontinuidades territoriais e vazios urbanos – adensamento de parcelas do espaço urbano, contribuindo, assim,

para uma exacerbada valorização do preço da terra urbana, configurando o tecido urbano cada vez mais disperso, principalmente nas áreas metropolitanas, onde têm ampliado-se os interesses fundiários e imobiliários em áreas mais afastadas.

Outro ponto, discutido por Sposito (2010), está relacionado com a imobilidade da cidade, visto que os níveis de mobilidade dos habitantes da cidade em relação a localização de suas residências, as localizações de outras atividades que realizam em seu cotidiano o que implica em suas condições socioeconômicas, os meios de transporte disponíveis e o tempo disponível em sua jornada diária ou semanal, pois trata-se de uma divisão socioeconômica do espaço que não pode ser compreendido apenas como uma questão social, mas também no plano socioespacial.

Além disso, pensar na descontinuidade da cidade é refletir sobre as alterações ligadas com a concentração e unidade espacial, pois essa descontinuidade está diretamente relacionada com as novas formas espaciais, ou seja, as novas espacialidades que redefinem as relações entre extensão e intensidade. Por isso, Sposito (2010) estabelece a importância no tratamento das noções de espaço e de tempo, propondo que a diferença entre a descontinuidade da cidade estaria ligada ao espaço no plano objetivo material, o que dificulta a apreensão e a representação social de totalidade, com a perspectiva temporal que no plano de análise se estabelece no plano subjetivo, prejudicando os sentimentos ligados ao pertencimento espacial e responsabilidade pública, na medida que o crescimento do tecido metropolitano produz a nova divisão do espaço.

Portanto, o entendimento da forma urbana e por conseguinte da forma metropolitana expressa a exteriorização espacial de processos que, mediante o conjunto ordenado de objetos, seguem a lógica de uma determinada racionalidade, expondo a dimensão espacial de uma sociedade, visto que a forma urbana é a tradução no espaço de várias partes das aglomerações urbanas e pelos conjuntos das ações sociais, manifestadas espacialmente.

Analisar, todavia, as espacialidades do espaço metropolitano é refletir sobre a era neoliberal que tem como modelo o modo de vida financeiro/metropolitano que alterou substancialmente as formas urbanas, de acordo com a instalação de empreendimentos que seguem a lógica de mercadificação do espaço, onde a principal mercadoria tornou-se a própria cidade, controladas, hoje, por mecanismos financeiros, configurando com uma das principais formas de acumulação de capital da sociedade contemporânea, mas, no entanto, deve-se ter em mente que essas transformações têm intensidades diferenciadas, uma vez que a expansão capitalista não ocorre de maneira homogênea no espaço.

Diante disso, será discutido a seguir a perspectiva teórico-metodológica, proposta neste trabalho, assentada nas desigualdades que o modo de produção capitalista tem implicado, com

o intuito de captar melhor a lógica das espacialidades materializadas no espaço metropolitano da era neoliberal financeira/metropolitana.

2.2.3 A produção das desigualdades socioespaciais

A partir dessas discussões aqui relacionadas com a hegemonia do Neoliberalismo frente ao capitalismo e seus rebatimentos espaciais, destaca-se a consolidação do modo de vida metropolitano, o que torna imprescindível compreender, a partir das espacialidades do movimento do capital, uma perspectiva teórico-metodológica que considere as desigualdades socioespaciais que a expansão do modo de produção capitalista tem impactado nas últimas décadas.

Deve-se atentar que a produção do espaço geográfico é resultante de processos sociais e históricos que resultam em distintas configurações geográficas. Por isso, as forças produtivas especializam-se em tais configurações que resultam na produção de distintos territórios como bem frisou Santos (1998).

Voltada para uma análise escalar da realidade, de acordo com a perspectiva de Santos (1998), a regionalização busca realizar uma reflexão do movimento de transformação da realidade que – diante do contexto do modo de produção capitalista, mediante sua lógica de expansão – gera transformações diferenciadas no espaço, com diferenciações e fragmentações desiguais, sendo que as configurações geográficas materializam o desenvolvimento desigual de distribuição espacial das condições gerais de produção do espaço.

A percepção da existência das desigualdades socioespaciais é antiga e pode ser encontrada desde o tempo da antiguidade, na Grécia, vista na disparidade entre a civilização grega e os povos denominados bárbaros. Na era moderna, essa expressão pode ser vista em Hegel (1995) e posteriormente em Marx e Engels (1990) que advogam a existência de desenvolvimentos desiguais no interior dos segmentos sociais, inerente ao capitalismo que produz novas estruturas, perspectiva essa que ganha mais força com o desenvolvimento do Materialismo Histórico e Dialético.

A partir de então, a noção de desenvolvimento desigual passa a ser mais detalhada com Trotsky e Lenin na Rússia. A história da Revolução Russa está ligada também com a preocupação de entender as transformações capitalistas na periferia do globo, permeado por contradições socioeconômicas que passam a ser inseridas em uma totalidade complexa de um sistema capitalista mundial.

Isso, segundo Löwy (1995), é a combinação teorizada por Trotsky pela ideia da existência de traços pré-capitalistas e capitalistas modernos que alicerçaram a Revolução Russa

e objetivaram a superação do Czarismo e do Feudalismo na busca do socialismo por meio da expropriação do grande capital e da extinção da propriedade privada, cuja combinação de estágios mais avançados gerais e dominantes e estágios primitivos resultaram na noção de desenvolvimento desigual e combinado.

A noção de desenvolvimento desigual e combinado volta a ser retomada com o geógrafo Neil Smith (1988) que, partindo das contribuições de Trotsky e Lenin e do Materialismo Histórico e Dialético, construiu seus estudos por meio dos pares dialéticos e com uma abordagem multiescalar, partindo de distinções percebidas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde a noção de região ganha nova conotação, deixando de estar estritamente relacionada ao estados nações para maiores influências do mercado mundial.

Por intermédio da noção de natureza, Smith (1988) estabelece que ela é fruto de uma relação histórica entre a sociedade, marcada por uma dualidade entre tudo que não é feito pelo homem e o resultado da transformação realizada pela exploração da sociedade. Essa exploração na produção do espaço geográfico tem uma consequência lógica de produção da natureza que está permeada por relações sociais. Desse modo, o espaço geográfico é mais do que a soma de relações desconexas; é a expressão do trabalho padronizado nas relações de capital.

Diante dessa noção de espaço geográfico, permeado pelo modo de produção capitalista, Smith (1988) aborda as desigualdades desses processos que para ele estão permeados por duas tendências contraditórias: a diferenciação e a igualização espacial. A diferenciação seria resultante da divisão espacial do trabalho e do capital que ocorre em diferentes escalas; já a igualização estaria relacionada com a necessidade do capitalismo em criar condições globais, pois as diversas regiões do planeta são constituídas por infraestruturas similares para garantir sua reprodução.

A partir das noções de Lenin, Trotsky e Smith (1988), o geógrafo britânico David Harvey (2005) elaborou uma teoria, incorporando novos elementos em sua análise, tendo um esforço de incorporar noções geográficas pertinente ao contexto do capitalismo contemporâneo neoliberal que acelerou, ainda mais, por meio da globalização, o espraiamento das forças capitalistas pelo planeta.

As contradições geográficas desiguais, apontadas por Harvey (2005), estão permeadas por relações monopolistas desiguais de troca, pois não estão limitadas aos padrões desiguais de recursos naturais e das vantagens locais, e sim de maneira mais relevante no que diz respeito a concentração de riqueza e poder em determinadas regiões o que resulta em uma assimetria de trocas, sendo o Estado, a entidade política, um dos maiores responsáveis na organização desses processos.

O desenvolvimento geográfico e desigual é permeado, de acordo com Harvey (2005), nas relações comandadas pelas ideias da classe dominante entre os poderes estatais supra estatais e financeiros que, por meio da produção e desvalorização seletiva, contribuem, amplamente, nas diferenciações regionais por meio das fugas de capitais, em momentos de crises e até mesmo em forjar crises deliberadamente, com intuito de facilitar a acumulação por meio da espoliação, onde as governanças nacionais, regionais e metropolitanas estão pautadas em uma competição monopolista.

O capitalismo não pode sobreviver sem os ajustes espaciais que estabelecem reorganizações geográficas para solucionar paliativamente crises por intermédio da dispersão geográfica da produção pelo mundo por meio da fusão, controle, acordo de produção entre empresas e corporações que perpassam as fronteiras nacionais e que as controlam, resultando em um eminente desenvolvimento geográfico e desigual, gerando sobrevida ao capitalismo, visto que o capitalismo não desenvolve-se pelo espaço de idêntica maneira, pois está dependente de um conjunto de condicionantes geográficas, como:

- A diversidade de recursos naturais;
- A produtividade do trabalho;
- As trocas de mercadorias e dinheiro;
- A formação de trabalho assalariado por meio da acumulação primitiva;
- as migrações maciças de mão de obra;
- as lutas de classes;
- O transporte;
- As políticas dos Estados-nações etc.

De acordo com Harvey (2013), o capitalismo encontra barreiras dentro de sua própria natureza o que gera diferenciações geográficas. Essa nova configuração que o capitalismo produz, resulta da distribuição das forças produtivas e principalmente nas relações sociais conflitantes entre o capital e as culturas pré-capitalistas que marcam a história, inerente do capitalismo, cuja premissa é a ampliação de capital, sendo que, para isso, necessita de sua expansão geográfica, como aponta o excerto a seguir:

Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida com uma concessão das restrições temporais para espaciais a acumulação. O mais – valor deve ser produzido e realizado dentro de um determinado período de tempo. Se é necessário tempo para superar o espaço o mais valor deve também ser produzido e realizado dentro de um domínio geográfico. (HARVEY, 2013, p. 527).

Nesse sentido, o capitalismo tem como seu maior objetivo a produção de mais valor, necessitando a expansão espacial, no intuito de ampliar a exploração de recursos naturais, o aumento do mercado consumidor. Para isso, torna-se necessária a criação de estruturas fundamentais para expansão geográfica, estruturas essas que serão implantadas de acordo com a lógica da expansão de mais-valor, devendo ponderar que o espaço não é homogêneo e que existem diferenciações geográficas. Desse modo, o desenvolvimento do capitalismo no espaço está imbricado por tendências contrapostas e contraditórias como aponta a citação apresentada:

[...] As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 528).

Portanto, a expansão geográfica torna-se um processo inerente do modo de produção capitalista, visto que a busca incessante de fronteiras regionais tem modificado a dimensão espaço-tempo por meio de uma nova reestruturação que imbrica na tensão, por parte dos capitalistas de engajarem-se no comércio inter-regional, almejando o aumento do lucro derivado das trocas desiguais, aplicando capital excedente em regiões, onde a taxa de lucro é mais elevada.

Por isso, a perspectiva do desenvolvimento geográfico e desigual está imbricada de como a dinâmica da acumulação de capital pode alterar o espaço, gerando desigualdades nas regiões, principalmente por meio da exploração de recursos naturais, pela busca da redução do giro do capital (compressão, espaço-tempo) e pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas.

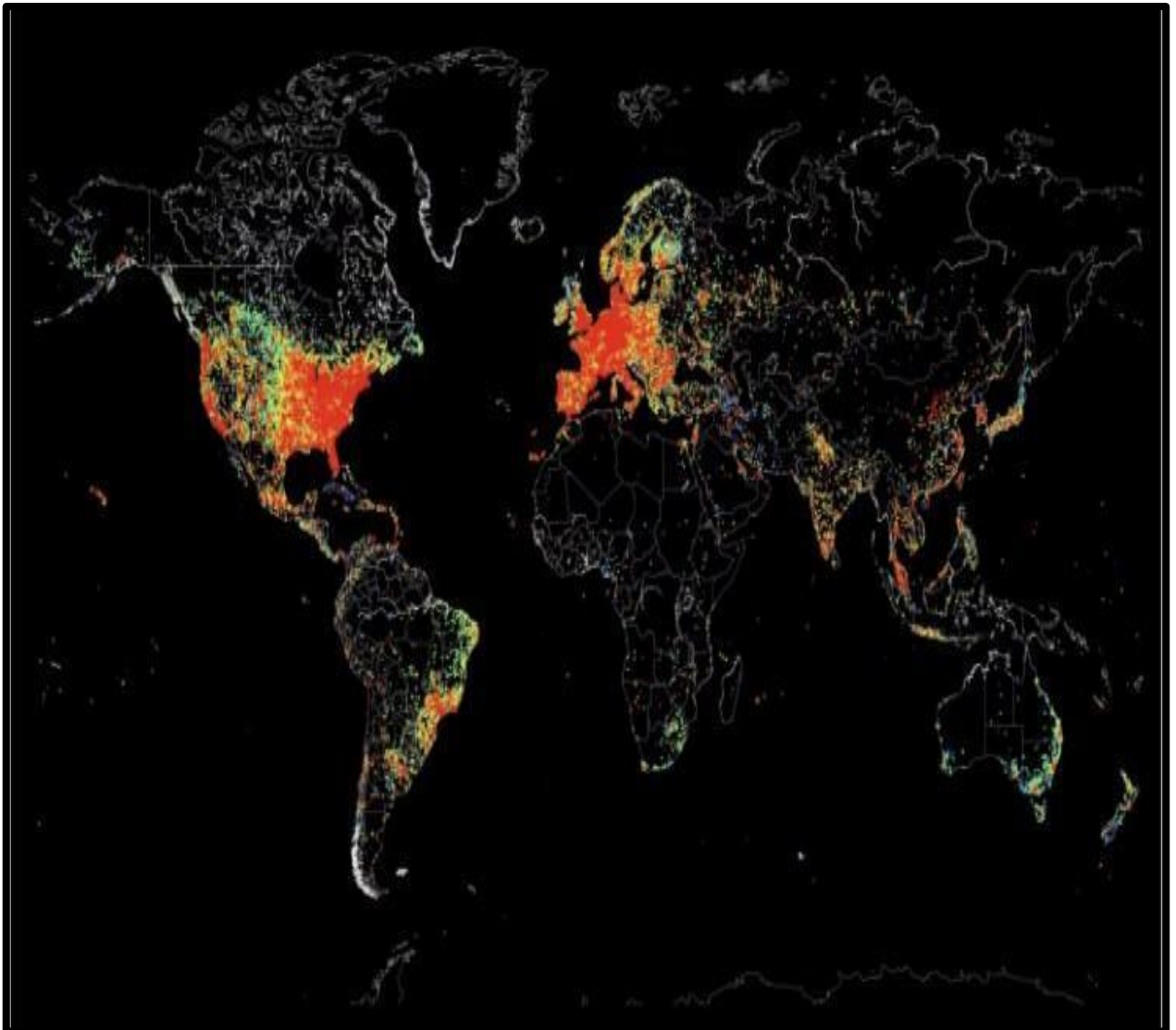
A Geografia do desenvolvimento desigual é marcada, segundo Smith (1988), pela diferenciação do espaço geográfico que tem como ponto de partida a divisão territorial do trabalho, onde é percebida a concentração de setores da economia e a localização das unidades produtivas em determinados lugares e regiões, podendo ser identificadas uma divisão inter-regional de trabalho, ou seja, regiões distintas na escala nacional e uma divisão global entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido.

Logo, a teoria do desenvolvimento geográfico e desigual consistiu em uma tentativa teórica-metodológica **que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual** – tendo a natureza, especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países, mostrando que a Geografia do desenvolvimento desigual é estritamente capitalista.

Além disso, a Geografia do desenvolvimento desigual é marcada pela diferenciação do espaço geográfico que tem como ponto de partida a divisão territorial do trabalho, onde é percebida a concentração de setores da economia e a localização das unidades produtivas em determinado lugares e regiões, podendo ser identificado uma divisão inter-regional de trabalho, ou seja, regiões distintas na escala nacional e uma divisão global entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido (SMITH, 1988).

A Figura 4 exibe o acesso à internet por *smartphone* no mundo, sendo possível visualizar que as áreas com a cor vermelha têm maior número de acessos; já as áreas em escuro não têm acessos. As áreas com mais acesso à internet estão localizadas nos Estados Unidos e na Europa, enquanto que grande parte do continente africano, regiões da Ásia, e a região amazônica pouco estão conectadas à rede, o que ratifica um grande grau de desigualdade no globo.

Figura 4 – Acesso à internet por smartphone no mundo



Fonte: Revista Galileu – Globo 2014.

Uma das principais características do capitalismo financeiro (era neoliberal) foi o desenvolvimento de tecnologias informacionais, onde a internet tornou-se essencial para os fluxos de informação e os fluxos de capitais, sendo que a maioria das transações comerciais são processadas, hoje, por sinais magnéticos que são emanados pelos cabos de fibra óptica, pelas antenas de transmissão em uma velocidade quase que instantânea. Dessa forma, pensar que existem grandes áreas no planeta que estão desconectadas desses fluxos como bem exibiu a Figura 3, remete a noção de Santos (1988) de pontos luminosos e pontos opacos no território.

Para Santos (1988), os pontos luminosos seriam aqueles, onde a densidade de informação de conhecimento do território acarreta em uma seletividade espacial por parte das empresas e do capital, ou seja, são porções territoriais dotadas de informação e que acumulam densidades técnicas e informacionais o que as tornam mais vantajosas para atração de atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização. Já nos espaços, onde essas características não realizam-se são denominados de territórios opacos.

O desenvolvimento das forças produtivas é capaz de ampliar a diferenciação do espaço, pois o excedente produzido pelo processo de produção é investido em tecnologias para aumentarem a capacidade produtiva para expansão do capital que – sobretudo, por meio de novas tecnologias, ligadas aos transportes e meios de comunicação – alteram a mobilidade do capital e modificam espaços, mediante novos arranjos em relação à divisão territorial do trabalho (aniquilação do espaço pelo tempo).

Dessa maneira, Theis (2009) salienta que a competição intercapitalista promove a realocação das atividades econômicas em direção a regiões que, até então pouco exploradas, passam a ser locais privilegiados para certos tipos de capitais e certas formas de produção em detrimento de regiões, consideradas perdedoras, que constituem espaços nos quais o processo de acumulação não desenvolve-se, com perspectiva de lucro baixo.

A coexistência de espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos é o resultado do desenvolvimento geográfico e desigual que pode ser considerado condição para valorização do capital, haja vista, que o processo de expansão é algo inerente a sua reprodução, tendo a valorização do capital e conseqüentemente de novas áreas, sendo o desenvolvimento geográfico desigual tanto produto quanto premissa geográfica do desenvolvimento capitalista.

A teoria do desenvolvimento geográfico e desigual é importante para perceber os movimentos do capital em busca de sua reprodução, mas que, para isso, necessita como condição inerente a sua expansão a busca de novas áreas. Isso tem gerado transformações desiguais no processo de expansão capitalista, como bem salientou Lencioni (2020), uma vez

que o segredo do desvendamento das diferenças nas espacialidades produzidas não está no que é e nem onde é produzido, ele reside em como é produzido, ou seja, sustenta o argumento de que é na produção de diferentes espacialidades produzidas pelo capital que pode ser encontrado a chave para a compreensão do desenvolvimento geográfico e desigual.

Portanto, a noção do desenvolvimento geográfico e desigual permite pensar acerca das espacialidades da era financeira/metropolitana que está implicada também a uma perspectiva multiescalar de análise que considere as diferentes escalas geográficas que os fenômenos espaciais manifestam-se. Diante disso, será discutido a seguir, uma reflexão sobre a perspectiva multiescalar de análise espacial, pois acredita-se que, por esse meio, pode-se ter uma visão mais completa e mais próxima da realidade, identificando as múltiplas ações que os distintos agentes produtores do espaço metropolitano realizam em diferentes escalas geográficas com graus de intensidade diferenciados.

2.2.4 A perspectiva multiescalar de análise dos processos espaciais

O termo escala faz parte do vocabulário e do imaginário geográfico, mas para Castro (1995) seu significado parece estar desprovido de sentido, sua utilização está relacionada como recurso matemático que indica a relação entre as medidas do real com as representações gráficas, desta forma esta autora considera essa definição como sendo insatisfatória devido principalmente às inúmeras possibilidades de reflexão que o termo remete.

Castro (1995) aponta as dificuldades que o raciocínio analógico entre as escalas cartográficas e geográficas estabelecem, com intuito de abordar a complexidade dos fenômenos espaciais. Além disso, propõe tratar a escala enquanto um problema metodológico, pois a considera essencial para compreensão dos fenômenos numa perspectiva espacial. O problema percebido pela autora é a exigência de tanto um nível de abstração quanto de mensuração, fundamentado na representação de fenômenos.

Diante disso, Castro (1995) propõe discutir a escala como uma estratégia de apreensão da realidade, ou seja, para ela é o que define o campo empírico da pesquisa, que embora possa ser representado pela cartografia, os níveis de abstração do real são bem diferentes da objetividade da representação gráfica.

Por isso, Corrêa (2012) acredita que o conceito de escala envolve quatro acepções: escala enquanto tamanho; a escala cartográfica ou a grande escala, relacionada com mapas geográficos; a escala espacial que está imbricada enquanto área de abrangência de um processo ou fenômeno ocorrido no local, no regional, nacional e global; e por fim, a escala conceitual, que seria as relações entre um objeto de pesquisa, os seus questionamentos e as teorias ligadas

com a sua representação cartográfica.

Para Castro (1995), o significado mais usual de escala é a da representação gráfica (com redução ou ampliação) de área, essa perspectiva matemática do termo marcava sua enorme complexidade no que tange aos recortes espaciais, pois, para ela, a definição de um determinado recorte espacial consiste na percepção de um espaço total e do fragmento escolhido, ou seja, a utilização de uma escala traduz-se na intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto.

Portanto, a autora sustenta a ideia de que a escala tem quatro campos fundadores: o referente, a percepção, a concepção e a representação, assim para ela, esses campos não apenas contribuem para uma caracterização do espaço em redução a uma referencial, mas exprime a ideia de um espaço mais amplo que pode ser apreendido em sua globalidade.

A escala configura-se como a escolha de uma maneira de dividir o espaço definindo uma realidade percebida/concebida, ou seja, é uma forma de conceber uma representação, um ponto de vista que altera a percepção de um dado fenômeno. Por isso, a escala configura-se como um conjunto de representações coerentes e lógicas, definindo, assim, modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadas e não apenas uma progressão linear de medidas de aproximação.

Corrêa (2012) destaca a escala espacial que constitui-se enquanto expressão fundamental da ação humana, permeada por práticas que ocorrem em âmbito espacial mais amplo ou mais limitado, mas não dissociadas entre si que, dessa maneira, deixam as marcas da ação do homem, permeadas por uma complexa espacialidade, que expressa sua escalaridade e pode ser considerada como parte integrante da espacialidade humana e, de acordo com distintas temporalidades, são definidas e redefinidas nas escalas espaciais da ação humana.

Além disso, Castro (1995) afirma que o problema metodológico da escala está em classificar as diferentes categorias dos conjuntos espaciais, não em função das escalas de representação, mas sim a partir da noção de diferentes tamanhos da realidade, implicando, para autora, em um erro recorrente por parte dos geógrafos de considerar a escala enquanto uma medida de superfície.

Para Castro (1995), a escala é na realidade uma medida que possibilita visibilidade ao fenômeno, pois ela não define o nível de análise, visto que essas são noções conceitualmente e empiricamente independentes, onde a escala só é um problema epistemológico ligado na definição de espaços na medida dos fenômenos, e no que refere-se as medidas de proporção, ela é apenas um problema matemático.

Castro (1995) defende a ideia que todos os fenômenos têm uma dimensão de ocorrência de observação e análise mais pertinente com a realidade estudada. A escala é, nesse sentido,

também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, visto que é utilizada para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo, portanto, não pode ser confundida como uma medida arbitrária da dimensão do que é observado.

Castro (1995), apoiada nos autores Isnard, Racine e Reymond (1981) – que discutem os papéis desempenhados pelos diferentes agentes de produção – destaca os rebatimentos espaciais específicos das ideologias das ações dos atores públicos e privados, cujo objetivo é o de trazer à tona as diferentes escalas de possibilidades e consequências dos processos decisórios em diferentes escalas. Nesse sentido, Castro (1995) ressalta as dificuldades desses autores na deficiência dos modos operatórios da Geografia, no que diz respeito a ultrapassar a concepção de uma problemática para apreender o mundo da empiria.

No que tange aos estudos na Geografia urbana, Harvey (1973) observou o fenômeno da urbanização em suas múltiplas escalas, dimensões e expressão espaciais, onde cada escala representa uma face particular do processo, relacionadas com a visibilidade de partes do real, de acordo com o ponto de vista do observador, libertando-se, assim, da noção de um ponto de vista cartográfico, visualizando a urbanização, não apenas como uma forma de organização do espaço, mas também como um fenômeno social e complexo que necessita ainda de uma maior elaboração, no sentido de perceber quais são os novos conteúdos e suas novas dimensões os quais traduzem-se em uma problemática geográfica essencial.

Sposito (2012), propõe tratar as articulações entre o aumento das relações econômicas no plano nacional e internacional, o que para ela tem exigido maior articulação entre escalas e a dinâmica da produção do espaço urbano que tem revelado as diferenciações socioespaciais.

Para Sposito (2012), destaca que a diferenciação socioespacial é uma característica inerente que ocorre desde da fase inicial do processo de urbanização, pois sempre ocorreu a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, há a divisão territorial do trabalho, mas com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a realização da vida econômica passa a ocorrer em escalas com maiores abrangências, devido às ações das grandes corporações ou conglomerados econômicos, além da ação política de Estado, as organizações sociais e os partidos políticos passaram também a operar em diferentes escalas, seja para dar apoio, criticá-las ou de fazer resistência a essas transformações.

Sposito (2012) chama atenção na ampliação escalar das ações nos centros urbanos, mas para chegar-se a essa noção deve-se ter o reconhecimento da divisão social e territorial do trabalho que realiza-se no âmbito de cada cidade, tendo, no contexto atual, a ampliação da escala em que essa divisão se expressa.

Para compreender as relações entre as cidades na era neoliberal, Sposito (2012) propõe

duas perspectivas, consideradas mais relevantes: a primeira está relacionada com a intensificação das relações no âmbito das diferentes redes urbanas estruturadas, assinaladas e percebidas em diversas escalas, devido à intensificação de capital e informações; já a segunda está ligada no que de fato redefine as escalas que são as novas localizações de atividades produtivas e a circulação de bens e serviços que viabilizam e ampliam a realização da taxa de lucros.

Para Sposito (2012,) às divisões interurbanas do trabalho ocorrem, permeados pelas relações de diferentes redes urbanas estruturadas e articuladas em escalas geográficas de diferentes dimensões e importâncias e que revelam as diferenciações e as desigualdades socioespaciais.

Sposito (2012), também estabelece distinções nas noções de diferenciações e desigualdades socioespaciais, pois, para ela, o período atual está relacionado com a ampliação das relações econômicas em escala internacional, pautada por novos sistemas de técnicas e especialmente por práticas políticas e interesses de grandes grupos econômicos, denotando a necessidade da compreensão das ações no plano teórico e empírico.

O espraiamento do modo de produção capitalista pelo globo, passa a configurar-se em escala internacional, mas manifestando-se de maneira desigual, pois não atende a todos os espaços, todas as pessoas, em diferentes realidades socioespaciais, embora ocorra imbuído de esforços políticos e ideológicos, impondo valores que afetam, em termos espaciais, temporais, e influenciam desde da escala internacional a escala intra urbana. Isso ocorre como resultado do que Santos (2000) chamou da unicidade das técnicas que, interligadas em movimento com a unicidade do tempo, contribuiu para que todos os espaços articulem-se e entrem em comparação.

Dessa maneira, Sposito (2012) chama atenção para o plano ideológico pela ideia de que seria possível a justiça social, a busca pela igualdade ou do progresso, mediante a participação de todos em uma sociedade de consumo. Desse modo, as diferenças socioespaciais transformam-se em desigualdades e, por isso, essa autora estabelece uma crítica no sentido de que são adotados critérios e parâmetros para compreender tais diferenciações o que nubla sua apreensão, anulando-as e sendo percebidas apenas enquanto conflitos que ocorrem largamente nas cidades, consideradas como um erro, pois não pode-se recortar o espaço a partir da noção da escala entendida apenas como a delimitação de uma área, definida pela localização de objetos e dinâmicas de estudo.

Sposito (2012), propõe pensar nas articulações entre as escalas, por meio da avaliação da intensidade dos arranjos, considerando os movimentos que realizam-se de acordo com as

dinâmicas dos processos espaciais que estão permeados por interesses e conflitos que não desenvolvem-se em apenas num fragmento do espaço e, por isso, é possível pensar no que difere o período atual: seria o estabelecimento de processos multiescalares que alteram substancialmente as dinâmicas e conduzem os movimentos dos processos que não podem mais serem explicados, por exemplo, do local pelo local, mas que também deve se ater também a um olhar do regional, do nacional, do global.

Além disso, Sposito (2012) destaca também a noção de fragmentação espacial nos estudos urbanos que reflete diretamente na morfologia urbana, marcada por rupturas, não apenas com parte de uma totalidade, mas sim enquanto fragmentos que não compõem uma unidade coesa. Logo, o espaço metropolitano não pode ser visto essencialmente no que está localizado, ele deve ser enxergado como um conjunto de fluxos que compõem um mosaico de localizações que realizam-se em múltiplas escalas.

Nesse sentido, Castro (1995) aponta que uma das maiores dificuldades dos geógrafos está na complexidade das relações entre os fenômenos de amplitude e suas naturezas diversas, ligadas na sua relação com o espaço de referência, pois, para a autora, existe uma dualidade implícita do objeto de trabalho do geógrafo: o fenômeno e o recorte espacial, visto que não existem recortes espaciais sem significado explicativo. O que torna essencial a busca da compreensão da articulação dos fenômenos e fatos sociais em diferentes escalas.

Logo, o entendimento das articulações da ação do capital industrial e financeiro nas últimas décadas, de acordo com Corrêa (2007), contribuiu simultaneamente para desfragmentar e articular a superfície terrestre, criando instáveis diferenças socioespaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, entre elas, a da rede urbana e a do espaço intra-urbano, o que caracteriza o contexto de articulação entre o próximo e o distante e as discontinuidades territoriais, possibilitando que empresas, instituições e indivíduos saltem escalas, de acordo com sua capacidade política e econômica.

Corrêa (2012) chama atenção para o processo de globalização que nesse sentido é, para ele, o estágio superior da escolaridade humana, formado por grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, onde suas ações têm levado a compreensão espaço-temporal. Desse modo, para interpretar as manifestações das diferentes espacialidades inerentes da ação humana, esse autor, apoiado nos estudos de Castro (1995), Corrêa (2003), McMaster e Shepeed (2004), destaca quatro assertivas da inteligibilidade da escala espacial:

- a) Os fenômenos, relações sociais e as práticas espaciais mudam ao se alterar a escala espacial da ação humana, por isso, deve-se constituir conceitos escalarmente definidos.

- b) A base teórica que possibilita explicar ou compreender fenômenos, relações e práticas é modificada quando altera-se a escala espacial, isso implica na necessidade da constituição de distintas teorias com diferentes níveis de abrangência espacial.
- c) Não existe uma escala melhor que outra, na verdade, sua escalaridade depende do propósito do pesquisador que constrói seu objeto de investigação em termos geográficos escalarmente delineados.

A escala espacial traduz-se enquanto elemento fundamental que constitui -se como parte integrante das práticas espaciais da produção do espaço e, desse modo, deve-se pensar na atuação das grandes corporações globais que ganharam força após a segunda guerra mundial, devido ao processo de concentração–centralização do capital que contribuiu para a transformação do espaço, fazendo com que diversas escalas espaciais (local, regional, nacional, global) articulem-se entre si.

Corrêa (2012) destaca também as duas escalas conceituais, relacionadas com a rede urbana e ao espaço intra-urbano que estão imbricados com fenômenos e processos com representações cartográficas diferenciadas, mas, ao mesmo tempo, não são independentes, a essas relações. Esse autor também aponta a necessidade de estudo empíricos e reflexões teóricas no que diz respeito a pensar as relações entre os agentes sociais, escala e a produção do espaço.

Nesse sentido “A produção do espaço urbano é consequência da ação dos agentes sociais, concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, marcados por contradições e geradores de conflitos entre classes e mesmo com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2012, p.43).

Portanto, os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista e, dessa forma, são eles que materializam os processos sociais tanto na rede urbana quanto no espaço intra-urbano. Corrêa (2012), assinala também quais seriam os principais agentes sociais que produzem o espaço: os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Esses diferentes agentes sociais, pautados em suas práticas espaciais, ligadas com suas respectivas atividades que os caracterizam, estabelecem práticas sociais diferenciadas, embora, ao mesmo tempo, semelhantes e ligadas principalmente aos interesses sob o território urbano, como os promotores imobiliários, das empresas industriais, do Estado e dos demais agentes o que resulta na fragmentação espacial, guiada por diferentes formas de estratégias desses agentes sociais.

Corrêa (2012) sinaliza que os agentes sociais nas duas escalas conceituais do espaço

urbano por ele destacadas ou mesmo para áreas agrárias, na escala nacional de um país, na dimensão global contribuem para: na produção de bairros, na apropriação de certos espaços públicos, no controle da maior parte dos empregos de determinada região, no processo de descentralização de atividades terciárias, na realocação de atividades varejistas, em novas unidades fora do centro, na redivisão econômica do espaço, nas especializações de produtos por meio de uma espacialização seletiva, na criação de uma economia de aglomeração e crescimento urbano, na criação de uma nova divisão do trabalho, proporcionada pela difusão de novas tecnologias, em novos meios de produção, por meio da ação do Estado e por intermédio da criação de infraestrutura, marcadas por conflitos internos dos agentes sociais envolvidos.

Corrêa (2012) propõe pensar duas propostas gerais sobre as relações entre os agentes sociais da produção do espaço, escala e conflitos, que, para ele, estão alicerçados em dois ângulos não controversos de se olhar a realidade, mas sim complementares:

- a) A primeira proposta está ligada aos estudos em uma determinada área, em uma rua, um bairro, uma cidade, um recorte de uma rede urbana, devendo ser considerada a escala espacial mais adequada, considerando que a produção dessa área é resultante de um ou diversos agentes sociais que estão expressos na configuração espacial, no conteúdo espacial e nos conflitos, pois devem ser consideradas as diversas manifestações dos processos sociais e da formação social da área em estudo.
- b) A segunda proposta consiste ao estudo das ações estratégicas e práticas de um agente social, ligado em sua espacialidade multiescalar, no que diz respeito ao seu modo de pensar, de agir, uma rua, um território nacional. Desse modo, o pesquisador deve atentar-se em como varia a ação desses agentes em cada escala? Quais os conflitos e negociações foram efetivadas para que seus objetivos fossem alcançados? Quais são os impactos sociais, econômicos e políticos? Quais as relações existentes nas diversas escalas espaciais de sua atuação? Essa proposta caracteriza a tradição sistemática da Geografia, onde um tema ou agente é analisado, considerando sua espacialidade e seus impactos de reorganização do espaço.

Sposito (2012) teoriza que na escala das cidades, a economia política se expressa em estruturas espaciais cada vez mais complexas, onde o acesso à cidade se dá pelas propriedades a alguns agentes sociais específicos e a outros pela busca de formas apropriação de espaços, revelando as desigualdades socioespaciais. O poder de decisão na escala do indivíduo não coincide necessariamente com a escala da cidade e também não se pode pensar a cidade como sendo apenas as somatórias das escolhas escalares dos indivíduos, pois tal relação não ocorre

nas alianças dessas ações, e sim no conflito, visto que os interesses econômicos das escalas mais abarcantes chocam-se com as necessidades sociais da escala metropolitana.

Este trabalho propõe pensar o período atual da era neoliberal financeira/metropolitana a partir das transformações espaciais ocorridas nas últimas décadas, a partir de uma perspectiva multiescalar, tendo em vista o espaço metropolitano, um dos seus principais desdobramentos repletos de espacialidades, mas que têm características peculiares, ainda mais, no contexto das metrópoles Belém e Manaus.

Todavia, pensado a respeito do cerne deste trabalho que está no âmbito de fazer uma análise geográfica da interseção do Neoliberalismo a partir das espacialidades reverberadas nas metrópoles de Belém e de Manaus, torna-se necessário fazer uma contextualização dessa temática que inseriram, de fato, essas cidades na lógica capitalista e as consolidaram como metrópoles, almejando, dessa forma, ajudar a compreender a atual conjuntura de metropolização no contexto da era neoliberal financeira/metropolitana o que será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3 METROPOLIZAÇÃO PRECARIZADA: as metrópoles de Belém e de Manaus



Fonte: elaborado pelo autor ⁹.

⁹ Montagem a partir de imagens disponíveis em: [greenpeace.org](https://www.greenpeace.org); static.poder360.com.br. Acesso em: 23 jan. 2023.

O Neoliberalismo tem implicado, nas últimas décadas, em mudanças significativas no que diz respeito a reestruturação produtiva do capitalismo, conseqüentemente, em uma reestruturação espacial o que culminou com a intensificação do processo de metropolização, disseminando o modo de vida metropolitano para além dos limites das cidades e em diversas regiões do planeta.

Todavia, esses processos não ocorrem de maneira homogênea, eles manifestam-se por graus de intensidades distintos que precisam ser analisadas. Nesse sentido, esse capítulo pretende, na primeira parte, situar, mediante uma breve análise histórico-geográfica, a formação das metrópoles de Belém e de Manaus; e, na segunda parte, discutir as particularidades do processo de metropolização de Belém e de Manaus.

3.1 A FORMAÇÃO DAS CIDADES BELÉM E MANAUS: uma breve análise histórico-geográfica

3.1.1 A constituição dos núcleos urbanos de Belém e de Manaus

A respeito da constituição dos núcleos urbanos de Belém e de Manaus, é necessário pensar como marco inicial, desse processo, a fundação da cidade de Belém, que ocorreu em 1616 (séc. XVII). A cidade teve sua origem com a construção de um forte denominado Forte do Presépio, com uma localização privilegiada, próximo da foz do rio Amazonas e do rio Tocantins e na confluência da Baía do Guajará com os rios Guamá e Acará. A Coroa portuguesa objetivava domínio territorial da região, pois países, como: a Inglaterra, a Holanda e a França já exerciam trocas comerciais e tinham o interesse em ocupar a região (ROCQUE, 2001).

O local de fundação da cidade de Belém do Pará, é caracterizado por ser uma área estratégica, pois após a expulsão dos franceses da cidade de São Luís do Maranhão, a Coroa Portuguesa decidiu construir uma fortificação (Forte do Castelo) no sentido sul da Foz do rio Amazonas e posteriormente no século XVIII construiu a fortaleza de São José de Macapá na cidade de Macapá (1758), no sentido norte da foz do rio Amazonas, com intuito de proteger a região de invasores estrangeiros (franceses, ingleses, holandeses) que pirateavam as drogas do sertão no mercado europeu.

A Foto 1 apresenta o Forte do Castelo construído em 1616 pelos portugueses com intuito de proteger a entrada da Amazônia oriental. Essa fortificação é considerada um dos marcos da ocupação portuguesa na Amazônia, construída em um terreno elevado na confluência da Baía do Guajará com os rios Guamá e Acará

Foto 1- Forte do Castelo



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2023).

Ainda a respeito da ocupação da Amazônia, Becker (2005) analisa, mediante a ótica da geopolítica, como foi possível controlar o extenso território com poucos recursos, como apresentado na citação a seguir:

A geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes foram via de regra mal sucedidos na sua implementação. Permaneceu, assim, o caráter político ideológico da atuação do governo português e depois brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes -, pela posse gradual da terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central. (BECKER, 2005, p. 24).

Como também corrobora Gonçalves (2016), a Amazônia mostrou-se como importante região do ponto de vista estratégico para Portugal. Para esse autor, a região era vista de forma ambígua: de um lado, uma região de presença social fraca e economicamente secundária para o império colonial português; do outro, é uma região politicamente importante pelo potencial que encerraria sobre o futuro da metrópole.

Em meados do século XVII, devido à perda do mercado de especiarias no oriente, Portugal realizou políticas destinadas à procura, coleta e comércio das “Drogas do sertão”, que eram produtos utilizados como condimentos, em usos farmacêuticos, enfeites e material de construção, destacando-se o Cacau, o Cravo, a Canela, a Salsaparrilha, as Madeiras e a Manteiga de peixe etc. (ROCQUE, 2001).

Entre a metade do século XVII e final do século XVIII, a colonização da região amazônica foi marcada pela presença das ordens religiosas, destacando-se: os Jesuítas, os Mercedários, os Carmelitas e os Franciscanos, que exerciam importante papel político sobre os índios, por meio da catequização, como forma de controle, pois estes seriam utilizados como mão de obra na economia extrativista. As ordens religiosas influenciaram para a formação das aldeias missionárias que dariam origem às primeiras cidades da Amazônia. Assim,

Essas aldeias constituíram-se no embrião da rede urbana comandada por Belém, os índios aldeados, sob o hábil controle dos missionários, não apenas cultivavam para subsistência, como também, percorriam sistematicamente os vales visando à obtenção de “Drogas do sertão”. A produção colhida era encaminhada para Belém e de lá exportada para Lisboa. (CORRÊA, 1987, p. 44),

Portanto, a cidade de Belém começa a destacar-se como principal cidade da região amazônica, pois embora a obtenção das “Drogas do sertão” fosse dispersa, realizada em diversas aldeias missionárias, Belém apresentava grande articulação com essas aldeias, devido à própria organização das ordens religiosas e, principalmente, sua localização geográfica, que contribuía para grande circulação de mercadorias, destacando-se como importante entreposto comercial.

No período de 1750 a 1780, segundo Corrêa (1987), ocorreu na Amazônia um relativo desenvolvimento urbano: as atividades produtivas ampliaram-se e os pequenos núcleos populacionais serviam como meios para realizar a política colonial, destacando a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, sob o comando do Marquês de Pombal, que objetivava colocar a economia amazônica de fato no mercado mundial.

De acordo com Corrêa (1987), em 1751 aconteceu a transferência da capital da província do Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém, mas foi em 1722 que a província

do Grão-Pará e Maranhão é dividida em duas províncias, a província do Grão-Pará e a província do Maranhão. Com essas mudanças, a cidade de Belém passa a configurar-se como a capital econômica da Amazônia, controlando todo o comércio regional. Nesse período, a cidade ‘sofre’ um incremento urbano, com a construção de prédios públicos e pelo considerável aumento populacional: em meados do século XVIII, Belém chega a ter uma população estimada em mais de 10 mil habitantes.

Foto 2 - Palácio Lauro Sodré



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2023).

A Foto 2 destaca o Palácio Lauro Sodré, também chamado de Palácio do Governo, inaugurado em 1767 pelo, então, Administrador colonial português João Pereira Caldas de Castro com objetivo de abrigar a sede do governo português como palácio dos governadores da província do Grão-Pará e Maranhão.

O palácio foi projetado pelo arquiteto italiano Antônio Landi com arquitetura clássica italiana e é considerado um marco para cidade de Belém no Século XVIII, devido configurar-se como o projeto português do período pombalino em tornar a capital da província do Grão-Pará e Maranhão mais estruturada, prevendo que, no futuro, a colônia do Brasil fosse emancipar-se, visto que a Coroa portuguesa pretendia manter a colônia do Grão-Pará e do Maranhão sob o domínio lusitano, uma vez que tinham relações intensas, devido sua localização geográfica. Em 1994, o Palácio Lauro Sodré foi transformado em Museu do Estado do Pará.

O período do final do século XVIII e metade do século XIX, na região amazônica, foi marcado pela estagnação econômica regional, devido à desvalorização dos produtos tropicais na Europa, principalmente pela queda do preço do cacau, fato que influenciou na extinção da Companhia Geral do Pará e Maranhão em 1778 (CORRÊA, 1987).

No final da primeira metade do século XVIII, como bem assinalou Corrêa (1987), mesmo com a crise econômica, Belém ainda destacava-se como principal núcleo urbano da região. A Amazônia, nesse período, era formada pelo padrão espacial predominantemente fluvial, tendo o rio Amazonas como eixo principal; o litoral tinha poucos núcleos urbanos, localizados principalmente nas zonas guajarinas, na ilha do Marajó e nos afluentes do rio Amazonas, encontravam-se outros núcleos urbanos, tendo se destacado os dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira e o rio Negro.

Dentre os anos de 1879 e 1920, a região amazônica vivenciou um grande crescimento econômico, devido ao chamado *boom* do extrativismo da borracha, que foi influenciado pela grande demanda externa da borracha, a melhoria no sistema de transportes, o aumento da mão de obra e o financiamento de capitais para a produção. A borracha exportada era principalmente utilizada para a fabricação de pneus de bicicletas e de automóveis.

Em 1890, a região amazônica, segundo Corrêa (1987), já representava 90% da produção mundial de borracha e com a demanda elevada da produção, era necessário obter mais mão de obra, o que favoreceu a migração de paraenses, para os vales dos afluentes do rio Amazonas, ocorrendo também elevada migração de nordestinos, principalmente para os vales dos rios Purus e Juruá.

As migrações para a Amazônia possibilitaram um considerável aumento populacional que, aliado com o crescimento econômico dos núcleos urbanos existentes e do surgimento de novos núcleos, influenciaram em melhoramentos urbanos. Dentre as cidades que mais beneficiaram-se com melhorias urbanas, destacou-se a cidade de Manaus, que tornou-se capital da província do Amazonas, emancipada da província do Grão-Pará em 1850.

Foto 3- Centro histórico de Manaus



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 3 destaca o período de ascensão de Manaus com investimentos em infraestrutura urbana como a construção de bulevares, a introdução de bondes elétricos, a iluminação pública, a energia elétrica, a água encanada, a telefonia, a criação do centro comercial e a construção do Porto de Manaus, uma estrutura flutuante, construída pelos ingleses para poder acompanhar as cheias periódicas do rio Negro.

A Foto 4 a seguir apresenta a construção que simboliza bem o período áureo do ciclo da borracha em Manaus, o Teatro Amazonas inaugurado em 1896, tem arquitetura de estilo renascentista; foi construído com o intuito de não ser apenas uma casa de espetáculos, e sim um imponente prédio que aproximasse Manaus de uma capital europeia como Paris, representando o ápice da riqueza para uma elite que beneficiava-se com a exportação do látex dos seringais, oriundos do interior da calha amazônica, embora a maior parte da população local não tenha

usufruído de fato desse apogeu.

Foto 4 – Teatro Amazonas



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

O crescimento urbano de Manaus, segundo Corrêa (1987), contribuiu para um processo de competição comercial com Belém. A província do Amazonas realizou várias medidas para aumentar a sua comercialização, mas mesmo tendo aumentado sua exportação, com ascensão do Acre no início do século XX como o maior produtor de borracha do país, o controle do território acreano ficou para firmas comerciais estrangeiras que estavam localizadas em Belém, recuperando a primazia da província do Grão-Pará.

Um ponto importante que Corrêa (1987) salienta é que mesmo com ascensão de Manaus, Belém ainda era a cidade mais importante da região, tendo, no período da borracha, o maior número de serviços, era o principal centro financeiro e político, onde estavam localizadas as principais agências bancárias, sedes de companhias nacionais ou estrangeiras e inclusive a

bolsa de valores. Em 1900, sua população já era estimada em mais de 100 mil habitantes.

Assim como Manaus, Belém também passou por uma série de melhoramentos urbanos, tanto com recursos do Estado quanto do capital privado. Destaca-se entre as intervenções urbanas: a construção do Teatro da Paz, a implantação de linhas de bonde, a energia elétrica, a construção de portos, os canais, as barragens, as rodovias, as pontes, a urbanização de ruas, entre outras que reforçam o período áureo da borracha (ROCQUE, 2001).

Entre os anos de 1911 e 1920, a produção da borracha no Brasil perdeu espaço para produção asiática. Depois de investimentos realizados pela Inglaterra, os países asiáticos que utilizavam o modelo *plantation* ultrapassaram a produção brasileira, fato que culminou em uma grande crise econômica da região amazônica. De acordo com Corrêa (1987), com a decadência do extrativismo da borracha ocorreu uma perda populacional da região e nos seringais foi permitida a agricultura de subsistência, tornando, assim, estes menos dependentes das cidades, afetando diretamente no comércio dos principais centros urbanos.

Belém e Manaus são as cidades que mais ‘sofreram’ com a decadência econômica. Manaus voltou a tornar-se dependente de Belém, e mesmo em meio à crise econômica, Belém continuou a atrair imigrantes, principalmente os oriundos dos seringais. Em 1940, Belém chega a ter 175.764 habitantes.

3.1.2 A reinserção de Belém e de Manaus na dinâmica capitalista de acumulação

Somente a partir da década de 1950, a região amazônica veio a ser inserida novamente na dinâmica capitalista de acumulação de capital. Nesse período, o Brasil realizava o ajustamento da economia, para inserir-se na nova divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a Amazônia configurou-se como local estratégico para acumulação capitalista, pautada pela lógica dos oligopólios e monopólios econômicos, objetivando a dinâmica econômica nacional, voltada à produção de bens de consumo duráveis.

A Amazônia enfrentou um período de considerável estagnação econômica, mas a partir da década de 1950, iniciou-se o processo de integração da região com a economia nacional. A segunda metade da década de 1950 foi marcada pela consolidação do modelo desenvolvimentista para a região amazônica.

Como salienta Rodrigues (1996):

A introdução da Amazônia, definitivamente, no circuito das formas de acumulação propriamente capitalistas, transformando seu território, portanto, no palco de construção de um espaço-ambiente voltado a atender as necessidades de reprodução de um modelo de desenvolvimento perversamente estruturado para contra restar o desequilíbrio de um padrão de acumulação que vão manter e reproduzir a dependência econômica do país e

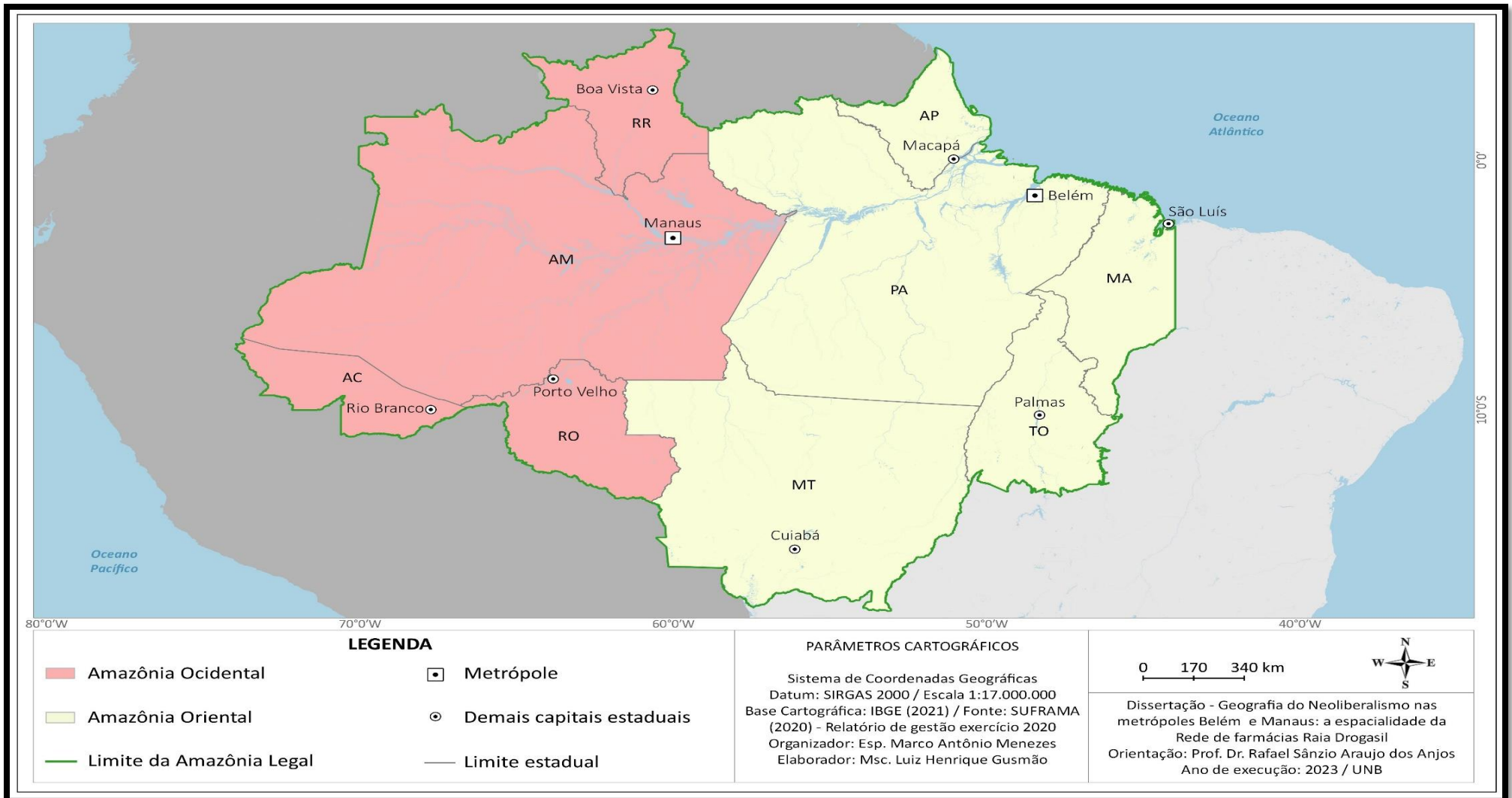
exacerbar os desequilíbrios inter e intrarregionais. (RODRIGUES, 1996, p. 26).

O modelo desenvolvimentista, realizado pelo governo brasileiro, influenciou diretamente na reestruturação do espaço regional, modificando a dinâmica da rede urbana e, conseqüentemente, nos espaços intra-urbanos dos principais núcleos regionais, devido ao incremento populacional, que contribuiu para o surgimento de desequilíbrios ecológicos e sociais, afetando diretamente na qualidade de vida da população local. Logo,

[...] a Amazônia aprofunda sua função de “fronteira de expansão da acumulação” espaço de valorização de capital. Intensificam-se a concentração de terras e de rendas, e por consequência, os conflitos sociais como nunca, a violência no campo a florara tão veemente. As ações repressivas desenvolvidas por órgãos oficiais federais do período de regime militar passam a dar lugar à ação de grupos paramilitares organizados abertamente por órgãos de representação dos latifundiários, com a plena conivência do Estado, provocando a ocorrência de um sem número de conflitos no campo por disputa de terras e um intenso processo de expulsão dos homens do campo para as cidades. (RODRIGUES, 1996, p. 51).

Assim, o contexto regional da urbanização amazônica foi marcado por ser a região brasileira que passou por esse processo tardiamente, somente a partir da década de 1960, com a implantação de grandes projetos nos setores de mineração, madeireiro, agrícola, pecuária, industrial que contribuiu para a chegada de uma grande leva de migrantes de diversos lugares do Brasil, para isso, o Estado brasileiro, juntamente com investimentos estrangeiros, construiu grandes obras de infraestrutura que viabilizaram a reinserção da Amazônia na economia global, com a implantação de grandes projetos e a construção de infraestrutura, como: rodovias, portos, hidrelétricas etc.

Mapa 6 – As Amazônia: Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

O Mapa 6 apresenta a divisão administrativa da Amazônia Legal, adotada por importantes órgãos estatais, como exemplo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), os quais planejam e executam as políticas públicas, tendo como referência a divisão da Amazônia brasileira em duas áreas: a Amazônia oriental tendo como metrópole Belém, englobando os estados do Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e o oeste do Maranhão. E a Amazônia ocidental, polarizada pela metrópole Manaus, composta pelos os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

O governo brasileiro implementou para a Amazônia oriental, a maioria dos projetos minerais, madeireiros e agropecuários, onde estão localizadas as áreas que mais ‘sofrem’ com inúmeros impactos ambientais e conflitos fundiários; e na Amazônia ocidental foi implantada a Zona Franca de Manaus, que tinha por objetivo desenvolver a região sem causar maiores impactos ao bioma amazônico.

A intenção do Governo brasileiro era integrar a região com o restante do país, detentora de uma grande biodiversidade de recursos naturais, mas que tinha grandes vazios demográficos, o que gerava preocupação com interesses de outros países em explorar a região. O Governo Federal adotou o *slogan* “integrar para não entregar” e aliou à vontade internacional de explorar a região a sua vontade de integrar a Amazônia com o restante do país, adotando a implantação de projetos que visavam à exportação de *commodities* para atender o mercado externo.

A partir da II Guerra Mundial, a geopolítica militar brasileira esteve essencialmente ligada ao desejo de unidade territorial, com o intuito de uma maior integração econômica entre as regiões guiadas pelas forças capitalistas. Nesse sentido, Da Silva e Bampi (2020) apontam que a fraca divisão inter-regional do trabalho entre as regiões e os regionalismos exacerbados eram as preocupações do Estado brasileiro.

As políticas adotadas pelo governo brasileiro, estavam marcadas pelas influências de pensadores como Ratzel, Mackinder e dos brasileiros Everaldo Backheuser, Golbery de Couto e Silva, Carlos de Meira Matos e Mário Travassos, que tinham como perspectiva uma geopolítica, pautada no controle físico-político do território do país e na posição de liderança do Brasil com relação à América do Sul. A integração econômica do território brasileiro era importante não somente para inserção do capitalismo no interior do país, mas também como projeção geopolítica no continente sul-americano (DA SILVA; BAMPI, 2020).

Durante o período militar, a geopolítica passa a ser voltada para região amazônica, tendo como marco a abertura das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e da Transamazônica (BR-230). Nessa época, destaca-se a influência do ministro militar Golbery do Couto e Silva, por meio de

sua formulação conservadora e autoritária, tendo como características principais, registradas por Da Silva e Bampi (2020):

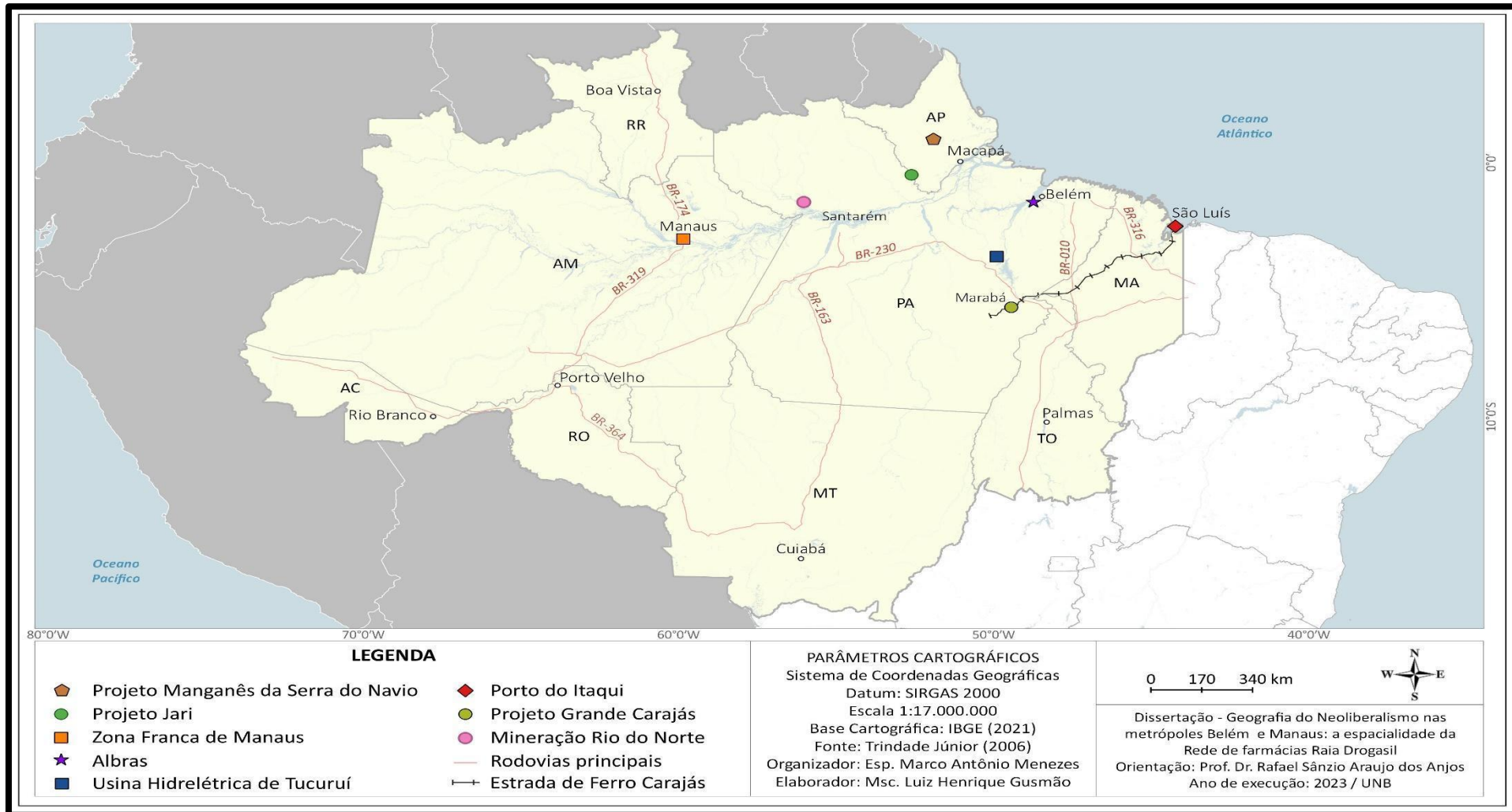
- a integração e a valorização espaciais;
- o expansionismo para o interior;
- a geopolítica de contenção ao longo da fronteira;
- a colaboração continental; e
- a geopolítica de segurança.

Golbery tinha como premissa o planejamento territorial de natureza econômica e política, almejando os progressos da técnica e da industrialização acelerada, objetivando o rompimento das oligarquias agrárias e regionais. A geopolítica militar entre 1960 até 1990, implementadas por meio dos grandes projetos e empreendimentos imobiliários privados com financiamento estatal, segundo Da Silva e Bampi (2020), contribuíram para a formação de núcleos urbanos que serviram de auxílio organizacional para apropriação do território por um domínio estatal e burguês, ou seja, impondo de modo autoritário a valorização capitalista por meio da expansão da fronteira urbano-industrial-agropecuária-mineral, em áreas consideradas despovoadas e de maior facilidade de penetração.

O Mapa 7 a seguir sintetiza o período desenvolvimentista de 1960 a 1985, onde foram criadas infraestruturas e os grandes projetos na Amazônia, que depois do declínio do ciclo da borracha marcou uma nova era nessa região, sobretudo no período dos governos militares (1964 a 1985), pautada em um regime ditatorial, mas com uma perspectiva desenvolvimentista, tendo, em sua geopolítica, a integração com as demais regiões brasileiras e a garantia da soberania nacional. Um dos principais projetos, implantados nesse período, foi o Projeto Grande Carajás, realizado pela então companhia estatal Vale do Rio Doce na década 1970, tendo sua conclusão na década 1980, englobando áreas do sudeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão.

O projeto consistia na exploração mineral de ferro de alto teor, ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel, cobre e minérios raros da maior reserva mineral do planeta na Serra dos Carajás, além de ter uma frente voltada à agropecuária e a extração florestal. Para dar suporte ao Projeto Grande Carajás foram construídas importantes obras de Infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1984) no rio Tocantins, nordeste do Pará que, atualmente configura-se como a segunda maior hidrelétrica totalmente nacional do país. Foram construídos também a Estrada de Ferro Carajás (1985), para escoar a produção da Serra do Carajás até o Porto de Itaqui (1972) no Estado do Maranhão.

Mapa 7 – Grandes projetos e infraestrutura construída na Amazônia Legal no período de 1960 a 1985



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2020).

Outro projeto de exploração mineral, realizado, nesse período, pelo governo brasileiro foi a extração de manganês na Serra do Navio no Amapá (1957), consolidada na década de 1960 pela empresa brasileira Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) e que depois foi subsidiada pela empresa norte-americana Bethlehem Steel. Outro importante projeto foi a extração de bauxita no vale do rio Trombetas, no município de Oriximiná, no oeste paraense (1979). Nesse mesmo período foi construído no município de Barcarena, nas proximidades da cidade de Belém no Pará, em parceria com governo do Japão, o projeto Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALBRAS-ALUNORTE) (1976), com a finalidade de beneficiamento da bauxita para exportação, principalmente para o Japão.

O projeto Jari florestal e Agropecuária (JARI) foi iniciado em 1967, no distrito de Monte Dourado, município de Almeirim no Pará na divisa do Estado do Amapá, idealizado e financiado pelo norte americano Daniel Ludwig, que adquiriu uma área com cerca de 20.000 km² quase o tamanho do Estado de Sergipe, onde foi edificada uma fábrica para produção de celulose a Jari celulose S.A.

Um dos mais importantes projetos implementados, nesse período, foi a Zona Franca de Manaus (1967), estabelecendo como um marco da ocupação da Amazônia ocidental e da geopolítica nacional, a criação de um polo industrial na cidade de Manaus, com intuito de desenvolver a região por meio de incentivos fiscais às empresas, garantir a soberania nacional e, ainda, preservar a floresta por meio de uma atividade produtiva com menor dano ambiental.

Nesse período, de 1960–1985 foram construídas as principais rodovias da região amazônica: a Rodovia BR-010 Belém–Brasília, construída e inaugurada no governo de Juscelino Kubitschek, em 1960, ligando a recém criada capital federal Brasília e conectando com a região Norte do país até a cidade de Belém, além de ligar a Amazônia com as regiões sul e sudeste. Outra rodovia, criada nessa época, foi a BR- 364 (1960), ligando o Estado do Acre com o Estado de Rondônia e com a cidade de Cuiabá, conectando as regiões sul e sudeste do país.

As demais Rodovias foram criadas no regime militar, como a BR-230 Transamazônica (1972), que ligou a região nordeste, iniciando em Cabedelo na Paraíba até a cidade de Lábrea no Amazonas. A BR-163 (1976), que conectou a capital do Mato Grosso Cuiabá com a cidade de Santarém no oeste paraense; a BR-319 (1977), no trecho entre Manaus e Porto Velho; a BR-174 (1977), que liga a cidade Manaus a capital Boa Vista e com a fronteira da Venezuela.

Como visto, a geopolítica de Golbery estava pautada na ocupação do território amazônico, no desenvolvimento econômico, no povoamento, na abertura de estradas, como investimentos em comunicações e energia com o intuito de inserir a região no contexto do

capital nacional e internacional.

Em síntese, a geopolítica militar não estava apenas relacionada à segurança nacional, mas tinha um forte enfoque econômico, que almejava o Brasil como potência regional. Desse modo, Becker e Egler (2003) assinalam as estratégias do estado militar em três frentes: a implantação da fronteira científica-tecnológica do país; a rápida integração física do país; e a projeção do país no espaço capitalista internacional.

Nesse cenário, a geopolítica de integração nacional foi também marcada pela repressão aos povos tradicionais, culminando com a desterritorialização de grupos sociais contrários à expansão capitalista, a destruição de recursos naturais e o controle de liberdades coletivas em ‘prol’ de uma centralização geográfica do poder do Estado que almejava a constituição de uma logística que permitisse o estabelecimento de polos agrícolas e minerais que alteraram, em grande parte, a configuração socioespacial brasileira.

De acordo com Trindade Jr. (2015), a partir de então ocorreu na Amazônia uma reestruturação da rede urbana, onde uma nova esfera produtiva e do mercado de trabalho propiciou que as cidades assumissem novos papéis, rompendo com os antigos padrões da estrutura espacial. O processo de urbanização da Amazônia intensificou-se com a atuação forte do Estado brasileiro, aliado a uma grande intervenção na economia e no território, políticas essas implementadas pela ideologia de segurança nacional, a unificação do mercado nacional e a industrialização.

A condição de vida nas cidades e nos assentamentos urbanos constitui um dos maiores e piores problemas ambientais na Amazônia, pois o processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não ocorreu de maneira linear; e o contexto político e econômico, ao longo do tempo, foi determinante para isso. Desse modo, a urbanização da Amazônia foi marcada, como também afirma Becker (2001), pela elevada concentração da população em alguns centros urbanos, destacando-se principalmente as capitais político-administrativas, Belém-PA, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Macapá-AP, Rio Branco-AC, Boa Vista-RR, Palmas-TO.

A concentração urbana desses núcleos ocorreu por meio de investimentos em infraestrutura e na criação de novas atividades econômicas, pois os órgãos de administração direta localizam-se nesses centros, atraindo, dessa forma, empresas privadas, vinculadas às atividades regionais e também voltadas para atender aos serviços e ao comércio da população urbana local, gerando um considerável mercado de trabalho.

Com a intensificação do processo de urbanização, a Amazônia passou a contar com mais uma metrópole, a cidade de Manaus que, nas primeiras décadas que sucederam o período da

borracha, ‘sofreu’ uma profunda crise econômica, voltando inclusive apresentar certa dependência em relação a Belém, mas que a partir da década de 1960, começou a expor grande crescimento, resultante das políticas de cunho econômico, com destaque para a criação da Zona Franca de Manaus que consolidou-se posteriormente como polo industrial, responsável pela grande atração populacional para região.

A ascensão de Manaus modificou o domínio histórico de Belém sobre toda Amazônia, dividindo a região em duas: a Amazônia oriental, tendo como metrópole regional: Belém; e a Amazônia ocidental, tendo como metrópole regional: Manaus.

Portanto, ocorreram mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, devido à ocupação da região, centrada na abertura rodoviária na implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, hidrelétricos, que geraram também amplas modificações na rede urbana amazônica.

3.2 AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM E DE MANAUS

3.2.1 A metropolização na Amazônia

Antes de iniciar a discussão sobre o processo de metropolização de Belém e de Manaus deve-se atentar primeiramente ao conceito de metrópole que tem diferentes acepções tanto quantitativas quanto qualitativas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceituou o termo principalmente para fins de planejamento territorial como sendo as áreas urbanas de grande dimensão e com extensa área de influência direta, estabelecendo uma rede hierárquica entre as aglomerações urbanas.

Com os estudos das Regiões de Influências das Cidades (REGIC), a rede urbana brasileira está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; as regiões de influências, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as **metrópoles**, para onde convergem as vinculações de todas as cidades, presentes no território nacional.

Desse modo, como aponta o Regic (2018), a unidade urbana de análise e exposição dos resultados é o conjunto formado por municípios e arranjos populacionais, pois a unidade funcional cidade, objeto do atual estudo, pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários municípios que são indissociáveis como unidade urbana.

Segundo o Regic (2018), trata-se de municípios conurbados ou que têm forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana. Assim, de acordo com o Regic (2018), as cidades brasileiras foram

classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública.

Para o Regic (2018), a hierarquia urbana está relacionada com a intensidade de comando e atratividade no território o que corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa. No primeiro nível, encontram-se as regiões de influência das 15 metrópoles.

Portanto, as metrópoles subdividem-se em três níveis, segundo o Regic (2018):

- a) **Grande Metrópole Nacional** – o Arranjo Populacional de São Paulo/SP ocupa, isoladamente, a posição de maior hierarquia urbana do País, concentrando em seu Arranjo Populacional 21,5 milhões de habitantes em 2018 e 17,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2016;
- b) **Metrópole Nacional** – os Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ ocupam a segunda colocação hierárquica, também com forte presença nacional. O Arranjo Populacional de Brasília/DF contava, em 2018, com 3,9 milhões de habitantes, enquanto o do Rio de Janeiro/RJ somava 12,7 milhões na mesma data;
- c) **Metrópole** – os Arranjos Populacionais de Belém/ PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM) são as 12 Cidades identificadas como metrópoles. São formadas por nove capitais que receberam classificação 1 na centralidade de gestão do território mais Belém (PA), Campinas (SP) e Manaus (AM) que, embora estejam na classe 2, contam com contingente populacional relevante, superior a 2 milhões de habitantes (REGIC, 2018).

O Regic (2018) destaca que a metrópole Belém caracteriza-se pela ampla extensão, compreendendo 16,2% do território nacional. É a terceira rede mais extensa (após Brasília e Manaus), e abrange, sobretudo, os estados do Pará e Amapá, com algumas cidades próximas maranhenses e uma tocaninense. A rede de Belém apresenta uma baixa densidade demográfica, de quase 7 hab./km² (a terceira menor, equivalente à densidade apresentada pela região de influência de Brasília) (REGIC, 2018).

A rede de Belém compreende 157 cidades, em geral, formadas por municípios com grande extensão territorial e sedes municipais, acompanhando rodovias e hidrovias. Estrutura-se por três centralidades de nível capital regional – Marabá (PA), Santarém (PA) e Macapá (AP) –, cada uma com sua própria rede, e uma capital regional, Castanhal (PA), com influência combinada e sobreposta à metrópole de Belém, devido à proximidade entre ambas. Redenção

(PA), Altamira (PA) e Parauapebas (PA) destacam-se como Centros Sub-Regionais que começam a estruturar sua própria rede. Em termos de renda, a rede urbana da Metrópole de Belém apresenta o segundo menor valor do país, o que implica também no segundo menor PIB *per capita* dentre as redes de primeiro nível, com pouco mais de R\$ 16 mil anuais por habitante (REGIC, 2018).

Já a metrópole Manaus destaca-se, pelas longas ligações, convergindo, quase totalmente, para a sede de sua área de influência, atravessando o estado do Amazonas. A média de distância das ligações, presentes na rede urbana de Manaus não apenas é a maior apresentada pelas redes de primeiro nível, como soma mais que o dobro das distâncias médias da segunda maior colocada: são conexões de 316 km, em média, entre as cidades da rede urbana de Manaus, enquanto a rede de Brasília, com a segunda maior distância média, apresenta 145 km (REGIC, 2018).

A região de influência de Manaus é marcada pela fraca existência de níveis intermediários, tendo apenas a rede da Capital Regional Boa Vista (RR) como nível intermediário capaz de polarizar uma rede própria. Além do pequeno número de Cidades (71 centros urbanos), em geral, formados por municípios com grande extensão territorial e de comunicação em geral dada por via fluvial ou aérea, o montante populacional da rede de Manaus é comparável aos menores da rede de metrópoles, equivalente aos de Vitória e Campinas, que ocupam áreas, respectivamente, 24 e 115 vezes menores que a da região de influência de Manaus (REGIC, 2018).

Portanto, a rede de Manaus apresenta a menor densidade demográfica do país, com menos de 3 hab./km². Em termos de PIB, a região de Manaus tem o menor valor dentre todas as redes de primeiro nível, não alcançando os R \$100 bilhões anuais. O PIB *per capita* de R \$22 mil anuais, apesar de inferior à média, não encontra-se entre os de menor valor, sendo superior aos da rede de Fortaleza, Belém, Recife e Salvador (REGIC, 2018).

Assim, os estudos do Regic (2018) consideram Belém e Manaus enquanto metrópoles, mas a partir de suas caracterizações é notório perceber suas especificidades que as diferem das demais metrópoles do país, devido estarem localizadas na região amazônica que tem grandes dimensões territoriais e pelos processos de colonização e ocupação distintos, o que implica também em particularidades em seus processos de metropolização que até mesmo entre essas duas grandes aglomerações urbanas têm peculiaridades distintas que necessitam serem consideradas.

Para Lima, Santos e Sousa (2018) corroboram que a metropolização não pode ser avaliada apenas pelo espraiamento de manchas urbanas ou mesmo pelo crescimento das

idades, e sim pela tomada dos valores urbanos pela sociedade. Dessa maneira, pensar a metropolização da Amazônia não deve ser de maneira homogênea, e sim que está imbricada a uma urbanização extensiva no âmbito da região, um padrão de difusão que não necessita necessariamente de um centro urbano exclusivo, e sim está apoiada na disseminação do território de relações de produção e condições organizacionais do cotidiano da população com um conteúdo urbano significativo.

Diferente do processo de metropolização em outras regiões do país que estavam ligadas a uma expansão da mancha urbana por meio do processo de conurbação e da criação de malhas de mobilidade territorial, a metropolização na Amazônia ocorreu por meio de outros processos, principalmente ligados à concentração em algumas áreas do território, a um conjunto de sistemas objetos e sistema de ações que constituem a urbanização regional em uma região vista como fronteira e que têm um sistema de objetos e sistemas de ações menos complexos e mais frágeis se comparadas com as demais regiões brasileiras.

O processo de metropolização na Amazônia, como bem apontaram Lima, Santos e Sousa (2018), está associado a dois conjuntos de variáveis. A primeira variável está articulada ao plano global, onde o valor no espaço urbano tem conduzido a uma nova forma de acumulação juntamente com a inserção da economia do território amazônico a partir de meados do século XX o que acelerou a urbanização regional e intensificou a metropolização em seu espaço.

E a segunda variável está ligada a precarização da vida econômica, a intensificação da produção de assentamentos habitacionais mais distantes dos núcleos urbanos, a relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas e a criação de assentamentos para as classes mais pobres fora do núcleo metropolitano das cidades e a difusão de grandes objetos que são condição, produto e meio de estruturação desses espaços (LIMA; SANTOS; SOUZA, 2018).

Como expressa Corrêa (1987), tais transformações no território amazônico referem-se ao aparecimento, em escala mais ampla, de outros modelos de gênese de cidades de novas funções urbanas, a dependência da rede urbana a um maior número de produtos, e as alterações no tipo de sítio, paisagem urbana e no padrão espacial da rede de cidades: a localização no centro, em áreas de terra-firme, em detrimento da beira, em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam, simultaneamente, a valorização de outro sítio e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana regional.

Becker (1990) afirma ter ocorrido na Amazônia um tipo de urbanização de fronteira como forma de ocupação do território caracterizada por três papéis fundamentais exercidos

pelos núcleos urbanos: atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social.

Desse modo, Becker (1990) teoriza que o fenômeno migratório foi desencadeado pela expropriação dos meios de produção no espaço agrário amazônico e pelas políticas de desenvolvimento regional que geraram uma pulverização e dispersão dos polos de crescimento econômico em várias áreas do território amazônico, principalmente a partir de 1960.

Para além disso, Oliveira (1994) salienta que a urbanização na fronteira não consistiu apenas no avanço de novas relações econômicas, mas também na adesão de outros significados sociais e políticos. Por isso, o desenvolvimento capitalista na região ocorreu a partir de uma forte atuação do planejamento estatal e de sua articulação com a sociedade local, implicando em uma profunda reestruturação urbana regional, no que diz respeito à economia regional e na alteração do modo de vida.

Diante desse contexto, Trindade Jr. (1998) defende a ideia da urbanização concentrada que seria o intenso crescimento das grandes cidades, principalmente nos estados amazônicos que aglutinaram um grande crescimento populacional a partir de 1960 o que contribuiu para o processo de metropolização e desestruturou, ao mesmo tempo, a rede dendrítica, especialmente na Amazônia oriental.

3.2.2 O caso de Belém

O geógrafo paraense Trindade Jr. (1998) diferencia a metropolização de Belém desencadeada, a partir do processo de urbanização que teve seu crescimento populacional não ligado ao setor industrial de montagem, mas sim sua natureza metropolitana, pautada em atividades comerciais, serviços e também a uma outra característica importante a perda da importância de Belém com relação à fronteira econômica no interior do crescimento de pequenas e médias cidades no estado do Pará.

Mas Trindade Jr. (1998) diferencia esse processo do restante do país, notadamente por esses centros urbanos médios e pequenos abrigarem um grande número de desempregados, de trabalhadores desqualificados e um acentuado empobrecimento dessas populações. Mesmo com a relativa perda da primazia de Belém no território amazônico, para esse autor, ocorreu um reforço na concentração espacial metropolitana, perpassando os limites anteriores, definidos por uma ampliação do espaço metropolitano, caracterizado por um perfil de reprodução do capital de uma grande periferia de expansão.

Desse modo, Trindade Jr. (1998) reforça a noção do processo de urbanização concentrada, permeada por dois elementos fundamentais: a dispersão e a concentração que, para

ele, são intrínsecos à natureza do espaço enquanto produto, condição e meio de reprodução de determinadas relações no plano regional.

Além disso, pensando no exponencial crescimento de Belém a partir de 1960, Moreira (1989) definiu esse período em três fases: a ribeirinha da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII; a de penetração ou interiorização de meados do século XVIII até meados do século XIX; e a de continentalização de meados do século XIX em diante. Trindade Júnior (1998) acrescentou a fase de metropolização que inicia-se em 1960 e consolida-se nas décadas seguintes, caracterizada pelo espraiamento do tecido urbano que incorporou cidade e vilas no seu entorno imediato.

A urbanização de Belém, ao longo da história, intensificou a ocupação do território paraense. No século XVII, segundo Penteado (1968), a cidade circunscrevia-se apenas os arredores do bairro da Cidade Velha e, no século XVIII, ultrapassou os limites do bairro da Campina, seguindo em direção ao que é hoje o bairro de Nazaré; já no final do século XIX, marcado pelo apogeu do ciclo da Borracha, que culminou com a valorização do centro comercial, provocando o deslocamento de famílias para novos bairros da cidade, como é do caso de Nazaré, Batista Campos e Umarizal. Nessa época, as classes dominantes já tinham a preocupação de evitar que a ocupação da cidade direcionasse para as áreas alagáveis.

Pensando na expansão da malha urbana da cidade, no governo do então intendente Antônio Lemos, foi executado o projeto de ocupação de toda a 1ª légua patrimonial da cidade, dando origem aos bairros do Marco e da Pedreira; o projeto, porém, não considerou as características topográficas, pois grande parte dessas áreas estavam localizadas em baixadas alagáveis, levando posteriormente a inúmeros problemas de habitação, saneamento e infraestrutura (PENTEADO, 1968).

A partir da década de 1950, devido a implantação da estrada de Ferro Belém-Bragança, a malha intra-urbano de Belém ultrapassou a 1º légua patrimonial, indo ocupar outros vetores de expansão, como reforça Rodrigues (1996):

A partir dos anos 50 percebe-se uma intensa expansão horizontal para além de uma vasta extensão de terras, comumente denominada de cinturão institucional que a partir da década de 40 formou-se no entorno do arco da primeira légua patrimonial, ao mesmo tempo que se realizava um intenso e progressivo processo de ocupação de áreas de baixada dentro dos marcos da 1º légua, graça ao aterro que margeava a rodovia SNAPP e da Estrada Nova, que foi possível com a construção de um grande Dique. Para além da 1ª légua, a malha urbana espraiou-se no sentido AV Tavares Bastos, pela Rodovia Augusto Montenegro no sentido do Distrito de Icoaraci que desde o século XVII expandia-se de modo que independente em relação a Belém; Rodovia Arthur Bernardes e eixo Belém- Ananindeua e Estrada do Coqueiro. (RODRIGUES, 1996, p.143).

Assim, a partir da década de 1950, como reforça Rodrigues (1996), várias áreas fora da 1ª légua começaram a serem ocupadas, dando origem a bairros, como o Souza, a Marambaia e Val de Cães, ocupados pela população de baixa renda, que caracterizava-se, principalmente, por localizarem-se em áreas de baixadas próximas ao centro, motivada pelas dificuldades de expansão da cidade, cujo entorno era ocupado pelo “cinturão institucional”, atrapalhando o seu crescimento e também da grande dependência da população em relação ao centro comercial, pois configurava-se como principal centro de empregos da cidade, atrelado ao controle dos sítios altos pela população de alta renda e pressionavam a população a ocupar as áreas alagáveis, evidenciando o processo de exclusão social e da segregação no espaço metropolitano.

Os bairros com maiores percentuais de áreas alagáveis, habitados pela população de baixa renda, são os que apresentaram maior densidade demográfica, sendo que essa população é caracterizada por ser formada por famílias numerosas de baixa renda, cujo acesso é difícil aos equipamentos urbanos. Assim, a ocupação de áreas de baixadas traduz-se como o perverso processo de periferização da cidade, pautado na crescente segregação socioespacial.

Para Trindade Jr. (1998), esse período é marcado pela integração econômica da região amazônica com o nordeste e o centro-sul do país, devido a inauguração da Rodovia Belém-Brasília. Esse período assinala também as ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que passa a consolidar um modo de vida moderno, sofisticado e artificializado, por outro lado destaca-se o baixo crescimento do setor terciário, déficit habitacional, favelização, a insuficiência dos serviços e equipamentos urbanos.

Trindade Jr. (1998) afirma que a formação da metrópole belenense não é linear e é caracterizada por rupturas, (des) continuidades, (re) construções e (re) estruturações, dotada de dinamismo o que refletiu em um intenso processo de reestruturação espacial. Assim, esse autor analisa o processo de metropolização de Belém por meio de sua forma espacial – a metrópole, onde ele define dois momentos distintos que marcam sua conformação a primeira relacionada à forma urbana compacta ou confinada e a outra marcada pela forma urbana dispersa e desconcentrada.

As transformações da forma metropolitana belenense são caracterizadas não somente pela alteração de sua forma espacial ribeirinha ligada aos fluxos fluviais, mas também na significativa alteração do modo de vida, de hábitos e valores, dos conteúdos sociais que apontam novas temporalidades e espacialidades.

Trindade Jr. (1998) teoriza que o processo de metropolização de Belém alterou a forma compactada do tecido urbano, para uma forma dispersa dos assentamentos urbanos, tendo como

característica as áreas de baixadas que, historicamente, foram ocupadas pela população de baixa renda, mas que passaram a 'sofrer' uma intensa valorização o que refletiu no processo de verticalização e simbolizou uma complexidade de relações e signos de representações, reconfigurando, assim, a forma metropolitana.

As populações de baixa renda das áreas de baixadas, localizadas próximas ao centro da cidade passaram a ocupar novos assentamentos de baixa renda, direcionado para os novos vetores de expansão, o que Trindade Jr. (1998) definiu como o segundo momento do processo de metropolização e periferização. Esses novos assentamentos urbanos passam a configurar principalmente a partir de meados da década de 1980 no entorno da Rodovia Br-316 que liga os municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides e da Rodovia Augusto Montenegro que liga a capital paraense aos distritos de Icoaraci e Outeiro, ou seja, em direção às rodovias opostas ao sentido das águas e distantes do núcleo metropolitano.

De acordo com Trindade Jr. (1998), o fenômeno de dispersão assinala as articulações e contradições estabelecidas no plano local e também delineados pela influência estrutural do processo de urbanização brasileira, ou seja, para esse autor, o que diferencia o processo de metropolização de Belém com as outras metrópoles brasileiras, está relacionado com o fato de que a urbanização dessa região ocorreu sem uma significativa produção agrícola e industrial.

Outra característica importante, apontada por Trindade Jr. (1998), é a decorrência do processo de industrialização do centro-sul do país, estabelecendo a fronteira econômica que foi abastecida por meio do fornecimento de recursos o que contribuiu na ausência de setor secundário moderno e dinâmico, culminando em um grande empobrecimento de Belém, refletido na baixa ocupação profissional no espaço de reprodução da força de trabalho urbana.

Assim, pode-se pensar no fato de que o capital na periferia não tem as mesmas características de acumulação de países centrais, visto que é preciso compensar a concentração de recursos em poucos centros à custa do restante do território, formado por aglomerações urbanas com o mínimo de complexidade.

Souza (1992) caracteriza Belém pelo seu frágil dinamismo produtivo e reduzida integração com a estrutura produtiva estadual, relacionada como o porte pequeno do mercado local, pela carência de trabalho qualificado, pelas deficiências da tecnologia e baixa capacidade de investimento de capitais, configurando a metrópole em um processo de urbanização altamente dependente da fronteira econômica do país o que a diferencia das outras metrópoles brasileiras, pois o seu principal motivo de dispersão não é a indústria, e sim a produção de habitações de baixa renda que responde às carências da metrópole corporativa e fragmentada.

Contudo, Trindade Jr. (1998) assevera que o processo de metropolização de Belém é

marcado por reestruturações, rupturas, alterações, desempenhando um papel importante na dinâmica do espaço regional, caracterizado pelo empobrecimento e de expropriação da força de trabalho regional que ele definiu como “metropolização da pobreza”

Esse tipo de metropolização ocorreu por meio de dois pares dialéticos o da concentração, relacionado com o adensamento e a verticalização das áreas centrais e da produção de imóveis, mas, ao mesmo tempo, na dispersão do que seria a expansão do tecido metropolitano que são fundamentais para compreensão da urbanização, concentrada em que Trindade Jr. (1998) acredita, visto que são intrínsecos à natureza do espaço, como condição e meio de reprodução de determinadas relações no plano regional.

Pode-se afirmar que o capital na periferia não tem características idênticas de acumulação nos países centrais, pois ele deve compensar a concentração de recursos em poucos centros à custa do restante do território, formando áreas de expansão, configurando a formação da cidade dispersa.

Trindade Jr. (1998) destaca que a forma dispersa da metrópole não se dá simplesmente pela ação dos agentes locais, mas também está intimamente relacionada com um esquema de reprodução social capitalista responsável por tornar o espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro.

A metrópole Belém consolidou sua importância no cenário regional e nacional, destacando-se como capital cultural, administrativa e econômica, tornando-se, de fato, uma metrópole, mas que em contrapartida vem apresentando, ao longo de sua formação, problemas urbanos, intensificados com as políticas de integração nacional, que trouxeram certa aproximação da economia regional com a economia das regiões Sul e Sudeste, mas, ao mesmo tempo, acentuou as disparidades regionais.

A inserção de Belém na dinâmica da acumulação de capital, como aponta Rodrigues (1996), não a transformou em uma cidade industrial; a cidade servia apenas à produção de bens do setor primário, voltados para a exportação, havendo um baixíssimo grau de verticalização industrial. Dessa maneira, as empresas de capital intensivo dedicavam-se apenas para atender a lógica do padrão de acumulação brasileiro.

Mesmo com o isolamento rompido, Rodrigues (1996) afirma que devido à construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), Belém aumentava a dependência dos bens produzidos no centro-sul do país, pois o processo de integração ocorreu dentro da lógica da centralização econômica, ou seja, grande parte dos capitais produzidos, concentrou-se nas regiões de origem, levando o setor secundário de Belém a uma subordinação da expansão industrial, configurando-se no processo de dependência econômica de outras regiões.

Outro ponto importante, segundo Rodrigues (1996), ocorre pelo fato de que a reestruturação econômica de Belém não ocorreu de forma integrada, pois as atividades econômicas, implantadas em outros locais do estado ou da região amazônica, pouco articulavam-se, mesmo a cidade configurando-se como importante polo do setor terciário da região.

A metropolização Belenense contribuiu para o espraiamento da cidade, aumentando sua área de influência, para além de seus limites territoriais, acentuando o processo de conurbação com os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel e ampliando sua área de influência para outros municípios, como Castanhal, Barcarena e Abaetetuba.

Com o considerável aumento populacional de Belém, a cidade apresentou impactos sociais significativos, pressionando negativamente a qualidade de vida da população, pois a urbanização não trouxe o número de empregos compatíveis com a demanda dos seus trabalhadores, e o Estado, por sua vez, não conseguiu dar conta das necessidades básicas dos equipamentos urbanos para população. Desse modo, configurou-se em Belém uma estrutura econômica, com predominância do setor terciário, tipo marginal, subordinado à industrialização externa e de baixa absorção de força de trabalho, incentivando o aumento de atividades econômicas informais, o desemprego e, conseqüentemente, o aumento da violência urbana.

3.2.3 O caso de Manaus

No que diz respeito a Amazônia ocidental, Manaus tornou-se metrópole a partir de incentivos fiscais e creditícios em detrimento a formação da Zona Franca o que engendrou uma grande concentração populacional na capital amazonense, oposta ao restante do estado do Amazonas que apresenta baixa densidade demográfica.

O geógrafo amazonense, Lima (2014) analisou o processo de metropolização de Manaus a partir da institucionalização da Região Metropolitana de Manaus em 2007, avaliando a sua realidade territorial e socioespacial, onde percebeu características distintas das outras metrópoles brasileiras, como o fato de não apresentar um processo de adensamento que, para ele, é resultante de uma urbanização dispersa e concentrada, ao mesmo tempo, sem conurbação entre os municípios, por não apresentar de forma expressiva os fluxos diários de pessoas e mercadorias e de trocas intensas entre os núcleos municipais e a metrópole, além de ter uma extensão bastante expressiva de grande dimensão territorial de seus municípios membros.

A grande extensão dos municípios do estado do Amazonas, para Lima (2014), está relacionada com a estrutura do processo de urbanização, primeiramente com as políticas pombalinas e depois com o período de exportação da borracha, caracterizado por um padrão

disperso, tendo como principal meio de transporte os rios da bacia amazônica que, devido as suas grandes extensões, além da presença da floresta densa, dificulta maiores proximidades entre os núcleos urbanos.

A partir dessas características, Lima (2014) defende a noção de metropolização induzida que corresponderia em uma dinâmica socioespacial sem grande proximidade e junção das cidades, sem grandes fluxos de trocas e sem intensas relações entre seus núcleos urbanos formadores, permeadas por interesses político-partidários, com respaldo apenas jurídico e sem respeitar a definição conceitual de Região Metropolitana e de metropolização.

Lima (2014), afiança que deve-se considerar as disparidades regionais brasileiras assim como relativizar os conceitos de urbanização, de metropolização, da Região Metropolitana, principalmente para Amazônia ocidental, cujo processo de urbanização apresenta características de dispersão e concentração ao mesmo tempo, visto que a metrópole Manaus concentra a metade da população do estado do Amazonas.

Uma das características mais expressiva do processo de metropolização de Manaus reside no fato de que em 2007, quando foi criada a Região Metropolitana de Manaus, os municípios limítrofes a Manaus, ao mesmo tempo que dependiam da metrópole, ainda apresentavam um nível de identidade próprio, sem ter significativa relação metropolitana, o que Lima (2014) não poderia afirmar que, em sua realidade socioespacial, a existência do processo de metropolização do espaço, pois as manchas urbanas dos municípios do entorno apresentaram uma padrão de arquipélago, formado por ilhas de manchas urbanas.

A especificidade, apontada por Lima (2014), do processo de metropolização de Manaus, é marcada por um núcleo que expandiu-se para si mesmo, tornando-se metrópole, o que estabeleceu uma configuração urbana desproporcional entre Manaus e as demais cidades que compõem sua Região Metropolitana.

Isso deve-se ao fato de que a urbanização da Amazônia ocidental ocorreu, mediante um processo de urbanização mais concentrada em Manaus, devido às suas dinâmicas econômicas, resultantes da economia da borracha e principalmente pela instalação da Zona Franca de Manaus em 1967; por outro lado, a urbanização também ocorreu de forma dispersa, pois os demais núcleos populacionais dessa região apresentam grande extensão territorial e grandes distâncias uns dos outros, caracterizados, ainda, pelo modelo dendrítico de ocupação.

Lima (2014) destaca três significativos períodos que ajudam a compreender a formação da metrópole Manaus: O primeiro caracterizado pela “civilização de palha” que marcou o início de sua fundação em 1669 com a construção da Fortaleza de São José pela mão de obra indígena, onde, nesse período, esse núcleo foi denominado de Lugar da Barra. O Lugar da Barra era

constituído de casas de palha, apresentando em seu traçado uma paisagem bucólica formada por habitações precárias, características que perduraram até na segunda metade do século XIX, quando esse núcleo passou a categoria de Vila.

Na segunda metade do século XIX, o então Lugar da Barra tornou-se a Vila de “Manaós” (1832), homenagem a etnia indígena que habitava a região, onde, posteriormente, a partir de 1879 inicia-se o segundo período: o da economia da Borracha, marcado pela época das grandes transformações urbanísticas e considerável crescimento econômico e populacional, constituindo-se em um importante entreposto de escoamento de produção gomífera, além da sua importância política na porção ocidental da Amazônia, visto que em 1850 tornou-se a capital da província do Amazonas, desmembrando-se da província do Grão Pará e da hegemonia política de Belém. Todas essas transformações fizeram com que Manaus suplantasse o *status* de “Cidade de Palha”.

A expansão da cidade, nessa época, ocorreu no sentido norte, leste e oeste, em destaque à criação do bairro da Cachoeirinha, criado para abrigar os mais pobres, além da ocupação dos igarapés que passaram a ser ocupados durante décadas também pela população de menor poder aquisitivo. Na parte central da cidade, as habitações de taipa e de madeira cobertas de palha, foram proibidas. Sobre isso, o trecho a seguir descreve um pouco sobre a realidade desta época:

A forma urbana de Manaus foi sendo moldada a partir do padrão topográfico limitado por vales afogados, com o rio Negro penetrando cidade adentro. A cidade foi se conformando aos igarapés que isolavam os blocos urbanos, e sua forma foi estruturada pelo conjunto de sistemas naturais, igarapés, áreas alagadas e margem do rio Negro. Se até o final do século XIX foram os igarapés que condicionaram a direção do crescimento da cidade, no início do século XX, os fatores naturais delimitadores da cidade foram sendo superados por aterramentos e pela construção de pontes. O espaço da cidade de Manaus foi sendo moldado a partir de um sistema de objetos artificiais e por um sistema de ações igualmente artificiais como pontes e aterros e ocupação das margens. (OLIVEIRA, 2008, p.34).

Como bem apontou Oliveira (2008), os igarapés indicaram os caminhos da penetração. Mas que para este autor, a generosidade da paisagem natural foi desaparecendo, com a construção das pontes que passaram a constituírem-se como novos vetores da expansão da cidade e que a partir dos anos setenta do século XX, houve a ocupação das margens dos vários igarapés de modo mais intenso, destacando, assim, um aspecto relevante no entendimento do espaço urbano que é o construído artificialmente que dá forma à cidade, conforme Oliveira (2008).

A partir de então, Lima (2014) chama atenção para a produção do espaço urbano de Manaus que, devido às transformações do período gomífero, estabeleceu-se a tríade que

envolve as dimensões políticas, jurídicas e ideológica o que desencadeou na produção de uma estrutura socioespacial, pautada na negação de velhas estruturas e espacialidades caboclas e indígenas em detrimento de uma nova expressão socioespacial com novos hábitos de origem europeia, mas também fruto da miscigenação do caboclo com o nordestino que migraram para região nesse período, conformando as formas espaciais de uma cidade que foi construída, destruída e reconstruída.

E por fim, Lima (2014) destaca o terceiro período que de fato consolidou Manaus enquanto metrópole, época que está marcada pela forte ação autoritária do Estado brasileiro a partir de meado do século XX que estabeleceu um modelo de desenvolvimento, baseado na integração nacional que, no caso da Amazônia ocidental, é implementado com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967, que expressou também a necessidade da reestruturação industrial em escala global por meio da instalação de indústrias em países periféricos, como o Brasil.

A partir da instalação da Zona Franca de Manaus, Lima (2014) destaca alterações significativas no espaço urbano de Manaus, imbricado com os conflitos entre os ocupantes, os donos de terra e o Estado o que resultou na ocupação de terras públicas e privadas que formaram os bairros, como exemplo: Coroado, São José do Operário, Jorge Teixeira, Tancredo Neves, Armando Mendes na porção leste e Riacho Doce, Novo Israel, Santa Etelvina e Colônia Santo Antônio na porção norte, formado por ocupações em estilo favela de barracos de lona e outros materiais utilizados para construção de precárias moradias o que traduz a desenfreada expansão da mancha urbana manauara.

Outro fato importante desse período, destacado por Lima (2014), foi o surgimento dos bairros da Alvorada e Raiz que surgiram a partir de ocupações criadas pelo Estado para abrigar os moradores da chamada “cidade flutuante” que consistia em um grande aglomerado de casas flutuantes que são aquelas construídas sobre toras de madeira e cobertas de palhas que flutuavam sobre o rio Negro na frente da cidade, moradia muito comum nas várzeas amazônicas, adaptadas ao regime de cheia e vazante dos rios. A “cidade Flutuante” constituiu-se no período de estagnação econômica da cidade, após o declínio da economia gomífera, sendo removida logo após a implantação da Zona Franca com o intuito de reestruturação do espaço e dar uma nova forma a cidade.

A partir da implantação da Zona Franca de Manaus, Lima (2014) assinala que a cidade de Manaus passou a representar a ilusão de uma busca, de uma ideologia do meio urbano como algo moderno, um mundo melhor de oportunidades o que resultou em intensas migrações das populações do interior do estado e também de outros estados (principalmente do estado do Pará)

que, devido às dificuldades de inserção na capital, muitas pessoas passam a viver em condições precárias, ocupando as margens dos igarapés, o fundo de vale ou encostas, culminando com o surgimento de bairros em ocupações irregulares.

Lima (1994) afirma que a concentração industrial na cidade de Manaus pode ser percebida por meio das mudanças que ocorreram ao longo das últimas décadas na cidade, onde empresas estendem-se para áreas que vão além do Distrito Industrial original, nas bordas de grandes avenidas ao norte e noroeste, como exemplo, na Avenida Max Teixeira.

A concentração industrial limitou-se apenas em Manaus, mas, a partir da inauguração da ponte Philipe Dao sobre o Rio Negro, em 2011, permitiu a quebra da descontinuidade espacial principalmente com o município de Iranduba e possibilitou a extensão dos benefícios dos incentivos fiscais da Zona Franca para outros municípios da Região Metropolitana de Manaus, além de proporcionar um maior fluxo de pessoas e mercadorias, e contribuir para a expansão imobiliária na margem direita do rio Negro o que assinala o início do processo de conurbação da Região Metropolitana de Manaus.

Para Souza (2015), a Região Metropolitana de Manaus foi instituída para reorganização do espaço urbano-regional como forma de controle da gestão territorial, enquanto a ponte Rio Negro surgiu como possibilidade de expansão urbana do sistema de transportes, do mercado imobiliário e das atividades de comércio e serviços para além de Manaus, considerando a ponte como instrumento chave para realização metropolitana, garantindo a contínua expansão do tecido metropolitano.

Souza (2015), aponta que a ponte sobre o rio Negro trouxe as seguintes modificações: uma maior integração rodoviária dos municípios de Iranduba e Manacapuru com Manaus, facilitando a troca de fluxos e da circulação e reforçando a interdependência das mesmas; e, sobretudo o surgimento do mercado imobiliário em função da valorização de terras; e a expansão das atividades de comércio e serviços.

A partir disso, Lima (2014) reforça a noção de metropolização induzida que, materializada no estabelecimento da Zona Franca, contribuiu para o crescimento exponencial de Manaus, caracterizada por ocupações que expressam a extrema pobreza, mediante as precárias condições de vida das populações mais pobres, contrastando com os espaços altamente segregadores como os bairros mais ricos e os condomínios fechados que espraiando-se pelos principais vetores de expansão metropolitana.

Contudo, a noção de metrópole induzida é permeada por Lima (2014) pela tríade política-jurídica-ideológica que permite pensar a realidade local para além do modelo de interpretações exógenas, reforçando a singularidade da constituição da metrópole Manaus que

teve a criação da sua Região Metropolitana como resultado de um anseio da elite política da metrópole em manter-se inserida no processo de globalização tanto em escala nacional quanto em escala global.

A metropolização de Manaus é assinalada a partir 1967, época em que a cidade começou a apresentar grande crescimento, resultante das políticas de cunho econômico, com destaque para criação da Zona Franca de Manaus que, consolidou-se, posteriormente, como polo industrial, responsável pela grande atração populacional para a região. O espraiamento de Manaus seguiu nos arredores do Distrito Industrial na Zona Leste e Zona Norte; e com relação a sua área metropolitana, o processo de conurbação com os municípios do entorno passou a configurar-se somente com a construção da Ponte sobre o rio Negro, em 2011, interligando Manaus com os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

3.2.4 A configuração espacial da metrópole Belém

Devido às suas limitações geográficas no que diz respeito a sua área territorial, a expansão urbana de Belém também foi acompanhada do crescimento de sua Região Metropolitana, onde é possível destacar a conurbação com as cidades vizinhas, com destaque para a Ananindeua, sendo a segunda cidade mais populosa do estado Pará com cerca de 500 mil habitantes.

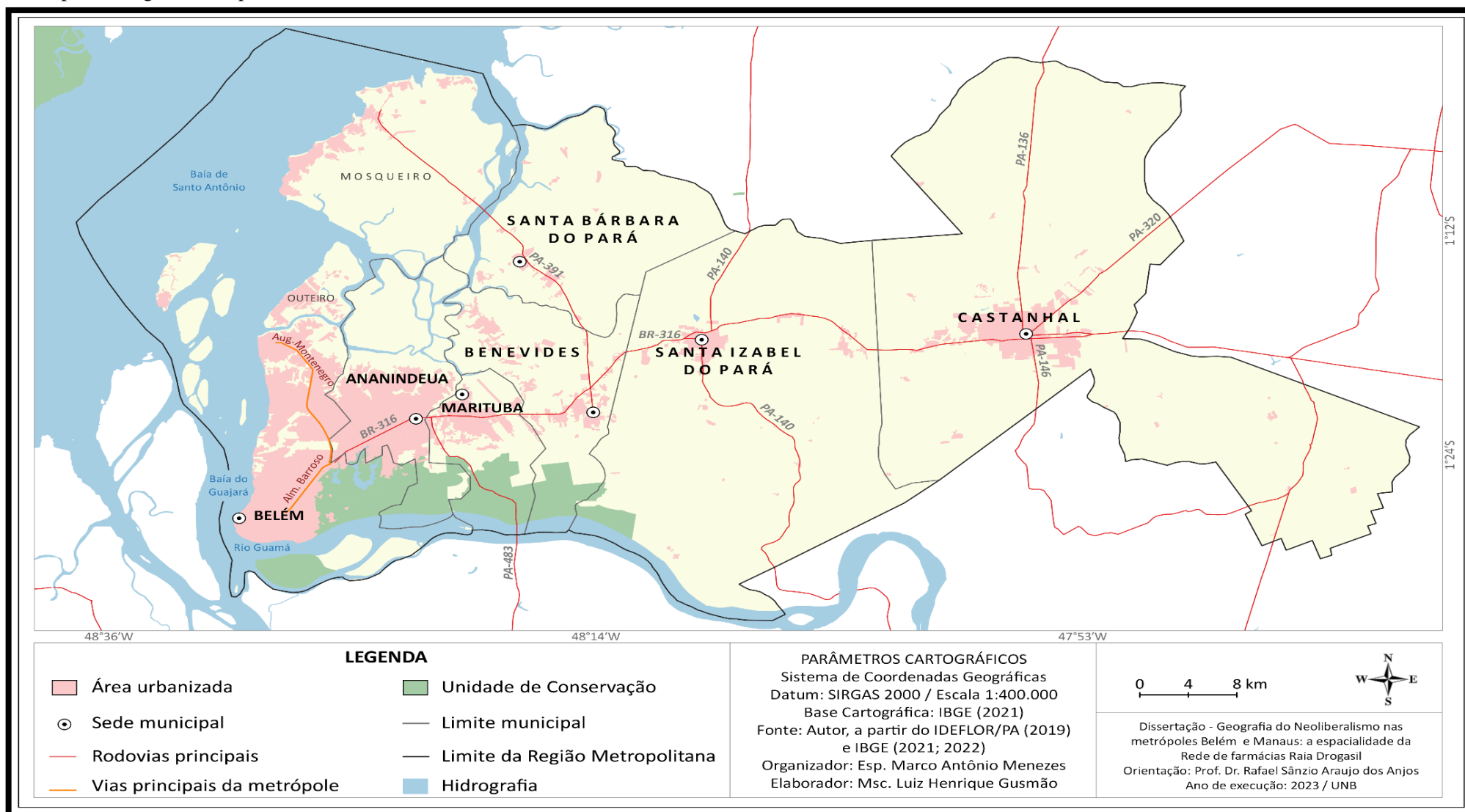
O Mapa 8 a seguir apresenta a Região Metropolitana de Belém, composta por 7 municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal, com uma população estimada de 2.505 242, sendo a 14ª Região Metropolitana do país em população e com o IDH de 0,748, ficando na 18ª posição das 20 Regiões Metropolitanas, avaliadas em 2017 pelo IBGE (2020).

A cidade de Ananindeua, nos últimos 20 anos, apresentou grande crescimento populacional, saltando de acordo com IBGE (2020) em 2001 de 410.234 habitantes para 535,547 habitantes. Ao longo de sua história, Ananindeua foi considerada uma cidade dormitório, pois a maioria da população residente trabalhava em Belém e voltava apenas no final do dia, mas nos últimos anos, a cidade passou a apresentar menor dependência da capital, aumentando o número de empresas e expandindo o seu setor de serviços.

Embora Ananindeua apresente o segundo melhor IDH do estado do Pará de 0,718 (IBGE, 2010), a cidade ‘amarga’ índices alarmantes em relação ao saneamento básico, de acordo com estudos do Instituto Trata Brasil de 2020 que avaliou os indicadores de saneamento básico dos 100 maiores municípios do país em população; o município paraense ‘amargou’ a lista dos 20 piores do país, ficando na sexta posição, tendo apenas 33,8 % de sua população

atendida com abastecimento de água e somente 30,18 % da população dispõem de esgotamento sanitário.

Mapa 8 – Região Metropolitana de Belém



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Os demais municípios da Região Metropolitana de Belém: Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal apresentam população de respectivamente de 133.635, 63.708, 21.449, 71.837 e 203.251 mil habitantes (IBGE, 2020). E IDH de respectivamente 0,676, 0,665, 0,627, 0,659 e 0,673, considerados médios (IBGE, 2010).

Foto 5 - Cidade de Ananindeua



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2023).

A Foto 5 apresenta a entrada da cidade de Ananindeua às margens da BR-316. Esse núcleo urbano surgiu no período de construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança¹⁰, sendo uma das primeiras paradas da Ferrovia que ligava a capital do Pará com a cidade de Bragança no nordeste paraense. O município de Ananindeua foi criado em 1944 e com a desativação da Ferrovia e construção dessa Rodovia que liga Belém com a capital alagoana Maceió, a cidade

¹⁰ Foi uma extinta ferrovia intermunicipal como uma extensão de 222 km que ligava a capital do Pará, Belém a cidade de Bragança no nordeste paraense. A Estrada de Ferro Belém- Bragança foi a primeira ferrovia da região amazônica, sendo inaugurado o seu primeiro trecho em 1884, a ferrovia foi desativada na década de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek.

passou por exponencial crescimento, tornando-se a segunda cidade mais populosa do estado do Pará.

Destaca-se também, a cidade de Marituba que, nos últimos anos, apresentou grande crescimento, conurbando com Ananindeua e a cidade de Castanhal que foi a última a fazer parte da Região Metropolitana de Belém, entrando em 2011 e também vem passando por grande crescimento, configurando-se como importante centro comercial e logístico do nordeste paraense, localizando-se próximo a confluência das Rodovias Br -316 com Br-010.

A cidade de Belém é a segunda maior cidade de toda a Amazônia Legal, e a 23ª em área urbana do país. A mais antiga capital da Amazônia brasileira também tem apresentado elevado crescimento nas últimas décadas, espalhando-se para os seus distritos e para os municípios vizinhos, sendo que a cidade abriga mais de 17 % da população do estado do Pará e mais de 60 % dos habitantes da Região Metropolitana de Belém.

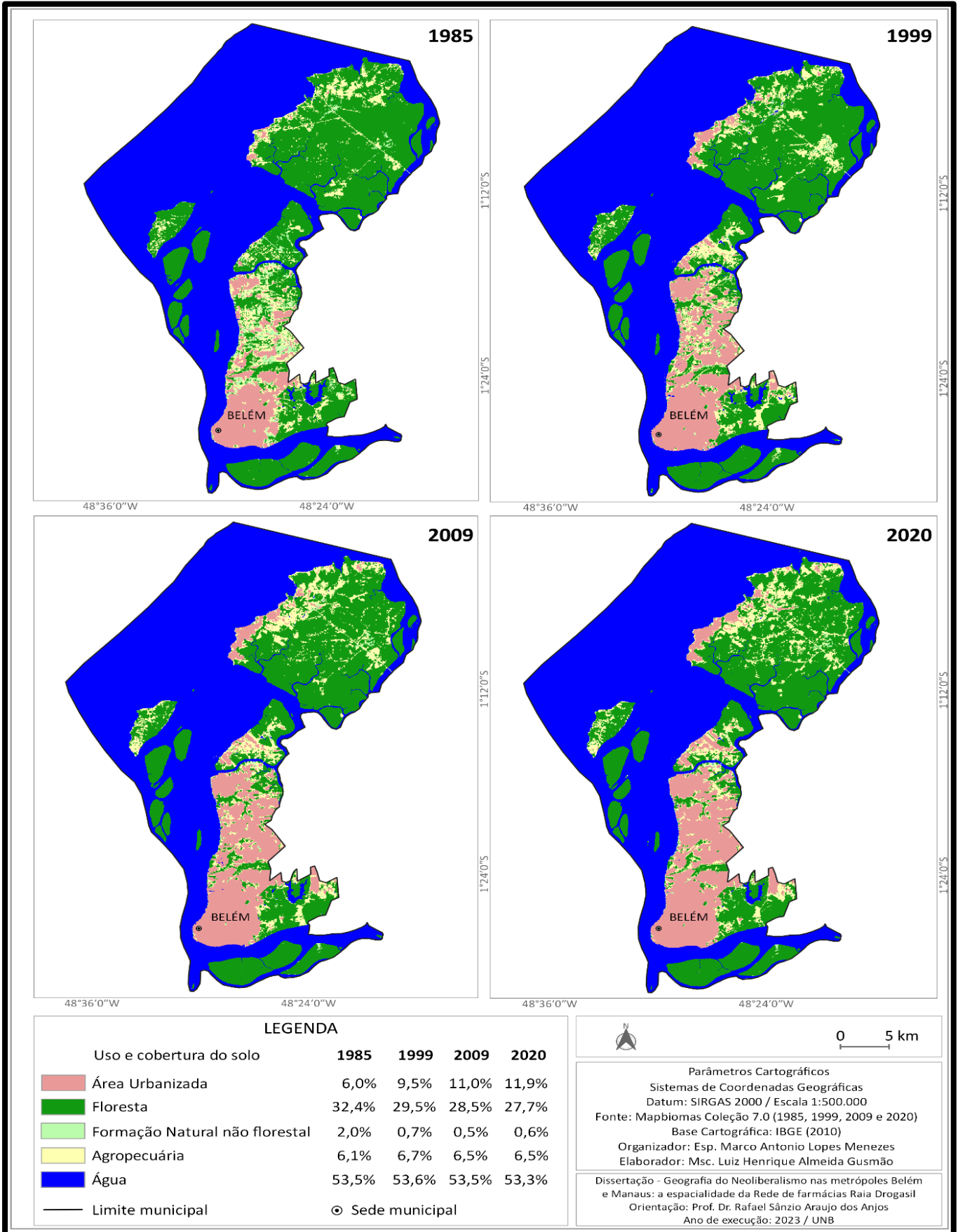
O Mapa 9 exibe a expansão urbana no Município de Belém no período de 1985 a 2020, onde é possível perceber sua expansão que teve nesse período um crescimento menos acelerado, tendo a maior parte de sua expansão em direção aos municípios da Região Metropolitana ao longo da Rodovia BR -316: Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal, e para a Rodovia Augusto Montenegro no sentido dos Distritos de Icoaraci e os Distritos insulares de Outeiro e de Mosqueiro.

O Mapa 10 apresenta a divisão administrativa do Município de Belém, dividida em oito Distritos administrativos: Distrito Administrativo de Belém, Distrito Administrativo do Guamá, Distrito Administrativo da Sacramenta, Distrito Administrativo do Entroncamento, Distrito Administrativo do Benguí, Distrito Administrativo de Icoaraci, Distrito Administrativo de Outeiro, Distrito Administrativo de Mosqueiro.

O Distrito Administrativo de Belém é a área mais antiga da cidade, onde localiza-se o centro comercial e onde estão os bairros mais valorizados e dotados de melhores infraestruturas. O Distrito Administrativo do Guamá está localizado às margens do rio Guamá com bairros, cuja população é, em sua maioria, de baixa renda e apresenta deficiências com relação à infraestrutura, principalmente saneamento básico e habitação.

O Distrito Administrativo da Sacramenta também apresenta bairros com baixa renda e infraestrutura precária, localizando-se às margens da Baía do Guajará. Já o Distrito Administrativo do Entroncamento está localizado entre os dois principais vetores de expansão urbana: a Rodovia Br -316 que liga a capital aos municípios da Região Metropolitana de Belém e a Rodovia Augusto Montenegro que liga Belém ao Distrito de Icoaraci e Outeiro.

Mapa 9 – Expansão urbana da cidade de Belém- PA no período de 1985 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Mapa 10 –Distritos Administrativos de Belém



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

O Distrito Administrativo do Benguí e o Distrito Administrativo de Icoaraci, nas últimas décadas, têm passado por transformações em sua infraestrutura, apresentando a instalação de empreendimentos imobiliários, juntamente com a diversificação do setor de serviços.

Foto 6 - Distrito de Icoaraci e Outeiro



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 6 destaca a princípio o Distrito Administrativo de Icoaraci e ao fundo o Distrito de Outeiro. O Distrito de Icoaraci foi formado a partir da segunda metade do século XIX, denominado de “Vila Pinheiro” distante mais de 20 km do centro Belém; tinha ligação ferroviária com a capital no início do século XX e com um ramal da Ferrovia Belém-Bragança.

Atualmente, a ligação com Belém é feita pela Rodovia Arthur Bernardes também em destaque na Foto 6 e a Rodovia Augusto Montenegro, um dos principais vetores de expansão metropolitana. O Distrito de Icoaraci tem 167.035 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2010) e destaca-se também pela produção de artesanato em cerâmicas de estilo marajoara e

tapajônica.

O Distrito de Outeiro compõe as 42 ilhas do arquipélago belenense, ocupada desde o final do século XIX como assentamento agrícola de nordestinos, portugueses e espanhóis, a ilha ‘sofreu’ grande transformação com a construção da ponte em 1986, ligando-se ao continente e com o Distrito de Icoaraci. Isso resultou em um intenso crescimento populacional, resultante do processo de metropolização de Belém, configurando-se atualmente com uma das principais áreas de expansão metropolitana, abrigando 38.731 habitantes, segundo dados do IBGE (2010).

O Distrito Administrativo de Mosqueiro, também localizado na parte insular do Município de Belém, nas últimas décadas, tem aumentado a sua população, principalmente de baixa renda, tendo como principais atividades os serviços públicos, o comércio e os serviços, ligados ao turismo e lazer nas praias existentes nessas ilhas.

Foto 7 – Habitações precárias na orla da cidade de Belém



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 7 expõe habitações precárias na orla de Belém, onde grande parte da população de baixa renda habita áreas com mais baixo custo ou mesmo ocupam áreas sem as possuírem legalmente e desprovidas das mínimas condições de vida; de acordo com Instituto Água e Saneamento (2020), o município de Belém tem 73,41 % com acesso a abastecimento de água e apenas 17 % de sua população usufrui de serviços de esgotamento sanitário, superando a média do estado do Pará que é de 15,25 % e bem abaixo da média nacional que é de 66,04%.

Foto 8 – Verticalização de Belém



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 8 mostra a Avenida Visconde Souza Franco no bairro do Umarizal – centro de Belém. Nessa área, na década de 1990, foram realizadas intervenções urbanísticas no sentido de canalizar o Igarapé das Almas que, até o início do século XX, configurava-se como um

importante entreposto comercial da cidade, mas habitado por uma população de baixa renda e com precárias condições de vida. A partir das intervenções urbanísticas, a população local foi gentrificada para outras áreas da cidade, inclusive para municípios vizinhos de sua Região Metropolitana, resultando em grande valorização dessa área e tornando-se, hoje, um dos metros quadrados mais caros da Região Metropolitana de Belém.

Na Foto 8 também é possível notar a grande concentração de edifícios que revelam a intensificação do processo de verticalização, especialmente no centro da cidade e em áreas mais valorizadas, sobretudo as mais altas que não ‘sofrem’ com alagamentos, constituindo-se como a cidade da região amazônica mais verticalizada. A expansão urbana de Belém tem sido marcada também pela instalação de condomínios horizontais ao longo dos principais vetores de expansão metropolitana os quais assinalam as novas espacialidades da era financeira/metropolitana.

3.2.5 A configuração espacial da metrópole Manaus

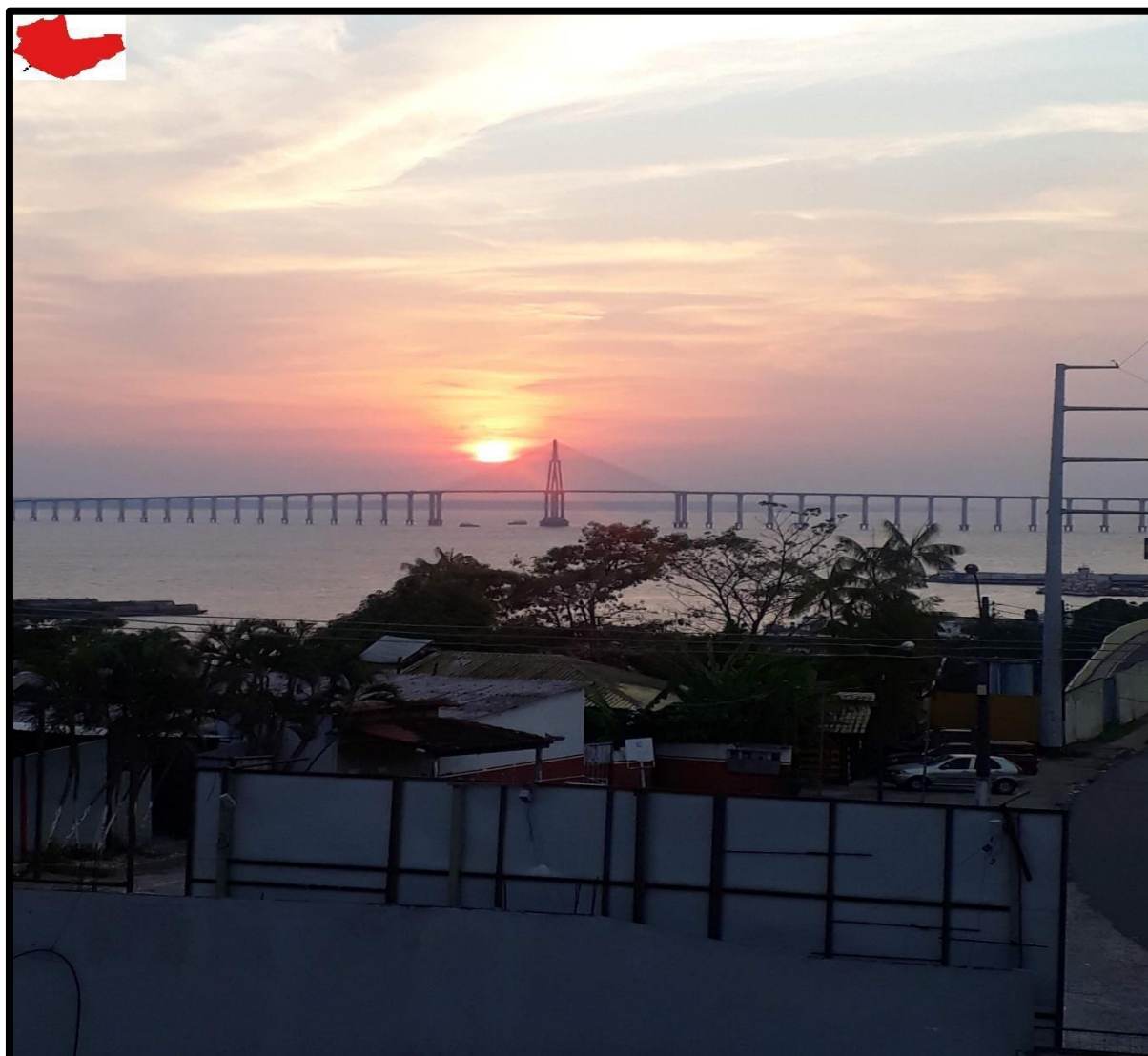
A Região Metropolitana de Manaus foi criada apenas em 2007 e tem a maior área territorial das Regiões Metropolitanas brasileiras com 127.287,789 km²; tem uma população estimada em 2.722.014 habitantes; ocupa a 11^o posição das mais populosas Regiões Metropolitanas do país (IBGE, 2020); representa mais de 64% de toda a população do estado do Amazonas e com o IDH de 0,767, sendo o 12^o se comparada com as demais áreas metropolitanas do Brasil (IBGE, 2010).

Diferentemente da Região Metropolitana de Belém, a Região Metropolitana de Manaus não tem, ainda, um processo de conurbação consolidado, pois as cidades que a compõe têm grandes distâncias umas das outras, chegando a ter núcleos urbanos com mais de 300 km de distância da capital.

A Foto 9 destaca a Ponte Jornalista Phelippe Daou sobre o rio Negro, inaugurada em 2011 que possibilitou maior ligação da capital amazonense com o Distrito do Cacao Pireira, pertencente ao município de Iranduba, iniciando o processo de conurbação ao longo da Rodovia Manoel Urbano (Am-070) entre Manaus com o município vizinho de Iranduba e também facilitou a ligação com os municípios de Manacapuru, Novo Airão e Manaquiri também pertencentes a Região Metropolitana de Manaus.

Nos últimos anos, essas áreas têm passado por intensas transformações, principalmente as relacionadas com o maior fluxo de pessoas e com a profusão de empreendimentos imobiliários, o aumento de estabelecimentos comerciais, de serviços e de balneários. O Distrito do Cacao Pireira é ainda caracterizado pela presença de um polo cerâmico que produz tijolos e telhas que ajudam a abastecer a metrópole manauara.

Foto 9 - Ponte Rio Negro



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 10 a seguir exibe a sede do município de Careiro, pertencente a Região Metropolitana de Manaus. A cidade de Careiro está distante da capital do estado do Amazonas, cerca de 124 km, está localizada às margens da BR -319. Para ter acesso a esse município, ao sair de Manaus é necessário realizar a travessia de balsa que sai do porto da Ceasa na Zona Leste para o município de Careiro da Várzea; a viagem dura em média 30 minutos e depois segue em viagem pela Rodovia Br-319. De acordo com estimativa do IBGE (2020), o município apresenta população de 38.348 habitantes

Foto 10 - Cidade de Careiro

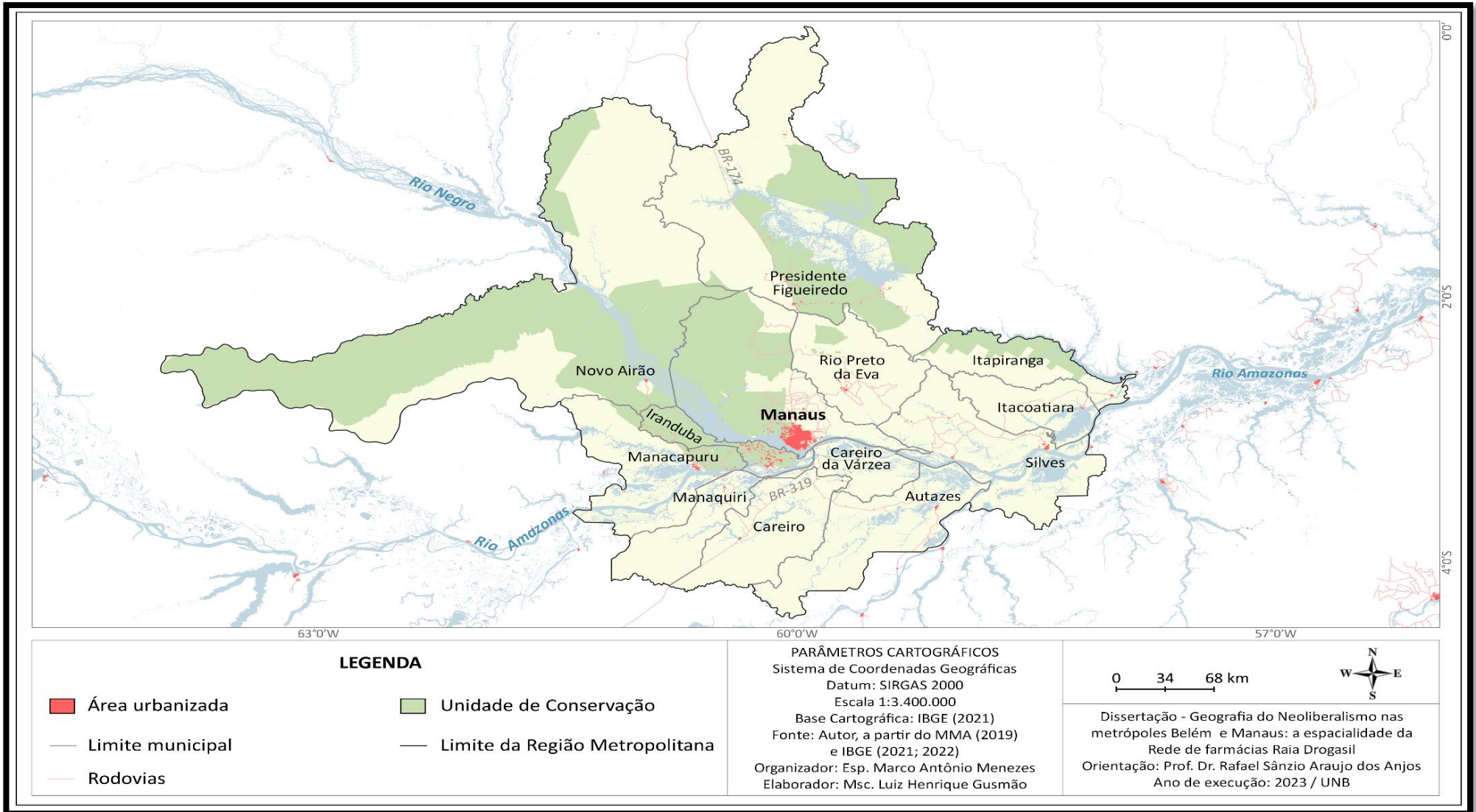


Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

O Mapa 11 mostra a localização dos 13 Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus: Manaus, Rio Preto da Eva, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Careiro, Autazes e Careiro da Várzea. Os Municípios de Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Iranduba e Manacapuru têm população, respectivamente, de 34.106, 37.193, 102.701, 9.312, 9.230, 49.011, 98.502 (IBGE, 2020) e IDH de 0,611, 0,647, 0,644, 0,632, 0,654, 0,613, 0,614, respectivamente (IBGE, 2010), considerados Médio.

Já os municípios de Novo Airão, Manaquiri, Autazes e Careiro da Várzea apresentam população, respectivamente de 19.928,37, 33.049, 40.290, 30.846 e IDH de 0,570, 0,596, 0,557, 0,577 e 0,569, respectivamente (IBGE,2010), considerados Baixo.

Mapa 11 – Região Metropolitana de Manaus



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

O Mapa 12 apresenta a expansão urbana do município de Manaus no período de 1985 a 2020, onde é possível perceber que sua área urbana dobrou, saltando de 1,2 % em 1985 para 2,4 % em 2020. O seu espraiamento foi em direção à zona leste nas bordas do Distrito Industrial e na direção da Zona Norte no sentido Rodovia Manaus-Boa Vista (BR- 174).

A maior cidade de toda a Amazônia, Manaus corresponde a 82,87 % de toda a população da Região Metropolitana amazonense e 53 % da população do estado do Amazonas, têm 99,75 % de sua população vivendo em área urbana e de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2015), a cidade é quarta maior cidade em área urbana do país, menor apenas que São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

O Mapa 13 exhibe as seis Zonas Administrativas de Manaus: Zona Sul, Zona Centro-Sul, Zona Oeste, Zona Centro-Oeste, Zona Norte e Zona Leste. A Zona Sul é a parte mais antiga da cidade, onde localiza-se o centro comercial, cujo seu entorno tem bairros com população de baixa renda e precárias habitações às margens do rio Negro.

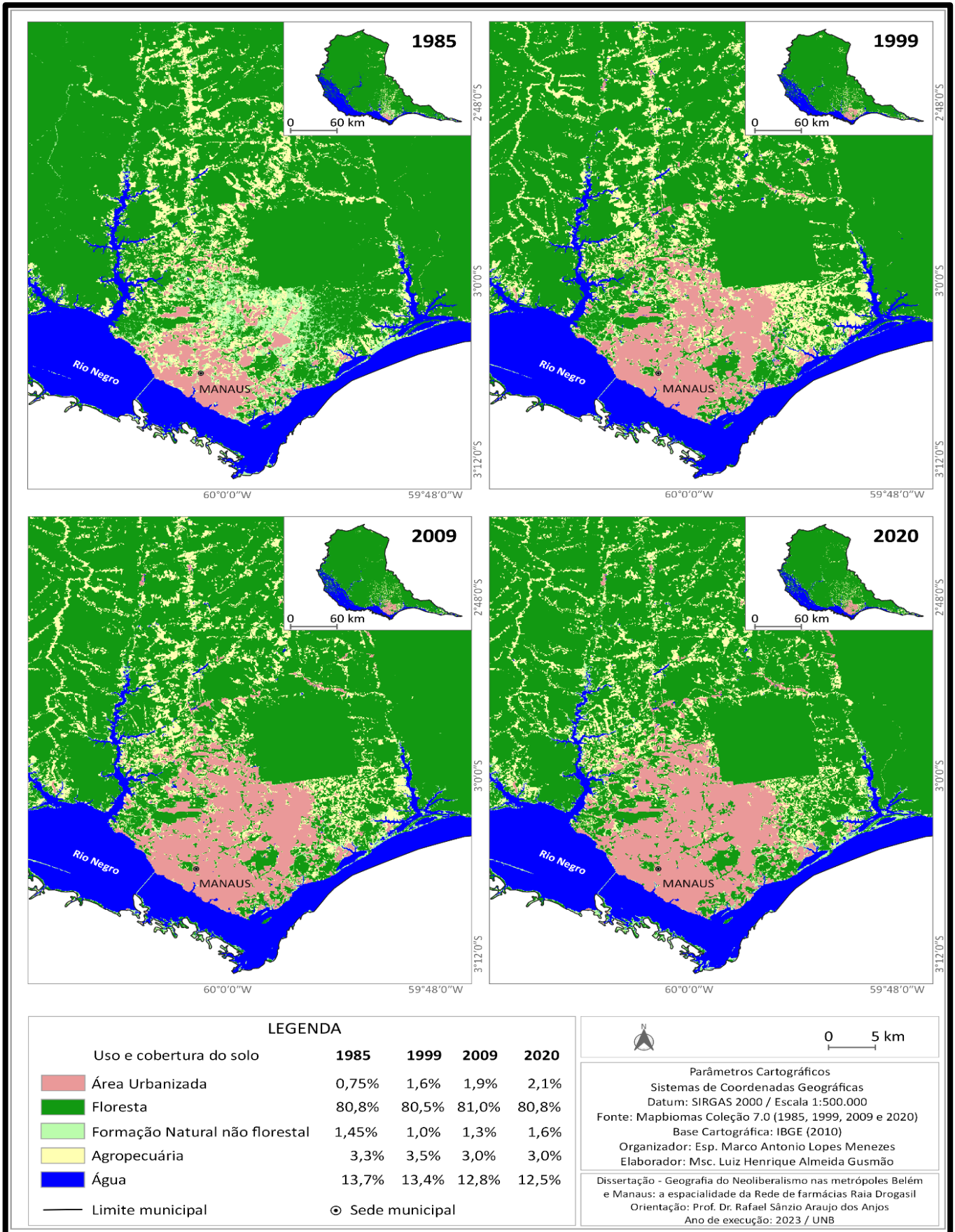
A Zona Centro-Sul é a parte mais rica da cidade com bairros dotados com os melhores equipamentos urbanos e os serviços mais sofisticados. A zona Oeste é formada, em sua maioria, com bairros de baixa renda, infraestrutura incipiente e precárias habitações nas margens do rio Negro.

A Zona Centro-Oeste, nas últimas décadas, tem melhorado sua infraestrutura por meio da instalação de serviços e no melhoramento dos equipamentos urbanos.

A Zona Norte é uma das principais áreas de expansão de Manaus, sendo que nas últimas décadas tem passado por melhorias por meio de obras de infraestrutura e também tem instalado empreendimentos imobiliários e serviços avançados ao longo da Avenida Torquato Tapajós que liga a cidade com a Rodovia BR -174.

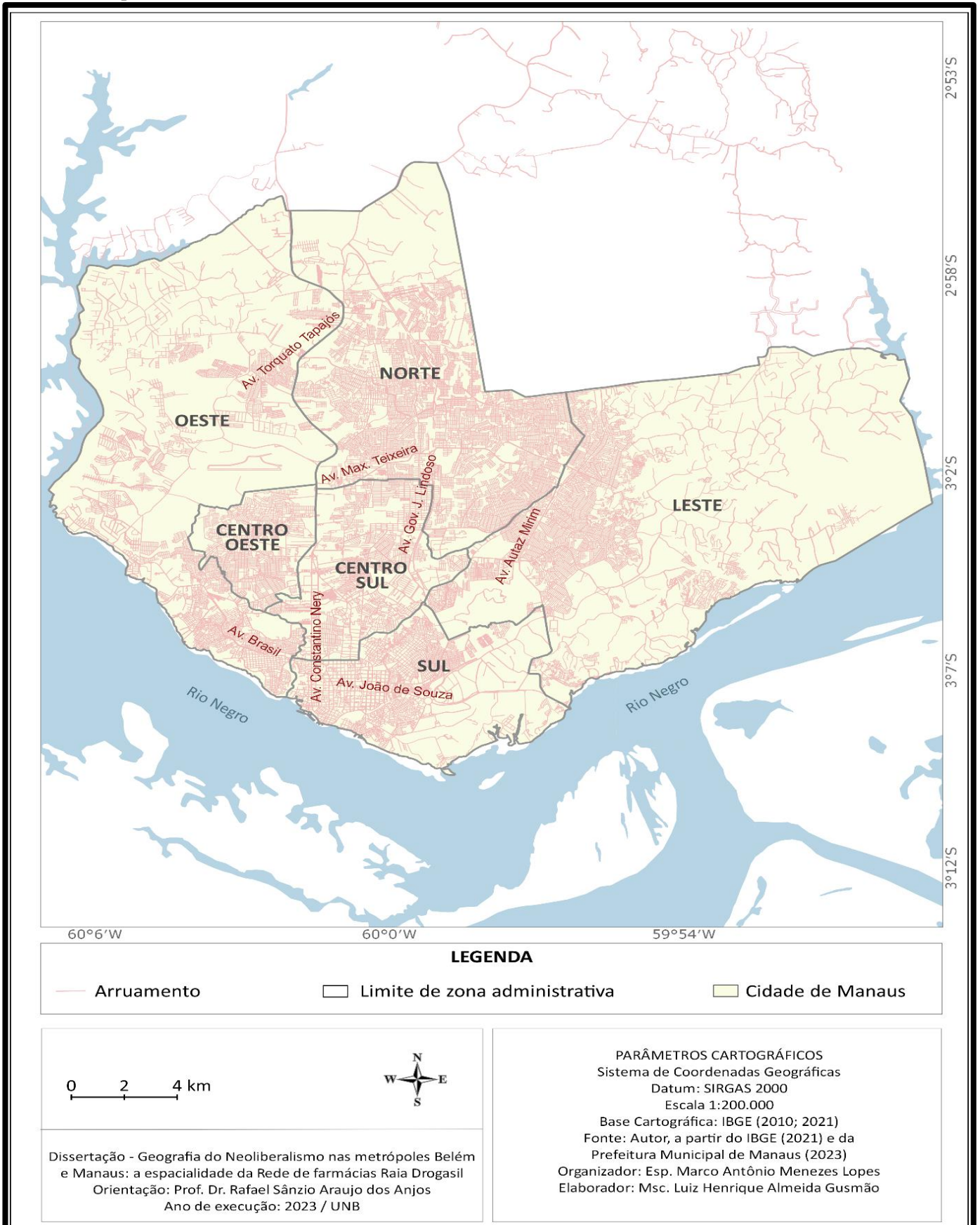
A Zona Leste é onde está localizado o polo Industrial de Manaus que, nas últimas décadas, tem passado por um exponencial crescimento populacional ao longo da Avenida Autaz Mirim, um dos principais vetores de expansão da capital, além de apresentar melhorias em sua infraestrutura nos últimos anos, mas ainda tem população de baixa renda, sendo a Zona mais pobre da cidade.

Mapa 12 – Expansão urbana da cidade de Manaus-AM no período de 1985 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Mapa 13 – Zonas Administrativas de Manaus



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

A Foto 11 exibe algumas habitações precárias no bairro de Educandos Zona Sul de Manaus que com o melhor IDH do estado do Amazonas tem dados preocupantes em relação ao saneamento básico, de acordo com o Instituto Água e Saneamento (2020), embora 97,5 % de sua população tenha acesso aos serviços de abastecimento de água, apenas 21,95 % da população manauara têm acesso a esgotamento sanitário e mesmo assim, ainda está acima da média do estado do Amazonas que é 21,42 %, sendo que a média nacional é de 66,04 %.

Foto 11 – Orla sul de Manaus



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 12 mostra o bairro de Adrianópolis Zona Centro-Sul da cidade de Manaus, ressaltando que o seu crescimento também tem sido acompanhado da proliferação de condomínios verticais ao longo dos eixos de expansão, onde estão localizados os bairros mais

verticalizados da cidade, sendo a área que tem maior complexidade de serviços e o local que, nas últimas décadas, estão instalando-se os empreendimentos imobiliários mais sofisticados e consequentemente com um dos metros quadrados mais valorizado do solo urbano local.

Foto 12 – Verticalização de Manaus



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

3.2.6 Diferenças e semelhanças das metrópoles de Belém e de Manaus

A formação das metrópoles de Belém e de Manaus foi iniciada no século XVII, em princípio com a exploração de recursos naturais, as chamadas drogas do sertão, atividade que possibilitou a cidade de Belém, relativa relevância a nível regional com um importante entreposto comercial, comandando até então uma rede urbana incipiente, composta por pequenos núcleos urbanos, localizadas na confluência dos principais rios da bacia amazônica.

Mas a partir do final do século XIX e início do século XX, a região amazônica passou a vivenciar o maior apogeu de sua história, que foi o ciclo da borracha que gerou uma grande riqueza as elites locais que lucraram significativamente com as exportações da atividade gomífera.

Esse período marcou também a ascensão de Manaus como importante centro urbano em desenvolvimento, assim como Belém que passou por inúmeras obras de infraestrutura urbana, além do significativo crescimento urbano, que marcaram a era da *Belle époque*, onde essas cidades configuram-se como importantes centros econômicos e financeiros do país.

Com o declínio do ciclo da borracha, nas primeiras décadas do século XX, Belém e Manaus enfrentaram grave crise e estagnação econômica, apenas a partir dos anos 1960 que essa região passou a integrar-se novamente com a economia nacional e internacional por meio do grandes projetos da Amazônia e o Programa de Integração Nacional, sendo que tais projetos seguiram principalmente as atividades de extração de *commodities*, como os minérios: ferro, bauxita, manganês e setores ligados à agropecuária que foram implementados nos governos militares que executavam uma geopolítica de cunho desenvolvimentista, pautada na inserção da economia nacional, mediante a exploração de recursos naturais, além da garantia da soberania nacional de regiões pouco povoadas, um exemplo disso foi a criação do polo industrial de Manaus em 1967, com intuito de mostrar a presença do Governo Federal e desenvolver a região com maior estagnação econômica do país.

A construção de infraestrutura, como portos, hidrelétricas e rodovias alteraram fortemente o padrão da rede urbana do modelo dendrítico para modelo complexo em algumas regiões do território amazônico, que marcavam a perspectiva desenvolvimentista dos governos ditatoriais do regime militar. Nesse período, as cidades de Belém e de Manaus consolidam-se como metrópoles, tendo a cidade de Belém configurado-se como importante centro cultural, comercial e de serviços regionais; e Manaus transformando-se em um dos principais polos industriais do país.

A partir da redemocratização e eleição do governo de Fernando Collor de Mello (1990), a geopolítica desenvolvimentista passa a perder força no país, para dar lugar a uma perspectiva de abertura da economia nacional, pautada em investimento estrangeiros e nas privatizações de empresas estatais de setores estratégicos da economia nacional. Essa nova reestruturação produtiva que marca a era neoliberal atual, tem implicado, assim como todas as transformações do sistema capitalista, em significativas alterações espaciais no país, mas ela não ocorre uniformemente, é caracterizada por um complexo desenvolvimento geográfico e desigual, com semelhanças e diferenças ao mesmo tempo.

Tabela 5 – População dos censos demográficos, de Belém e Manaus no período de 1872 a 2021

Ano	Belém	Manaus
1872	61.997	29.334
1890	50.064	38.720
1900	96.560	50.300
1920	236.402	75.704
1940	206.331	106.399
1950	254.949	139.620
1960	402.170	175.342
1970	642.514	314.197
1980	949.545	642.492
1990	1.244.861	1.010.544
2000	1.279.861	1.403.796
2010	1.393.399	1.802.014
2021	1.506.20	2.255.903

Fonte: elaborada pelo autor a partir de informações em IBGE (2020). Censo Demográfico: 1872, 1890, 1900, 1920,1940, 1950, 1960,1970, 1980,1991, 2000, 2010 e 2021.

A Tabela 5 destaca que no final do século XIX, Belém era a cidade mais populosa da Amazônia. A partir do início do século XX, com auge do ciclo da borracha, as cidades de Belém e de Manaus passam por grande crescimento populacional, principalmente até 1920, com o fim do primeiro *boom* da economia gomífera. A partir de 1960, com os grandes projetos, Belém e Manaus voltam a apresentar grande crescimento, destacando a década de 1990, onde as duas cidades chegam a mais de 1 milhão de habitantes e, no ano 2000, pela primeira vez na história, a cidade de Manaus passa a ter uma população maior do que a capital paraense.

Nas últimas décadas, as duas principais cidades da Amazônia brasileira Belém e Manaus têm consolidado-se enquanto metrópoles, apresentando grande crescimento populacional, espraiamento da mancha urbana, relevância econômica e significativa importância na rede urbana no que diz respeito especialmente na oferta de serviços, comércio, indústria e equipamentos urbanos em suas respectivas hinterlândias, apresentando algumas diferenças e

semelhanças em sua Geografia.

Tabela 6 – Indicadores Socioespaciais de Belém e Manaus

Indicadores	Belém	Manaus
População	1.506.20 milhões hab.	2.255.903 milhões hab.
Área Urbana	199,482 km ²	427,085 km ²
Densidade demográfica	1.315,26 hab/km ²	158,06 hab/km ²
Altitude Média	6 m	68 m
PIB	30.238 484 milhões R\$	73.201 651 milhões R\$
IDH	0,746	0,737
Coefficiente de Geni	0,6284	0,6334

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2010), EMBRAPA (2015), IBGE (2020).

A Tabela 6 reforça algumas diferenças de Belém e de Manaus, relacionadas com sua população, de acordo com a estimativa do IBGE de 2021. Belém apresenta uma população de mais de 1,5 milhões de habitantes, sendo a 11^o cidade mais populosa do Brasil; já a capital amazonense supera os mais 2,2 milhões de habitantes, ocupando a sétima posição das cidades mais populosas do país. Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, Belém ocupa apenas o 22^o lugar e Manaus o 23^o das 27 capitais do país.

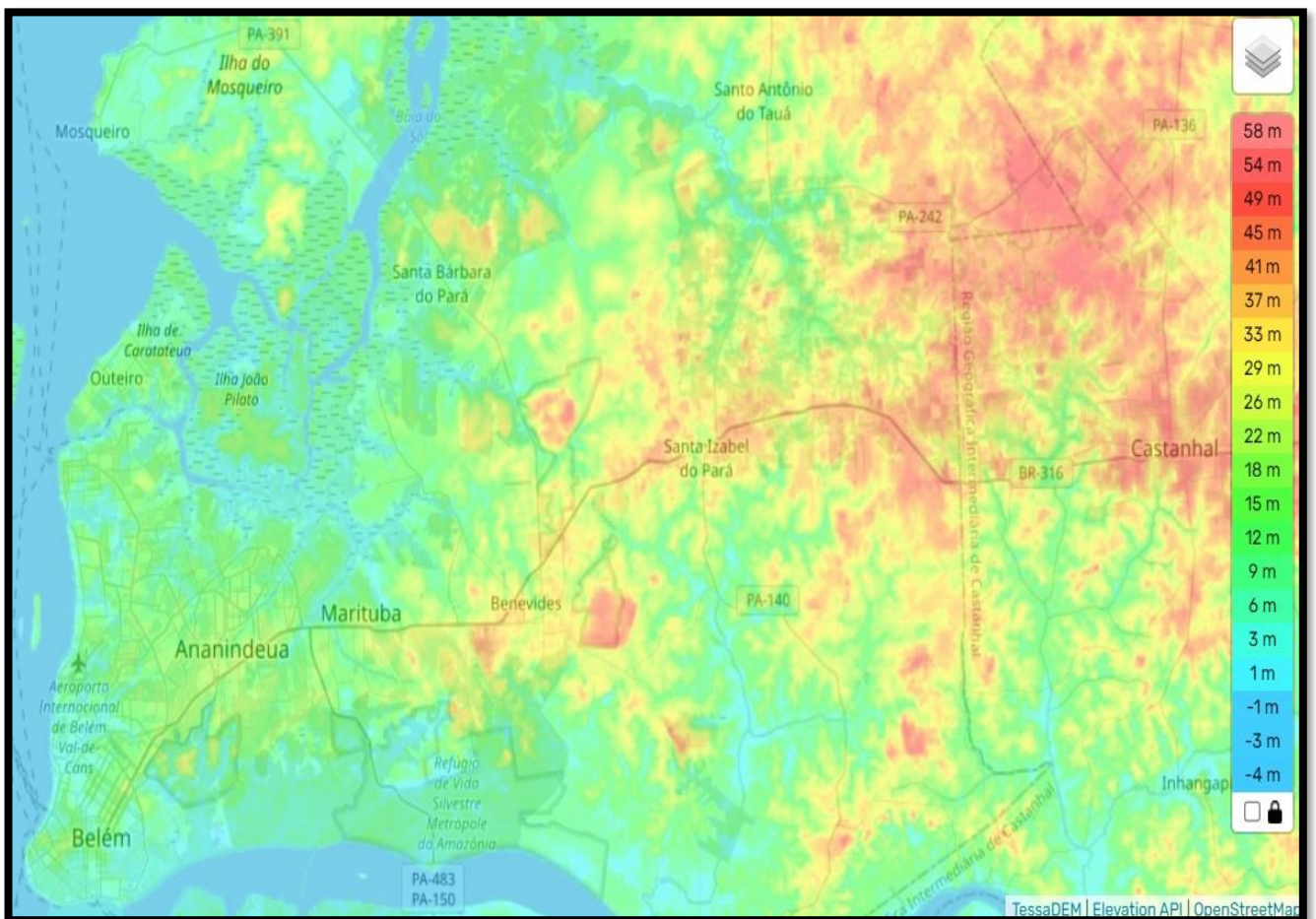
Outra distinção entre essas duas metrópoles é que Manaus tem um PIB duas vezes maior que a capital paraense, embora Belém tenha um IDH superior a Manaus de 0,746, e Manaus de 0,737, ambos considerado alto. A capital amazonense tem o coeficiente de Gini que é instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda da população, mostrando a diferença de renda do mais ricos e dos mais pobres de 0,633 mais alto do que de Belém que é de 0,6284 enquanto que o índice de Gini do Brasil é de 0,539.

Um fato interessante no que refere-se ao tamanho dessas cidades é que Belém tem uma área urbana bem inferior 199,482/ km² se comparada com Manaus que apresenta 427,085 km², devido a sua localização geográfica; cercada por grandes cursos d'água, a capital paraense é banhada ao sul pelo rio Guamá a oeste pela Baía do Guajará e ao norte pelo rio Maguari e pela Baía do Marajó. Isso ajuda a explicar o motivo pelo qual a cidade apresenta uma densidade

demográfica de 1.315,26 hab/km² bem maior que Manaus que tem 158,06 hab/km², concentrando grande parte de sua população em sua área central. Além disso, com a criação da Região Metropolitana de Belém (1973), outros núcleos urbanos passaram a desenvolverem-se a leste, ao longo da Rodovia Br-316.

Outro fator muito importante para entender a morfologia urbana de Belém e de Manaus são as suas topografias distintas. No caso de Belém possui uma altitude média de 10 metros, possui em grande parte de suas áreas topográficas abaixo de 5 metros o que contribui para problemas graves com relação a alagamentos.

Figura 5 – Topografia - Região Metropolitana de Belém

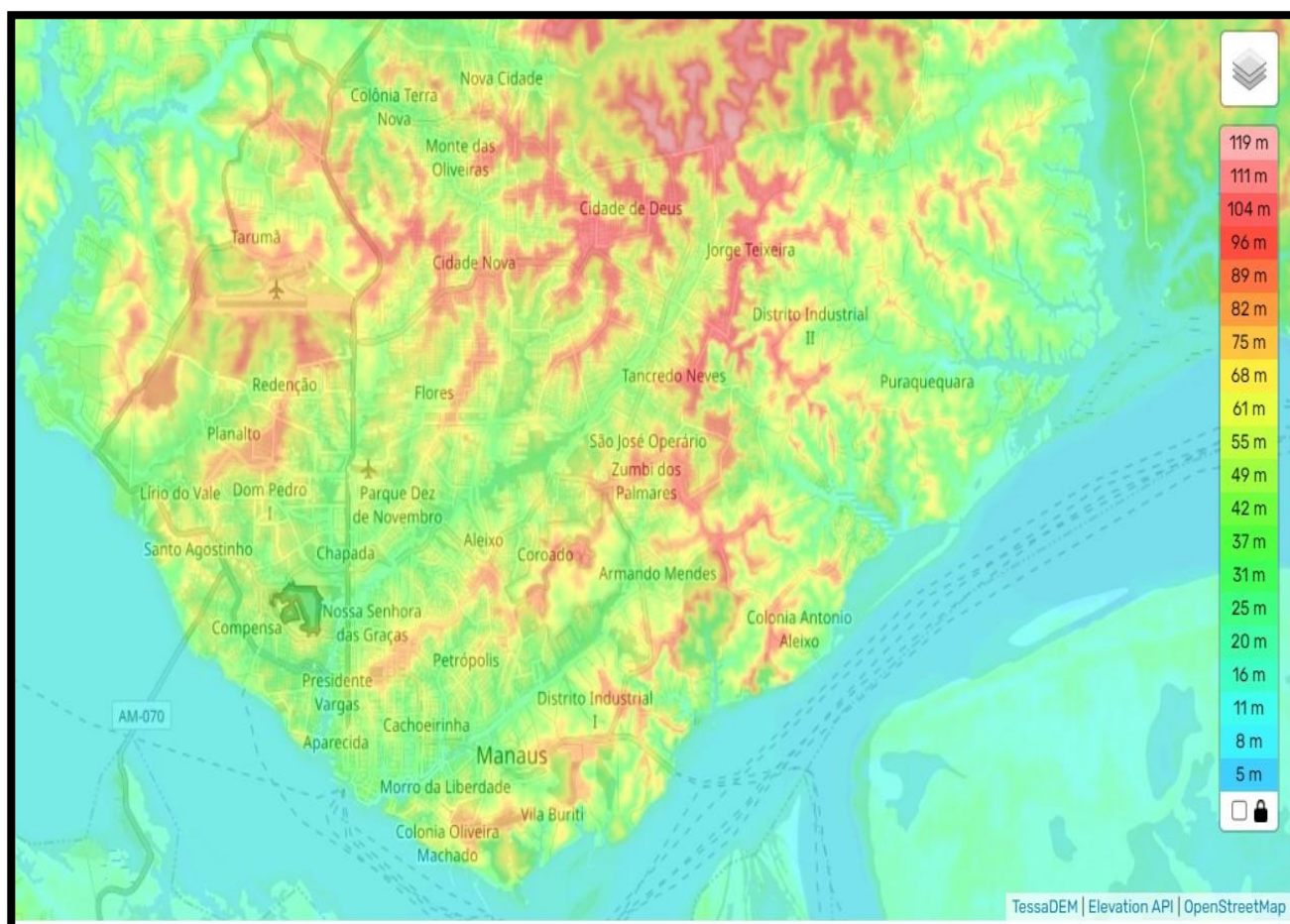


Fonte: Imagem extraída da plataforma topographic-map.com

A figura 5 apresenta a topografia da Região Metropolitana de Belém, onde pode-se notar que as áreas mais elevadas estão na cor vermelha localizadas principalmente no município de Castanhal. Em Belém observa-se que suas áreas mais altas não passam de 20 metros de altitude.

Nas áreas centrais de Belém a partir da década de 1940, a cidade passou por outras duas grandes transformações urbanísticas, devido novas tendências na construção civil e o plano de valorização do espaço da cidade, sendo que nas áreas mais altas e valorizadas iniciou-se o processo de verticalização, o que contribuiu para o aumento das densidades construídas e a elevação da altura dos edifícios, novas modalidades de seletividade social caracterizadas por sofisticados projetos arquitetônicos, a incorporação de equipamentos de lazer na área condominial com alta dos preços, além de que algumas áreas no entorno do centro da cidade com cotas topográficas mais baixas que costumavam alagar, passaram por obras de macrodrenagem o que contribuiu também para valorização destas áreas e na verticalização dos imóveis o que acarretou na saída das populações mais pobres, contribuindo para o processo de segregação sócio-espacial.

Figura 6 – Topografia - Manaus



Fonte: Imagem extraída da plataforma topographic-map.com

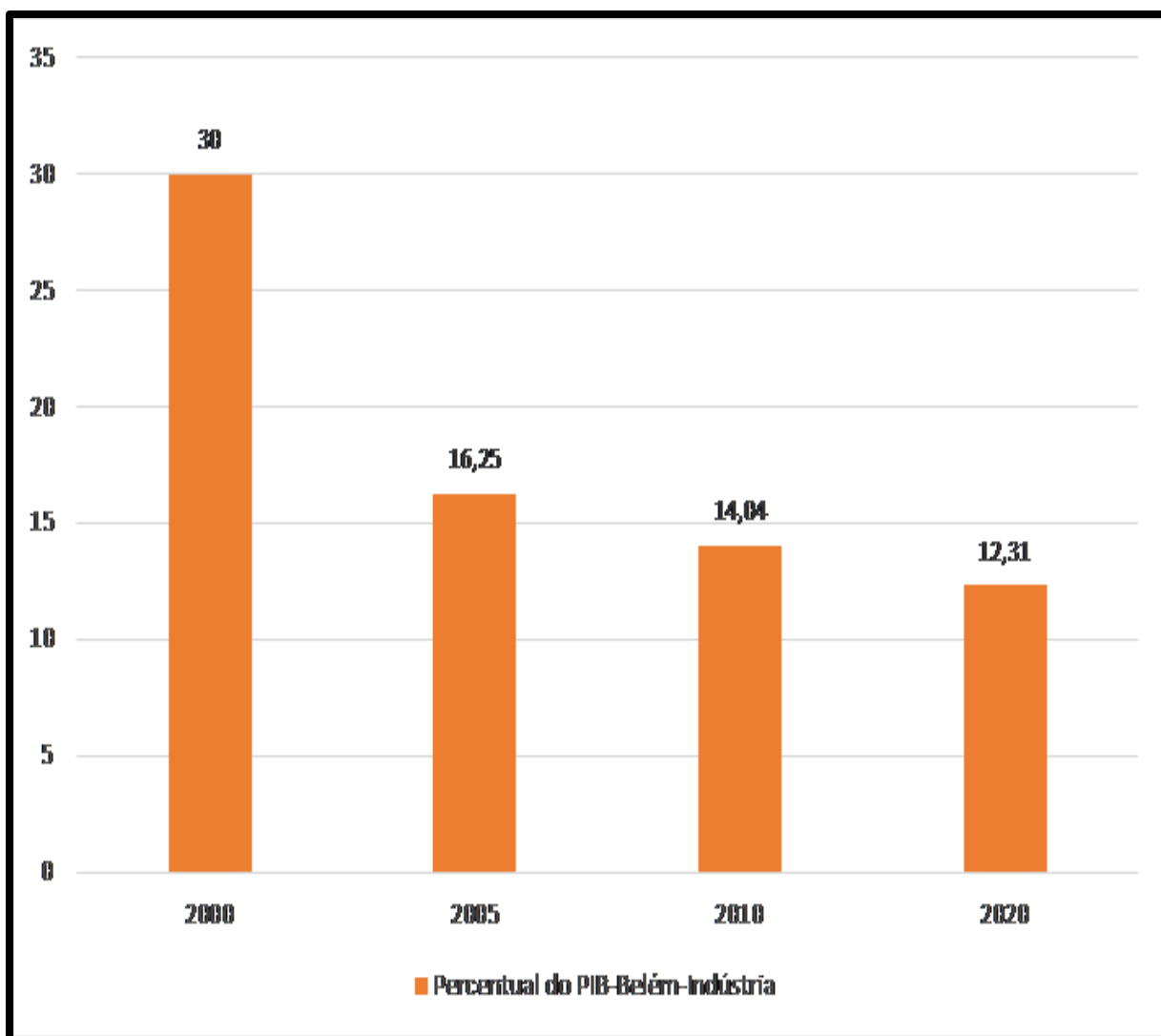
A Figura 6 apresenta a topografia de Manaus que possui média de 68 metros de altitude, nota-se que as áreas mais altas na cor vermelha estão localizadas principalmente na Zonas

Leste e Norte da cidade , áreas que nos últimos anos passaram por grande crescimento urbano e que são caracterizadas por possuíram populações de menor poder aquisitivo , possuindo habitações construídas em vertentes íngrimes que com a retirada da vegetação estão sujeitas a desabamentos principalmente no período chuvoso , resultando em graves acidentes e inclusive na morte destes moradores.

As áreas com cotas topográficas mais baixas da cidade não cor verde também vivem as populações de baixa renda localizadas as margens dos igarapés estando sujeitas a enchentes e alagamentos. As populações com maior poder aquisitivo habitam as áreas com cotas topográfica intermediárias acima de 20 metros , mas inferior a 70 metros principalmente na Zona Centro-sul e parte da Zona Oeste e parte da Zona Sul o que reforça também o processo de segregação socioespacial .

As metrópoles de Belém e de Manaus, nas últimas décadas, têm consolidado-se como os principais polos de atração populacional da região de pessoas, principalmente, oriundas dos seus respectivos estados, muitas vindas de áreas rurais e migrantes dos estados vizinhos e de outras regiões do país, sendo que nos últimos anos, notadamente a capital amazonense tem recebido a migração de estrangeiros, sobretudo venezuelanos e haitianos que buscam melhores condições de vida, embora essas duas cidades do norte do país não consigam suprir a demanda de postos de trabalho suficientes.

Gráfico 5- Percentual do Produto Interno Bruto de Belém de 2000 a 2020 - Setor da Indústria

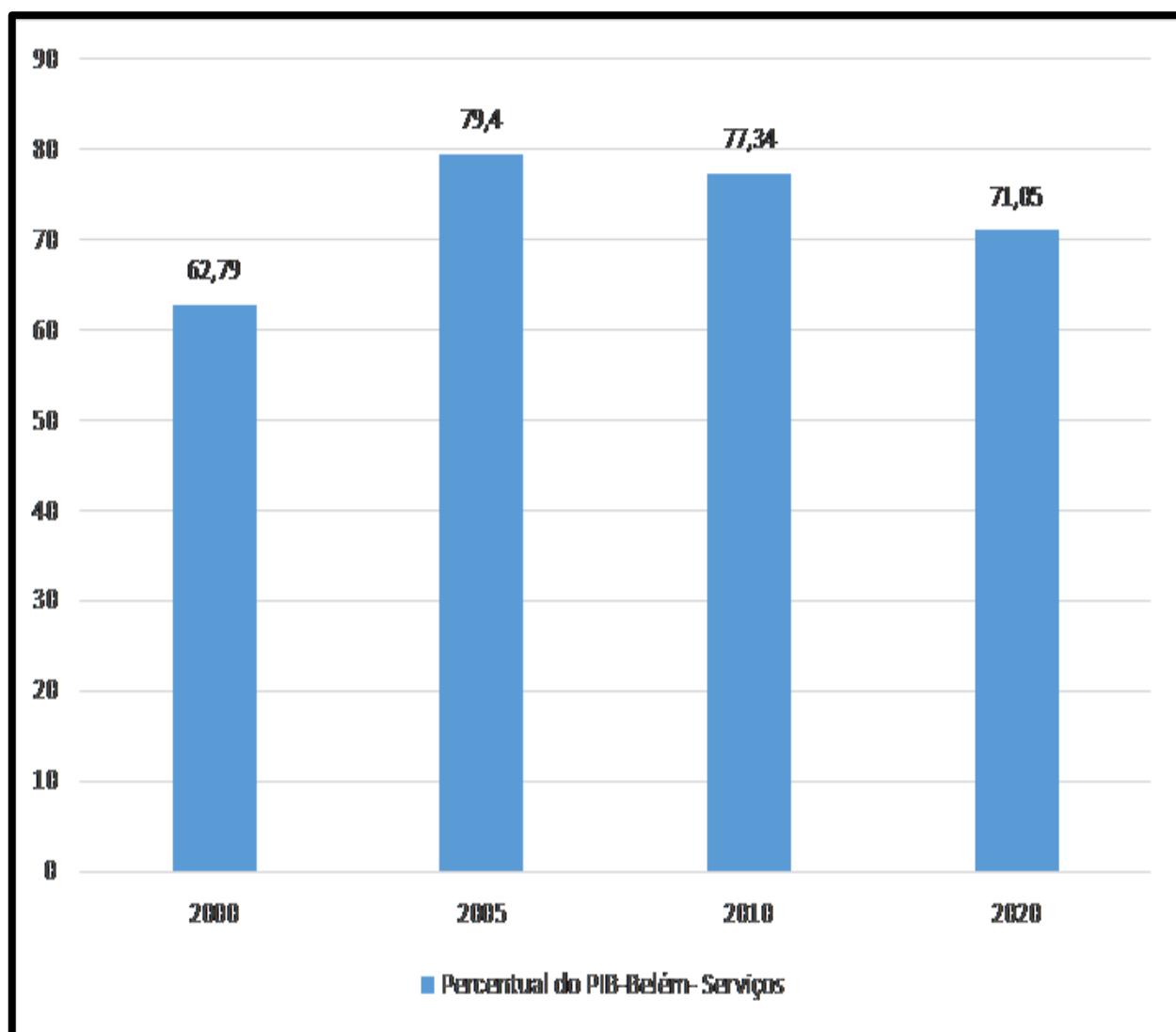


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no censo do IBGE 2000,2005,2010,2020.

O Gráfico 5 apresenta o percentual do PIB de Belém do setor da industrial¹¹ no período de 2000 a 2020, onde nota-se a queda drástica da participação da indústria que tinha 30 % no ano 2000, caindo em 2020 para apenas 12,31 % do total do PIB da capital paraense.

¹¹ O setor da indústria de acordo com o IBGE (2018) corresponde a Indústria extrativa, Indústria de transformação, Produção e distribuição de eletricidade, água, esgoto e limpeza urbana e Construção civil.

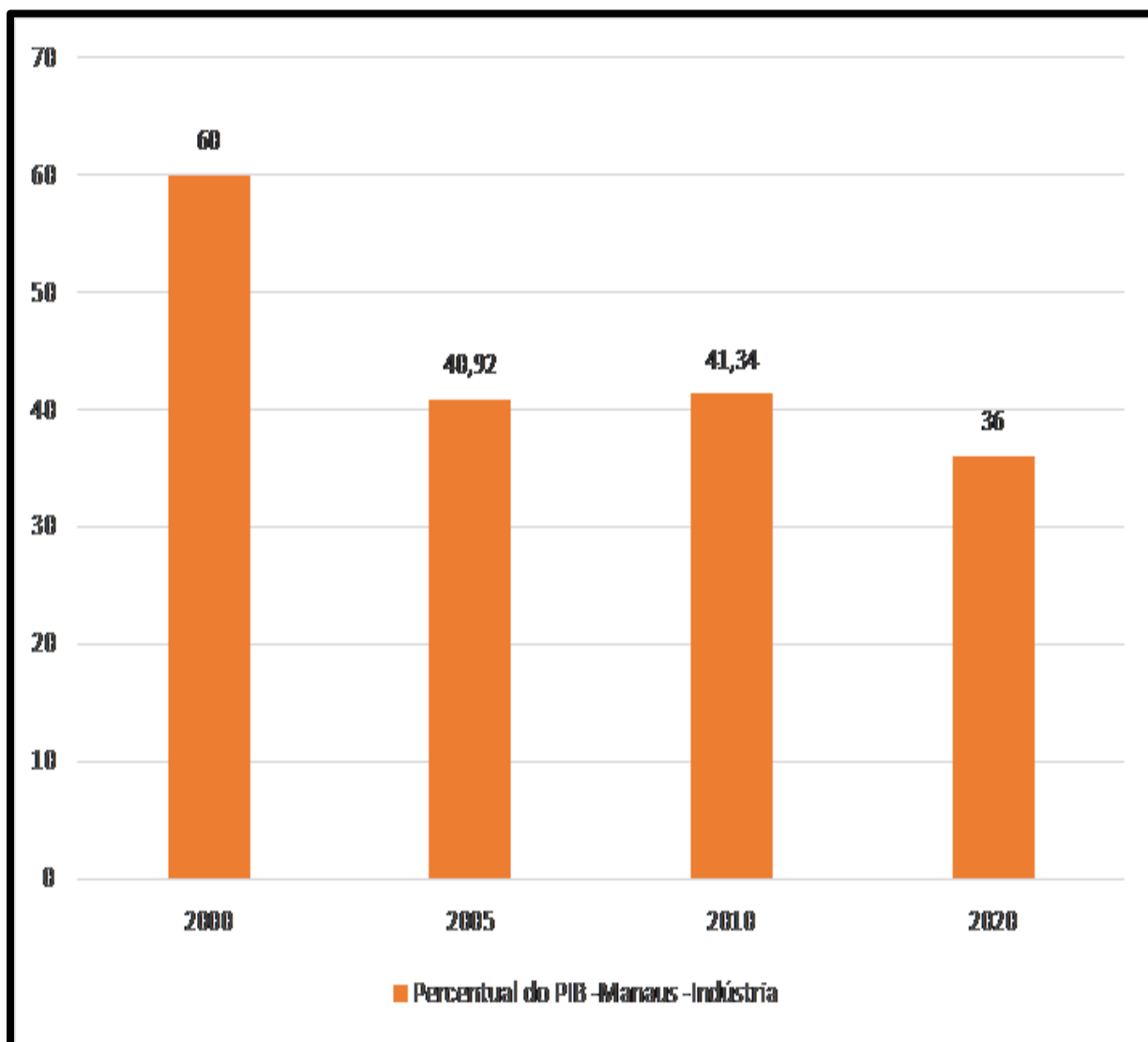
Gráfico 6 - Percentual do Produto Interno Bruto de Belém de 2000 a 2020 - Setor de Serviços



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no censo do IBGE 2000,2005,2010,2020.

O Gráfico 6 apresenta o percentual do setor de serviços no Produto Interno Bruto no PIB de Belém, onde nota-se a significativa participação desse setor na economia metropolitana, tendo 62,79 % de participação no ano 2000, chegando a 79,4 % em 2005 e estabilizando-se em 2020 com 71,05 % de participação, o que ressalta a grande dependência da economia local com esse setor.

Gráfico 7 – Percentual do Produto Interno Bruto de Manaus de 2000 a 2020 - Setor da Indústria

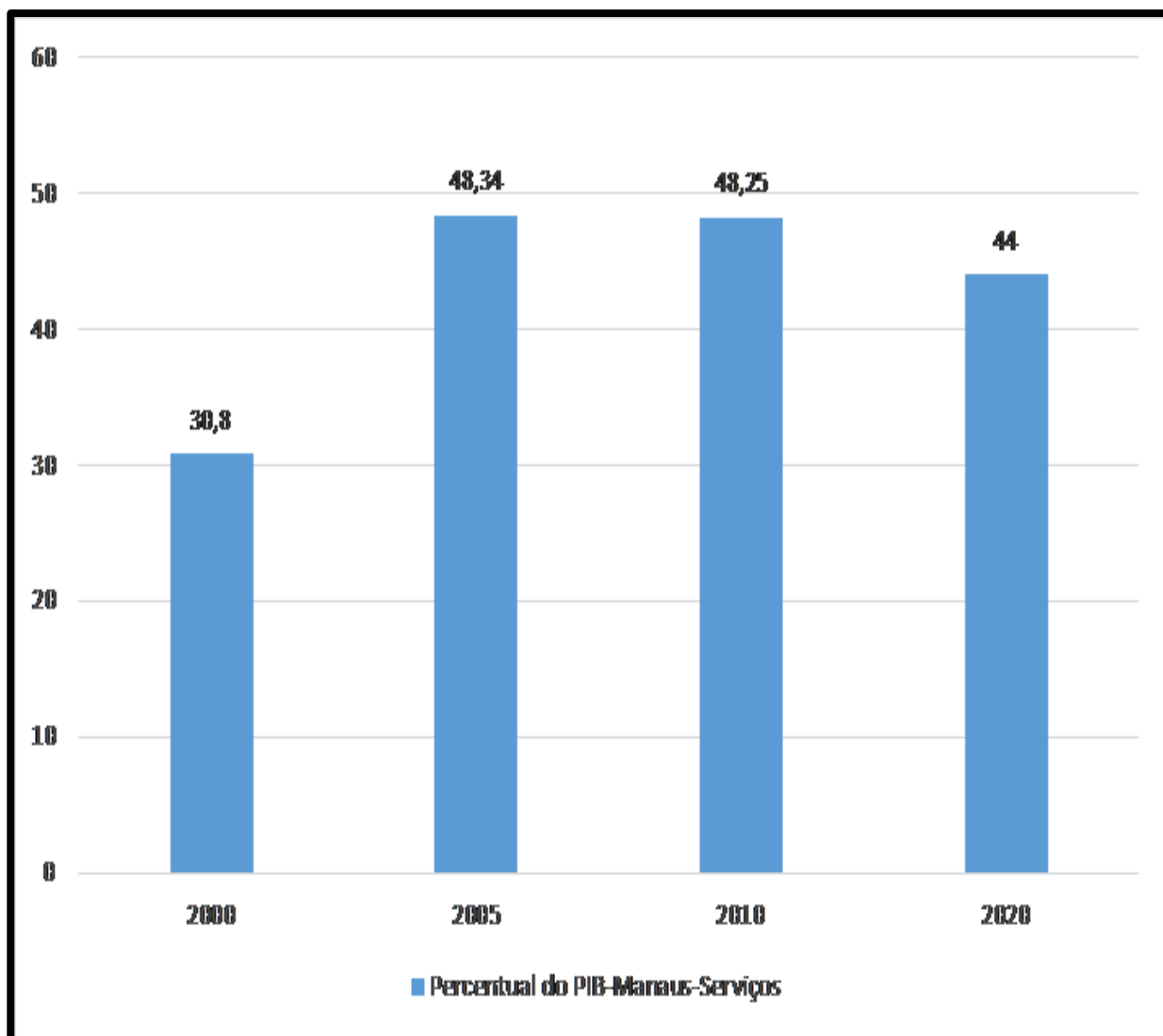


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no censo do IBGE 2000,2005,2010,2020.

O Gráfico 7 apresenta o Percentual do Setor industrial do PIB de Manaus que assim como Belém, também apresentou queda nos últimos vinte anos, pois, em 2000, esse setor correspondia a 60 % de todo o Produto Interno Bruto de Manaus e em 2020 apresentou apenas 36 % o que expressa considerável queda dessa atividade na capital amazonense.

Já o setor de serviços apresentou significativo crescimento como mostra o Gráfico 8 a seguir, visto que no ano 2000 apresentava 30,8 % do percentual total do PIB de Manaus, chegando em 2020 a 44 %, representando uma maior participação na economia da capital amazonense em detrimento a queda da participação da atividade industrial nas últimas décadas.

Gráfico 8 – Percentual do Produto Interno Bruto de Manaus de 2000 a 2020 - Setor de Serviços



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no censo do IBGE 2000,2005,2010,2020.

Em Belém, o setor da Agropecuária apresentou nos anos 2000, 2005, 2010 e 2020 a participação do PIB, respectivamente de 0,21 % ,0,28 % , 0,17 % e 0,29 % . Na capital do Amazonas, o setor da Agropecuária nos anos 2000,2005,2010 e 2020 correspondeu ao percentual de participação do PIB, respectivamente de 0,25 % , 0,60 % , 0,33% e 0,17 % . (IBGE,2000,2005,2010,2020).

Portanto, as cidades de Belém e de Manaus, nas últimas décadas, consolidaram-se como metrópoles, apresentando elevado crescimento do tecido metropolitano e importante relevância econômica, mas, ao mesmo tempo, tendo em comum, nas últimas décadas, uma maior dependência do setor de serviços, onde ambas metrópoles têm muita dificuldade em atender a demanda por emprego.

De acordo com dados do IBGE (2020), a cidade de Belém tem apenas 28,2 % de sua população ocupada e 39 % da população, vivendo com no máximo $\frac{1}{2}$ salário de rendimento nominal mensal de renda *per capita* (IBGE, 2010). Já Manaus apresentou 23,7 % de sua população ocupada (IBGE, 2020) e 37,9 % da população, vivendo com, no máximo, de $\frac{1}{2}$ salário de rendimento nominal mensal de renda *per capita* (IBGE, 2010).

A cidade de Manaus mesmo com a Zona Franca que, de acordo com os estudos da Fundação Getúlio Vargas (2019), emprega ainda cerca de 86 mil trabalhadores, divididos em 496 projetos industriais, aprovados nos setores de bens de informática, eletrotécnico, metalúrgico, químico, têxtil, automotivo (duas rodas), bebidas indústrias moveleiras, de editorial e gráfico. A participação industrial no PIB de Manaus, em 2010, foi mais de 40 %, mantendo-se estável, embora tenha obtido seu ápice na década de 1980 quando chegou a apresentar mais de 60 % do PIB local. Mas, mesmo que a participação da indústria no PIB tenha se mantido estável em Manaus até 2010, vem ocorrendo uma queda significativa da participação da indústria no PIB do estado do Amazonas que diminuiu consideravelmente entre 2004 e 2016, passando de 55 % para 24 %.

O espaço metropolitano tanto de Belém quanto de Manaus vem seguindo a tendência da atividade industrial de deslocar-se para regiões pontuais do globo terrestre, contribuindo para que o setor de serviços venha a crescer significativamente nas economias locais, aumentando a participação no PIB e absorvendo grande parte da mão de obra.

Para além disso, no que diz respeito a qualidade de vida de sua população, de acordo com Índice de Bem-Estar Humano Global (IBEU), elaborado pelo Observatório das Metrôpoles que avalia a qualidade de vida das quinze principais regiões metropolitanas brasileiras, Belém e Manaus têm dados bem baixos se comparados com os demais centros urbanos avaliados.

O Índice de Bem-Estar Humano Global (IBEU) tem por objetivo fazer uma análise comparativa, elaborando um *ranking* das condições de bem-estar urbano das regiões metropolitanas avaliadas, apontando o nível das desigualdades urbanas existentes entre elas e as dimensões dos indicadores que compõem o índice, constituído por cinco dimensões: mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura. Essas dimensões têm o mesmo peso no seu cálculo, sendo o resultado de diferentes indicadores, observados em cada uma das principais regiões metropolitanas do país.

A Tabela 7 apresenta o *ranking* do IBEU das quinze principais Regiões Metropolitanas selecionadas. Manaus ocupa a penúltima posição com 0,395 e Belém a última posição com 0,251, apresentando números muito baixos em quase todas as dimensões avaliadas, bem distante da média que ficou em 0,605.

Tabela 7 – *Ranking* do Índice de Bem-Estar Urbano Global por suas dimensões, segundo regiões metropolitanas selecionadas

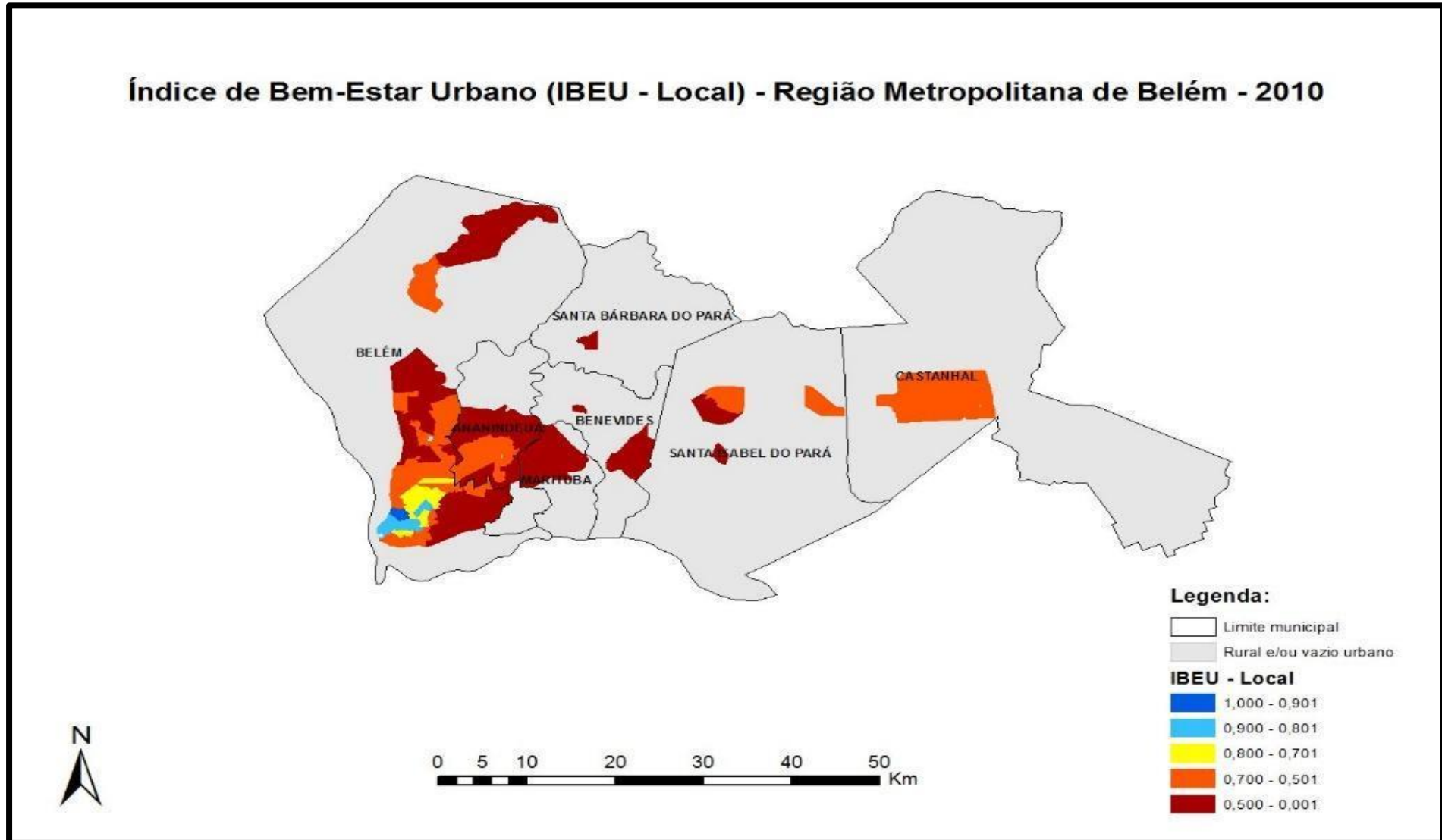
Região Metropolitana	Posição	Mobilidade urbana	Condições Ambientais	Condições Habitacionais	Serviços coletivos	Infraestrutura Urbana	IBEU
Campinas	1º	0,932	0,906	0,791	0,959	0,775	0,873
Florianópolis	2º	0,962	0,663	0,906	0,625	0,615	0,754
Curitiba	3º	0,634	0,649	0,860	0,865	0,599	0,721
Goiânia	4º	0,696	0,900	0,705	0,602	0,697	0,720
Porto Alegre	5º	0,789	0,734	0,779	0,734	0,559	0,719
Grande Vitória	6º	0,633	0,710	0,724	0,832	0,596	0,699
Belo Horizonte	7º	0,365	0,737	0,648	0,869	0,673	0,658
São Paulo	8º	0,032	0,743	0,599	0,921	0,782	0,615
RIDE-DF	9º	0,374	0,617	0,698	0,640	0,721	0,610
Salvador	10º	0,503	0,564	0,590	0,729	0,478	0,573
Fortaleza	11º	0,790	0,498	0,613	0,479	0,438	0,564
Rio de Janeiro	12º	0,015	0,585	0,629	0,710	0,595	0,507
Recife	13º	0,511	0,432	0,636	0,363	0,274	0,443
Manaus	14º	0,613	0,366	0,322	0,279	0,394	0,395
Belém	15º	0,718	0,034	0,256	0,152	0,094	0,251
Média	-	0,383	0,641	0,646	0,739	0,618	0,605

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2010). Observatório das Metrôpoles¹².

A Figura 7 mostra o Índice de Bem-Estar Urbano Local (IBEU Local) que é definido pela análise de cada Região Metropolitana de modo isolado, a partir da comparação das condições urbanas observadas nas diferentes áreas (bairros) internas de cada uma delas. O IBEU Local permite, portanto, avaliar as desigualdades urbanas existentes, internamente em cada uma das Regiões Metropolitanas, sendo resultado de uma média aritmética dessas dimensões do IBEU global: mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura.

¹² O Observatório das Metrôpoles é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos. É composto por 380 pesquisadores, vinculados às instituições de Ensino Superior, distribuídos pelos 16 núcleos regionais da rede. Além do campo acadêmico, o Observatório reúne instituições e pesquisadores dos campos governamental e não-governamental.

Figura 7 – Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU-Local) Região Metropolitana de Belém

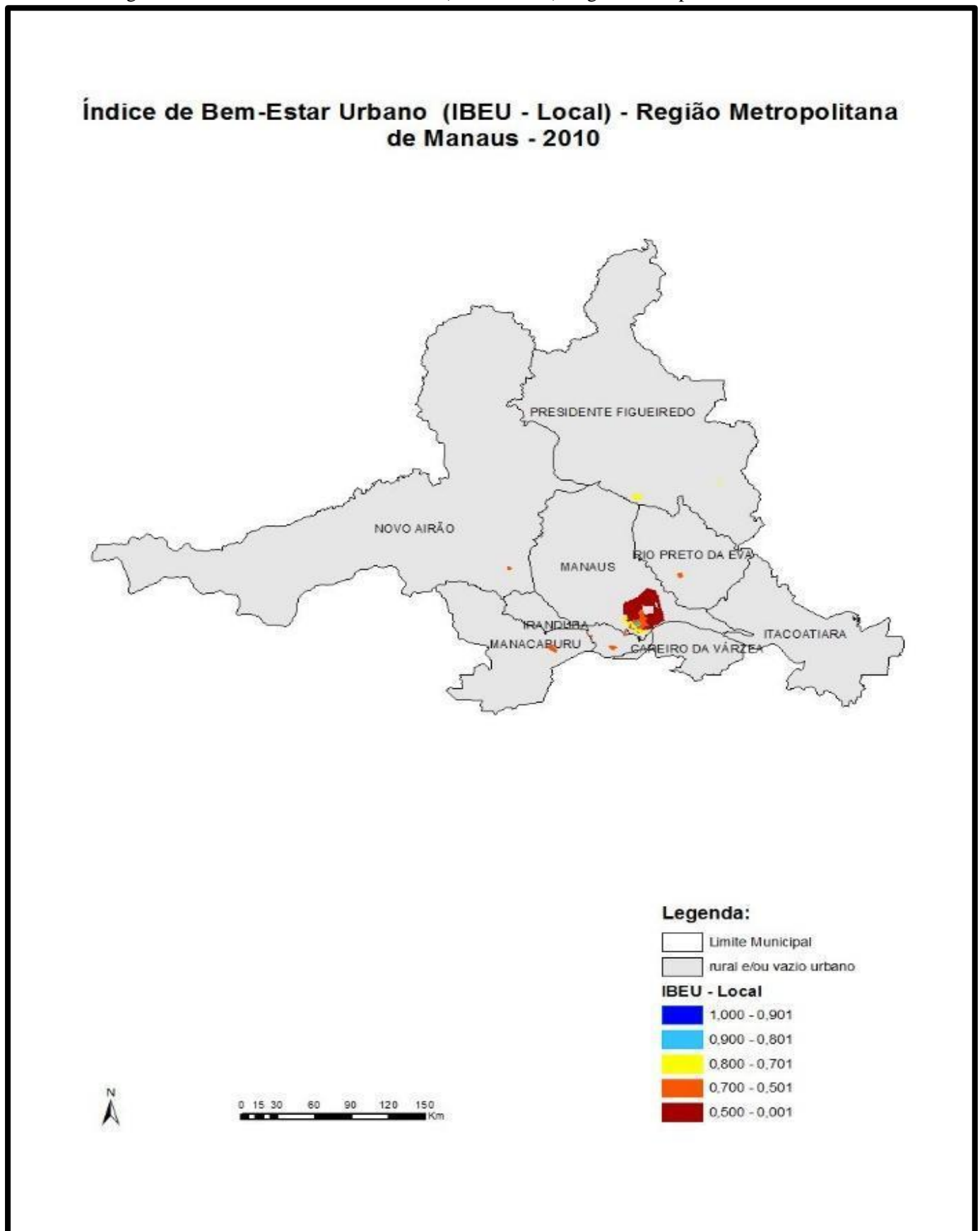


Fonte: Observatório das metrópoles. IBGE (2010).

De acordo com o Observatório das Metrôpoles, o IBEU local da Região Metropolitana de Belém o caracteriza como uma extensa periferia precária, com agudas carências de infraestrutura e serviços urbanos, apresentando o maior percentual dentre todas as Regiões Metropolitanas do país quanto à presença de domicílios em aglomerados subnormais: em torno de 54% do total de domicílios (IBGE, 2010). Apresenta ainda o município metropolitano brasileiro com o maior percentual de domicílios, situados em aglomerados subnormais: Marituba, município de mais de 100.000 habitantes, com 77% dos domicílios em situação subnormal.

A Figura 8 exibe o IBEU Local da Região Metropolitana de Manaus que configura-se na segunda pior posição dentre as 15 regiões metropolitanas do Brasil, no cálculo do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU Global), a metrópole manauara apresentou resultados muito ruim e ruim para quatro dimensões: condições ambientais urbanas, condições habitacionais, serviços coletivos e infraestrutura urbana, verificando-se em Manaus uma das maiores disparidades na avaliação do IBEU, reafirmando a desigual distribuição de serviços e equipamentos públicos tanto na esfera metropolitana quanto na municipal.

Figura 8 – Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU-Local) Região Metropolitana de Manaus



Fonte: Observatório das Metrôpoles. IBGE (2010).

Portanto, as metrópoles da Amazônia – Belém e Manaus – estão imbricadas com a profunda produção de desigualdades no espaço metropolitano, culminando, desse modo, na formação de um tipo de **metropolização precarizada**, permeada no contexto atual pela disseminação do Neoliberalismo que, diferentemente do período industrial, marcado por um capitalismo produtivo, contribuinte de uma difusão do urbano no espaço, tem-se notado que o processo de desindustrialização e de atividades, ligadas ao comércio e aos serviços tornaram-se as principais atividades na geração de empregos, sem conseguirem, entretanto, suprir a demanda de empregos, contribuindo para aumento nas taxas de desocupação, além da precarização das relações de trabalho, onde um grande número de trabalhadores exerce atividades informais.

A metropolização precarizada de Belém e de Manaus vem sendo formada ao longo da história e potencializada no contexto da lógica neoliberal, onde o Estado não responsabiliza-se pela qualidade de vida de sua população, e sim prioriza apenas fomentar a exploração de recursos naturais o que tem contribuído para disseminação do modo de vida financeiro/metropolitano, onde, principalmente, as corporações mundiais financeirizadas lucram por meio da espoliação dos mais pobres.

No caso de Belém, que não passou por uma industrialização significativa, ao longo de sua história, a cidade esteve dependente do setor terciário, sendo que agora a partir da nova reestruturação produtiva, permeada por políticas de cunho neoliberal, tem ampliado suas desigualdades, absorvendo, amplamente, as populações que foram afetadas pelos Grandes Projetos do período ditatorial militar e atualmente pela expansão do agronegócio, espalhando sua área metropolitana, permeada pela precariedade de infraestrutura urbana, pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano.

Já Manaus metropoliza-se a partir da criação da Zona Franca de Manaus (1967) com a instalação de indústrias para montagem de bens de consumo duráveis, mas tem ‘sofrido’ nos últimos anos com as frequentes ameaças do Governo Federal em retirar os subsídios fiscais, além da concorrência com outras regiões que apresentam condições mais rentáveis.

Isso tem resultado na saída de várias empresas da cidade e o enfraquecimento do seu polo industrial que não vem conseguindo suprir a demanda de empregos, aumentando a dependência do setor terciário de sua economia e, concomitante, a isso, ainda, apresenta alto crescimento populacional, tornando-se no início desse século a maior cidade de toda a Amazônia e a sétima cidade mais populosa do país, apresentando precária infraestrutura urbana e grande aumento da violência, ligada ao narcotráfico.

A expansão do capital, guiada pelo modelo neoliberal, tem resultado nas últimas décadas em um desenvolvimento geográfico e desigual que, no caso da região amazônica, tem aprofundado desigualdades, seja pelos desequilíbrios ambientais, causados pelas atividades econômicas, seja pela produção do espaço metropolitano, embora entre Belém e Manaus existirem algumas diferenças relacionadas com sua morfologia urbana e processos distintos de ocupação, elas têm em comum a formação de um tipo de metropolização precarizada, pautada na produção de profundas desigualdades.

Todavia, pensar o processo metropolização de Belém e Manaus é compreender a reestruturação produtiva do capital, que busca novos espaços para sua ampliação e que, no caso dessas metrópoles, foram impulsionados pela ação do Estado, seja na implementação de grandes projetos, seja na construção de infraestrutura por meio de grandes obras. Logo, ocorreram mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, devido à ocupação da região, centrada na abertura rodoviária, na implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração e industriais que geraram também amplas modificações no espaço metropolitano, contribuindo para formação da metrópole precarizada.

O próximo capítulo desta Dissertação mostrará um esforço teórico-metodológico e empírico com o intuito de desenvolver uma análise geográfica do período da era neoliberal financeira/metropolitana nas metrópoles de Belém e de Manaus por meio da análise da espacialidade da Rede de farmácias Raia Drogasil no espaço metropolitano, isso feito com vistas para perceber a materialização de sua forma e conteúdo, o que permitirá situar os movimentos do capital, suas consequências e identificar o grau de intensidade desses fenômenos a partir de suas espacialidades, discutidos ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO 4 A ESPACIALIDADE DA REDE DE FARMÁCIAS RAIA DROGASIL NAS METRÓPOLES DE BELÉM E DE MANAUS



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2023).

Esse capítulo tem por premissa analisar as espacialidades atuais, desenhadas nas metrópoles de Belém e de Manaus, diante da interseção do Neoliberalismo por meio do exame da atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil, adotando, enquanto perspectiva, uma Geografia que considere a ação dos agentes sociais que tem modificado o espaço metropolitano. Nesse sentido, será analisado, no primeiro momento, a atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil em ambas as metrópoles, para em seguida discutir os seus desdobramentos e apresentar as suas principais características que marcam o momento contemporâneo com intuito de compreender melhor as novas dinâmicas espaciais nos tecidos metropolitanos pesquisados.

4.1 A REDE DE FARMÁCIAS RAI A DROGASIL

4.1.1 A formação da rede de farmácias Raia Drogasil

O Neoliberalismo é um período que tem como uma das suas principais características a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade dos serviços, nesse caso, o Brasil representa bem esse momento, onde a atividade industrial, cada vez mais, vem perdendo espaço para o setor de serviços no Produto Interno Bruto nacional (PIB).

Tabela 8 – Percentual de participação por setor no PIB do Brasil de 2000 a 2020

ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços
2000	5,5 %	26,7 %	67,7%
2001	5,6 %	26,6 %	67,8%
2002	6,4 %	26,4 %	67,2 %
2003	7,2 %	27 %	65,8 %
2004	6,7 %	28,6 %	64,7 %
2005	5,5 %	28,5 %	66 %
2006	5,1 %	27,2 %	67,2 %
2007	5,2 %	27,1 %	67,7 %
2008	5,4 %	27,3 %	67,3 %
2009	5,2 %	25,6 %	69,2 %
2010	4,8 %	27,4 %	67,8 %
2011	5,1 %	27,2 %	67,7 %
2012	4,9 %	26,0 %	69,1 %
2013	5,3 %	24,9 %	69,9 %
2014	5,0 %	23,8 %	71,2 %
2015	5,0 %	22,5 %	72,5 %
2016	5,7 %	21,2 %	73,1 %
2017	5,3 %	21,1 %	73,5 %
2018	5,2 %	21,8 %	73,0 %
2019	5,1 %	21,4 %	73,5 %
2020	6,8 %	20,4 %	72,8 %

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em Data Sebrae (2020)¹³.

¹³ Periódico mensal, que aborda a participação dos pequenos negócios na geração de empregos no Brasil com dados discriminados por setores e por estados. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

A Tabela 8 destaca a participação dos setores que compõem o PIB brasileiro, onde é possível ver que, de 2000 a 2020, o setor de serviços representa o maior percentual de participação no PIB nacional, tendo expressivo crescimento nas últimas décadas e que em 2020 chegou a 72,8 %, bem distante do setor industrial que vem apresentando alta queda na participação nos últimos 20 anos, chegando a apenas 20,4 % em 2020.

Além da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, outra característica importante do Neoliberalismo é o processo de financeirização da economia que é um tipo de acumulação capitalista, consolidada com o processo de industrialização, cuja base é o movimento do capital no interior do seu ciclo reprodutivo, permeado por formas diferenciadas de valorização por meio da forma monetária, transformação em capital fixo e insumos do setor produtivo e os mais variados ativos financeiros não monetários, oriundos da circulação bancária.

Isso porque o capital não acumula-se e revaloriza-se apenas com ativos reais produtivos; tem mecanismos, como a moeda, o débito e os ativos monetários e financeiros, mas o que diferencia esse período da fase anterior do capitalismo (Industrial) é a formação de mercados financeiros globais que, dependendo da organização ou não de estímulos dos Estados-Nação ao setor produtivo, os lucros, com o capital improdutivo, podem tornar-se mais atraentes aos investidores do que o setor produtivo.

A financeirização passou a ganhar mais força no final da década de 1960, devido às dificuldades, pelo capital em valorizar-se na esfera produtiva, buscando outras formas de valorização, levando principalmente à especulação financeira¹⁴. A partir de então, o capital financeiro começou a assumir a hegemonia, frente ao capital produtivo que passou a ser submetido ao processo de capitalização que não está relacionada ao trabalho produtor de riquezas, e sim a especulação fictícia que tem por premissa a valorização de papéis financeiros que, de certo modo, distanciam-se com a produção material de riquezas o que contribui para as crises econômicas, oriundas do setor financeiro.

No Brasil, esse fenômeno vem, cada vez mais, consolidando-se com a elevada participação da renda de juros no PIB, com uma taxa de juros bastante elevada se comparada com outros países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, reduzindo a eficiência dos gastos públicos, a capacidade de poupança e o investimento estatal, comprometendo, assim, o crescimento econômico do país e reduzindo o investimento em setores produtivos da economia.

¹⁴ É um tipo de investimento que busca lucrar com as flutuações dos preços dos ativos, como ações, moedas ou *commodities*. Os especuladores geralmente compram ativos quando eles estão subvalorizados e vendem quando os preços estão em alta.

A financeirização da economia brasileira pode ser percebida também pela atuação de grandes empresas nacionais ou estrangeiras que têm capital aberto, ou seja, aquelas empresas que disponibilizam suas ações para serem negociadas no mercado financeiro, atuando em diferentes segmentos na Bolsa de valores brasileira B3 (resultado da fusão da BOVESPA, BM&F e CETIP).

Tabela 9 – *Ranking* de empresas de capital aberto de maior receita líquida em 2021 em Bilhões de R\$

1° Petrobrás	452,7
2° JBS	350,7
3° Vale	293,5
4° Raízem	137,8
5° Vibra (ex distribuidora)	130,1
6° Ultrapar	109,7
7° Braskem	105,6
8° Marfrig	85,4
9° Gerdau	78,3
10° Carrefour Brasil	77,8
11° Ambev	72,9
12° Pão de Açúcar	51,3
13° BRF	48,3
14° CSN	47,9
15° Telefônica Brasil	44,0
16° Neoenergia	43,2
17° Assai	41,9
18° Suzano	41,0
19° Grupo Natura	40,2
20° CPFL Energia	39,2
21° Eletrobrás	37,6
22° Magazine Luiza	35,3
23° Usiminas	33,7
24° Cemig	33,6
25° Via	30,9
26° Minerva	27,0
27° Energisa	26,8
28° Cosan	24,9
29° Equatorial	24,2
30° Raia Drogasil	24,1

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em Plataforma Economatica (2021)¹⁵.

A Tabela 9 mostra o *ranking* das 30 maiores empresas que atuam no Brasil de capital aberto em receita em 2021, considerando o balanço de 360 empresas da bolsa brasileira que divulgaram seus balanços financeiros em 2021, contemplando as principais companhias em

¹⁵ Conjunto de módulos avançados de análise de ações e fundos no mercado financeiro.

todos os setores. É interessante perceber que dessas 30 empresas no topo do *ranking*, 09 (nove) estão no setor de energia; 03 (três) empresas são do ramo da petroquímica; 04 (quatro) da produção de alimentos; 01 (uma) do ramo de bebidas; 01 (uma) na fabricação de cosméticos; 01 (uma) da produção de celulose; 03 (três) do setor siderúrgico; 01 (uma) da mineração; e **07 (sete) são do setor de serviços, ligadas ao varejo e comunicações.**

Destaca-se o setor do varejo farmacêutico responsável por apresentar altas taxas de retorno financeiro, devido principalmente pela grande capacidade de inovação das indústrias, pois as contribuições desse setor vão desde a pesquisa e o desenvolvimento, passando pela produção e comercialização, até o consumo e pós-consumo dos medicamentos, além disso, esse setor tem impactado diretamente no cotidiano, sobretudo nos maiores centros urbanos do país.

De acordo com o Conselho Federal de Farmácias, em 2019, o setor varejista farmacêutico contava com 464 indústrias farmacêuticas, 4.492 distribuidoras de medicamentos e 88.970 farmácias e drogarias privadas. Desse modo, esse setor é definido como o segmento que reúne estabelecimentos que vendem medicamentos ao consumidor final.

Entretanto, o perfil de consumo desse setor está em constante transformação, visto que, as compras nas farmácias deixaram de ser apenas de medicamentos e passaram a abranger uma diversidade de produtos como cosméticos, produtos eletrônicos, entre outros, o que expressa o potencial desse setor no país, caracterizado pelas altas taxas de crescimento nos últimos anos. De acordo com Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA¹⁶), em 2020, no cenário mundial, o Brasil esteve na 6ª posição, com previsão de alcançar a 5ª colocação no ano de 2023 nesse segmento.

Este trabalho pretende a partir de agora examinar a espacialidade da Rede de farmácias Raia Drogasil por estar entre as 30 maiores empresas em receita líquida do país em 2021, e atuar no setor de serviços (varejo farmacêutico) que tem tido maior relevância no PIB e também por ter um grande número de farmácias, instaladas nas duas metrópoles: Belém e Manaus.

Para compreender a atuação dessa Rede foi adotado, como perspectiva metodológica, a noção de organização espacial dos meios de produção, que consiste no movimento dialético da totalidade com as partes, pois a disposição de diferentes formas espaciais na produção capitalista é resultante dos fragmentos dessa totalidade, somados com as especificidades dos diferentes lugares e tempos, podendo ser estudado em múltiplas escalas de análise.

¹⁶ É uma entidade setorial, sem fins lucrativos que representa as empresas e pesquisadores nacionais e estrangeiros responsáveis pela inovação em saúde no Brasil, buscam, por meio da inovação, promover e incentivar o desenvolvimento da indústria de pesquisa científica e tecnológica no País, medicamentos e produtos.

Desse modo, examinar a organização espacial dessa Rede é perceber como ocorre o desenvolvimento capitalista por meio da formação de novas tecnologias, da criação de infraestrutura, de nova lógica de funcionamento, da divisão territorial do trabalho, da localização, da valorização de áreas, do consumo e da reprodução coletiva da força de trabalho e, conseqüentemente, da produção e da reprodução do espaço metropolitano.

A Rede de farmácias Drogasil surgiu em 1935 na cidade de São Paulo, resultado da fusão de dois pequenos grupos de farmácias familiares paulistas: a Drogaria Bráulio e a Drogaria Brasil. Em 1937, passou a estabelecer-se como Rede, juntando-se com outras drogarias a Amarante, a Ypiranga, a Morse, a Orion, a Sul América e a Araújo.

Em 1952, a Drogasil criou seu próprio laboratório, produzindo cremes e medicamentos; em 1967, foi a primeira a ter um departamento de TI para melhor gerenciar suas lojas; e, em 1977, a empresa abriu seu capital, sendo a primeira empresa de varejo farmacêutico a ter suas ações negociadas na bolsa de valores, o que permitiu o aumento de investimentos em tecnologias e a abertura de novas lojas, antes da fusão com a Droga Raia, ela contava com mais de 300 farmácias espalhadas pelo Brasil (DROGASIL, 2021).

No ano de 2011, ocorreu a fusão entre as empresas Raia S.A. e a Drogasil S.A., formando a Raia Drogasil S.A. que atualmente configura-se como a maior Rede de farmácias do Brasil em receita e número de farmácias, com cerca de 3.182 lojas espalhadas por todos os estados do país.

A história da Rede Raia S.A iniciou-se em agosto de 1905 quando o farmacêutico João Baptista Raia inaugurou a Pharmacia Raia, em Araraquara, São Paulo. Já em 1931 foi inaugurada a segunda farmácia, em Araçatuba, posteriormente, em 1937, se tornou uma rede ao se expandir pelo interior do estado chegando à capital do estado apenas em 1951 (DROGA RAIA, 2021).

A Droga Raia, em 1990, tinha 34 farmácias, distribuídas por todo o estado de São Paulo. Em 1992, já destacava-se como uma das principais redes de farmácias de São Paulo, empregando cerca de 750 funcionários (DROGA RAIA, 2021). No ano 2000, foi inaugurada sua primeira farmácia fora do estado e iniciou o projeto de expansão nacional. A Droga Raia foi a primeira grande rede do país a operar fora do seu mercado de origem. Em 2009, a rede contava com 299 farmácias, e, em 2010, a empresa abriu seu capital na bolsa de São Paulo (DROGA RAIA, 2021).

Segundo Bertão (2017), essas duas empresas eram complementares, pois enquanto a Drogasil tinha os idosos como principal público, a Raia era mais procurada por clientes de até 40 anos; outra questão, era que a operação das empresas estava espalhada pelo país, os únicos

estados onde competiam eram São Paulo e Rio de Janeiro, a união das duas teve intuito de dominar o mercado nacional, unindo os públicos, localização, rentabilidade e tecnologia.

A fusão dessas empresas permitiu maiores investimentos em tecnologia e por meio do fortalecimento da marca, a empresa teve nos últimos anos um crescimento exponencial, a receita anual cresceu cerca de 20 vezes na década. Seu portfólio de negócios tem grande diversificação com oferta de diversos produtos e serviços, entre eles estão, RD (Droga Raia, Drogasil e Onofre), RD Serviços e RD Marcas, com foco na saúde e no bem-estar. A atuação da empresa está pautada em cinco valores essenciais: ética, eficiência, inovação, relações de confiança e visão de longo prazo (RAIADROGASIL, 2021).

A Raia Drogasil tem estrutura logística descentralizada, formada por onze centros de distribuição, localizados em oito estados, para atender às diferentes demandas dos consumidores na compra de medicamentos e de produtos de higiene e beleza, ela conta com uma estrutura de vendas multicanal, permitindo aos clientes de cada marca, realizar suas compras nas lojas, na internet, por telefone ou por meio de aplicativos (RAIADROGASIL, 2021).

No ano de 2018, é inaugurada a primeira farmácia da Raia Drogasil no estado do Pará na cidade de Belém e em 2019, a Rede Raia Drogasil chega ao estado do Amazonas instalando-se em Manaus, sendo o 23º estado que a Rede passou a cobrir em todo o país, nos últimos anos, a Rede vem expandindo-se em grande escala por todo país (ver MAPA 1).

A Foto 13 destaca uma farmácia da Rede de farmácias Raia Drogasil, localizada na cidade de Belém-PA, onde pode-se notar algumas características principais, como: a localização das farmácias que principalmente optam em instalarem-se nas esquinas, devido a ser um local privilegiado para o comércio; a cor vermelha dos prédios ajudam os clientes a identificarem mais facilmente, criando, assim, uma maior identidade com a marca; a oferta de vagas de estacionamento, além de possibilitar maior conforto para os clientes, ajuda a estabelecer maiores vínculos com o público de classe média, principal faixa consumidora dessa Rede.

No caso da metrópole Belém, especificamente, a maioria das farmácias foram instaladas em prédios alugados, sendo que grande parte desses imóveis são de propriedade da família Aguilera. Esta família, no passado, tinha um Rede de farmácias de capital fechado, denominada de Big Ben. A Big Ben, durante décadas foi uma das maiores Redes de farmácias das regiões Norte e Nordeste do país, fundada em 1994, chegou a expandir-se para outros lugares, tendo 150 lojas espalhadas nos estados do: Amapá, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Ceará. No ano de 2010, obteve o faturamento de 700 milhões de reais (EXAME, 2011).

No final do ano de 2011, a Big Ben foi vendida para um fundo de investimentos do banco BTG pactual, criando, assim, a BR Pharma, formada também pela compra de outras redes de farmácias de diversos estados do país. A família Aguilera tornou-se detentora de 15 % das ações da BR Pharma e continuou sendo a proprietária dos imóveis. No ano de 2016, a BR Pharma declarou falência e os imóveis da antiga Big Ben, posteriormente foram alugados para outras Redes de farmácias, principalmente para Raia Drogasil (AGUILERA, 2022).

A venda da Big Ben, para um grupo financeirizado e posteriormente a instalação da Rede de farmácias Raia Drogasil, permite perceber as transformações de uma nova era no espaço metropolitano de Belém, com destaque para as diferenças nos vínculos com o território das Redes de capital fechado a que estavam mais vinculadas, sendo as proprietárias dos imóveis, para as Redes de capital aberto que apresentam menores vínculos, traduzidos na locação de imóveis o que exemplifica bem a era financeira/metropolitana.

Foto 13 – Farmácia Drogasil



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

Em 2021, a Rede Raia Drogasil expandiu-se com a abertura de mais de 191 farmácias, passando de 409 municípios atendidos para 485 municípios em todos os estados do país, sendo que dessas 191 farmácias, mais de 80 % são fora do estado de São Paulo, onde surgiu a Rede o que demonstra a sua grande expansão pelo país devido principalmente a grande gama de capital reunido com a fusão com outras Redes de farmácias.

4.1.2 A distribuição espacial das farmácias da Rede Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus

O Geógrafo Luiz Ricardo Cavalcante elaborou um estudo de sistematização da produção teórica regional, onde sistematizou teorias cujo o objetivo de análise seria os espaços subnacionais relacionados com três grandes blocos de trabalhos o conjunto de **teorias clássicas de localização**, as teorias de desenvolvimento regional com destaque nos fatores de aglomeração e a produção recente em economia regional.

Esse autor acredita que as teorias clássicas de localização seria um conjunto de trabalhos que evoluíram de forma sequenciada desde de Von Thunem (1826) a Isard (1956), esses estudos apresentam em grande medida levar em consideração o papel dos custos de transportes e os fatores que levaram as escolhas locais do setor industrial, do comércio e dos serviços nas cidades.

A partir de então Cavalcante (2007), destaca primeiramente a perspectiva de Van Thunem que elaborou um modelo por meio de uma formulação matemática, onde determinou o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações, levando em consideração as condições de mercado e os custos de transporte.

Este modelo propõe pensar que fixadas as devidas condições de produtividade agrícola no entorno da cidade e levando em consideração a distância do mercado, na medida que houvesse um afastamento da cidade a terra seria usada para a produção de produtos cujos os custos de transportes fossem menores, assim a produção agrícola não seria uniformemente distribuídas devido aos diferentes custos de transporte, embora o modelo de Van Thunem fosse considerado estático não levando em consideração o papel tecnológico que alteraria os custos dos transportes da produção.

A teoria neoclássica de localização destacada por Cavalcanti (2007) foi a teoria de localização industrial de Weber (1909) acredita que a localização industrial está permeada por três fatores: o custo de transporte, os custos de mão de obra e o fator local influenciado pela força de aglomeração e desaglomeração.

No que diz respeito aos custos de transportes a teoria de Weber, acredita que as indústrias tendem a se instalar onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos, levando em consideração a localização dos mercados consumidores, da matéria-prima e dos custos de transportes associados tanto de matéria-prima como o produto final, além disso Weber pondera também na influência na decisão quanto a localização das empresas, pois os menores custos de mão de obra devem compensar os maiores custos com o transporte, já que as indústrias tenderão a localizarem-se na região onde o custo foi inferior.

Embora possua críticas com relação aos processos de aglomeração e desaglomeração Cavalcanti (2007), aponta o pioneirismo da formulação de Weber, mesmo que limitado ao seu caráter neoclássico com relação aos ganhos crescentes em escala e apoiado em um pressuposto de concorrência pura e perfeita.

Outra teoria da localização clássica apontada por Cavalcanti é a do geógrafo alemão Walter Christaller (1893-1969), tendo sua teoria voltada na compreensão das leis que determinam o número, tamanho e distribuição das cidades entendidas como os “lugares centrais” da distribuição de bens e serviços para região em seu entorno.

A partir de seus estudos nas cidades no sul da Alemanha Christaller, tenta observar o nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem de serviço, assim ao definir o alcance da população para esses bens, estabelece uma hierarquia entre uma cidade maior que serve outras cidades menores em uma rede urbana. Deste modo, Christaller acredita que haveria uma tendência na formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades em uma determinada região.

Com metodologia similar à de Christaller o também economista alemão Auguste Losch publicou em 1940 um estudo propondo uma hierarquia entre as áreas de mercado, mas diferente de Christaller que partir da cidade de nível hierárquico máximo para depois estudar os centros urbanos menores, Losch utilizou o caminho inverso dos menores mercados para os maiores.

Assim, a idéia central de Losch é de que as cidades centrais constituem nódulos de uma grande rede de cidades e que a hierarquia expressa seria uma resultante e não uma causa apontada na teoria dos lugares centrais o que gerou críticas por outros autores que consideram essa perspectiva uma descrição e não uma explicação da estrutura espacial da economia.

Já a teoria da localização e economia espacial do economista norte-americano Walter Isard propõe uma síntese em língua inglesa das teorias da escola clássica de localização, através da incorporação de novas disciplinas de análises, propondo assim uma linha de pensamento em 1956 que convencionou chamar de Região *Science* propondo novos fatores de localização objetivando o grau de adequação da realidade. A Região *Science* empregou cinco fatores para

sua análise locacional: 1) orientação para matéria –prima; 2) orientação para o mercado; 3) orientação para mão –de- obra ;4) orientação para energia;5) orientação não especificamente definida.

Portanto, as teorias de localizações ajudam consideravelmente na compreensão de mecanismos de escolha de decisões locacionais pelos agentes econômicos que realizam atividades que resulta na concentração de atividades econômicas, em detrimento a áreas de baixo grau de dinamismo econômico, gerando diferenciações no que diz respeito as diferentes intensidades de fluxos de capital no espaço geográfico.

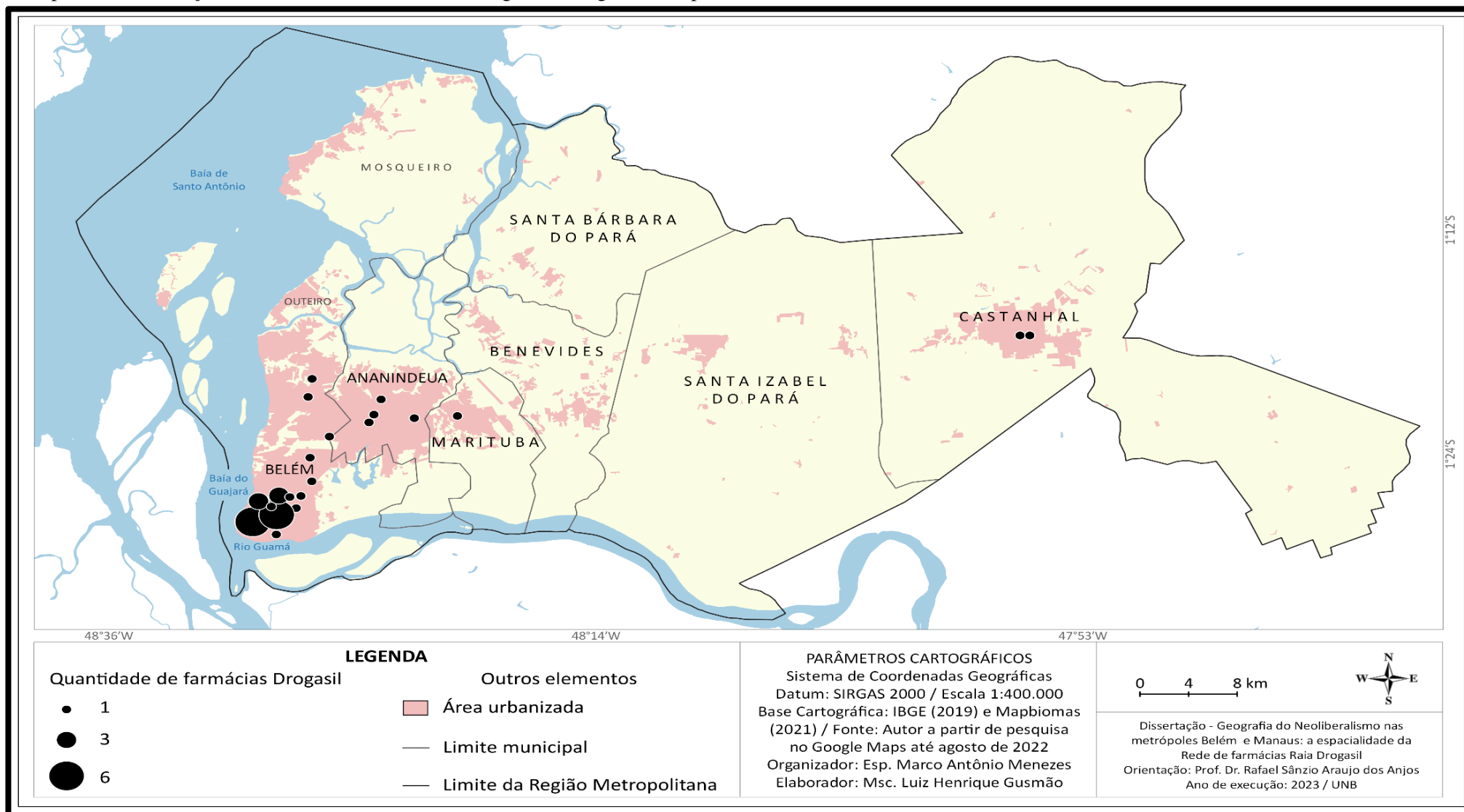
Para Melo *et al* (1976), existem dificuldades de relacionar-se um corpo teórico microeconômico, que estão interligados por modelos de teorias locacionais com os objetivos sociais e padrões de localização, baseados em teorias de desenvolvimento macroeconômicas.

Nesse sentido, Melo *et al* (1976), baseado na noção de Friedman (1966) acredita que é possível tentar realizar uma sintetização das relações de localização/desenvolvimento regional da seguinte maneira: a economia regional deve ser observada sob a influências externas do mundo exterior; O desenvolvimento econômico acontece sob uma matriz de regiões urbanas local, onde a economia espacial é organizada.

Em suma, para Melo *et al* (1976), a noção da localização das atividades econômicas, relacionadas com o desenvolvimento regional, consistiu em um importante marco teórico da forma pela qual processa-se a dinâmica de organização do espaço em termos analíticos como perspectiva de compreensão da realidade.

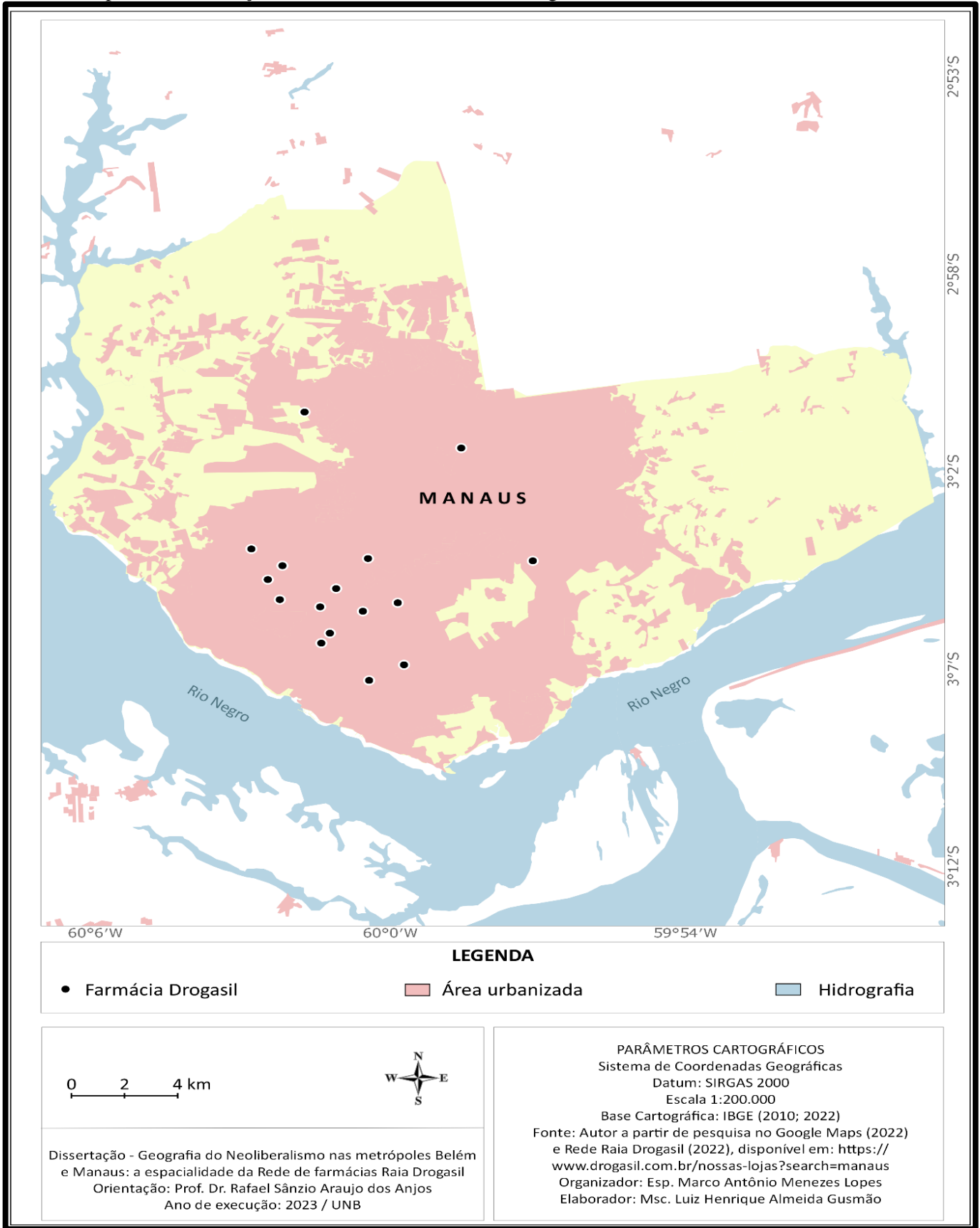
Para além disso, neste projeto empírico verifica-se que a localização geográfica, além de possibilitar compreender a lógica de organização espacial dos objetos espaciais e dos agentes econômicos, permite vislumbrar a materialidade da história e do espaço, ou seja, as espacialidades que possibilitam reinterpretar as relações sociais que são modificadas com graus de intensidades, em tempos e espaços distintos

Mapa 14 – Localização das farmácias da Rede Raia Drogasil na Região Metropolitana de Belém



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

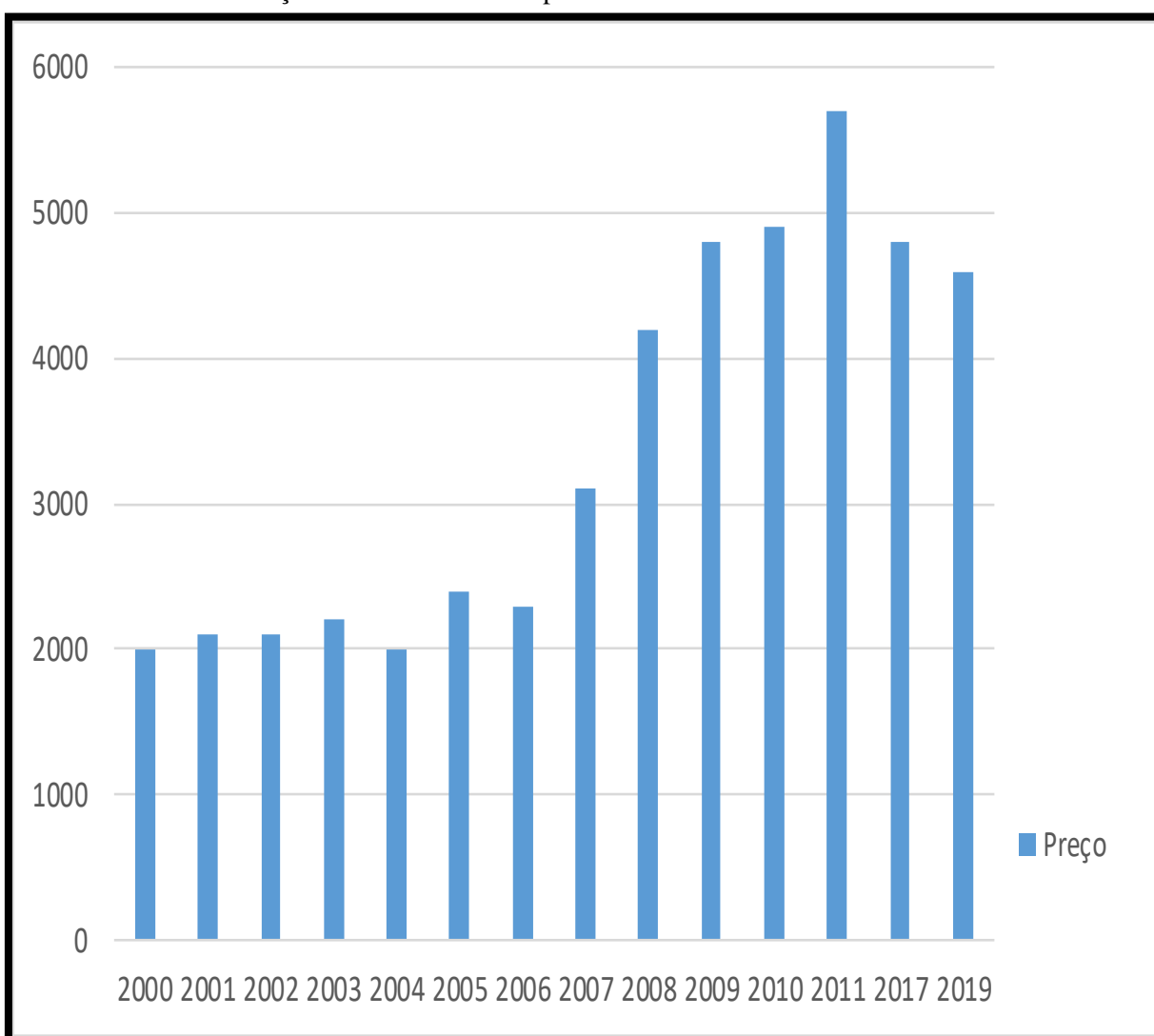
Mapa 15 – Localização das farmácias da Rede Raia Drogasil em Manaus (AM)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

No Mapa 14, é possível perceber a localização das farmácias da Raia Drogasil na Região Metropolitana de Belém, onde estão dispostas 32 farmácias, sendo 27 na capital Belém, 04 (quatro) em Ananindeua, 01 (uma) em Marituba e 02 (duas) em Castanhal. A maioria das farmácias estão concentradas no centro da capital paraense, nas áreas mais altas e nas áreas de baixadas que passaram por transformações urbanísticas as quais estão menos suscetíveis a alagamentos. (Ver FIGURA 5)

Gráfico 9 – Preço do M² em Belém no período de 2000 a 2019



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados dos classificados do jornal *O liberal*, organizado por Mariana Santos.

O Gráfico 9 exhibe os preços do m² em Belém nos períodos de 2000 a 2019, onde nota-se que, a partir de 2007, o mercado imobiliário na capital paraense ficou mais aquecido, tendo o seu pico em 2011, chegando a quase R\$6.000. As áreas que apresentam os maiores preços

são os espaços mais verticalizados da cidade, a maioria, localizados no Distrito Administrativo de Belém.

O Mapa 15 apresentou a localização das farmácias da Raia Drogasil em Manaus, com 16 farmácias distribuídas, principalmente na Zona Centro-sul da cidade, que concentra o maior número de farmácias localizando-se nas áreas com menores riscos de desabamentos e alagamentos (Ver FIGURA 6) . De acordo com os dados da prefeitura Municipal de Manaus/Procuradoria Geral do município (2016), o bairro mais valorizado da cidade, ou seja, com o metro quadrado mais caro é o bairro da Ponta Negra (Zona Oeste), em seguida são os bairros: Adrianópolis, Nossa Senhora das Graças e Aleixo (Zona Centro-sul) Centro, Praça 14, Aparecida e Cachoerinha. (Zona Sul).

Tanto o Mapa 14 quanto o Mapa 15 permitem observar que a localização das farmácias da Raia Drogasil em Belém e Manaus está em áreas, onde vive a população com maior poder aquisitivo, ou seja, estão nas áreas mais valorizadas da cidade que apresentam as melhores infraestruturas urbanas que têm os principais equipamentos urbanos, como: escolas, universidades, hospitais, comércios, centros comerciais e, conseqüentemente, vivem os moradores com os maiores poderes aquisitivos.

Além das áreas mais centrais tanto em Belém quanto em Manaus, verifica-se a instalação das farmácias da Rede de farmácias Raia Drogasil em vetores de expansão metropolitana; no caso de Belém, para os dois vetores principais: a Rodovia Augusto Montenegro no sentido Distrito de Icoaraci e na Br - 316 em direção aos municípios que compõem sua Região Metropolitana, estes que vivenciam, nas últimas décadas, a profusão de empreendimentos imobiliários, de centros comerciais e de serviços avançados.

Em Manaus, a lógica é semelhante; a maioria das farmácias estão nas Zonas Centro-Sul e Sul. As Zonas mais ricas da cidade, dotada de melhores infraestruturas, mas também observa-se o surgimento de novas centralidades, principalmente na Zona Norte, com a construção de infraestrutura viária pelo poder público, provocando a proliferação de condomínios, grandes Redes atacadistas e varejistas, *shopping center* etc. que contribuem, largamente, para a expansão metropolitana.

A partir da localização das farmácias da Rede Raia Drogasil, pode-se atentar para dois aspectos centrais : o primeiro é com a instalação de determinados empreendimentos sejam eles edifícios, condomínios, empresas, fábricas , lojas, infraestrutura viária etc., que tornam essas áreas mais valorizadas, contribuindo para os processos espaciais, como a gentrificação e a segregação socioespacial, visto que a maioria da população que tem baixo poder aquisitivo não conseguirá morar nessas áreas, pois esses espaços vão sendo ocupados pelos agentes sociais

com maior apelo econômico, onde muito desses agentes apropriam-se da renda da terra e utilizam o controle do território urbano como forma de especulação imobiliária, seja na venda de terrenos e imóveis, seja pela cobranças de aluguéis e pela ação do próprio Estado que privilegia essas áreas, dotando-as com as melhores infraestruturas em detrimento a outras.

Para além disso, o segundo aspecto central e o mais importante para este estudo e que no contexto atual vem se desenvolvendo cada vez mais nos últimos anos, logicamente com intensidades distintas no território metropolitano tanto em Belém quanto em Manaus.

A apropriação por agentes econômicos não mais aqueles considerados clássicos na literatura da Geografia urbana, agentes estes que estão ligados, não somente a produção do ambiente construído, a venda de mercadorias, e sim estão cada vez mais conectados ao universo das finanças, a financeirização da economia e, conseqüentemente, contribuindo para o que vem desenvolvendo-se como a financeirização do espaço, onde este trabalho fará um esforço para analisar o espaço metropolitano de Belém e de Manaus a partir de suas espacialidades os quais revelam a trama financeira/metropolitana.

4.2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM E DE MANAUS: o caso da Rede de farmácias Raia Drogasil

4.2.1 A produção do espaço metropolitano contemporâneo

Segundo Shimbo e Rufino (2019), nos últimos cinco anos, os leilões de imóveis alcançaram mais de 90 % do total de leilões, realizados no Brasil, devido a incapacidade de pagamento de financiamentos residenciais. Em 2015, o município de Belo Horizonte emitiu debêntures¹⁷ no valor de quase 1 Bilhão de reais em uma operação de securitização¹⁸ da dívida pública municipal.

Entre 2004 e 2016, de acordo com Shimbo e Rufino (2019), 52 % dos lançamentos residenciais – lançados na operação Água Espreada, financiada pela emissão de Certificado de Potencial Adicional Construtivo – foram realizados por empresas listadas na Bolsa de Valores. Somente em 2013, a Prefeitura Municipal de São Paulo dispôs de um montante de quase 3 bilhões para consórcios de empreiteiras nacionais, a maioria delas de capital aberto.

As intensas transformações da produção do espaço urbano no Brasil estão atreladas a

¹⁷ É um título de dívida que gera um direito de crédito ao investidor. Ou seja, este terá direito a receber uma remuneração do emissor (geralmente juros) e periodicamente ou quando do vencimento do título receberá de volta o valor investido (principal).

¹⁸ É uma prática financeira que consiste em agrupar vários tipos de ativos financeiros, convertendo-os em títulos padronizados negociáveis no mercado de capitais interno e externo. Assim, a dívida é transferida, vendida, na forma de títulos, para vários aplicadores, ou seja, consiste na conversão de um débito anterior em uma nova dívida, com prazo maior mediante novo contrato.

ações de agentes e dos instrumentos de finanças que atuam diretamente em políticas urbanas, como: as políticas habitacionais, a infraestrutura, os projetos imobiliários e também nas demais atividades econômicas, como a indústria, o comércio e os serviços avançados que compõem a trama metropolitana e ajudam a dissipar, no território, o processo de financeirização do espaço.

Este tema ganhou força no final dos 1990, especialmente a partir das reflexões de pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos. Diante disso, é necessário refletir na intensidade e especificidades que esse processo ocorre no sul global, ainda mais, no caso brasileiro que tem uma das suas principais peculiaridades as suas grandes disparidades regionais.

A maioria dos estudos tem apontado que a cidade não é mais financiada e produzida somente por atores urbanos clássicos, como: proprietários, incorporadoras, construtoras, Estado, bancos etc. Na verdade, nota-se cada vez mais o aumento da participação de investidores financeiros na elaboração de grandes projetos urbanos, participando largamente tanto na esfera pública quanto na esfera privada, imbricados por complexas transações jurídicas-financeiras, realizadas pelos mais diversos agentes financeiros que almejam a transformação de bens imobiliários em ativos comercializáveis no mercado de ações.

Para Shimbo e Rufino (2019), o caso brasileiro de financeirização está atrelado ao forte crescimento do setor imobiliário influenciado diretamente pela abertura do capital de grandes incorporadoras e construtoras que beneficiaram-se com as políticas habitacionais e de outros mecanismos institucionais responsáveis em dinamizar esse setor, por meio de diversos circuitos de capitais para o financiamento de empreendimentos imobiliários, principalmente os programas habitacionais do Governo Federal como o “Minha Casa Minha Vida” e as grandes obras de infraestrutura urbana, as privatizações e as parcerias público-privadas.

A crise de 2008, sentida primeiramente com maiores intensidades pelo norte global, acabou estimulando não somente no Brasil, mas também em alguns países da América Latina, cuja abertura para o capital internacional desencadeou o aumento na produção imobiliária e de infraestrutura. Isso atrelado a liberalização do comércio e do fluxo de capitais que a partir de 1990 permitiu com que incorporações internacionais passassem a ter grande participação na economia nacional o que, de certa forma, tornou a economia nacional mais vulnerável a crises e colocou o país em um grau de subordinação hierárquica do sistema financeiro global e maior dependência monetária, dificultando a ampliação de capital local.

A esse respeito pode-se destacar os investimentos mobilizados para o setor imobiliário, onde o território urbano torna-se cada vez mais convertido em ativos financeiros, visto que nas instituições financeiras, aplicadores mobilizam, paulatinamente, o capital produtivo global para diferentes tipos de negócios imobiliários.

O espaço metropolitano passa a financeirizar-se cada vez mais, seja pela profusão de empreendimentos imobiliários que com a desregulação dos sistemas nacionais dos projetos habitacionais tem promovido a expansão de capital para novas áreas do espaço metropolitano das grandes cidades, para outras áreas urbanas e até mesmo áreas rurais e também para outros setores econômicos, como exemplo, as empresas de capital aberto do ramo de serviços que caracterizam bem a era neoliberal financeira/metropolitana. Tudo isso atrelado ao grande grau de financeirização das famílias, obtido por meio de inúmeros créditos e financiamentos.

Pensar a financeirização do espaço metropolitano implica em analisar os agentes sociais e os seus processos concretos, das políticas urbanas, das espacialidades do ambiente urbano construído os quais estão permeados por uma nova lógica de acumulação de capital o que implica em desenvolver uma Geografia que compreenda a hegemonia das finanças e a produção do espaço com perspectivas escalares e graus de intensidades específicos o que permite ajuda a desnudar as desigualdades socioespaciais do território.

4.2.2 O caso de Belém

Para refletir sobre a financeirização do espaço metropolitano belenense, deve-se pensar a respeito do desenvolvimento do capital imobiliário local, visto que esse segmento tem contribuído diretamente na apropriação do território urbano e alterando, em grande medida, a lógica de acumulação de capital o que caracteriza precisamente a era neoliberal financeira/metropolitana.

A respeito disso, Ventura Neto (2022) analisou a produção imobiliária em Belém a partir da década de 1940 quando iniciaram-se os primeiros empreendimentos, realizados pelo capital incorporador até a última fase iniciada no final de 1990, caracterizada pela participação de incorporadoras de capital aberto.

O primeiro ciclo imobiliário, destacado por Ventura Neto (2022), ocorreu no final dos anos de 1940 que foi impulsionado pelos investimentos de excedentes dos exportadores, sobretudo o de Castanha-do-Pará, dos proprietários de pequenos parques industriais locais e importadoras de manufaturas e de bens que não eram produzidos na Amazônia. Depois do ciclo da borracha ocorreu reinvestimentos de excedentes no circuito imobiliário belenense como forma de valorização do capital mercantil regional.

Esse primeiro ciclo perdurou, segundo Ventura Neto (2022), por cerca de 16 anos, tendo como marco a entrega do primeiro edifício da cidade construído por meio de incorporação imobiliária. Nesse período, as construções estavam concentradas no centro da cidade principalmente na Avenida Presidente Vargas com forte apoio da prefeitura responsável pela

doação de terrenos que tinha como perspectiva que a verticalização da cidade, o que significaria sua modernização e o seu progresso.

Nesse sentido, Ventura Neto (2022) aponta que, mesmo com a doação de terrenos, esse período, era marcado pela inexistência de um mercado financeiro local ou sistemas de créditos que garantissem empréstimos de longo prazo, por isso, não houve o surgimento do capital incorporador independente, uma vez que estava altamente vinculado aos excedentes produzidos em outros setores da economia regional e, desse modo, ocorreu o entesouramento dos excedentes na forma de imóveis urbanos, oriundos do capital mercantil, formando dois circuitos de valorização de capital distintos: o capital comercial, investido em caráter financeiro, e o capital imobiliário.

O segundo ciclo imobiliário, apontado por Ventura Neto (2022), é caracterizado pelos investimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que permitiram a fragmentação do capital incorporador e a especialização do circuito imobiliário, onde incorporadoras e construtoras atuam em distintas frentes, visto que os segmentos mais populares ficaram restritos a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) criada, em 1967, contribuindo para que nas décadas de 1980 e 1990 fossem construídos conjuntos habitacionais em áreas de expansão metropolitana, principalmente ao longo da Rodovia Augusto Montenegro.

Já os empreendimentos, direcionados para as classes médias e as elites locais, segundo Ventura Neto (2022) foram conduzidas pelos os incorporadores por meio do Sistema Brasileiro de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação, tendo como característica a construção de torres residenciais com grande números de pavimentos, localizadas em regiões com as melhores acessibilidade e infraestrutura urbana e em áreas com cotas topográficas mais elevadas ou em áreas de baixadas que passaram por grandes intervenções urbanísticas e que tinham a disponibilidade de terrenos com boa localização e integrado às principais artérias da cidade, como exemplo, a Avenida Visconde de Souza Franco (Ver foto 8).

Assim, Ventura Neto (2022) destaca a falência do Banco Nacional de Habitação em 1986 e somado a outros fatores estruturais contribuíram para o fechamento de diversas incorporadoras e construtoras o que favoreceu para grande parte da década 1990 fosse marcada pela produção imobiliária limitada às camadas de alta renda, por meio de financiamentos para a diminuição das atividades imobiliária nas áreas de expansão, destinadas a populações de menor poder aquisitivo.

O terceiro ciclo imobiliário, apontado por Ventura Neto (2022), iniciou a partir dos anos 2000 com a retomada de lançamentos de empreendimentos imobiliários, devido a alterações na legislação municipal no que concerne ao pagamento de outorga onerosa nas zonas em que localizavam-se, em regiões de baixadas saneadas da área central da cidade e na frente de expansão, constituídas ainda no segundo ciclo, além de melhorias econômicas o que permitiu maior crescimento dessas atividades.

A partir de então, de acordo com Ventura Neto (2022), quando afirma que entre 2001 e 2007 ocorreu um grande número de entregas de empreendimentos imobiliários, concomitantemente a entrada de incorporadoras no circuito imobiliário de Belém o que proporcionou que, nesse período, o estado do Pará foi o estado da região Norte com maior captação de recursos do sistema financeiro de habitação com valores superiores, inclusive a maioria dos estados da região Nordeste o que contribuiu para a entrega de 101 edifícios, notadamente no centro de Belém e em regiões de baixadas saneadas, facilitado com as mudanças na Legislação LCCU/1999 .

As mudanças na legislação possibilitaram grande ocupação de quarteirões, responsáveis por grande supressão de área vegetal, a impermeabilização do solo, além da elevada ocupação de edifícios de alto padrão na orla da cidade o que explica a fragilidade do controle urbanístico belenense, contribuindo para a fragilidade socioambiental em seu ambiente construído.

Foto 14- Edifícios na orla de Belém



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 14 exhibe alguns edifícios localizados próximos a orla de Belém no bairro do Umarizal (Distrito Administrativo de Belém). Essas construções têm se proliferado nos últimos anos, apresentando gabaritos cada vez mais elevados que, muitas vezes, foram construídos com alterações na legislação ou até o não cumprimento destas, o que contribui diretamente em impactos ambientais, relacionados, sobretudo com o bloqueio dos ventos e a formação de ilhas de calor. No canto direito da Foto 14, é possível ver as duas torres de edifícios considerados os mais altos de toda a região amazônica com 40 andares cada uma.

A principal característica, discutida por Ventura Neto (2022) no terceiro ciclo imobiliário, foi a entrada de incorporadora de capital aberto no circuito imobiliário de Belém resultante da centralização de capital incorporador no circuito imobiliário nacional a partir de

2007 que, no caso belenense, ocorreu por meio de associações de incorporadoras e construtoras locais, estratégia utilizada pelas incorporadoras nacionais que estavam mais ligadas com a captação de investidores e as empresas locais, sendo responsáveis em conseguir terrenos com vistas para atrair novos mercados de maneira mais eficiente.

Assim, Ventura Neto (2022) afirma que, no período 2007 a 2015, as incorporadoras de capital aberto alcançaram um valor geral de vendas, projetado em 2 bilhões de reais, configurando-se em um montante de capital fictício, formado por empreendimentos de diversas tipologias.

A partir disso, Ventura Neto (2022) classifica o terceiro ciclo imobiliário de Belém em dois movimentos distintos: 1) A síntese de consensos espaciais para população, impondo uma ressignificação simbólico e no interior de áreas apenas valorizadas pela classe média e as elites locais; 2) Dissolução de barreira espaciais que estavam fora dos limites de investimentos do capital incorporador.

No caso do segundo movimento, esse é traduzido essencialmente na expansão da frente imobiliária pelo território belenense em torno da Rodovia Augusto Montenegro iniciado, ainda, no final do segundo ciclo área que passou a ser conhecida como “Nova Belém”, vindo a ser propagandeada pela mídia local, sendo que a partir de 2010 foram lançados um grande número de empreendimentos por incorporadoras de capital aberto de outras regiões e incorporadoras locais.

A Foto 15 a seguir exhibe a Rodovia Augusto Montenegro, onde destaca-se do lado direito a presença de um *Shopping Center*, contendo um edifício comercial e ao fundo um condomínio residencial. A Foto 15 ajuda a expressar também as transformações vivenciadas nessa área, em especial a partir de 2010 com a proliferação de inúmeros empreendimentos residenciais e comerciais os quais têm possibilitado a intensa valorização imobiliária dessas áreas e adjacências.

Foto 15- Rodovia Augusto Montenegro

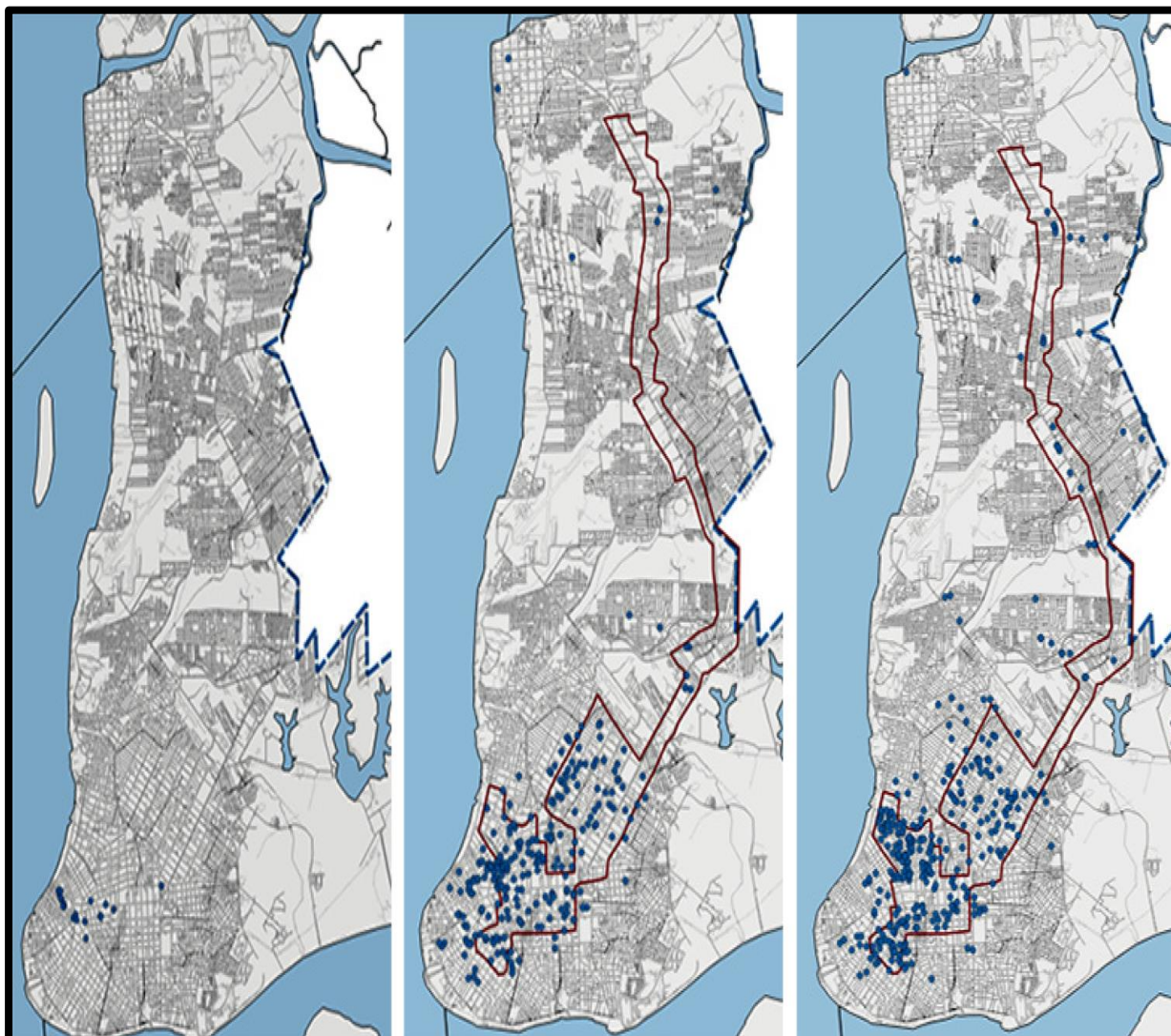


Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A construção ideológica do termo “Nova Belém” é fruto das estratégias de atuação das incorporadoras de capital aberto em valorizar a localização desses empreendimentos, em uma área que tinha antes infraestrutura deficitária, mas que nos últimos anos ‘sofreu’ intervenções urbanísticas pela prefeitura, como exemplo, a implantação do BRT¹⁹ (*Bus Rapid Transit*) e a urbanização da Rodovia Augusto Montenegro o que permitiu maior valorização imobiliária na área e conseqüentemente que as incorporadoras atingissem significativo valor geral de vendas e deslocassem seu canteiro de obras para o entorno dessas áreas.

¹⁹ É um modelo de transporte público de média capacidade constituído de veículos articulados ou biarticulados que trafegam em caneletas específicas e utilizam estações de paradas adaptadas para o rápido acesso de passageiros ao veículo.

Figura 9 - Empreendimentos construídos em Belém por incorporação de acordo com os ciclos imobiliário



Fonte: IBGE, 2020; Seurb; Núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles com a elaboração de Raul Ventura Neto.

A Figura 9 mostra a evolução dos empreendimentos, construídos em Belém, por incorporação de acordo com os ciclos imobiliários. Nota-se que o primeiro ciclo do lado esquerdo da imagem é possível ver os primeiros empreendimentos, construídos no centro comercial, precisamente no bairro da Campina (centro de Belém). Na parte central da imagem, observa-se o segundo ciclo, onde é possível observar a evolução dos empreendimentos para os bairros de Nazaré, Batista Campos, Umarizal, São Braz, Marco e Pedreira, e timidamente para área de expansão da Rodovia Augusto Montenegro. Já o terceiro ciclo é possível perceber a consolidação das áreas do segundo ciclo com o crescimento considerável do vetor da Rodovia Augusto Montenegro.

A partir de 2015, Ventura Neto (2022) observou que a maioria dessas incorporadoras de

capital aberto encerram suas atividades no circuito imobiliário belenense, devido à crise financeira ocorrida no país o que levou à queda nos indicadores das empresas na bolsa de valores que passaram a adotar como estratégia a venda de ativos, localizados nesse mercado, como tentativa de recuperar a liquidez e o prestígio entre os aplicadores. Ainda houve incorporadoras que retomaram seus lançamentos e finalizaram suas obras que foram inacabadas e tiveram que recuperar seus empreendimentos por meio judicial.

A Figura 9 também possibilita fazer relação com o Mapa 14, visto que as localizações das farmácias da Raia Drogasil coincidem com as áreas em que estão localizados os empreendimentos, construídos por incorporação nos três ciclos imobiliários, apresentado por Ventura Neto (2022) tanto nas áreas centrais já consolidadas quanto na área de expansão. A mesma relação pode ser feita no caso de Manaus como será apresentado a seguir.

4.2.3 O caso de Manaus

A capital amazonense também deu ‘passos’ largos para financeirização nos últimos anos, precipuamente no que diz respeito ao desenvolvimento do capital imobiliário, com períodos distintos que também necessitam serem refletidos. A esse respeito, Melo e Silva (2021) buscam caracterizar as especificidades do desenvolvimento do capital imobiliário da capital amazonense nas últimas décadas que estão imbricadas nas transformações de um espaço metropolitano, formado no passado sob a égide da lógica industrial, mas que hoje vem sendo transformado pela lógica financeira /metropolitana, onde a própria cidade configurou-se como o negócio fundamental.

Nesse sentido, para compreender melhor essa lógica, Melo e Silva (2021) apresentam as transformações vivenciadas por Manaus em períodos distintos:

1) pelas vias do Estado, com a efetivação de programas, como a Companhia de Habitação do estado do Amazonas (COHAB), criada em 1966 e o Programa de Moradia Popular (PROMORAR) formado em 1982, o que resultou na construção de conjuntos habitacionais, contribuindo, amplamente para a expansão da metrópole amazonense.

2) A expansão da produção habitacional por vias de mercado imobiliário foi consolidada a partir dos anos 2000 o que culminou com a reestruturação do espaço metropolitano de Manaus, tendo como características dois tipos diferenciados: o primeiro, caracterizado pelo prolongamento direto das extensões urbanas já constituídas; e o segundo, caracterizado pelo espraiamento do tecido urbano para áreas naturais e agrícolas.

Para Melo e Silva (2021), esse primeiro tipo manifestou-se em Manaus pelos programas Habitacionais, criados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e os programas habitacionais

da COHAB (1966) e do PROMORAR (1982), o que influenciou em grandes transformações da cidade entre as décadas de 1960 e 1990, como exemplo, os conjuntos habitacionais, destinados às camadas mais populares: Conjunto de Flores (Bairro Flores) e Costa e Silva no bairro da Paz, destinados aos moradores da Cidade Flutuante, ambos construídos na década de 1960. Já no final da década de 1970 foram construídos os conjuntos Castelo Branco (Bairro Parque 10) e o Conjunto Cidade Nova, este que foi construído por etapas e deu origem ao bairro da Cidade Nova.

De acordo com Melo e Silva (2021), a expansão urbana de Manaus foi acompanhada tanto pelo número expressivo de conjuntos populares construídos quanto pelo o número expressivo de construções irregulares em seus arredores. Já a partir de 2021, outro vetor de expansão passou a desenvolver-se, que foram os conjuntos habitacionais do Nova Cidade também construídos por etapas que deram origem ao Bairro de Nova Cidade.

Uma das características, apontadas por Melo e Silva (2021), foi a forte atuação do setor imobiliário, especificamente, impulsionado pelo Programa “Minha Casa Minha Vida” do Governo Federal que contribuiu para a reconfiguração espacial da cidade. O Programa “Minha Casa Minha Vida” criado, em 2009, pelo Governo Federal, destinado às populações de média e baixa renda, proporcionou grandes investimentos, de acordo com o Relatório da Superintendência Estadual de Habitação, onde, em meados de 2012, foram repassados para Manaus 6 milhões de reais e de 2013 a 2015 chegaram cerca de 26 milhões de reais.

Nesse período, Melo e Silva (2021) destacam a construção dos conjuntos habitacionais “Viver Melhor” que já não configuraram-se como vetores de expansão da cidade, pois localizavam-se em áreas já consolidadas da cidade, como os bairros do Tarumã (Zona Oeste), Santa Etelvina, Nova Cidade e Colônia Terra Nova (Zona Norte).

A partir de então, Melo e Silva (2021) percebem que devido às ausências de um agente promotor público e uma maior aproximação entre as legislações, instituições públicas, recursos financeiros e o desenvolvimento de uma forte cadeia produtiva imobiliária, tudo isso acabou direcionando as políticas públicas habitacionais brasileiras e conseqüentemente as de Manaus em criar um novo patamar da produção imobiliária habitacional.

O capital imobiliário, para Melo e Silva (2021), ofuscaram os limites da produção das habitações sociais no mercado, contribuindo para que, em Manaus, as incorporadoras apropriarem-se dos moldes financeiros operacionais, possibilitados pelo Programa “Minha Casa Minha Vida”, devido às facilidades em conseguir subsídios, a redução da taxa de juros, o aumento de créditos, a ampliação de prazos de financiamentos e a diminuição dos valores de entrada, contribuindo para que esses empreendimentos controlem o mercado consumidor de

famílias de baixa renda, culminado com o aumento considerável entre os anos de 2016 e 2018 de unidades habitacionais comercializadas no mercado local, destacando-se a atuação de incorporadoras de capital aberto, como: Direcional Engenharia, Morar Mais incorporadora, RD engenharia , Staff construções e Vivere.

Assim, Melo e Lima (2021) diferenciam os diferentes tipos de segmentos da produção imobiliária de Manaus, onde são identificados por eles três núcleos principais: Oeste, Centro e Norte.

O núcleo Oeste, localizado nas Zonas Oeste e Centro-Oeste, é o que detém maior valor agregado com relação a venda de imóveis, devido, acima de tudo, ao Bairro da Ponta Negra (Zona Oeste), região da cidade beneficiada pelas suas centralidades urbanísticas e socioeconômicas o que tende a valorizar ainda mais os empreendimentos ali produzidos e destinados às populações com maior poder aquisitivo.

Foto 16- Orla da Ponta Negra



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

A Foto 16 destaca a orla da Ponta Negra, localizada no bairro da Ponta Negra Zona Oeste de Manaus, onde nota-se a grande presença de edifícios em seu entorno e a praia da Ponta Negra, o balneário mais frequentado da cidade, o que contribuiu para que essa área configure-se como o metro quadrado mais valorizado da cidade, habitado por uma população de maior poder aquisitivo, devido ter boa infraestrutura principalmente no que diz respeito a lazer, caracterizando-se por ser um dos principais espaços turísticos da capital amazonense.

Já o núcleo Central, localizado na Zonas Centro-Sul e Zona Sul, abriga uma produção imobiliária destinada, sobretudo ao público de classe média, uma vez que trata-se de uma região consolidada da cidade e que apresenta menor densidade populacional e mais integrada ao centro da cidade (Zona Sul), tendo boa conexão viária com as demais Zonas da cidade.

E por fim, o núcleo Norte, localizado na Zona Norte, responsável pela mais visível reestruturação imobiliária, configurando-se como principal eixo produtivo habitacional, visto que vem consolidando-se ao longo das últimas décadas como principal vetor de expansão da cidade e também as grandes obras de infraestrutura urbana, realizadas pelo poder público local que tem permitido maior valorização dessas áreas.

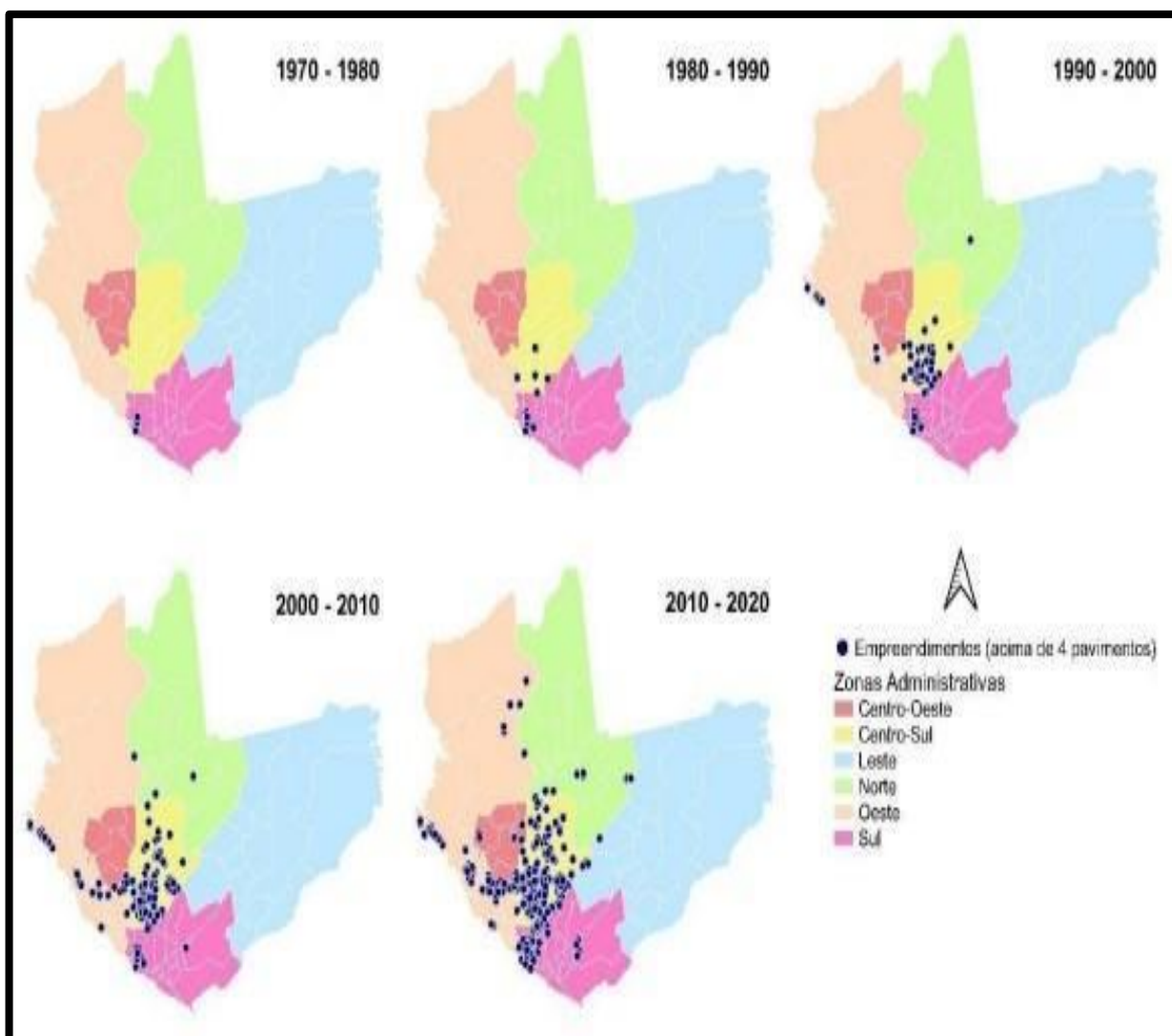
A respeito do processo de verticalização de Manaus, Souza (2016) elaborou um estudo referente à verticalização de Manaus entre os anos de 1970 a 2010, onde foi constatado o crescimento das construções verticais com gabaritos superiores a quatro pavimentos a partir de 1970, mas que de fato o *boom* imobiliário somente ocorreu nos anos 2000, visto que, até esse ano, existiam apenas cem empreendimentos verticais, passando a 229 nos anos 2000.

Tanto a construção de conjuntos habitacionais quanto a de edifícios na metrópole amazonense, especialmente a partir dos anos 2000 que foram realizadas por meio de incorporadoras, a maioria delas de capital aberto que inseriram no mercado, devido às mudanças na legislação municipal que facilitaram o lançamento desses empreendimentos.

Sobre isso, Barbosa (2021) abordou em seu estudo as alterações no plano diretor de Manaus explicitamente relacionadas com a verticalização da cidade, onde foram notadas alterações que deram origem ao segundo plano diretor de Manaus, criado em 1996, que estabeleceu que os edifícios na cidade deveriam ter no máximo 18 pavimentos.

Posteriormente, essa legislação foi alterada em dezembro de 2013, passando de 18 pavimentos para 25 pavimentos em lugares específicos da cidade, como as áreas da orla da Ponta Negra e o bairro de Adrianópolis, os quais configuram-se como as áreas mais verticalizadas da cidade e não por acaso residem as populações de alta renda.

Figura 10 - Empreendimentos em Manaus acima de quatro pavimentos por décadas



Fonte: elaborado por Rafael C.S.S por meio de dados extraídos de Souza (2016) e Barbosa (2021).

A Figura 10 mostra a evolução da verticalização de Manaus, espacializando os empreendimentos acima de 04 pavimentos, construídos por períodos. No primeiro período de 1970-1980, observa-se poucos empreendimentos construídos no centro da cidade; no período de 1980-1990, nota-se o espraiamento no centro da cidade na Zona Sul para a Zona Centro-sul; no período de 1990-2000, observa-se o número expressivo de empreendimentos na Zona Centro Sul e a tímida expansão para a Zona Oeste na área da Ponta Negra e para a Zona Norte; de 2000-2010, a contínua expansão dos empreendimentos nas Zonas Sul, Centro Sul, Oeste e Norte; e por fim no período de 2010 -2020, a consolidação das construções nas Zonas Sul, Zona Oeste e Zona Norte, a expansão para Zona Centro-Oeste e, principalmente, a grande densidade de empreendimentos na Zona Centro –Sul.

A Figura 8 possibilita fazer também a relação com o Mapa 15 que apresenta a localização das farmácias da Raia Drogasil em Manaus, pois o local dos empreendimentos imobiliários coincide com o das farmácias, localizadas especialmente nas Zonas Sul e Centro Sul e algumas para áreas de expansão metropolitana, como as Zonas Norte e Zona Leste, fato esse que será analisado a seguir.

4.2.4 A Rede de farmácias Raia Drogasil como agente de financeirização do espaço metropolitano

A espacialidade, desenhada pela localização das farmácias da Rede de farmácias Raia Drogasil, nas metrópoles amazônicas, permite refletir como ocorre a lógica de reestruturação neoliberal, onde o espaço metropolitano conforma-se como primordial, no sentido de que criar possibilidades para a financeirização – mediante a ocupação fundiária, por meio da construção de habitação e do estabelecimento dos serviços avançados – configurando-se como vantagens cruciais para a competição de empresas no território.

Logo, a localização espacial passa a ter nova lógica, visto que a capacidade de extração da renda da terra altera-se não mais no modelo clássico de valorização e especulação imobiliária pelos agentes tradicionais, mas passa a estar altamente atrelado e dependente da financeirização por meio de inúmeros mecanismos financeiros os quais têm por objetivo a transformação do ambiente metropolitano construído, em papéis financeiros que devem render juros e dividendos²⁰ cada vez maiores.

A financeirização do espaço metropolitano deve ser entendida com o padrão sistêmico do capitalismo, ou seja, processo de transformação das relações capitalistas tornando-se estrutural no sentido de alterar a lógica dos agentes privados, do Estado, dos gastos públicos, modificando, assim, a manifestação do capital enquanto expressão do valor trabalho. Isso porque o seu processo de valorização está altamente submetido ao controle da lógica financeira/metropolitana que desloca-se, cada vez mais, da produção material de mercadorias, das unidades de produção fabris, das passadas relações de trabalho fordista, em detrimento a subordinação da renda da terra dos empreendimentos privados e públicos para valorização de papéis financeiros entrelaçados por uma rede de serviços avançados que compõem a trama do espaço metropolitano.

Enquanto no período fordista–keynesiano, a ação estatal no setor de habitação foi um dos pilares de uma política de bem-estar social por meio de uma melhor distribuição entre

²⁰ São parcelas dos resultados líquidos apurados por empresas sociedade anônima (S/A) que elas destinam aos seus sócios, ou seja, os acionistas detentores de suas ações listadas em bolsa.

capital e trabalho, o que possibilitou décadas de crescimento, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Mas a partir da década de 1970, esse modelo passou a entrar em crise, dando margem para ascensão do Neoliberalismo que desencadeou em uma nova reestruturação produtiva e do espaço como resultado da busca mais rentável de aplicação de capitais excedentes, onde o setor produtivo não apresentava-se, como o mais lucrativo, transferindo uma grande gama de investimentos no mercado financeiro ligado, fortemente, nos mercados imobiliários e em atividades tipicamente urbanas como a dos serviços avançados.

Foto 17- Trama financeira /metropolitana – capital imobiliário/serviços avançados



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2023).

A Foto 17 exemplifica bem a trama financeira/metropolitana em destaque, uma farmácia da Raia Drogasil, localizada no bairro da Pedreira em Belém, pertencente ao setor de

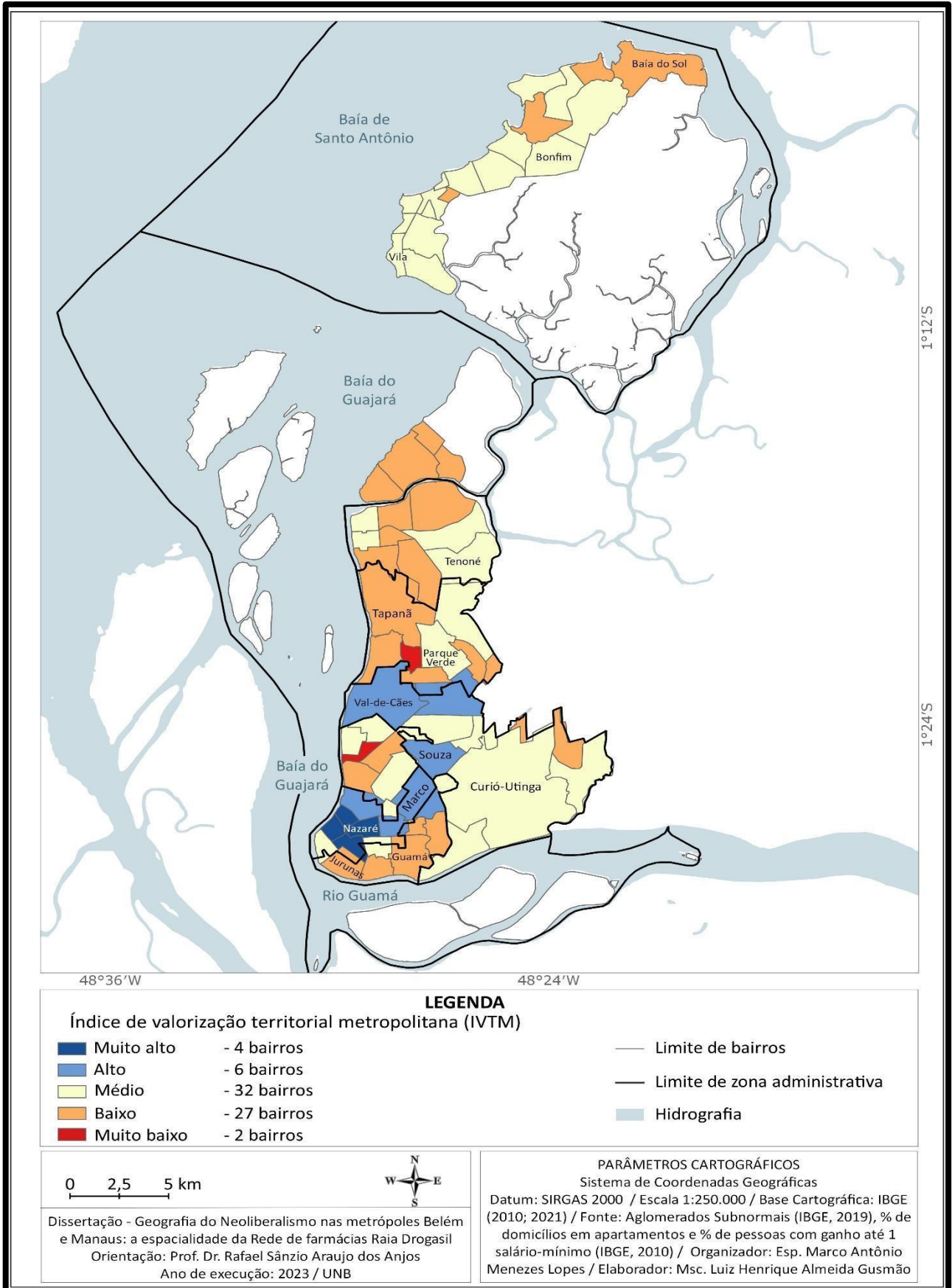
serviços avançados e ao fundo alguns edifícios que estampam a evolução do capital imobiliário na metrópole paraense. A trama financeira/metropolitana, expressa na Foto 17, consiste na apropriação do espaço metropolitano por formas de extração de renda, não apenas na venda de medicamentos e produtos, no caso das farmácias da Raia Drogasil e na venda de apartamentos por incorporadoras, mas também em mecanismos financeiros como a valorização de suas ações na bolsa de valores e os mecanismos de financiamentos das incorporadoras, como exemplo, a securitização e outras formas de obtenção de capital fictício.

O ambiente urbano passou a perder cada vez mais sua natureza social (valor de uso) enquanto abrigo da reprodução social para tornar-se uma mercadoria, não apenas uma mercadoria física, mas também na sua transformação em um ativo financeiro. Dessa maneira, o território metropolitano passa a configurar-se como uma possibilidade de circulação de capital portador de juros, onde o controle do território metropolitano está permeado pela incessante busca de expansão de juros no mercado de papéis (ativos financeiros).

Nas últimas décadas, o país com forte fomento do Estado deu ‘passos largos’ no processo de financeirização de sua economia, mediante a expansão do capital por meio de empreendimentos imobiliários, serviços avançados, grandes obras de infraestrutura urbana que têm como lógica a especulação do solo urbano, a busca frenética de lucros e dividendos no mercado de ações por intermédio dos inúmeros mecanismos financeiros.

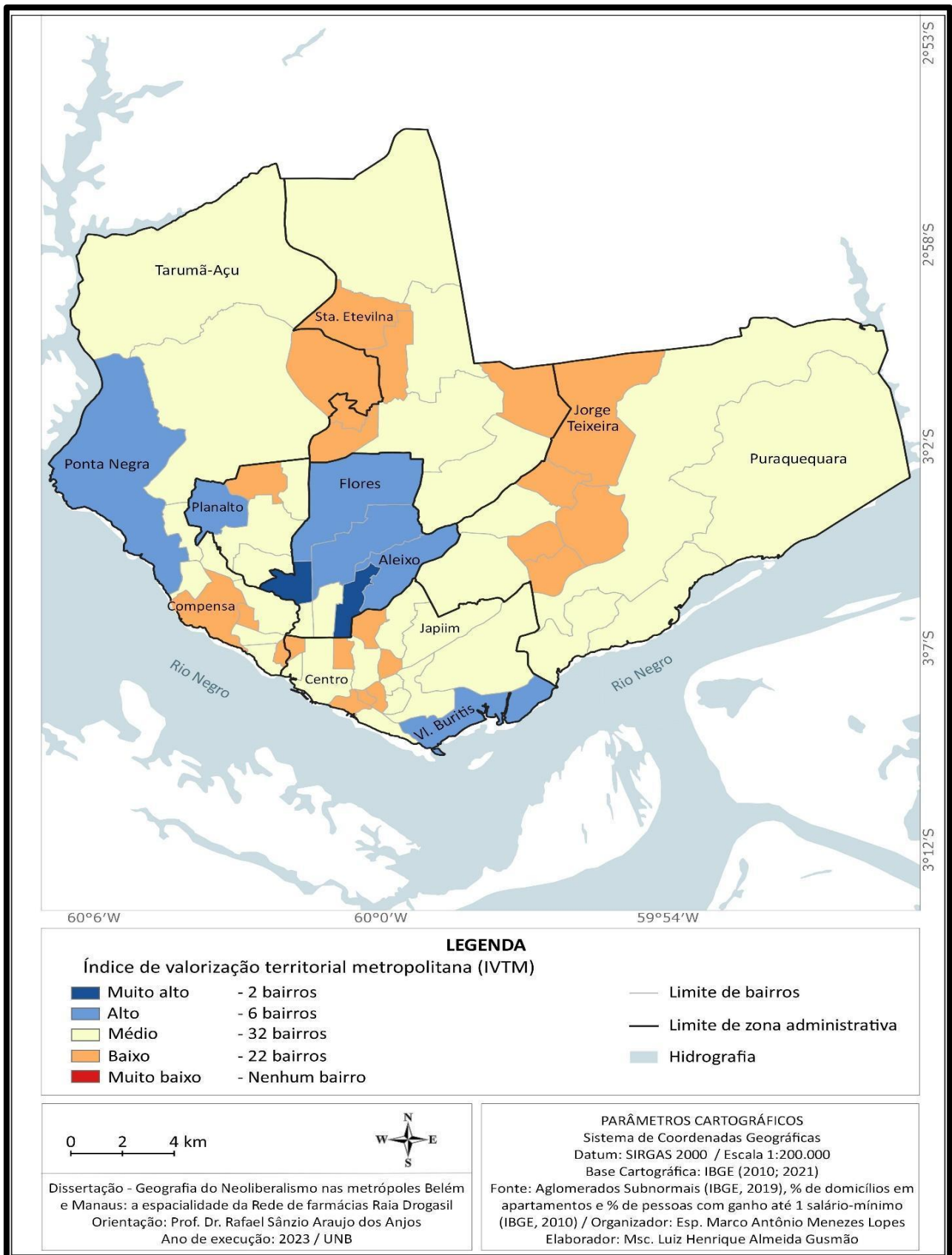
Isso tem como consequência, no espaço metropolitano, uma nova organização espacial que segue a lógica da nova reestruturação produtiva, cuja premissa é a localização específica de atividades econômicas em determinadas áreas, gerando, conseqüentemente, a valorização e a especulação do solo urbano que, por meio da financeirização, torna-se um ativo financeiro que tem culminado em processos de gentrificação – expulsão de grupos sociais excluídos para outras áreas da cidade–, tornando o ambiente urbano cada vez mais segregado, além de levar ao aumento exponencial de endividamento das famílias, o endividamento estatal (dívida pública), a precarização do trabalho, o desemprego e a espoliação da classe trabalhadora, em detrimento dos agentes hegemônicos monopolista, desencadeando, assim, altos níveis de desigualdade.

Mapa 16 – Índice de Valorização Territorial Metropolitana - Belém



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Mapa 17- Índice de Valorização Territorial Metropolitana - Manaus



Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em IBGE (2021).

Os Mapas 16 e 17 apresentam o Índice de Valorização Territorial Metropolitana de Belém e Manaus, cujo objetivo é o de analisar o grau de valorização dos bairros dessas cidades com intuito de mensurar o nível de valorização espacial destas áreas. Para isso, foram utilizadas 03 variáveis: a porcentagem dos Aglomerados Subnormais²¹ (IBGE,2019), porcentagem dos domicílios em apartamentos (verticalização) (IBGE,2010) e o percentual de pessoas ocupadas com ganho de até um salário mínimo. A partir do cruzamento dessas variáveis foi criado o Índice de Valorização Territorial Metropolitana (IVTM) que têm cinco níveis distintos: Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo.

Nota-se, no Mapa 16, o alto grau de valorização dos bairros de Belém que, mesmo com infraestrutura deficitária, na maioria dessas áreas, 04 bairros apresentaram nível alto de valorização todos eles localizados no Distrito Administrativo de Belém no centro da cidade, área que está mais verticalizada, onde estão situadas a maioria das farmácias da Rede Raia Drogasil.

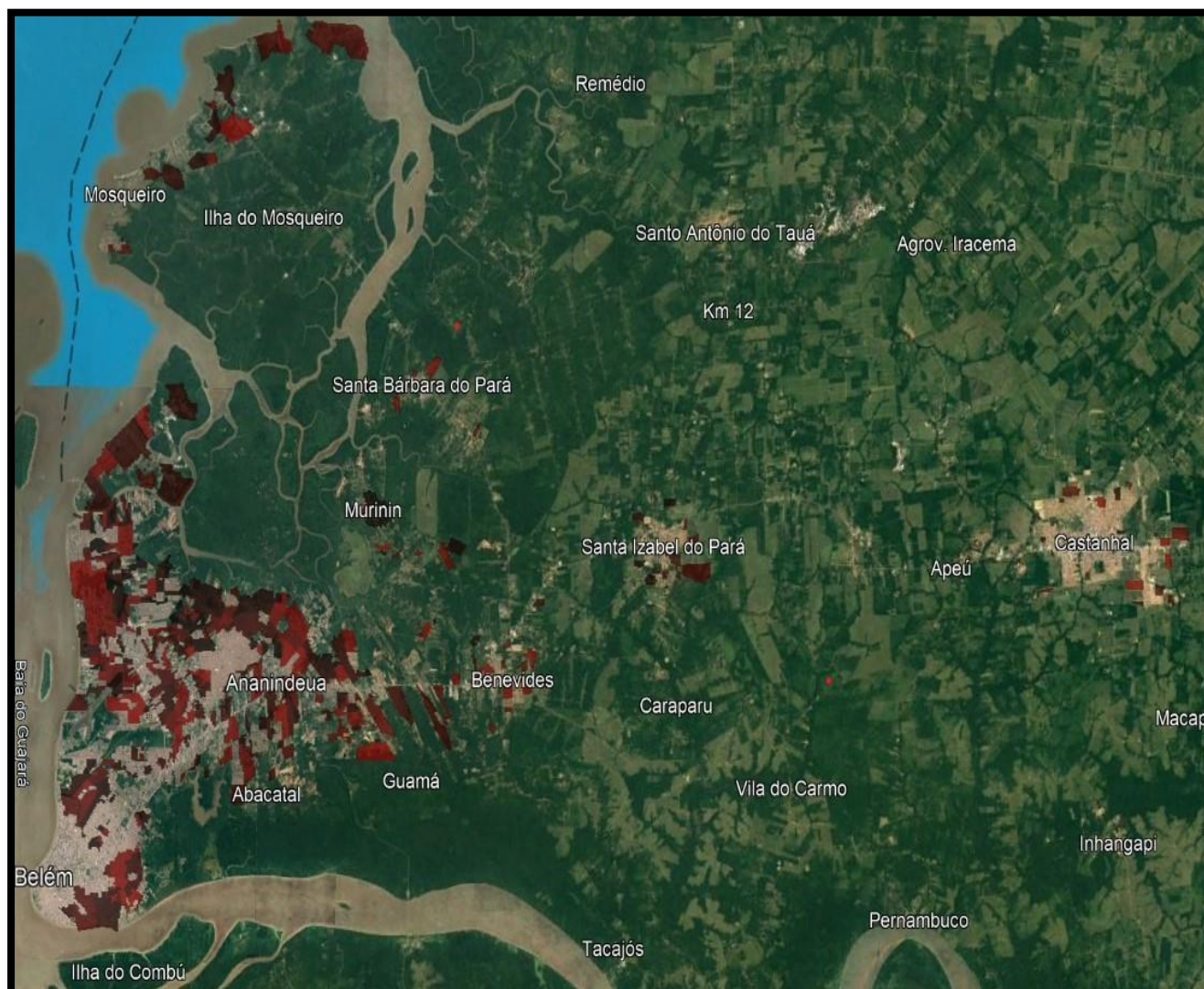
Seis bairros apresentaram alto índice de Valorização Territorial Metropolitana, todos localizados próximos à área central da cidade; 32 bairros apresentaram valorização média; 22 bairros têm valorização baixa e apenas 02 bairros apresentam o nível de valorização muito baixa, localizados nas áreas de expansão da cidade.

O Mapa 17 apresentou o Índice de Valorização Territorial Metropolitana de Manaus, onde 02 bairros têm alto grau de valorização, ambos localizados na Zona Centro-Sul, área onde estão a maioria das farmácias da Raia Drogasil. 06 bairros apresentaram valorização Alta, 32 bairros apresentam valorização média, 22 apresentam valorização baixa, sendo que a maioria deles nas Zonas Norte e Leste, Zonas de expansão metropolitana da capital e nenhum apresentou o nível muito baixo de valorização.

A partir do Índice de Valorização Territorial Metropolitan (IVTM), apresentado nos Mapas 16 e 17, pode-se fazer a relação de que as áreas com maior grau de verticalização, menor presença de Aglomerados subnormais, maior renda do seus habitantes e maior presença das farmácias da Raia Drogasil, são as áreas onde a financeirização do espaço metropolitano é mais intensa, embora outras áreas dessas cidades também apresentam índice elevado o que apresenta o alto grau de valorização das áreas do espaço metropolitano de Belém e de Manaus com uma das características intrínseca a era financeira/metropolitana.

²¹ É uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação (IBGE, 2010).

Figura 11 –Aglomerados Subnormais – Região Metropolitana de Belém

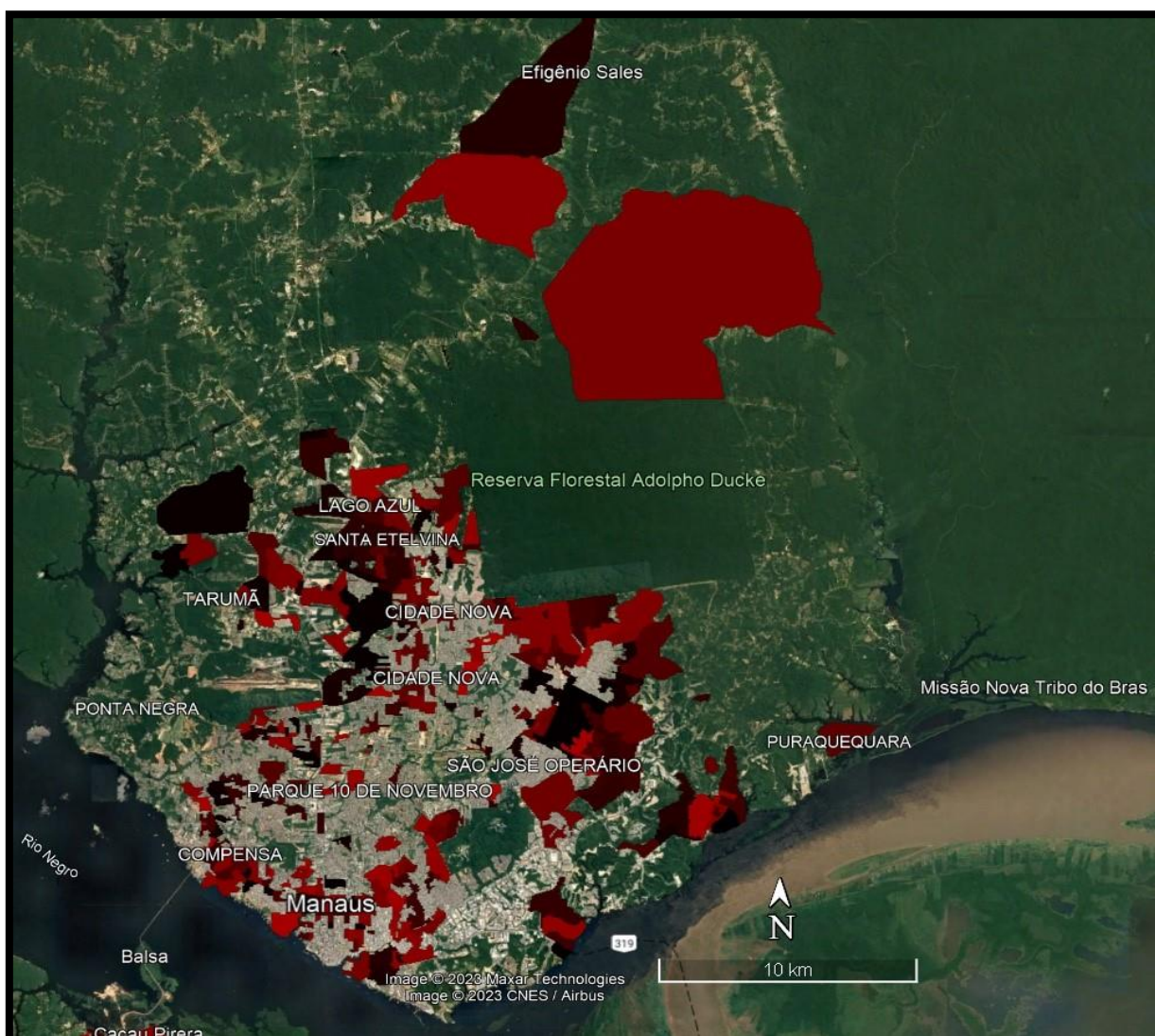


Fonte: imagem extraída do *Google Earth* e dados obtidos do (IBGE, 2019).

A Figura 11 exhibe, na cor vermelha, os Aglomerados Subnormais na Região Metropolitana de Belém, onde nota-se que a maior parte do seu território é formada por essas áreas. As áreas que apresentam a cor vermelha mais intensa são as que têm maior quantidade de ocupações irregulares com destaque para as áreas de expansão de Belém no sentido dos Distritos de Icoaraci e Outeiro e dos municípios de Ananindeua e Marituba.

A Figura 12 apresenta na cor vermelha os Aglomerados Subnormais de Manaus, onde percebe-se também que grande parte do seu território é formada por essas áreas, principalmente nas Zonas Norte e Zonas Leste, exibindo a cor vermelha com maior intensidade, mas que também são encontradas nas demais zonas da cidade.

Figura 12 – Aglomerados Subnormais – Manaus



Fonte: imagem extraída do *Google Earth* e dados obtidos do (IBGE, 2019).

As Figuras 11 e 12 possibilitam avaliar a grande contradição das metrópoles de Belém e de Manaus, embora grande parte dos seus territórios sejam formados por áreas com ocupações irregulares que apresentam grande carência de infraestrutura e serviços públicos que, nos últimos anos, tem apresentado um relativo grau de valorização como bem mostrou os Mapas 16 e 17, principalmente devido a proliferação dos empreendimentos do capital imobiliário e das grandes Redes do setor de serviços avançados que têm instalado-se em áreas estratégicas do território metropolitano.

O espaço metropolitano está permeado pela transformação do excedente de capital em ativos financeiros que têm alterado significativamente o seu funcionamento, a organização, a morfologia e a aparência dos centros urbanos. O processo de abertura de capital, como no caso da Raia Drogasil, possibilitou a essa rede, a dispersão territorial por meio da ampliação de

investimentos, não se restringindo a mercados regionais, passando a atuar em escala nacional, em uma Rede cada vez maior, caracterizando a era monopolista financeira.

Assim, a financeirização do espaço traduz-se no deslocamento do capital industrial para uma posição não hegemônica, onde o regime de acumulação é pautado no regime das ações, alterando, fortemente, a relação entre empresas com o espaço, pois uma empresa pertencente a um grupo financeirizado como a Raia Drogasil – que comercializa suas ações no mercado – tem vínculos diferenciados com o espaço, uma vez que essa empresa está ligada a processos de valorização e capitalização, sendo o que mais importa, nessa lógica, não são apenas as mercadorias vendidas em suas lojas, e sim a valorização de suas ações na bolsa de valores.

Por isso, entender a lógica de atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil, no espaço metropolitano de Belém e de Manaus, implica em não mais pensar em uma competitividade industrial de empresas não financeirizadas, estas que são as mais dependentes do território, devido aos custos de produção, capacidade de concorrência, obtenção de mercados para comercialização de seus produtos, tendo sua localização fundamental para sua instalação no espaço.

Logo, é preciso pensar em uma Rede do setor de serviços avançados financeirizada que instala-se no espaço de uma forma menos rígida e fixa, terceirizando serviços, cujas instalações movem-se fundamentalmente no entorno da valorização de seus ativos financeiros, resultando em desenvolvimentos geográficos e desiguais cada vez mais complexos.

A maioria dos estudos, a respeito da financeirização do espaço metropolitano, está relacionada com os empreendimentos imobiliários que proliferaram nas últimas décadas, devido a abertura do mercado, as desregulamentações financeiras, as privatizações, entre outras políticas de cunho neoliberal que permeiam as transformações do território urbano.

Arelada a isso, o desenvolvimento do setor de serviços avançados também tem sido um dos motores da financeirização, por isso, a escolha de tentar compreender esse fenômeno por meio da atuação da Rede de farmácia Raia Drogasil em Belém e Manaus, pois exemplifica bem as interseções da era neoliberal e suas implicações no espaço metropolitano das metrópoles amazônicas, embora seja um tema de grande complexidade que ‘carece’ ainda de maiores estudos para melhor compreensão da realidade local.

Contudo, a nova reestruturação produtiva é marcada pela transição do capitalismo produtivo para o financeiro que gera um aumento significativo do desemprego pelo mundo, pois grande parte do mais valor, obtido na produção do capital produtivo, é drenado no mercado das finanças. Esse modelo econômico tem engendrado uma grande competição entre os países e as empresas que buscam novas áreas de expansão do capital, recursos naturais, mão

de obra e mercado consumidor, sendo, nesse aspecto, que as metrópoles amazônicas Belém e Manaus e outras áreas do território nacional despontam como importantes áreas de expansão do capital.

Diante desse cenário, a era neoliberal financeira/metropolitana tem também por característica fundamental a maior espoliação do trabalho, visto que grande parte das riquezas produzidas pela sociedade são drenadas para o mundo das finanças, beneficiando uma pequena e restrita classe de rentistas que, no caso brasileiro, cada vez mais, tem lucrado por mecanismos financeiros que tornaram o país mais endividado no que diz respeito ao aumento exponencial da dívida pública, juros altos, os quais têm inviabilizado o setor produtivo da economia nacional, gerando a desindustrialização e maior dependência do setor de serviços.

No que diz respeito ao setor de serviços avançados, a Rede de farmácias Raia Drogasil exemplifica bem o contexto atual da relação capital/trabalho, visto que esse setor da economia não remunera bem e tem uma lógica de atuação diferenciada se comparada com o período fordista o que será melhor discutido a seguir.

4.2.5 A relação capital/trabalho

O Neoliberalismo tem como premissa a competição exacerbada entre empresas que visam maior eficiência em seus variados ramos de negócios, mas essa eficiência não está relacionada em oferecer melhores produtos ou serviços de maior qualidade aos consumidores. Ela relaciona-se com a redução de custos por meio da terceirização de atividades e o arrocho salarial de funcionários com intuito de ampliar as margens de lucros.

A Rede de farmácias Raia Drogasil, do ramo varejista farmacêutico, exemplifica bem esse cenário, pois apesar de obter altos lucros com a venda de suas mercadorias e dos significativos rendimentos de suas ações no setor financeiro não remunera bem seus funcionários.

A Tabela 10 apresenta os salários dos funcionários da Raia Drogasil em cinco tipos de cargos, os cargos populares que remuneram em média R\$ 2.119,00, sendo o maior salário o de farmacêutico de R\$ 3.710,00; os cargos de farmácia têm em média R\$2.317,00; o salário maior chega a \$ 3.745,00; os cargos de logística pagam em média R\$1.930,00; o maior chega a apenas R\$2.940,00; os cargos de administração tem em média salarial R\$1.951,00; o salário maior é de R\$ 2.554,00; e por fim os cargos de gestão remuneram em média R\$ 2.496,00, tendo como salário maior R\$3.622,00.

Tabela 10– Salários dos Funcionários da Rede de farmácias Raia Drogasil

Cargos populares	Salário
Farmacêuticos	3710
Atendente	1397
Auxiliar de logística	1251
Farmacêutica	Salário
Atendente de farmácia	1466
Farmacêutico responsável	3745
Balconista de farmácia	1740
Varejo	Salário
Assistente de loja	1229
Caixa de loja	1481
Balconista	1690
Logística	Salário
Auxiliar de logística	1251
Líder de logística	2940
Assistente de logística	1474
Analista de logística	2844
Ajudante de motorista	1145
Administrativa	Salário
Assistente Administrativo	1717
Supervisor operacional	2554
Administrativo logística	2007
Supervisor Administrativo	2154
Auxiliar Administrativo	1325
Gestão	Salário
Gerente	2088
Subgerente	1780
Supervisor	3622

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em INDEED (2022)²².

A transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, marcada pela precarização das relações de trabalho que além de não suprirem a demanda de postos de trabalho, remuneram mal os trabalhadores com valores salariais que não condizem com jornadas de trabalho, abaixo da atividade industrial que remuneram melhor a mão de obra e ainda contribui para maior aquecimento da economia.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria para cada R \$1,00, produzido na indústria, são gerados R\$2,32 na economia brasileira, acima da Agricultura do comércio e serviços que a cada R \$1,00 é gerado, respectivamente R \$1,67 e R \$1,51 na economia nacional.

A precarização do trabalho está ligada também a baixa qualificação dos trabalhadores que exercem atividades e não necessitam de elevada qualificação, em contrapartida a indústria

²² É uma plataforma mundial que tem um banco de dados com informações referentes a vagas de empregos disponíveis em empresas. Disponível em: <https://br.indeed.com/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

além de necessitar de mão de obra qualificada contribui para o aquecimento da economia em outros setores, inclusive para o setor de comércio e serviços.

Mesmo com elevada queda na participação do PIB nacional, a indústria respondeu, em 2018, por mais de 30 % das exportações, por mais de 20 % das arrecadações federais, 15 % das contribuições previdenciárias e mais de 60 % dos gastos em pesquisa, ou seja, a atividade industrial era o principal motor dos investimentos em ciência e tecnologia.

Todavia, com a desindustrialização da economia nacional, o setor de serviços passou a ter maior relevância no PIB nacional, embora isso tenha como consequência a geração de postos de trabalhos mal remunerados e com baixa capacitação profissional e, ainda, sob um modelo político que implementa reformas trabalhistas e não atende aos interesses da classe trabalhadora, e sim o de tornar empresas mais rentáveis por meio dos cortes de despesas e mediante a redução de direitos trabalhistas.

Nos últimos anos, devido ao contexto econômico nacional menos favorável, a Rede de farmácias Raia Drogasil tem apostado na abertura de farmácias para um público de renda média e apresentou uma queda para o público de renda mais baixa. Em 2021, das 190 unidades abertas, 61 % foram classificadas como híbridas, destinadas ao público de renda média; 27 % de renda mais baixa e apenas 12 % das unidades abertas foram destinadas ao público de renda mais alta o que representa significativa mudança, visto que, em 2018, das farmácias abertas, 20 % era voltada para o perfil popular, 41% era híbrido e 39 % para consumidores de alta renda.

Tal mudança está relacionada com a crise econômica, pois muitos clientes buscam redes mais baratas devido à perda de sua capacidade econômica, fazendo com que esta Rede adotasse a inserção em outras faixas de renda da população. Mesmo com o cenário não muito favorável, a Raia Drogasil teve a maior participação no mercado em 2021, tendo 14,2 %; a concorrente de capital aberto mais próxima é a Pague Menos com 5,7% de participação no mercado.

Um dos riscos de mudança no público consumidor é a possível perda na taxa de lucro, no quarto trimestre de 2021, a empresa apresentou 6,5 %, uma queda de 0,8 %, em relação a 2020, no Ebitda, importante indicador financeiro que avalia empresas listadas na bolsa de valores. Entretanto, a Raia Drogasil tem compensado essa queda em investimentos menores, abrindo lojas mais simples e com produtos menos nobres.

As mudanças de público consumidores pode estar relacionada com as dificuldades em atrair clientes ligada à crise econômica que tem contribuído para alto grau de endividamento da população brasileira, pois o nível de endividamento médio das famílias brasileiras, em 2021, foi maior nos últimos 11 anos, de acordo com a pesquisa feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Tabela 11 – Famílias endividadas no Brasil por faixas de rendas de 2020 e 2021

Ano	2020	2021
Famílias endividadas	66,5 %	70,9%
Até 10 salários mínimos	67,8%	72,1 %
Acima 10 Salários mínimos	60,3%	66,0 %

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em Peic/CNC.

A Tabela 11 reforça o alto grau de endividamento das famílias brasileiras em 2020 e em 2021, onde as famílias de até 10 salários mínimos apresentaram aumento de suas dívidas, saltando de 66,5% em 2020 para 70,9 % em 2021. Já a família com renda acima de 10 salários mínimos também aumentou de 60,3% para 66,0 %.

Tabela 12 – Tipos de endividamento no Brasil 2020 e 2021

Ano	2020	2021
Cartão de Crédito	78 %	82,6%
Carnês	16,8%	18,1%
Financiamento de carro	10,7%	11,6%
Financiamento de casa	9,5 %	9,1%

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações em Peic/CNC.

A Tabela 12 expõe os tipos de endividamentos. O maior deles é o gasto com cartão de crédito, saltando de 78% em 2020 para 82,6% em 2021; seguido de carnês que chegaram a 18,1% em 2021; o financiamento de carro apresentou 11,6% em 2021; e por fim o financiamento de casa que baixou para 9,1 % em 2021.

Dessa forma o endividamento da população brasileira estampa o elevado grau de

financeirização da população brasileira, cada vez mais endividada por mecanismos de financiamentos, os quais são contraídos por exorbitantes juros que drenam grande parte da renda dos trabalhadores para os diversos mecanismos de transações financeiras.

O alto nível de endividamentos das famílias brasileiras, atrelado aos altos índices de desempregos no país, caracterizam a era financeira/metropolitana que tem como consequência a precarização do trabalho, principalmente nos lugares, onde as atividades econômicas são mais incipientes e a força de trabalho tem em sua maioria baixa qualificação profissional.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil subiu de 7,9 % em dezembro de 2022 para 8,3 % em janeiro de 2023.

Até janeiro de 2023, segundo a PNAD, o Brasil tinha 9 milhões de desempregados – pessoas com mais de 14 anos que buscaram emprego, mas não conseguiram encontrar. Entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, a população ocupada (empregados, empregadores, funcionários públicos) era de 98,6 milhões de pessoas, enquanto que a força de trabalho que é formada por pessoas ocupadas ou em busca de emprego chegou em 107,6 milhões no trimestre móvel, encerrado em janeiro de 2022.

No caso das metrópoles de Belém e de Manaus, os números são ainda mais desfavoráveis, pois segundo os dados da Fundação Perseu Abramo (2017), a região Norte do país apresentou 8,5% da população e 11,7% dos informais. O estado do Pará é o 9º estado do país com maior número de trabalhadores informais. Há aproximadamente 3.838 trabalhadores atuando sem registro formal, sem proteção do sistema de seguridade social (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017).

A Foto 18 exibe a feira do Barreiro (Distrito Administrativo da Sacramento) e expressa bem o alto índice de informalidade na Região Metropolitana de Belém. Nessa feira, encontram-se diversas mercadorias, como roupas, objetos usados, utensílios domésticos, bicicletas, pneus, frutas, hortaliças, peças de televisão, entre outras.

Foto 18 - Trabalho informal em Belém



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antonio Lopes Menezes (2023).

De acordo com a Fundação Perseu Abramo (2017), o setor do comércio, corresponde a 42,6% do setor informal paraense, sendo que estes trabalhadores informais estão majoritariamente localizados em áreas urbanas dos municípios do estado, ou seja, quase 70% dessa categoria atuam nessas áreas, demonstrando, dessa forma, a precariedade da economia urbana paraense, além disso segundo dados da PNAD (2017), mais de 40% dos trabalhadores ocupados no estado do Pará ganhavam até um salário mínimo.

Na capital paraense, os trabalhadores informais representam mais de 40% da População Economicamente Ativa e, ainda, conforme os dados organizados pela Fundação Amazônia de Amparo Estudos e Pesquisas a Região Metropolitana de Belém tinha, em 2017, aproximadamente um quantitativo de 600 mil trabalhadores informais, desses cerca de 70%, trabalham no centro comercial de Belém.

Foto 19 – Trabalho informal em Manaus



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antonio Lopes Menezes (2023).

A Foto 19 apresenta trabalhadores informais, comercializando seus produtos no centro comercial da capital amazonense. O trabalho informal, no estado do Amazonas, também tem crescido nos últimos anos, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o estado registrou a terceira maior taxa de informalidade do país no terceiro trimestre deste ano pesquisado, representando 57,1 % da população economicamente ativa, ficando apenas atrás do estado do Pará e Maranhão que apresentaram, respectivamente as taxas de 60,5 % e 59,1 %.

O trabalhador autônomo no estado do Amazonas é a categoria que apresentou a maior quantidade de trabalhadores informais, 533 mil, em seguida os trabalhadores empregados no setor privado sem carteira assinada, que representam 226 mil da população do estado. A pesquisa estimou ainda que a população desocupada no Amazonas era de 256 mil pessoas e que 611 mil pessoas trabalham por conta própria, o que representa 35,7 % das pessoas

ocupadas no estado. Em Manaus a taxa de desemprego chegou a 11,8 % no terceiro trimestre de 2022, 58,35 % dos ocupados na capital trabalham em regime informal bem acima da média nacional que é 40,9 % (IBGE, 2021).

Uma das facetas da era neoliberal financeira/ metropolitana no país e conseqüentemente sentido nas metrópoles Belém e Manaus são os grandes índices de desemprego, acompanhado concomitantemente da precarização do trabalho, onde devido a sociedade financeirizar-se e, cada vez mais, os postos de trabalho do setor produtivo tornaram-se muito mais restritos.

Nas últimas décadas, devido às manobras políticas que compreendem que o Estado não deve gastar e que deve ser enxugado (privatizações), adotando medidas que busquem a austeridade fiscal (teto de gastos) , no que diz respeito a investimentos e infraestrutura , ciência e tecnologia e serviços básicos à população , mas que apenas deve-se comprometer a honrar os pagamentos dos juros e amortizações da dívida pública e beneficiar uma parcela ínfima que locupletam-se com esse modelo político o que tem inviabilizado em grande medida, a economia nacional, tornando-se altamente dependente do setor de serviços que, além de não pagar bem, tem postos de trabalho limitados, aumentando em muito, o exército de reserva de trabalhadores cada vez mais precarizados.

A Foto 20 apresenta trabalhadores de aplicativos em uma ciclovia, localizada no bairro do Marco em Belém, onde nota-se que utilizam a bicicleta como meio de transporte para realizarem a entrega de produtos comercializados via aplicativo. Em meio ao descanso de uma entrega e à espera de uma nova corrida, esses trabalhadores trabalham em grandes jornadas de trabalho, correm o risco em seu deslocamento diário, desgastam seus equipamentos, recebem pelo serviço um valor irrisório que vai ser dividido em parte com a empresa detentora do aplicativo, não têm qualquer vínculo empregatício e muito menos qualquer direito trabalhista, como: recolhimento para a previdência social, férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego, representação sindical , entre outros direitos, o que denota o grande grau de precarização de trabalho para essa atividade que absorve um grande número de trabalhadores informais.

Foto 20 - Trama financeira/ metropolitana- capital /trabalho



Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antonio Lopes Menezes (2023).

A Foto 20 apresenta mais uma característica da trama financeira/metropolitana expressa na espacialidade das relações sociais cotidianas, relacionadas com as relações pós-fordista de capital/trabalho, onde o grau de precarização e espoliação aumentaram consideravelmente, sobretudo no tecido metropolitano e com alto grau de intensidade, ainda mais se tratando das metrópoles precarizadas da periferia do sul global, como no caso de Belém e de Manaus.

A espoliação do trabalho tem ocorrido na esfera cotidiana metropolitana, seja nos mecanismos de créditos nas compras básicas no dia a dia das famílias, nos financiamentos de imóveis, de carros, e mesmo de bens de consumo duráveis, na compra de medicamentos nas farmácias da Raia Drogasil ou em qualquer outra rede de farmácias, os quais são realizados

pelo comprometimento de rendas futuras , na utilização de aplicativos de transporte e de entrega de serviços , no uso de redes sociais na internet que são controladas por grandes empresas globais monopolistas que detêm um grande banco de dados informacionais sobre o consumo do seus usuários , os gostos , os desejos , as suas localizações, entre outras informações , que são comercializados com outras empresas. Tudo isso controlado pelo uso de algoritmos que estimulam ainda estes usuários a utilizarem essas plataformas e trabalharem diariamente no aperfeiçoamento desses *softwares*.

Na esfera da atuação do Estado, nota-se uma grande drenagem de grande parte das riquezas produzidas pela sociedade para o mercado financeiro, na construção de grandes obras públicas com parcerias com empresas privadas que privilegiam o capital imobiliário e as incorporadoras de capital aberto, as privatizações de espaço público o que restringe o direito dos cidadãos de usufruir da cidade.

A trama financeira metropolitana/financeira como mostra a Foto 20 tem um grau de complexidade cada vez mais significativa, visto que a espacialidade, desenhada pela atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil, contribui para situar um novo estágio do capitalismo mundial, a financeirização da sociedade e consequentemente a financeirização do espaço metropolitano que, no caso das metrópoles precarizadas de Belém e de Manaus, é permeada por um grau de espoliação do trabalho ainda mais severa, realizando-se por meio de uma trama mais perversa, embutida diretamente no cotidiano da sociedade, transformando o espaço metropolitano, cada vez mais apropriado por esses mecanismos, tornando-se ainda mais disperso, segregado , gentrificado e substancialmente ainda mais desigual.

Portanto, a interseção do Neoliberalismo em Belém e Manaus tem implicado na intensificação do processo de metropolização precarizada, transformando a dinâmica metropolitana, permeada, agora, pela financeirização do espaço metropolitano, que tem difundido um modelo político/econômico excludente e desigual, ainda mais tratando-se da periferia do sul global. A seguir o próximo capítulo, deste trabalho, apresentará as principais conclusões deste estudo, os resultados obtidos, as suas limitações e as suas recomendações.

CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO

Fonte: Acervo fotográfico particular de Marco Antônio Lopes Menezes (2022).

Esse capítulo foi dividido em duas partes: a primeira apresenta as principais conclusões da pesquisa, os principais resultados alcançados e suas limitações; já a segunda parte expõe as principais recomendações do estudo.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Esta pesquisa teve por objetivo realizar uma análise geográfica da interseção no Neoliberalismo nas metrópoles de Belém e de Manaus, a partir da espacialidade, desenhada pela Rede de farmácias Raia Drogasil, onde buscou-se situar a era financeira/metropolitana, considerando o grau de intensidade que esse período tem implicado nessas metrópoles. Para isso, foram apontadas as especificidades identificadas nesses centros, relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo no espaço metropolitano, na tentativa de contribuir para o resgate de uma Geografia da desigualdade, diante do contexto global de hegemonia do capitalismo financeiro monopolista.

Esta Dissertação pensou, enquanto contribuição metodológica para ciência geográfica, o desenvolvimento de uma Geografia a partir da análise das espacialidades de Rede de farmácias Raia Drogasil nas metrópoles de Belém e de Manaus, considerando as transformações ligadas com a nova reestruturação produtiva, ocorridas em escala global, mas que também reverberam em escala nacional, regional e com enfoque na escala do espaço metropolitano, permeado nas últimas décadas pelo espraiamento do Neoliberalismo enquanto instrumento político, econômico e ideológico, também responsável por drásticas transformações espaciais.

Por isso, esta pesquisa traçou uma perspectiva teórico-metodológica que tentasse estabelecer uma análise geográfica do contexto de transformações da era neoliberal metropolitana/financeira por meio dos seus desdobramentos no espaço metropolitano de Belém e Manaus. Assim, constatou-se, no decorrer do trabalho, que a perspectiva de análise do desenvolvimento do capitalismo está diretamente relacionada na percepção de como esses fenômenos espaciais manifestam-se, ou seja, consistiu em realizar uma investigação multiescalar por meio da apreensão do fenômeno de metropolização.

Para isso, tornou-se imprescindível utilizar, como caminho central, o entendimento das especificidades desse fenômeno, ou seja, tentar mensurar o nível da força do desenvolvimento capitalista, visto que a análise geográfica desta pesquisa estaria centrada em desenvolver uma Geografia do Neoliberalismo, ou seja, no esforço em observar o grau de intensidade e as consequências que esse modelo político, econômico, ideológico e, conseqüentemente, geográfico tem manifestado-se na periferia do sul global, em destaque para as metrópoles,

precarizadas da Amazônia brasileira.

Para isso, foi utilizada a noção do desenvolvimento geográfico e desigual como ferramenta teórica-metodológica que teve por premissa investigar a inerente expansão desigual do modo de produção capitalista por meio da apreensão das especificidades e as espacialidades, desenhadas na escala metropolitana de Belém e de Manaus.

A noção da produção de diferentes espacialidades, no seio do desenvolvimento capitalista no espaço geográfico, traz consigo a percepção das peculiaridades dos fenômenos espaciais, haja vista que o capitalismo não desenvolve-se homoganeamente no espaço, sendo necessário desenvolver estudos que considerem os diferentes estágios de desenvolvimento sobretudo no sul global.

Para compreender melhor, as diferentes formas de espacialidades que o capitalismo atual tem produzido, partiu-se de uma investigação de três momentos históricos distintos e vivenciados por esses centros urbanos:

- período do **capital mercantil** que vai do início da ocupação portuguesa na Amazônia no século XVII até meados do século XX;
- segundo período, o do **capital industrial** que inicia-se em meados do século XX e vai até a redemocratização do país em 1985; e
- o terceiro período é do **capital financeiro**, iniciado, a partir de 1985, com a redemocratização e que vem ocorrendo até os dias atuais.

O período de capital mercantil foi baseado na exploração de recursos naturais da floresta amazônica, guiado pelo modelo colonial, controlado pela coroa portuguesa que tinha como base econômica a exportação das drogas do sertão por meio de mão de obra escrava. Desse modo, a urbanização iniciou-se com o estabelecimento de Belém, devido a sua localização geográfica privilegiada, próxima a foz do rio Amazonas com o oceano Atlântico como o principal núcleo urbano, controlando a comercialização dos produtos coletados nas confluências dos principais rios da bacia amazônica.

Nesse período, outros importantes núcleos urbanos surgiram, por meio de uma geopolítica de ocupação do sertão amazônico, mediante a construção de fortes militares em pontos estratégicos com intuito de proteger militarmente, politicamente, economicamente e ideologicamente a região das expedições britânicas, holandesas e francesas que também tinha interesses em ocupá-la e explorá-la economicamente.

A ideia de ser um grande vazão demográfico e de grande riqueza perpetuou-se, no sentido da realização de uma exploração dos seus recursos naturais, visto que no período colonial, a região era vista como o “eldorado” que precisava ser conquistado, gerando interesses

das principais potências europeias da época.

A formação dos seus primeiros núcleos urbanos tinha por objetivo resguardar o território para a Coroa Portuguesa dos invasores que pirateavam as drogas do sertão (guaraná, anil, salsa, urucum, cacau, baunilha, castanha-do-Pará, noz de pixurim etc.), pois tinha alto valor comercial na Europa, além de servir de base para comercialização e exportação para o mercado externo, posteriormente, com o ciclo da borracha, Belém consolidava-se como o principal centro urbano da região, comandando as exportações para o mercado mundial.

Nessa época, a cidade de Manaus foi fundada a partir da construção de uma fortaleza na foz do rio Negro, onde desenvolveu-se um pequeno núcleo populacional dependente e subordinado a Belém que, em 1751, tornou-se a capital do estado do Grão-Pará e Maranhão, passando a ter um *status* maior para Coroa Portuguesa que refletiu em melhorias em sua infraestrutura urbana com a construção de vias e importantes prédios públicos. Somente com o ciclo da borracha, a partir de 1879 que Manaus passa a ter maior crescimento econômico e, conseqüentemente, urbano com melhorias em sua infraestrutura.

A economia gomífera proporcionou a região amazônica o seu maior apogeu econômico e contribuiu, substancialmente, para o crescimento populacional com a chegada principalmente de imigrantes nordestinos, surgindo novos núcleos urbanos ao longo dos seus principais rios.

O ciclo da borracha propiciou grande riqueza às elites locais de Belém e de Manaus que beneficiaram-se com a melhoria dos equipamentos urbanos, mas a maior parte da população de origem indígena e escrava esteve à margem desse processo, beneficiando-se muito pouco da riqueza obtida e ainda sofria com políticas higienistas que expulsavam essas populações do centro da cidade.

Com a crise do ciclo da borracha, no início do século XX, a região amazônica passou por décadas de estagnação econômica, resultando em grande perda da sua população, Belém e Manaus sentiram muito esse período, principalmente Manaus que ascendeu no auge da economia gomífera, mas que tinha uma economia mais frágil que Belém que, ainda, configurava-se como o maior entreposto comercial da região, favorecida pela sua localização geográfica, mesmo ‘sofrendo’ com décadas de crise econômica.

O período do capital industrial, na Amazônia, marca a volta da inserção da região, perante a economia mundial por meio de políticas de integração nacional que tinham por objetivo integrá-la, mediante a criação de infraestruturas, como: rodovias, portos, hidrelétricas e os grandes projetos minerais, madeireiro, agropecuária que incentivou a ocupação de áreas com grandes vazios demográficos, além de garantir a soberania nacional, dotando o território

nas áreas de fronteiras como a criação de instituições e projetos o que tornou o Estado Brasileiro mais presente nos lugares mais longínquos dessa região.

Um dos principais exemplos dessa política, implementada nos governos militares ditatoriais, foi a criação da Zona Franca de Manaus (1967) que alterou significativamente a dinâmica urbana da capital amazonense que a partir de então passou a crescer exponencialmente.

A ideia desse projeto consistia em criar um polo industrial em uma região que não produzia insumos e nem tinha mercado consumidor, cujo único atrativo era um conjunto de incentivos fiscais que atraíram grande quantidade de indústrias, tendo, ainda, a perspectiva de garantir a soberania da Amazônia ocidental que era pouco povoada e manter a floresta preservada, devido ser uma atividade econômica que impacta menos em comparação com outras.

Já a Amazônia oriental foi a mais impactada com a instalação da maioria dos projetos mineralógicos e agropecuários, sendo o estado Pará um dos mais afetados com os impactos socioambientais, devido a instalação dessas atividades. Embora na capital paraense não tenha instalado-se nenhum projeto, a cidade sentiu a pressão demográfica com os deslocamentos das populações impactadas, diretamente ou indiretamente, com a implantação dos grandes projetos.

Tais projetos tinham uma perspectiva desenvolvimentista que pensava em transformar o Brasil em uma potência regional e visualizavam a Amazônia como uma fronteira rica em recursos naturais, onde toda a infraestrutura criada, tinha por base atender a demanda internacional de *commodities*, sobretudo o mercado asiático, além de atender a demanda interna do país das regiões mais industrializadas, mediante a exploração dos recursos naturais e da criação de uma mercado consumidor regional, altamente dependente dos bens industrializados no centro-sul do país.

Esse período é marcado pela metropolização de Belém que mesmo com uma indústria incipiente estabeleceu-se como um importante centro cultural, comercial e de serviços e metrópolizou-se a partir de sua integração com as regiões mais industrializadas a partir da construção da rodovia Belém-Brasília (Br-010), em contrapartida tornou-se ainda mais dependente da importação dos bens produzidos no sudeste do país.

Já Manaus metropolizou-se a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, o que remodelou sua configuração espacial, provocando o grande aumento de sua população e um considerável espraiamento do seu tecido urbano, tornando-se uma das maiores cidades do país.

Nesse período, a exploração de recursos naturais foi ampliada na realização do projeto desenvolvimentista de modernização do país por meio da industrialização externa, resultando

em uma série de contradições de um modelo que visualizava a região como um conjunto de *commodities* que precisava ser exportado para o exterior, atendendo os preceitos do capital internacional e as necessidades da região concentrada do Brasil que continuava industrializando-se.

Em suma, a Amazônia serviu no processo industrial como mera exportadora de recursos naturais para atender a industrialização de países desenvolvidos e, no caso brasileiro, servir as necessidades da industrialização nacional, por meio da produção de energia e fornecimento de matéria-prima.

Além de comercializar matéria-prima e como mercado consumidor dos produtos industrializados, a Amazônia estabeleceu-se perante a divisão internacional do trabalho, como periferia global e inclusive periferia da região concentrada do país, visto que a geopolítica adotada para região, serviu para atender as demandas externas, constituindo-se de forma frágil e altamente dependente do capital internacional.

O período atual, o do capital financeiro na Amazônia, iniciou-se a partir da redemocratização com o fim dos governos militares ditatoriais (1985), marcando o fim da perspectiva desenvolvimentista, centrada na implementação de grandes projetos de desenvolvimento pelo Estado.

Isso deu lugar às políticas de cunho neoliberal, marcadas pelas privatizações de empresas estatais de fomento ao desenvolvimento; ao desmantelamento do setor produtivo (desindustrialização); a desregulamentação de direitos trabalhistas; o incentivo à expansão da fronteira agrícola, especialmente o cultivo de soja, cana de açúcar, pecuária extensiva, produção de carvão vegetal em detrimento a agricultura de base familiar produtoras de alimentos e extrativista que perderam espaço para uma agropecuária altamente mecanizada, que culminou com o êxodo rural para os centros urbanos com precárias infraestruturas.

Nesse período, as principais infraestruturas, implementadas na Amazônia, foram as construções de hidrelétricas para atender a demanda de outras regiões do país. A mais emblemática delas foi Belo Monte no Pará que tem uma capacidade energética controversa para os grandes impactos ambientais causados, a intensificação de projetos mineralógicos, controlado por empresas que foram privatizadas e estão financeirizadas, aliadas com os baixos investimentos em setores estratégicos, como: infraestrutura, ciência e tecnologia.

Isso tornou a região extremamente dependente do repasse de recursos federais e da intensificação dos impactos ambientais nos últimos anos, onde tem notado-se o aumento do desmatamento, inclusive em unidades de proteção ambiental, aumento do garimpo ilegal, ligado em alguns casos ao narcotráfico, sobretudo nas áreas de fronteira, o grande número de

morte ligadas a conflitos fundiários, biopirataria e extermínio dos povos indígenas o que vem tornando a região ainda mais periférica frente ao capitalismo mundial.

As metrópoles de Belém e de Manaus, nesse período, consolidaram-se como os principais centros urbanos da região, com as melhores infraestruturas de comércio e de serviços mais sofisticados e um polo industrial, localizado em Manaus, mas que vem apresentando declínio nas últimas décadas.

A era neoliberal metropolitana/financeira desenvolveu-se no cenário de transformação capitalista, onde o setor produtivo da economia mundial perdeu hegemonia para o setor improdutivo que o tornou mais rentável para expansão do capital, visto que o capital não tem por objetivo primordial a produção de mercadorias no mercado. Com a retirada do lastro ouro, a economia teve por premissa eliminar barreiras a sua expansão, por meio das desregulamentações financeiras a nível global, atrelada com a crise do modelo fordista-keynesiano que já encontrava-se estagnado e também era considerado uma barreira para sua expansão.

Assim, o Neoliberalismo é entendido enquanto conjunto de políticas econômicas que visam o desmantelamento estatal não no sentido de extirpá-lo, pelo contrário, e sim no sentido de retirar sua responsabilidade enquanto garantidor de políticas de bem-estar social para configurar-se como mero organismo fomentador que subsidia a lógica de mercado que hoje encontra-se subordinado a hegemonia financeira.

Portanto, estabeleceu-se um modelo altamente excludente e espoliativo que tem apropriado-se da riqueza produzida pela sociedade em 'prol' de atender aos interesses de uma classe rentista monopolista, cada vez mais rica, que tem desencadeado graves crises econômicas globais. Um dos motores da expansão capitalista atualmente foi a consolidação do processo de metropolização que disseminou o modo de vida metropolitano, não mais permeado pela hegemonia da produção de mercadorias e pela lógica de produção fordista.

No entanto, observa-se atualmente que a indústria transformou-se na própria cidade, no sentido de que o espaço metropolitano converteu-se no *locus* da expansão capitalista, tornando-se, assim, como a principal mercadoria, fenômeno este que vem ocorrendo nos principais centros metropolitanos mundiais, por meio da ação do Estado, dos empreendimentos imobiliários e dos serviços avançados que atuam nas cidades, mediante a transformação do território metropolitano em ativos financeiros, desencadeando o processo de financeirização do espaço metropolitano que vem destituindo sua função como valor de uso para sua potencialização enquanto valor de troca, mas agora altamente subordinado pela lógica das finanças, o que tem levado a economia global a graves crises, como exemplo, a do Subprime

em 2008.

Por meio da apreensão histórico-geográfica nos três períodos destacados anteriormente ajudaram a compreender melhor as transformações, vivenciadas no período atual nas metrópoles de Belém e de Manaus e, para além disso, adotou-se como estudo de caso a Rede de farmácias Raia Drogasil que devido ser a maior Rede do setor varejista farmacêutico do país e nos últimos anos ter expandindo-se com grande intensidade pelo território nacional.

Isso destaca as metrópoles de Belém e de Manaus, visto a significativa participação na dinâmica metropolitana desses centros urbanos, pois acredita-se que o entendimento da atuação desta Rede, além de exemplificar bem o modelo financeiro /metropolitano que permitiu ampliar a discussão acerca do processo de financeirização do espaço, por meio da participação de novos agentes econômicos como as grandes Redes varejistas de capital aberto que compõem o setor de serviços avançados e também vem contribuindo para esse processo.

Os principais resultados alcançados nesta Dissertação reforçam que a interseção do Neoliberalismo, analisado a partir da espacialidade da Rede de farmácias Raia Drogasil em Belém e Manaus, apontam que tem sua configuração espacial atual, está desenhada em três principais características identificadas:

- **a metropolização precarizada;**
- **a financeirização do espaço metropolitano;**
- **a produção de desigualdades socioespaciais.**

O processo de metropolização precarizada acompanha desde o período da constituição desses núcleos urbanos enquanto metrópoles (capital industrial), ao período atual de consolidação metropolitana (capital financeiro). Os anos dourados do capitalismo nos países desenvolvidos foram marcados pelo processo de industrialização, somadas às políticas de intervenção estatal na economia e no fomento das políticas de bem-estar social, melhorando a distribuição de renda, o pleno emprego, os investimentos maiores em educação, a saúde e a infraestrutura.

No Brasil, essas melhorias ocorreram de forma mitigada, principalmente na região sudeste do país a mais industrializada; já na Amazônia, o desenvolvimento capitalista desencadeou um tipo de metropolização que atendeu a industrialização externas o que acentuou ainda mais as desigualdades, onde a maior parte da população local passou a viver em cidades com baixa qualidade de vida.

A industrialização, nesses centros metropolitanos, ocorreu notadamente no polo industrial de Manaus que tem como peculiaridade apenas ser o local da montagem de eletrônicos, como: televisores, celulares, aparelhos de som, ar condicionado,

microcomputadores, *chips* e veículos como as bicicletas e as motocicletas, não produzindo tecnologia e insumos, estando voltada a atender o mercado nacional, tendo apenas como atrativo incentivos fiscais que, no últimos anos, têm ‘sofrido’ ameaças de cortes e restrições.

A metropolização de Belém e de Manaus iniciou-se no período de industrialização externa e incompleta e consolidou-se na era neoliberal financeira/metropolitana, caracterizada pela desindustrialização do país e ampliação das disparidades regionais, pautadas em um modelo econômico de restrição a ação do Estado no fomento econômico e garantia de bem-estar em ‘prol’ do aumento da distância entre os mais ricos perante os mais pobres.

Isso contribuiu na formação da Amazônia urbana, resultante das disparidades regionais do país e na acentuação da pobreza de uma população invisibilizada, habitando centros urbanos que surgiram de forma precarizada para atender as necessidades de demandas capitalistas externas.

Já a era neoliberal financeira/metropolitana em Belém e Manaus, ainda, é marcada por uma visão histórica de conceber a região amazônica enquanto fronteira de expansão do capital, controlada agora por grandes empresas financeirizadas que exploram os recursos naturais para atender a lógica de mercado externo, onde o Estado tem incentivando, nos últimos anos, a construção de hidrelétricas, a exploração mineral e a expansão do agronegócio que vê os recursos naturais como obstáculos para implantação de monoculturas e da pecuária extensiva, negligenciando a maior riqueza da região que é sua biodiversidade.

É fato que mesmo com avanços científicos na área de biotecnologia, na substituição da matriz energética para fontes renováveis já adotados nos países avançados, a exploração dos recursos naturais predatoriamente perpetua-se, tendo como consequência, nos últimos anos, as maiores taxas de urbanização do país, consolidando um tipo de metropolização precarizada como nos casos de Belém e de Manaus, permeada por frágeis investimentos públicos, grandes *déficits* em infraestrutura básica e uma pobreza generalizada que traduz uma das principais contradições dessas metrópoles, situadas na região com maior biodiversidade do planeta.

Assim, o desdobramento do processo de metropolização precarizada também está relacionada com a financeirização do espaço metropolitano que com o desenvolvimento do capital imobiliário tanto em Belém quanto em Manaus – por meio da ação das incorporadoras de capital aberto, principalmente oriundas da região concentrada do país que adentraram no mercado local com maior intensidade a partir dos anos 2000 – nota-se no espaço metropolitano desses centros, novos arranjos espaciais que estão cada vez mais submetidos a lógica das finanças.

Desse modo, o ambiente construído metropolitano perpassou os modelos clássicos – já

estudados pela Geografia urbana para o modelo financeiro/ metropolitano que tem por intuito o controle do território metropolitano, não apenas no que diz respeito a especulação, a valorização espacial na venda de imóveis, mas muito mais ligado as finanças –, que são formas de aplicações de capital, ou seja, na transformação de empreendimentos imobiliários em papéis financeiros que podem render juros, dividendos, entre outros mecanismos de financeirização.

Portanto, esta pesquisa buscou analisar o segmento econômico dos serviços avançados que está atrelado diretamente com a financeirização da economia, visto que esse ramo é constituído por empresas de capital aberto que devido a concentração de montantes elevados de capital tem disseminando-se pelo território nacional, controlando amplamente o mercado nacional e conseqüentemente o espaço metropolitano.

A espacialidade, desenhada pela Rede de farmácias Raia Drogasil, permite afirmar que essa Rede configura-se como um agente que participa diretamente no processo de financeirização do espaço metropolitano de Belém e de Manaus, uma vez que, por meio da espacialização das farmácias e na compreensão da sua lógica de atuação, observou-se a composição da trama financeira/metropolitana, centrada na apropriação do território, baseada na perspectiva neoliberalizante, onde empresas de capital aberto instalaram-se, apresentando vínculos espaciais e objetivos diferenciados se comparados ao período anterior fordista/keynesiano, onde o mecanismo das finanças deixou de ser apenas o meio para ser o fim na acumulação de capital.

Por fim, a característica mais latente observada, está alicerçada na Produção de profundas desigualdades do espaço metropolitano, desencadeadas ao longo da ocupação da Amazônia, que tem como resultado um tipo de metropolização precarizada. A concepção da região amazônica enquanto fronteira econômica para exportação – baseado na subalternização aos agentes exógenos, pautado em um projeto de exploração de recursos naturais – tem gerado grandes desigualdades no que tange a divisão territorial do trabalho, a qualidade de vida relacionada, à pobreza, a educação, a saúde, a renda e aos baixos investimentos públicos.

No que tange à divisão territorial do trabalho, a inserção da região amazônica realizou-se, tendo como papel o de mera exportadora de matéria-prima, não tendo grande valor agregado se comparado com os produtos tecnológicos de maior valor.

Nesse sentido, Belém e Manaus não configuram-se como importantes centros de produção industrial e tecnológica, visto que apenas centralizam serviços, comércio e atividades informais, com uma mão de obra, em sua maioria, com baixa qualificação e conseqüentemente baixo poder aquisitivo da maior parte de sua população. Além disso, apresentam péssimos indicadores com relação ao saneamento básico, a infraestrutura, a habitação, a distribuição de

renda, entre outros.

A forma como o capitalismo desenvolveu-se no passado na região amazônica e como desenvolve-se hoje, sobretudo no espaço metropolitano de Belém e de Manaus tem revelado as contradições do modo de produção capitalista que privilegia determinadas áreas do território em detrimento de outras.

O crescimento metropolitano de Belém e de Manaus desnuda que na periferia do sul global, o modo de vida metropolitano desenvolveu-se, primeiramente para atender as necessidades de expansão do capital do países desenvolvidos e também subordinou-se às áreas mais privilegiadas do território nacional a região concentrada, controlada pela metrópole nacional São Paulo, o que contribuiu para o elevado grau de dependência dos produtos industrializados dessa região, acompanhado de baixos investimentos por parte do Governo Federal em infraestrutura, ciência e tecnologia, configurando estas metrópoles com precárias condições para implantação de atividades econômicas, baixa qualificação de mão de obra, resultando em uma economia marginal, formada por um grande número de trabalhadores precarizados.

A produção de desigualdades socioespaciais está expressa na forma pela qual as atividades econômicas são realizadas que, no caso de Belém e de Manaus, grande parte de sua mão de obra realiza atividades informais, ligadas às atividades do setor terciário, o que apresenta o papel marginal desses centros na divisão territorial do trabalho.

A escolha de Belém e de Manaus como recorte espacial deste estudo que, como já informado, não teve por objetivo central realizar um estudo comparativo, e sim é o resultado de uma grande carência de estudos nesses centros metropolitanos que, por meio da perspectiva teórico / metodológica e o estudo de caso proposto, pudesse ajudar a compreender o grau de intensidade que era neoliberal chegou em ambas metrópoles que, mesmo situadas na região amazônica e com algumas características em comum, têm especificidades distintas.

A metrópole Belém, devido depender fortemente do comércio e dos serviços em sua economia e somadas a sua configuração metropolitana, tem conurbação consolidada com os municípios metropolitanos em seu entorno, ligação rodoviária com todas as regiões do país, a instalação do capital imobiliário mais antiga em seu território e também tem o maior número de farmácias da Rede Raia Drogasil, apresentou o grau de intensidade maior em relação aos processos de influência neoliberal.

No caso da metrópole Manaus, devido a sua configuração metropolitana atual não ter, ainda, conurbação consolidada com os municípios de sua Região Metropolitana, ter uma conexão rodoviária limitada com as demais regiões brasileiras, por abrigar um importante polo

industrial, responsável por 8% da produção industrial do país e representar 36% do Produto Interno Bruto de Manaus, e ainda ter a menor atuação da Rede de farmácias Raia Drogasil, apresentou um grau de intensidade menor de implicações da era neoliberal se comparado com Belém.

Porém, tanto Belém quanto Manaus apresentam uma economia com grande quantidade de pessoas desempregadas e graves problemas estruturais. Paralelamente a isso, em ambas, nas últimas décadas, com a expansão do capital imobiliário e o de serviços avançados, nota-se a disseminação do processo de financeirização do espaço metropolitano, permeado pelo maior controle do território metropolitano que tem resultado na espoliação cada vez maior das populações mais pobres, na gentrificação para áreas mais distantes dos serviços básicos de saúde, educação e moradia adequadas que revelam em suas espacialidades um tipo peculiar de metropolização – **a metropolização precarizada**.

Contudo, a escolha da Rede de farmácias Raia Drogasil como estudo de caso nesta pesquisa, também teve por objetivo situar o momento atual em que grandes redes do setor de serviços avançados, não somente do setor farmacêutico varejista, mas também grandes redes do varejo de supermercados, instituições de ensino superior, academias de musculação, grandes redes de restaurantes, *shopping centers*, entre outras, têm expandindo-se pelo território, sobretudo nas áreas metropolitanas, controlando essas áreas pela lógica da financeirização que assinala a era financeira/metropolitana que, atrelada aos grandes empreendimentos imobiliários pelas incorporadoras de capital aberto, vão redesenhando a forma do ambiente construído, resultando em **novas espacialidades** que desnudam uma sociedade metropolitana, ainda mais desigual e que reforçam a necessidade da constituição de uma Geografia contemporânea, cada vez mais concatenada com essas transformações.

Ainda, assim, esta pesquisa está distante de compreender as minúcias da era neoliberal financeira/metropolitana, permeada por inúmeras contradições e alto nível de complexidade que a expansão capitalista implica, porém, este trabalho teve por intuito expor a necessidade de ampliar os estudos com relação a essa temática que tem um espaço bastante fértil para novas contribuições para a Geografia, principalmente tratando-se do sul global e da periferia do sul global como o caso das metrópoles de Belém e de Manaus, onde modelos e teorias externas não condizem com a realidade desses centros, necessitando de uma investigação aprofundada.

As limitações, desta pesquisa, esbarraram primeiramente por ser uma temática relativamente recente, onde a maioria das pesquisas, estão concentradas principalmente em São Paulo com uma abordagem voltada ao Planejamento urbano/ Governança Metropolitana, ou seja, estão relacionadas a entender como o poder público, principalmente na esfera municipal,

tem influenciado o desenvolvimento do modelo neoliberal nos últimos anos.

Já os estudos, relacionados com a financeirização do espaço, estão principalmente ligados com a expansão do capital imobiliário nas principais metrópoles do país, discutindo as implicações das grandes incorporadoras de capital aberto que cada vez mais estão controlando o espaço metropolitano, pautadas pela lógica financeira de aplicações do capital excedente no ambiente metropolitano construído.

Assim, este trabalho buscou ampliar esses estudos e relacioná-los com a expansão do setor de serviços avançados que também têm contribuído para o espraiamento da lógica financeira no território metropolitano, por isso, a escolha da Rede de farmácias Raia Drogasil como estudo de caso o que também acarretou em grandes dificuldades, especialmente por ainda não ter muitos estudos sobre essa temática, além da dificuldade de conseguir dados sobre a atuação dessa Rede.

Outra limitação desta pesquisa, foi a dimensão subjetiva da era neoliberal dos sujeitos, sobretudo dos trabalhadores da Rede de farmácias Raia Drogasil e dos demais trabalhadores precarizados os quais revelam as perversas relações de trabalho nas espacialidades manifestadas tanto em Belém quanto em Manaus, bem como a dimensão ideológica contemporânea centrada na constituição de trabalhadores atomizados destituídos do debate político e do direito à cidade, que mesmo discutido brevemente nesta pesquisa, necessita ainda de outras pesquisas centradas nessa temática.

Contudo, embora com essas limitações, acredita-se que este estudo pode ser considerado uma importante contribuição para Geografia e áreas afins para que outros pesquisadores aprofundem essa temática proposta, sobretudo em centros urbanos que apresentam carência de publicações sobre esse tema, como no caso das metrópoles de Belém e de Manaus que apresentam especificidades distintas se comparadas com as metrópoles dos países desenvolvidos e com as demais metrópoles brasileiras.

5.2 RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO

Esta pesquisa é recomendada não só para a comunidade acadêmica da Geografia ou das outras áreas afins; ela é recomendada para sociedade civil como um todo e também para o poder público, pois a região amazônica tem uma importância crucial para o planeta, visto que o impacto de sua destruição causaria danos ambientais inimagináveis para a humanidade, não só aos ligados a desequilíbrios climáticos, mas também a perda da maior biodiversidade mundial que ainda tem um potencial gigantesco para novas descobertas científicas.

Diante desse cenário, nota-se que o Estado brasileiro na esfera Federal, Estadual e

Municipal parece não ter a dimensão do grau de importância da região amazônica nem a nível ambiental, nem mesmo a nível econômico, pois a principal riqueza do bioma amazônico está assentada na manutenção da floresta em pé, ou seja, está diretamente ligada com a sua biodiversidade.

Desse modo, considera-se que o Estado tem funções de coordenação estratégica no que concerne sua posição no poder político o que facilita moldar o planejamento estratégico no sentido, inclusive de regular a dispersão e concentração geográfica dos recursos canalizados para regiões estratégicas em ‘prol’ de melhorias substanciais, principalmente para as populações mais vulneráveis no território.

Essa coordenação estratégica por parte do Estado permite construir alianças entre os poderes fiscal e monetário, de modo que os arranjos distribucionais possam ser modificados, o que expressa a importância do Estado, considerado a instituição central, onde os conflitos inter-regionais são mediados, configurando-se como a base pela qual cada aliança regional busca o seu ajuste espacial.

Assim, Harvey (2013) advoga que o Estado moderno é o protagonista da base material da reprodução do capital, além de ser uma arma para dominação por meio do seu poder repressivo e do seu controle ideológico. Desse modo, esse autor acredita que o cerne desse debate está assentado na luta política, almejando o controle do aparelho do Estado e dos poderes ali presentes e, que, portanto, a luta de classes deve ser deslocada do local da produção para arena política.

No contexto político regional, a região amazônica é caracterizada pela hegemonia das oligarquias locais que têm grande influência no Estado, e estão ligadas diretamente ao latifúndio, o agronegócio, a exploração de madeira, a mineração, garimpo dentre outras atividades que visam à exploração dos recursos naturais, seguindo, ainda, o modelo colonial que visa à exploração dos recursos naturais para atender as necessidades externas do capital.

Concomitantemente a isso, na esfera política federal ainda deixa a desejar no que diz respeito na articulação de fato de um planejamento, voltado ao desenvolvimento regional, embora o sistema de partilha venha reduzindo, nos últimos anos, as disparidades nas receitas tributárias, ainda não tem conseguido possibilitar a geração própria de impostos, principalmente para os estados da federação mais dependentes dos repasses da União.

Mesmo com melhorias nos indicadores sociais das regiões brasileiras mais pobres, o Norte e o Nordeste, ainda, continuam distantes dos patamares alcançados das demais regiões do país, essencialmente devido as grandes disparidades das atividades produtivas, poucas estratégicas e dispersas no território.

Recomenda-se a atuação do Governo Federal em políticas que visem à desconcentração produtiva, necessitando que a União promova uma orientação programática e pontual entre os estados, conduzindo, assim, uma ação estratégica para o desenvolvimento regional e conseqüentemente vise o desenvolvimento nacional, caso contrário sem uma coordenação mais estreita, as disparidades regionais serão mantidas.

Percebesse a necessidade de construir de fato um projeto político de desenvolvimento para a região amazônica que tem uma contradição latente, embora seja a mais rica do planeta em biodiversidade, configura-se como a mais pobre do país. Entretanto, nela vivem quase 30 milhões de brasileiros, onde mais de 70 % **habitam áreas urbanas precarizadas**. Desse modo, esta pesquisa propôs a pensar em um projeto político que considere, não apenas o bioma amazônico, mas que reflita sobre a existência de uma **caótica Amazônia urbana** que atenda as demandas das populações urbanas locais.

Para isso, é necessária uma quebra de paradigma no sentido de não enxergar mais a região como mera exportadora de matéria-prima, e sim construir políticas públicas que visem investir maciçamente em, infraestrutura (principalmente no saneamento básico das áreas urbanas), ciência e tecnologia para construção de tecnopolos em áreas pontuais, pautado em uso mais racional dos recursos naturais, voltado, por exemplo, nas áreas de biotecnologia, fármacos, cosméticos, entre outras, permeados por uma nova configuração territorial que descentralize atividades econômicas, serviços e infraestrutura das metrópoles regionais na constituição de novos arranjos territoriais que garantem melhores qualidades de vida para as populações, não necessitando o deslocamento para os grandes centros urbanos.

Uma das principais conseqüências do processo de metropolização precarizada é a elevada concentração de populações oriundas de áreas não urbanas, de centros urbanos menores que sem grandes alternativas em seus locais de origem migram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida. A configuração espacial da rede urbana amazônica é caracterizada por apresentar médios e pequenos centros urbanos sem as mínimas infraestruturas necessárias para vida cotidiana, saneamento básico, na geração de empregos, na educação, na saúde pública e nos transportes, etc.

Os principais centros urbanos da Amazônia: Belém e Manaus têm um papel importante, podendo configurarem-se como importantes polos tecnológicos, voltados para atividades que visem à superação do modelo de exportação para tornarem-se referência, por exemplo, na mudança da matriz energética de combustíveis fósseis para a utilização de fontes renováveis, na constituição de atividades produtivas, articuladas com demais centros urbanos regionais, visando à geração de renda e a redução significativa dos impactos ambientais .

As metrópoles de Belém e de Manaus já dispõem, mesmo com restritos investimentos públicos, de importantes centros de pesquisa, como o Museu Emílio Goeldi, localizado em Belém é uma instituição de pesquisa, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil, fundada em 1866, e é referência mundial nos estudos científicos dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região.

O Instituto Evandro Chagas, também situado em Belém, é um importante centro de pesquisas de micro-organismos e de patologias na Amazônia e também é reconhecido mundialmente em ciências biológicas, meio ambiente e Medicina tropical. A metrópole de Manaus abriga o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA) que é referência em pesquisa nas áreas de ecologia, zoologia e botânica, recebendo cerca de 120 mil pessoas no ano.

Essas instituições ajudam a mostrar o grande potencial que essas metrópoles têm principalmente na área de ciência e tecnologia, podendo tornarem-se importantes tecnopolos do país em biotecnologia. O polo industrial de Manaus encontra-se, hoje, em parte ocioso, com grande potencial de estabelecer a transformação da indústria brasileira para uma nova matriz econômica, assentada na biodiversidade da Amazônia, no fomento tecnológico de fonte de energias renováveis, na biotecnologia, na biogenética em outras áreas que vislumbram a floresta amazônica em pé como motor do desenvolvimento socioeconômico da região.

Para a construção deste projeto de desenvolvimento regional, torna-se imprescindível que a sociedade civil se mobilize-se, principalmente as populações urbanas, que vivem nesses centros precarizados, uma vez que além de serem a maioria da população regional, estão mais próximas das decisões políticas, enquanto que, no passado, um dos caminhos para o desenvolvimento estava centrado na reforma agrária, hoje, também torna-se fundamental a reforma urbana, tendo como horizonte o direito à cidade, proposto por Lefbvre (2006), não entendido pela lógica do consumo que visualiza seus habitantes como meros consumidores, mas sim propondo a participação política do grupos sociais excluídos de como o espaço urbano deve ser reestruturado, no sentido de repensar a lógica de produção capitalista.

Embora de maneira incipiente, nas metrópoles de Belém e de Manaus, algumas articulações entre a sociedade civil, vão caminhando nesse sentido, pois a constituição de partidos políticos, movimentos sociais, de coletivos organizados, muitas vezes, por minorias políticas (mulheres, comunidade negra, comunidade LGBTQIA+, povos indígenas, povos quilombolas, entre outros) vem apresentando, nos últimos anos, avanços significativos na luta por direitos fundamentais, como o respeito e o reconhecimento, pela igualdade dos direitos humanos, civis e sociais e representatividade política, além do acesso à habitação, ao emprego,

a cultura , etc.

O Neoliberalismo tem sido um modelo político, cuja perspectiva é a de reduzir, ao máximo, o debate político, tendo por finalidade a construção de indivíduos competidores entre si, responsáveis pelo seu fracasso ou sucesso. Nesse cenário, a luta de classes torna-se fundamental para o despertar da classe trabalhadora, retomando sua posição não de objeto ou coisa, e sim de sujeito da história, tendo o poder de trazer transformações significativas para a humanidade.

Portanto, o caminho, fundamental para as transformações sociais, reside na arena política em torno de um projeto de sociedade que almeje pensar em um horizonte utópico que repense ou mesmo que supere a lógica capitalista no sentido de frear a expansão do capital que tem levado ao elevado crescimento de áreas urbanas, a crises ambientais irreversíveis, a profundas crises econômicas globais cada vez mais frequentes, o aumento da pobreza e a produção de desigualdades, onde a distância entre os mais ricos têm aumentado exponencialmente nas últimas décadas, principalmente no sul global.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, R. Nostalgia Belém. **Como faliram as drogarias Big Bem**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M1imfljMw>. Acesso em: 15 maio 2023.
- ALMEIDA, E. P. de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional**. São Paulo: USP, 2000.
- ASCHER, F. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- BARBOSA, F. C. **Solo criado: estudo sobre o processo de verticalização em Manaus - AM**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- BERTÃO, N. **Como a Raia Drogasil virou a maior rede de farmácias do país**, 2017. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/uniao-de-forcas/>. Acesso em: 20 abr.2023.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- CASTRO, I. E. de. **Problemas conceituais e metodológicos na visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- CASTRO, I. E. de. **O problema da escala**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CAVALCANTI, L.R.M.T. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Associação brasileira de estudos regionais e urbanos,2007.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br.cni>>. Acesso em 01.03.2022.
- COLUCCI, D. G.; SOUTO, M. M. **Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações**,2011, Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13312>. Acesso em: 05 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13312>
- CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 39-68, jul. 1987.

CORRÊA, R. L. **Sobre Agentes sociais, Escala e Produção do espaço: um texto para discussão.** In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. **Uma nota sobre o urbano e a escala.** Território, Rio de Janeiro, v. 11, n. 12- 13, p.11-13, set. /out. 2003.

COSTA, L. M. G.; DOS SANTOS, R. B. **Metropolização, urbanização regional e periferização: como pensar a Belém metrópole?** Belém: EDUEPA, 2020.

DA SILVA, C. A. F.; BAMPI, A. C. **Geopolítica e anti geopolítica na Amazônia no neoliberalismo,** 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-29.pdf. Acesso em: 05 dez. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

DATASEBRAE. **Percentual de participação por setor no PIB do Brasil de 2000 a 2020,** 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/pib2/>. Acesso em: 15 maio 2022.

DOTTO, D. M. R. **Redes de empresas de pequeno porte do setor supermercadista do Rio Grande do Sul: a cooperação empresarial e reflexos no mercado consumidor.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

DROGASIL. **Nossa história.** Disponível em: <https://www.drogasil.com.br/nossa-historia> . Acesso em 20/09/ 2022.

DROGA RAIA. **Nossa história,** 2021. Disponível em: <https://www.drogoraia.com.br/nossa-historia>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo.** São Paulo: Autonomia literária, 2017.

EXAME. **BR Pharma compra Big Bem,** 2011. Disponível em: <https://exame.com/negocios/br-pharma-compra-a-big-bem/>. Acesso em: 15 maio 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Áreas urbanas,** 2015. Disponível em: http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/layers/geonode%3Aareas_urbanas_br_15. Acesso em: 15 abr. 2022.

FIGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FIX, M.; PAULANI, L. **Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização,** 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/skzsvNGRmRTNTN3wKsCzRNB/abstract/?lang=pt/>. Acesso em: 15 maio 2023.

DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2954>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades**, 2019. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Boletim de análise da conjuntura territorial**, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/03/27/boletim-de-analise-da-conjuntura-12-territorial/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GONÇALVES, C.W.P. *et al.* **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2015.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995. v. 1.

INSTITUTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (IAS). **Água e saneamento**, 2020. Disponível em: https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/explore-compare_. Acesso em: 25 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional dos municípios**, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2012/metodologia2012.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LANGDALE, J. **Eletronic funds transfer and internationalization of the banking and finance industry**, 1985. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0016718585900028> Acesso em: 10 dez. 2021. DOI: [https://doi.org/10.1016/0016-7185\(85\)90002-8](https://doi.org/10.1016/0016-7185(85)90002-8)

LAULAJAINEM, **Risto. financial geograpy: a banker's view**. Londres; Nova York: Routledge, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 1968.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. New York: Blackwell, [1974] 1991.

LENCIONI, S. **Da cidade e sua região à cidade-região**. *In*: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. p.65-75.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. **Metropolização**. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 01-10, jan./jun. 2020.

LENCIONI, S. **O capital e seu espaço**. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual, 2020a. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/confins/26177>. Acesso em: 29 set. 2022. DOI:
<https://doi.org/10.4000/confins.26177>

LENCIONI, S. **Reconhecendo metrópoles: território e sociedade**. *In*: SILVA, C. A. da; GUICHARD, D. F.; OLIVEIRA, F. J. G. de (org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 1994. p. 41-58.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LENCIONI, S. Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrelvida do capitalismo. *In*: PEREIRA, P. C.C.; HIDALGO, R. (org.). **Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina**. Santiago: PUC-Chile, 2008. p. 41-53.

LEOPOLDO, E. **A metropolização de Manaus: a expansão dos loteamentos fechados na Amazônia metropolitana**. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, Sobral, v. 21, n. 3, p. 4-21, p. 4-21, dez. 2019.

LEOPOLDO, E. **Financeirização imobiliária e metropolização regional**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

L'HUILLIER, F. J. **La producción del espacio urbano capitalista: aportes del funcionalismo, la Escuela de Chicago, Henri Lefebvre y Manuel Castells.** *Perspectiva Geográfica, Tunja*, v. 26, n. 1, p. 108-130, jun. 2021.

LIMA, M. C. de. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIMA, S.P. M; VELOSO, T; SOUSA, I.S. **Os grandes objetos urbanos: condição, meio e produto da metropolização regional na Amazônia brasileira.** Boa Vista: Acta geográfica, 2018.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** *Actual Marx*, [s. l.], n. 18, p. 73-80, out. 1995.

MAGALHÃES, F. N. C. **O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica.** *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 37, p. 35-60, out. 2016.

MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. Livro 3: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifest der kommunistischen parte I.** (= MEW, Band 4). Berlin: Dietz Verlag, [1848]1990.

MCMASTER, R.; SHEPPARD, E. Introduction: scale and geographic inquiry. *In*: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (org.). **Scale and geographic inquiry: nature, society and methodology.** Malden: Blackwell, 2004. p.1-22.

MELO, F. M; SILVA, F.B.A. **Panorama da produção imobiliária em Manaus: alguns apontamentos,** 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78208>. Acesso em: 29 set. 2022.

MELO, S. C. B. *et al.* **Teorias de localização e de desenvolvimento regional,** 1976. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14748>. Acesso em: 29 set. 2022.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1989. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/88>. Acesso em: 14fev.2023.

NABARRO, W. W. **O mercado de capitais no território brasileiro: ascensão da BM&FBovespa e centralidade financeira de São Paulo (SP).** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, A. L.; DE SANTANA FILHO, D. M. **O papel das escalas geográficas na discussão regional na contemporaneidade.** Campinas: ENANPEGE, 2013.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva: urbanização das Amazonas.** São Paulo, 1994. Tese

(Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, J. A. **Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano**, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Meu%20Computador/Downloads/3520-13484-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World population prospects**, 2019. Disponível em: <https://Population.un.org/wpp2019/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD). **Estatísticas sociais**, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=20636&t=destaques_ Acesso em: 26 abr. 2023.

PROJETO MAP BIOMAS. **Coleção 5 da série anual de mapas de cobertura e uso de solo do Brasil**, 2020. Disponível em: <https://plataforma.mapbiomas.org>. Acesso em: 06 jan. 2022.

RAMOS, A. W. **Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca**, 1982. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/65-75.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC). **Redes geográficas**, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROCQUE, C. **História geral de Belém e Grão-Pará**. Belém: DistribeL, 2001.

RODRIGUES, E. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

SANTIAGO, J. R.; CARVALHO, I. G. A. **Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA-FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO, 13., 2008, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: UFC, 2008. p. 41-56.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. São Paulo: metrópole internacional do Terceiro Mundo. In: SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo, Editora Hucitec, 1994. p. 7-24.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica a geografia a geografia crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países**

subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SHIMBO, L.; RUFINO, B. **Financeirização e estudos urbanos na América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA., 2019.

SILVA, T. L. A. **O desenvolvimento desigual como produto/condição da produção capitalista do espaço.** Khóra-Revista Transdisciplinar, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 32-45, jun. 2018.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, D. G. P. **Intervenção estatal do município: o caso de Belém na década de 80.** 1992. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.

SOUZA, I. dos S. **A ponte rio negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru.** Manaus: UEA Edições, 2015.

SOUZA, L. C. de. **Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização 1970 a 2010.** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SPOSITO, M. E. B. **Formas espaciais e papéis urbanos,** 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Meu%20Computador/Downloads/12227-Texto%20do%20artigo-45523-1-10-20210325.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sócioespaciais.** In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. São Paulo: Contexto, 2012. p. 123- 145.

THEIS, I. M. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual.** Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 12, n. 2, p. 241-252, jul. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A.; RIBEIRO, J. C. **Desenvolvimento desigual-combinado dos espaços mundiais: alguns elementos da estrutura da escravidão capitalista do trabalho,** 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/revista-fluminense/article/view/217>. Acesso em: 14 fev. 2022.

TOPOGRAPHIC-MAP.COM. **Topografia de Belém.** Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-drg3q/Bel%C3%A9m/?center=-1.33153%2C-48.96142&zoom=16>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

TOPOGRAPHIC-MAP.COM. **Topografia de Manaus.** Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-f1rs8/Manaus/>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Grandes projetos, urbanização do território e metropolização**. Belém: EDUFPA, 2006.

VAINER, C. B. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VENTURA NETO, R. **Capital incorporador e ciclos imobiliários em Belém**, 2022.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/ZpC6L3qL3rjbvYZk4gkDSvR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE (WID). **Divisão de rendas regionais**, 2021. Disponível em: <https://wid.world>. Acesso em: 15 jan. 2022.